Poder Judiciário
Justiça do Trabalho

Relatório Anual
2014

JUSTIÇA DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL

2014

Relatório Anual do TRT da 4ª Região. Porto Alegre, p. 1-370, 2014.

RELATÓRIO ANUAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – 2013

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Soraia Bohn – Secretária-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes e Maria Letícia Möllmann
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
REVISÃO FINAL	Bruna Calsing e Marcela Sevaio Portillo
CAPA	Camila Dotto
FOTOS	Inácio do Canto Rocha Filho

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.
Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .

Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3. Relatório do TRT 4ª R – 2014.

CDU 347.998.72R4(047)

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
Av. Praia de Belas, 1100. CEP 90.110-903 – Porto Alegre – RS
Fone 51 3255 2053 | www.trt4.jus.br

ADMINISTRAÇÃO

Gestão 2013/2015
Posse em 13 de dezembro de 2013

Cleusa Regina Halfen
Presidente

Ana Luiza Heineck Kruse
Vice-Presidente

Beatriz Renck
Corregedora Regional

Carmen Izabel Centena Gonzalez
Vice-Corregedora Regional

APRESENTAÇÃO

O ano de 2014 teve acontecimentos relevantes para a Justiça do Trabalho, entre os quais se destaca a Emenda Constitucional nº 81/2014, que alterou a redação do art. 243 da Constituição Federal, estabelecendo um importante marco na luta contra o trabalho escravo, ainda existente na nossa sociedade. Pelo novo texto, as propriedades rurais e urbanas usadas na exploração do trabalho escravo passaram a se sujeitar à expropriação e ao posterior encaminhamento para reforma agrária ou para programas de habitação popular, o mesmo ocorrendo em relação aos demais bens apreendidos nesses locais.

A Lei nº 12.964/2014, a qual acrescentou o art. 6-A à Lei nº 5.859/1972, implicou mais um importante avanço na valorização do trabalho doméstico. O mencionado dispositivo instituiu penalidades para a infração aos direitos dos trabalhadores domésticos, nos moldes já praticados em relação aos demais empregados.

No âmbito processual, ganhou relevância a Lei nº 13.015/2014, que introduziu a nova sistemática recursal trabalhista, que alterou os arts. 894, 896, 897-A e 899 da CLT, e inseriu os arts. 896-B e 896-C à Norma Consolidada. Também não se pode deixar de mencionar o Novo Código de Processo Civil, aprovado em 17.12.2014.

Nesse cenário, o número de casos novos distribuídos para a Justiça do Trabalho da 4ª Região aumentou, em média, 4,06% (no primeiro e no segundo graus) em 2014, em relação a 2013. Em contrapartida, o quadro de pessoal da Justiça do Trabalho passou a contar, em 2014, com 10 novos Juízes do Trabalho Substitutos (o que fez aumentar o número de Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos de 240, em 2013, para 241, em 2014) e com 177 novos servidores (42 servidores a mais em relação ao ano de 2013). Como resultado do trabalho dos nossos magistrados e servidores, foram solucionados 150.070 processos no primeiro grau e 59.397 no segundo grau, tendo sido proferidas 68.029 sentenças na fase de conhecimento e 11.958 na fase de execução.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região continua aperfeiçoando suas instalações, tendo inaugurado o novo prédio do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata em 17 de julho de 2014. Além disso, foram doados terrenos à União para uso do Regional nos Municípios de Novo Hamburgo, Osório e Viamão, cujas aquisições permitem que a Justiça do Trabalho gaúcha possa contar com mais sedes próprias, construídas em padrões que proporcionem condições seguras e ergonômicas de trabalho aos magistrados e aos servidores e adequado atendimento ao público externo.

A Administração do TRT4 deu continuidade à implantação do PJe-JT durante o ano de 2014, levando esse sistema a mais 40 Varas do Trabalho e 3 Postos Avançados da Justiça do

Trabalho da 4ª Região. O Tribunal também expandiu a utilização do sistema Pje-JTno 2º grau, pois mais 8 Turmas Julgadoras passaram a receber processos eletrônicos em 2014, totalizando a implantação no 2º grau. Sabe-se que, em um primeiro momento, essa mudança requer maior esforço dos magistrados e dos servidores. Entretanto, não temos dúvida de que há significativos benefícios com a utilização dessa ferramenta. Portanto, contar com o PJe-JT implantado em toda a Justiça do Trabalho da 4ª Região é um dos projetos mais importantes da Presidência do TRT4 para 2015.

No âmbito externo de atuação da Presidência, participamos de todas as oito reuniões ordinárias e da reunião extraordinária do Colégio de Presidentes e de Corregedores dos Tribunais Regionais da Justiça do Trabalho – Coleprecor promovidas em 2014. A par disso, a Presidência organizou, nesse mesmo ano, duas reuniões do Fórum de Relações Administrativas e três reuniões do Fórum de Relações Institucionais.

Apresentamos, pois, o Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região relativo aos trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2014, o que atende ao inc. XXVII do art. 39 do Regimento Interno deste Tribunal e ao princípio constitucional da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, bem como contempla o disposto na Lei nº 12.527/2011. Esta explanação representa o empenho da Justiça Especializada do Trabalho gaúcha em atender às metas impostas pelos Conselhos e Tribunais Superiores, bem como as expectativas da sociedade a que serve.

Desejo a todos uma boa leitura.

Porto Alegre, 19 de maio de 2015.

Cleusa Regina Halfen
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – 2014, apresentado na Sessão Ordinária do Órgão Especial realizada no dia 18 de maio de 2015.

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO....8

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 2º GRAU....11
DESEMBARGADORES....11
TRIBUNAL PLENO....25
ÓRGÃO ESPECIAL....27
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS....28
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS....29
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS....29
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO....30
1ª TURMA....30
2ª TURMA....31
3ª TURMA....31
4ª TURMA....31
5ª TURMA....32
6ª TURMA....32
7ª TURMA....32
8ª TURMA....33
9ª TURMA....33
10ª TURMA....33
11ª TURMA....34

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 1º GRAU....35
JUÍZES TITULARES....35
JUÍZES SUBSTITUTOS....38

POSSES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS EM 2014....42

COMISSÕES REGIMENTAIS....45

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU....47

PRESIDÊNCIA....53
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA....77
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA....78
SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS....79
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE....83
CERIMONIAL....92
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI....99
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC....101
ASSESSORIA DE GESTÃO DE MUDANÇAS....126
ESCOLA JUDICIAL....137
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA....165
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO – JAC....167

VICE-PRESIDÊNCIA....179

CORREGEDORIA REGIONAL....182

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL.....197

OUVIDORIA.....204

MEMORIAL.....206

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....213
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....215
SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....216
SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....216
SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....217
SECRETARIAS DAS TURMAS JULGADORAS.....218
SECRETARIA PROCESSUAL.....220

DIRETORIA-GERAL.....236
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....240
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS – SEMPRO.....254
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.....276
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO.....282
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....298
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....317
COORDENADORIA DE SAÚDE.....319

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU.....321
TRIBUNAL PLENO.....322
ÓRGÃO ESPECIAL.....323
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....326
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....327
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....328
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....329
TURMAS.....330

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU.....335
VARAS DO TRABALHO.....335
DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU.....351

REGISTRO FOTOGRÁFICO.....358

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1941 – 1943	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente[1]
1943 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente
1946 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1951 – 1953	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1953 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1955 – 1958	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1958 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1961 – 1963	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1963 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1965 – 1967	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente MOZART VICTOR RUSSOMANO – Vice-Presidente (até 1966) PERY SARAIVA – Vice-Presidente (de 1966 a 1967)
1967 – 1969	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1969 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1973 – 1975	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1975 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Presidente CLOVIS PEREIRA ASSUNÇÃO – Vice-Presidente
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI – Presidente JOÃO ANTONIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Vice-Presidente

1 *Presidente do Conselho Regional do Trabalho, vinculado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Presidente ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Vice-Presidente
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Presidente SILENO MONTENEGRO BARBOSA – Vice-Presidente
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO BARATA SILVA – Presidente JOÃO LUIZ TORALLES LEITE – Vice-Presidente
1989 – 1991[2]	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA – Presidente PAULO MAYNARD RANGEL – Vice-Presidente (até 1990) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Presidente (de 1990 a 1991) RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional (de 1990 a 1991) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Corregedor Regional (1990) VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional (de 1990 a 1991)
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Presidente CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional PAULO JOSÉ DA ROCHA – Vice-Corregedor Regional
1993 *(julho a dezembro)*	CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL – Presidente VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Presidente PAULO JOSÉ DA ROCHA – Corregedor Regional SEBASTIÃO ALVES MESSIAS – Vice-Corregedor Regional
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Presidente FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional DARCY CARLOS MAHLE – Vice-Corregedor Regional
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente SEBASTIÃO ALVES DE MESSIAS – Vice-Presidente BEATRIZ BRUN GOLDSCHMIDT – Corregedora Regional CARLOS AFFONSO CARVALHO DE FRAGA – Vice-Corregedor Regional
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE – Presidente BELATRIX COSTA PRADO – Vice-Presidente ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Corregedora Regional MARIO CHAVES – Vice-Corregedor Regional
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Presidente FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Vice-Presidente MARIO CHAVES – Corregedor Regional PEDRO LUIZ SERAFINI – Vice-Corregedor Regional
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Presidente DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Vice-Presidente PEDRO LUIZ SERAFINI – Corregedor Regional MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Vice-Corregedora Regional

2 *Pela Lei nº 7.911/1989, foram criados os cargos de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, providos por Juízes togados, quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. No período anterior a esta lei, a Corregedoria Regional era exercida pelo Presidente do TRT.*

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente JOÃO GHISLENI FILHO – Vice-Presidente MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Corregedora Regional (até 2006) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional (de 2006 a 2007) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Vice-Corregedora Regional (até 2006) JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional (2007)
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente CARLOS ALBERTO ROBINSON – Vice-Presidente BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON – Presidente MARIA HELENA MALLMANN – Vice-Presidente JURACI GALVÃO JÚNIOR – Corregedor Regional ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Corregedora Regional
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN – Presidente ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
2013 – 2015	CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO
2º GRAU

DESEMBARGADORES
Composição atual

Flavio Portinho Sirangelo

É Juiz do Trabalho da 4ª Região desde 4 de setembro de 1987, ocupando vaga do quinto constitucional reservada ao Ministério Público do Trabalho. É natural de Porto Alegre/RS e formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Exerceu advocacia em Porto Alegre de 1977 a 1985. Tomou posse como Procurador do Trabalho em março de 1985. Foi Assessor Jurídico do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça (de 1986a 1987), Vice-Presidente do TRT-RS no biênio 1996/1997 e Presidente da Instituição no biênio 1998/1999. Presidiu as Comissões de Informatização, de Jurisprudência e de Regimento Interno do Tribunal. Presidiu e integrou bancas de concursos para o ingresso de Juízes do Trabalho Substitutos. Foi membro da Comissão pela Efetividade da Justiça da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Foi bolsista da Fundação Fulbright e conquistou o título de Especialista em Administração Judiciária pela American University, em 2002 (em Washington DC, nos EUA). Foi pesquisador convidado do Centro Federal da Justiça dos Estados Unidos (Federal Judicial Center) em Washington DC em 2002. É Mestre em Direito pela Washington College of Law, de Washington DC, 2003 (LL. M. Program on Law and Government). Foi Diretor e cofundador da Escola Judicial do TRT-RS. É instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho – Enamat/TST na área de Administração Judiciária. Atuou em duas ocasiões como Juiz Convocado no TST, tendo integrado as 3ª, 2ª e 7ª Turmas e as Subseções I e II Especializadas em Dissídios Individuais. Presidiu as 2ª, 5ª e 7ª Turmas do TRT-RS. Preside a 7ª Turma e a 2ª Seção de Dissídios Individuais do TRT-RS. Compõe o Conselho Nacional de Justiça – CNJ desde 27 de agosto de 2013, por indicação do TST.

Juraci Galvão Júnior

É natural de São Paulo, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Mestre em Direito Público pela Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, na Espanha. Ingressou na Justiça do Trabalho da 4ª Região em 1981, após concurso para Juiz do Trabalho, tendo presidido a 1ª e a 2ª Varas do Trabalho de Rio Grande, a VT de Carazinho, a VT de Lajeado, a Vara do Trabalho de Osório e a 12ª VT de Porto Alegre. Em 2000, foi promovido a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho pelo critério de merecimento. É ex-advogado trabalhista e ex-professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Em novembro de 2006, tomou posse como Vice-Corregedor Regional, sendo também o Presidente da 2ª Seção de Dissídios Individuais. Foi Corregedor Regional no biênio 2009/2011 e membro do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs – Coleprecor. Traduziu do idioma espanhol para o português a obra “Conflitos Coletivos do Trabalho”, de autoria do Professor Guilherme Cabanellas, Presidente da Associação Ibero-Americana de Direito do Trabalho, editada pela Editora Revista dos Tribunais, de São Paulo, edição 1979. Foi coordenador do Livro “Estudos de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho” em homenagem a José Luiz Ferreira Prunes, da Editora LTR, de 1998. Membro Titular do Instituto de Direito Social, com sede em São Paulo, membro titular do Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede na Argentina, e membro Titular da Sociedad Internacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede em Genebra. Além disso, membro titular da Academia Ibero-Americana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede em Madri. Atualmente, compõe o Órgão Especial e a Seção de Dissídios Coletivos – SDC. Preside a 8ª Turma deste Tribunal. O Desembargador foi agraciado com o prêmio de Jurista Eminente conferido pela Sociedade dos Advogados Trabalhistas de empresas do Estado do Rio Grande do Sul – Satergs em 2012.

Rosane Serafini Casa Nova

Natural de Porto Alegre, é formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS, e em Letras – Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Ingressou no TRT-RS como servidora. Em 1981, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, sendo promovida a Juíza Titular, por merecimento, em 1985, atuando nas Varas do Trabalho de Rio Grande, Uruguaiana, Carazinho, Montenegro e na 4ª e 7ª Varas do Trabalho de Porto Alegre. De 1993 a 1996 e, novamente, a partir de outubro de 1998, foi professora da disciplina de Prática de Sentença do Curso Regular de Preparação à Magistratura do Trabalho da Femargs. Na gestão 1994/1996, foi Vice-Presidente da Amatra IV. No período de 1996/1997, atuou como Juíza Diretora do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Promovida pelo critério de merecimento, tomou posse como Juíza do TRT-RS em 10 de novembro de 2000. Foi Vice-Corregedora Regional no biênio 2009/2011, Vice-Presidente do TRT-RS no biênio 2011/2013.

João Alfredo Borges Antunes de Miranda

Natural de Santa Maria/RS, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS desde 19 de dezembro de 1977 e em Ciências Políticas e Econômicas pela Fundação Universidade de Rio Grande desde 20 de dezembro de 1974. Atuou na iniciativa privada na área de administração de recursos humanos, tendo ingressado no TRT-RS como servidor, em 3 de maio de 1979. Tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto em 27 de março de 1980, tendo atuado nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Guaíba, Bagé, São Jerônimo, Taquara, Osório e Porto Alegre. Como Juiz Titular, desde 20 de outubro de 1983, presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de Rosário do Sul e Camaquã e a 21ª VT de Porto Alegre. Integra o TRT-RS desde 10 de novembro de 2000. Participou da Comissão de Jurisprudência. Integrou a 2ª Seção de Dissídios Individuais e presidiu a 3ª Turma Julgadora.

Ana Luiza Heineck Kruse – Vice-Presidente

Natural de Porto Alegre/RS, é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS. Desde 1974, trabalha no TRT-RS. Em 1980, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, tendo exercido suas atividades em diversas Varas do Trabalho do Estado até sua promoção para Juíza do Trabalho Titular da VT de Santo Ângelo, em 31 de outubro de 1984. No mesmo cargo exerceu suas funções em Santa Cruz do Sul, de 10 de janeiro de 1985 a 17 de setembro de 1986, na 2ª VT de Novo Hamburgo, até 25 de agosto de 1988, na 1ª VT de São Leopoldo, até 20 de abril de 1993, na 10ª VT de Porto Alegre até 4 de agosto de 1993 e na 19ª VT de Porto Alegre. Em Porto Alegre, foi Diretora do Foro de 1994 a 1996 e, em julho de 2001, foi promovida para o TRT-RS, atuando na 1ª e 8ª Turmas e também na Seção de Dissídios Coletivos e 1ª Seção de Dissídios Individuais. Foi Vice-Ouvidora e Ouvidora nos anos de 2004 a 2006. Presidiu a 1ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais.

Berenice Messias Corrêa

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, onde posteriormente foi professora de Direito Administrativo, de 1975 a 1976. Trabalhou na UFRGS de 1970 a 1980 como Redatora-Chefe do Gabinete do Reitor, Professora de Direito Civil e Procuradora Autárquica. Na Escola da Ajuris, fez "Curso de Processo Civil". Aprovada em concursos públicos praticamente simultâneos para Promotora de Justiça Estadual e Juíza do Trabalho Substituta, optou pela carreira da magistratura, na qual ingressou em 1980. Presidiu as então Juntas de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo, Lajeado, Gravataí e 8ª de Porto Alegre. Tomou posse em 2001 como Juíza do TRT4.

Tânia Rosa Maciel de Oliveira

Natural de Santa Maria/RS, é formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Ingressou no TRT4 em junho de 1976, como servidora, cargo do qual se exonerou para assumir como Juíza Substituta em 1981, com zoneamento em Santa Maria e atuando também nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Cachoeira do Sul, Cruz Alta e Passo Fundo. Foi promovida por merecimento a Juíza Titular da JCJ de Santa Maria em maio de 1986. Foi Diretora do Foro Trabalhista de Santa Maria por muitos anos. Lecionou as disciplinas de Direito do Trabalho III e IV na UFSM, durante os anos de 1985 e 1986. Integrou a Diretoria da AmatraIV como uma das Coordenadoras do Interior. Foi sucessivamente convocada para atuar nas 6ª e 3ª Turmas do TRT-RS a partir de 10 de março de 1999 até a posse, em razão de promoção por antiguidade, para o cargo de Juíza do Tribunal. Atuou na 4ª e 5ª Turmas Julgadoras e integrou a 1ª Seção de Dissídios Individuais.

Cleusa Regina Halfen – Presidente

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, cidade onde nasceu. É pós-graduada em Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho pela PUCRS. Exerceu o Cargo de Pretora do Tribunal de Justiça do Estado do RS. No TRT-RS, ingressou como servidora. Após, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta. Em 1986, foi promovida a Juíza do Trabalho Presidente, sendo titular das Varas do Trabalho de Uruguaiana (1986 – 1987), São Jerônimo (1987 – 1990), Viamão (1990 – 1997), 15ª de Porto Alegre (1997 – 1998) e 11ª de Porto Alegre (1998 – 2001). Nomeada para o Tribunal em 2001, integrou a 3ª e a 8ª Turmas, a 1ª Seção de Dissídios Individuais e a Seção de Dissídios Coletivos. Foi Ouvidora no período de 2008 a 2010 e Diretora da Escola Judicial durante o ano de 2011. Atuou como Corregedora Regional na gestão 2011/2013. Atualmente, é Presidente do TRT da 4ª Região, da Seção de Dissídios Coletivos e do Órgão Especial da Instituição.

Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo

Natural de Porto Alegre, é graduada em Ciências Jurídicas e Sociais em 1974 pela PUCRS. Concluiu em 2001 o curso de Especialização em Direito Processual Civil, pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA. Em 2007, concluiu o curso de Especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário, pela Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Em 27 de dezembro de 2012, finalizou o curso de Pós-Graduação *Lato sensu*, Especialização em Direito do Trabalho, pela Faculdade de Direito da UFRGS. Ingressou como servidora no TRT-RS, em 1978. No início de 1983, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, atuando, inicialmente, na 5ª JCJ de Porto Alegre e, posteriormente, em diversas Juntas do interior do Estado. Participou dos trâmites necessários à criação e instalação da entãoJunta de Conciliação e Julgamento de Santiago, da qual foi a 1ª Presidente, e à qual foi promovida por merecimento no ano de 1990, onde atuou até 2001. Passou a atuar como Juíza Convocada no TRT4 a partir de 7 de fevereiro de 2002. Foi promovida ao TRT4 em 6 de setembro de 2002. Em 9 de dezembro de 2011, tomou posse como Vice-Corregedora Regional do TRT4 para a gestão 2011/2013.

Ricardo Carvalho Fraga

É Juiz do Trabalho desde 1985. Foi promovido ao TRT-RS em 2002. Participou e/ou organizou os seguintes livros: "Aspectos dos Direitos Sociais na Nova Constituição", "Modernização do Direito Processual do Trabalho", "Democracia e Direito do Trabalho", "Direito e Castelos" e "Avanços e Possibilidades do Direito do Trabalho", pela Editora LTR e também "Perspectivas do Direito do Trabalho" e "Direito do Trabalho Necessário", pela Editora Livraria do Advogado. Foi Coordenador dos Juízes Substitutos, Secretário de Informática, Segundo Secretário, Presidente, Vice-Presidente e Secretário de Valorização Profissional da Amatra IV.

José Felipe Ledur

Natural deBom Princípio/RS, graduou-se em Direito pela UFRGS, em 1983. Pela mesma instituição, concluiu mestrado em 1998 e, em 2002, a Universidade Federal do Paraná concedeu-lhe o título de Doutor, por estudo sobre Direito do Estado. É autor de "A Realização do Direito ao Trabalho" (1998) e "Direitos Fundamentais Sociais – Efetivação no Âmbito da Democracia Participativa" (2009). É coautor de "Aspectos dos Direitos Sociais na Constituição de 1988" (1989), "Modernização do Processo Judiciário do Trabalho" (1990). Publicou também artigos sobre temas como correção monetária na Justiça do Trabalho, abusividade de greve, terceirização no serviço público, contrato coletivo de trabalho e Direito Trabalhista alemão. Presidiu, no período de 1994 a 1997, a Associação Americana de Juristas, ONG com *status* consultivo perante o Conselho Econômico e Social da ONU. Servidor da Justiça do Trabalho desde 1980, ingressou na Magistratura Trabalhista em 1985. Passou pelas unidades trabalhistas de Uruguaiana, Osório e Alvorada antes de ser nomeado Desembargador em 2003.

Flávia Lorena Pacheco

Natural de Passo Fundo/RS, é formada desde 1982 em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade de Passo Fundo/RS. Foi servidora da Caixa Econômica Estadual (de 1977 a 1978). Foi servidora da Procergs (de 1978 a 1981) e da Caixa Econômica Federal (de 1984 a 1986). Ingressou na magistratura trabalhista em 1987, como Juíza do Trabalho Substituta. Em 1991, foi promovida por merecimento ao cargo de Juíza Presidente, tendo exercido inicialmente a presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Santana do Livramento e, a partir de 1993, a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Maria. Participou da Secretaria do Interior da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região – AmatraIV (de 1992 a 1994; e de 1996 a 1998) e da Secretaria Cultural (de 1998 a 2000). Convocada para atuar na segunda instância da Justiça do Trabalho gaúcha desde 2000, foi promovida por merecimento em julho de 2004 ao cargo de Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Atualmente, preside a 11ª Turma Julgadora e integra a Seção de Dissídios Coletivos.

João Pedro Silvestrin

Natural de Guaporé/RS, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS, em 1985. É pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas, desde 1999, e Especialista em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade de Santa Cruz do Sul, desde 2007. Foi admitido nos quadros da Caixa Econômica Federal em 1982. Passou a integrar o quadro de advogados daquela empresa pública em 1988, tendo exercido na área jurídica da Caixa Econômica Federal as funções de Supervisor da área trabalhista do Jurídico Regional no Estado do Rio Grande Sul e posteriormente a de Gerente Nacional do Contencioso junto à diretoria da empresa em Brasília/DF. Tomou posse como Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 22 de outubro de 2004, ocupando vaga destinada aos advogados.

Luiz Alberto de Vargas

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS, em 1979. Foi servidor do TRT-RS de 1976 a 1983. Foi advogado de 1983 a 1986. Juiz do Trabalho desde 1987, atuou como Substituto nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Vacaria, Frederico Westphalen, Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Novo Hamburgo, Osório, Camaquã, Montenegro, São Jerônimo, Rio Grande e Pelotas, até ser promovido, por merecimento, a Juiz Presidente da 1ª JCJ de Rio Grande, onde atuou até sua transferência, em 1994, para Pelotas. Em Rio Grande, recebeu, da Câmara dos Vereadores, voto de louvor pelo trabalho realizado. De 1994 a 2002, foi Juiz da 1ª JCJ de Pelotas, agora denominada 1ª Vara do Trabalho de Pelotas. Foi Presidente da 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, de 2003 a 2004. Convocado para o TRT-RS, de fevereiro de 2002 a dezembro de 2003, atuou na 2ª Turma Julgadora. É Desembargador do Trabalho desde 2004.

Beatriz Renck – Corregedora Regional

Natural de Taquara/RS, graduou-se em Direito pela UFRGS em dezembro de 1985. Em 6 de abril de 1989, tomou posse como Juíza Substituta do TRT-RS. Promovida a Juíza Titular em 14 de maio de 1991, esteve à frente das VTs de Uruguaiana, Passo Fundo, Osório e, finalmente, ocupou a titularidade da 16ª VT de Porto Alegre em 5 de maio de 1992, tendo assumido a Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre de julho de 1997 a julho de 1999. De maio de 2001 a novembro de 2006, atuou como Juíza Convocada no TRT-RS em cinco oportunidades. Em 17 de novembro de 2006, foi promovida, por merecimento, a Juíza do Tribunal. Em 2007, concluiu o curso de pós-graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário da Universidade de Santa Cruz em convênio com o TRT-RS e a Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul João Antônio Guilhembernard Pereira Leite. Atuou como Presidente da Comissão de Concurso para Servidores do Tribunal em 1998, foi membro suplente da banca da 1ª prova do Concurso de Juiz Substituto em 2003, supervisora pedagógica da Fundação da Escola da Magistratura João Antônio Guilhembernard Pereira Leite de 1993 a 2000 e membro do Conselho Consultivo da Escola Judicial do TRT-RS entre o ano de 2006, com a criação da Escola, e o dia 6 de novembro de 2010. Concomitantemente com as atividades jurisdicional e institucional do Tribunal, também atuou na AmatraIV, onde exerceu as atribuições de Vice-Coordenadora e Coordenadora dos Juízes Substitutos, Secretária de Valorização Profissional, Membro do Fórum em Defesa da Justiça do Trabalho, Conselheira Fiscal e Secretária Adjunta da Mulher. Presidiu a Comissão de Jurisprudência e exerceu a função de Ouvidora do TRT4.

Maria Cristina Schaan Ferreira

Natural de Passo Fundo/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo – UPF em 1979. Exerceu a advocacia até o seu ingresso no TRT-RS em 1980, como servidora. Tomou posse como Juíza Substituta em 1987 e como Juíza-Presidente em 1990, tendo atuado nas Varas do Trabalho de Passo Fundo, Triunfo, São Jerônimo, São Leopoldo (1ª) e Porto Alegre (6ª e 3ª). Exerceu o cargo de Secretária da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul João Antônio Guilhembernard Pereira Leite de 1997 a 2000. Foi Professora de Legislação Rural I na Faculdade de Economia e Administração da UPF em 1985. Atuou como convocada no TRT-RS em 2002 e 2003. Tomou posse como Juíza do Tribunal em 2007.

Cláudio Antônio Cassou Barbosa

Natural de Porto Alegre/RS, Cláudio Antônio Cassou Barbosa tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1987, pela Faculdade de Direito da UFRGS. Logo após a formatura, passou a atuar como advogado trabalhista. Adquiriu grande experiência na advocacia sindical, nas lides trabalhistas massivas e especialmente nas negociações coletivas de trabalho. Foi Diretor da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas – Agetra em várias gestões. Foi assessor jurídico e advogado de entidades sindicais por mais de 20 anos. Nomeado pelo Presidente da República para ocupar a vaga do quinto constitucional, como representante dos advogados, tomou posse como Desembargador do Trabalho em 29 de agosto de 2008. É especialista em "Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho", tendo participado também do curso de pós-graduação promovido pela Escola Judicial do TRT4 em convênio com a PUCRS.

Carmen Izabel Centena Gonzalez – Vice-Corregedora

Natural de Santana do Livramento/RS, graduou-se em Direito pela PUCRS em 27 de dezembro de 1981. Trabalhou como advogada nos Diários e Emissoras Associados e no escritório de advocacia de Luiz Heron Araújo, assessorando diversos sindicatos de trabalhadores. Em 24 de abril de 1989, tomou posse como Juíza Substituta e, em 1992, foi promovida a Juíza-Presidente, pelo critério de antiguidade. Presidiu as então Juntas de Conciliação e Julgamento de Ijuí, Guaíba, 2ª e 30ª VT de Porto Alegre. Exerceu a Direção do Foro de Porto Alegre de 1º de julho de 1999 a 30 de junho de 2001, tendo presidido a Comissão do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do TRT-RS. De novembro de 1994 a junho de 1995, em Madri, na Espanha, fez curso de especialização em Direitos Humanos no Instituto de Derechos Humanos de la Facultad de Derecho da Universidad Complutense, e, no período de outubro de 2011 a setembro de 2012, cursou pós-graduação em Direito do Trabalho no Instituto de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal. Diversas vezes convocada para atuar no TRT-RS, atuou na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas Julgadoras, bem assim na SDC e na 1ª e 2ª SDIs. Em agosto de 2003, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Oficial, conferida pelo TST. Em setembro de 2008, pelo critério de merecimento, foi promovida ao cargo de Desembargadora do Trabalho. No âmbito administrativo, integrou a Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais e o Conselho Consultivo da Escola Judicial.

Emílio Papaléo Zin

Natural de Porto Alegre/RS, foi empossado Desembargador Trabalho em 6 de fevereiro de 2009, pelo quinto constitucional, representando os advogados. Formou-se no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 6 de janeiro de 1987. Sua experiência profissional inclui, em 1984, estágio no Departamento de Pessoal do Estaleiro Só S.A. e ingresso, como estagiário, no escritório de advocacia de Carlos César Cairoli Papaléo. Em 1987, foi admitido como sócio, onde exerceu atividade advocatícia no âmbito do Direito Coletivo e Individual do Trabalho. O contencioso judicial se desenvolveu não apenas nas VTs e no TRT-RS, mas

igualmente nas de outros Estados e no TST. Em sua experiência como docente, entre 1990 e 1999, foi professor das disciplinas de Direito Processual do Trabalho I e II e Direito do Trabalho III, na Faculdade de Direito da PUCRS. Em 2000 e 2001, foi professor de Cursos para Preparação ao Exame da OAB, nas disciplinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Instituto de Desenvolvimento Cultural – IDC. Em 2005. Foi professor da disciplina de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da UniRitter. Ocupou os seguintes cargos de representação profissional: 1987/1988, de Diretor da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas; 1991/1993 e 1993/1995, de Diretor da Sociedade de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul – Satergs; 1995/1997 e 2001/2003, de Vice-Presidente da Satergs; 2003/2005, de Presidente da Satergs; 1998/2000, de Conselheiro da OAB/RS; 2004/2006, Conselheiro Federal suplente da OAB/RS; 1998, membro da 2ª Câmara do Conselho de Ética Profissional da OAB/RS; 1996, de Coordenador do Fórum Permanente da Justiça do Trabalho; antes de ser empossado Desembargador do Trabalho, foi Conselheiro da Agetra e Diretor da Satergs. Participou de bancas examinadoras de concursos para provimento de cargo de Juiz Substituto do Trabalho do TRT4 em 1997, 2003, 2004 e em 2006.

Vânia Mattos

Porto-alegrense, é formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS; pós-graduada em Planejamento Governamental pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu de Porto Velho (Rondônia); pós-graduada em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas (São Paulo); pós-graduada em Relações de Trabalho pela UFRGS; foi advogada da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima; advogada do Território Federal de Roraima; foi também servidora do TRT-RS, tendo trabalhado como assistente administrativa em vários gabinetes do Tribunal. Foi Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo lá atuado de agosto de 1986 a fevereiro de 1987. No mesmo mês, foi aprovada no concurso para Juíza Substituta do TRT 4ª Região. Foi Titular da Vara do Trabalho de Lajeado de novembro de 1990 a maio de 1992, quando assumiu a 13ª VT de Porto Alegre, onde atuou até ser promovida ao Tribunal. Tomou posse como Desembargadora do Trabalho em 17 de julho de 2009.

Denise Pacheco

Natural de Porto Alegre, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 1987. Ingressou no quadro funcional da Justiça do Trabalho da 4ª Região em 1981, como servidora. Tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 12ª Região/SC em 1990, mesmo ano em que se exonerou para assumir o cargo de Juíza do Trabalho Substituta do TRT-RS. Promovida a Juíza do Trabalho Titular em 1993, pelo critério de merecimento, presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de Uruguaiana, Sapiranga (3ª), São Leopoldo (2ª) e, por último, a 15ª VT de Porto Alegre. Exerceu a docência, como professora convidada, na Unisinos e na Femargs. Atuou como Juíza Convocada do TRT-RS no período de 1999 a 2009. Integrou a Comissão Examinadora de Concurso para Juiz do Trabalho do TRT-RS em 2007. Promovida pelo critério de merecimento, tomou posse como Desembargadora em julho de 2009.

Alexandre Corrêa da Cruz

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS no ano de 1993. Realizou o Curso de Formação de Magistrados do Estado do Rio Grande do Sul – Ajuris, no ano de 1993, e o Curso de Formação de Magistrados na Femargs, em 1994. Ingressou no TRT-RS, no ano de 1993, como servidor. No ano de 1995, ingressou no Ministério do Trabalho, tendo exercido o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho. Posteriormente, foi aprovado no 5º Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho, tomando posse em junho de 1996,

na Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, oficiando perante o TRT-RS e várias Juntas de Conciliação e Julgamento do Interior e da Capital. Exerceu a função de Coordenador da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição da PRT da 4ª Região, nos períodos de 2005/2007 e 2009/2010 e, no ano de 2010, tomou posse no Cargo de Desembargador do Trabalho do TRT-RS, ocupando vaga destinada a membros do MPT. No magistério, exerce a função de Professor de Direito do Trabalho na Femargs. É mestre em Direito pela UFRGS (2004) e doutorando em Direitos Humanos na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha/Espanha, tendo obtido nesta instituição o Diploma de Estudos Avançados (DEA).

Clóvis Fernando Schuch Santos

Natural de Porto Alegre/RS, é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS, trabalhou em escritório de advocacia especializado na área trabalhista, de 1981 a 1986, ano em que ingressou na magistratura como Juiz do Trabalho Substituto. Atuou como Juiz Substituto até março de 1991, quando promovido, por merecimento, a Juiz Titular da então JCJ de Alegrete. Passou, ainda, pelas seguintes unidades: 2ª VT de Rio Grande, Carazinho e 2ª VT de Novo Hamburgo (foi Juiz Diretor deste Foro em diversos períodos e participou da informatização da unidade judiciária, agilizando a prestação jurisdicional e o atendimento das partes). Foi Professor da disciplina de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, de 1º de março de 1992 a 18 de fevereiro de 1998, em Canoas e Gravataí. Foi eleito Presidente da Amatra IV, em 21 de junho de 1996, após ter exercido o cargo de secretário do Interior, Congressos e Eventos e Cultural. Exerceu o cargo até 19 de junho de 1998, ocasião em que foi eleito Secretário de Divulgação, atuando na Secretaria da Erradicação do Trabalho Infantil. Foi escolhido pela Amatra IV para integrar o Conselho Deliberativo da Femargs em março de 2002. Em 3 de setembro de 2010, assumiu o cargo de Desembargador do Trabalho. É hoje membro da 5ª Turma Julgadora, da 2ª Seção de Dissídios Individuais e suplente do Órgão Especial.

Maria da Graça Ribeiro Centeno

Natural de Moçambique, país do sudeste africano, é graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pelas Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis em 1982, iniciou a carreira como servidora do TRT-RS, em julho de 1983. Em outubro de 1987, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta no TRT da 12ª Região, passando a Juíza do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento do referido Tribunal em outubro de 1989. Retornou ao TRT-RS em julho de 1992, por permuta. Foi titular da 1ª VT de Taquara, da VTde Viamão e da 14ª VT de Porto Alegre. Exerceu a Direção do Foro de Taquara, no período de 1995 a 1997, e de Porto Alegre no período de 2003 a 2004. Em 2002, atuou como Juíza Convocada pela primeira vez, situação que se repetiu em 2003 e de 2006 a 2010. Promovida por merecimento a Desembargadora do Trabalho, tomou posse em 10 de dezembro de 2010.

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1982, na Unisinos. Realizou cursos de extensão universitária na Escola Osvaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (OAB/RS), nas áreas de Direito Securitário, Direito Previdenciário, Direito de Família, Direito Civil, Posse e Propriedade, Direito Processual Civil, Medidas Cautelares e Ações Declaratórias e Processo de Execução. Concluiu curso de especialização em Sociologia Jurídica e Direitos Humanos, em 1997, também pela Unisinos. Em 2006, realizou curso de especialização em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, pelo convênio entre o TRT-RS, a Universidade de Santa Cruz – Unisc e a Femargs. Profissionalmente, atuou como advogado trabalhista de 1982 a 1986. Foi servidor TRT-RS entre 1986 e 1989, ano em que ingressou na magistratura trabalhista como Juiz Substituto. Em 1991, foi promovido a Juiz Titular da VT de Triunfo. Em abril de 1994, assumiu a titularidade da 29ª VT de Porto Alegre. Exerceu, entre 1996 e 1998, a Vice-Direção do Foro Trabalhista da Capital. A partir de fevereiro de 2002, atuou como Juiz Convocado do TRT-RS em diversas ocasiões. Tomou

posse como Desembargador do Trabalho em 1º de setembro de 2011. É coautor dos livros "Modernização do Processo do Trabalho" (organizado por José Felipe Ledur, pela editora LTr, 1990) e "Sumaríssimo" (da Amatra IV, pela HS Editora, em 2000).

Rejane Souza Pedra

A porto-alegrense Rejane Souza Pedra ingressou na magistratura em 21 de abril de 1989 como Juíza do Trabalho Substituta. Antes disto, exerceu a advocacia trabalhista por 13 anos em Porto Alegre. Em 20 de agosto de 1992, assumiu a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana. Também foi titular da 2ª VT de Passo Fundo (de 1992 a 1993), da VT de Montenegro (de 1993 a 1994), da VT de Estância Velha (de 1994 a 1998) e da 4ª VT de Novo Hamburgo (de 1998 até 2012). Convocada pelo Tribunal por diversas ocasiões, desde 1999, tomou posse como Desembargadora do Trabalho em 28 de maio de 2012.

Wilson Carvalho Dias

Nascido em Bagé/RS, graduou-se em Direito na atual Universidade da Região da Campanha (Urcamp), em agosto de 1985. Desde o início de sua formação jurídica, dedicou-se à área trabalhista, tendo atuado na assessoria de entidades sindicais. Em 1990, ingressou no quadro de servidores do TRT-RS. Em 1990, foi aprovado no concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 12ª Região/SC, e também do TRT-RS, optando em permanecer no Rio Grande do Sul. Atuou como Juiz Substituto em diversas VTs do Estado, especialmente em Santo Ângelo, Guaíba, São Jerônimo, Triunfo e algumas unidades judiciárias de Porto Alegre (14ª e 19ª). Foi promovido em junho de 1993 para Juiz Titular da VT de São Borja, mas assumiu o cargo, já por remoção, diretamente na VT de Rosário do Sul, em julho de 1993 e, a partir de 2004, na VT de Alvorada. Atuou como Juiz Convocado no TRT-RS desde outubro de 2009, onde compôs a 8ª Turma. Tomou posse como Desembargador em 28 de maio de 2012.

Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Natural de Porto Alegre/RS, ingressou na magistratura trabalhista em 28 de setembro de 1990, como Juiz Substituto. Em 27 de julho de 1993, foi promovido pelo critério de merecimento, assumiu a titularidade da VT de Santo Ângelo, passando, depois, pelas unidades de Montenegro (1994 – 1998), Guaíba (1998 – 2000), Viamão (2000 – 2001), 10ª VT de Porto Alegre (2001 – 2007) e 2ª VT de Gramado (de 2007 até maio de 2012). Atuou pela primeira vez como Juiz Convocado em 1999, e, até sua posse como Desembargador em 28 de maio de 2012, houve 13 outras convocações. Integrou a Seção de Dissídios Coletivos. É especialista com MBA em Poder Judiciário, em Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi eleito membro do Conselho Consultivo da Escola Judicial do TRT4 em 25 de junho de 2007 e reconduzido para o biênio 2008/2009, mesmo período em que compôs a Comissão da Revista do TRT4.

Francisco Rossal de Araújo

Natural de Alegrete/RS, ingressou na magistratura em 27 de setembro de 1990, quando tomou posse como Juiz do Trabalho da 4ª Região. Em 22 de junho de 1993, assumiu a titularidade da 1ª VT de Erechim. Também foi titular da VT de São Gabriel (1993 – 1996), da 27ª VT de Porto Alegre (1996 – 2006), da VT de Rosário do Sul (2006) e da 16ª VT de Porto Alegre (de 2006 até 2012). Tomou posse como Desembargador em 28 de maio de 2012. Formou-se em 1988 pela UFRGS, onde também alcançou o grau de Mestre em Direito Público. É professor de Direito do Trabalho e Economia Política da UFRGS desde 2007. Presidiu a Amatra IV entre 2000 e 2002.

Marcelo Gonçalves de Oliveira

Natural de Pelotas/RS, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, em 1987. Foi advogado em sua cidade natal e em Porto Alegre, e tomou posse na Magistratura Trabalhista em 28 de setembro de 1990, como Juiz do Trabalho Substituto. Em 27 de julho de 1993, foi promovido a Juiz do Trabalho Titular, assumiu a jurisdição da VT de Palmeira das Missões. Também foi titular da 2ª VT de Passo Fundo (1993 – 2010), da VT de Lagoa Vermelha (2010 – 2012) e da 1ª VT de Passo Fundo (em 2012, até a posse como Desembargador, em maio daquele ano). Como Juiz Convocado no TRT-RS, atuou na 4ª Turma Julgadora.

Maria Helena Lisot

Nascida em Nova Prata/RS, ingressou na magistratura trabalhista em 28 de setembro de 1990. Em 22 de junho de 1993, assumiu a titularidade da 2ª VT de Santa Cruz do Sul. Esteve na titularidade também da 1ª VT de Sapiranga (1993 – 1994), 1ª VT de Novo Hamburgo (1994), 24ª VT de Porto Alegre (1994 – 2005), 2ª VT de Gramado (2005 – 2007) e, em 2007, assumiu a jurisdição da 10ª VT de Porto Alegre. Atuou como Juíza Convocada no TRT-RS e tomou posse como Desembargadora em 28 de maio de 2012.

Lucia Ehrenbrink

Natural de Estrela/RS, é graduada em Direito pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC, atual Unisc), desde 1985. Foi servidora da Caixa Econômica Federal de 1981 a 1990, tendo atuado, inclusive, como advogada da CEF. Em 25 de setembro de 1990, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta na 4ª Região. Em 27 de julho de 1993, foi promovida, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juíza Titular, que exerceu na 1ª VT de Lajeado, na 2ª VT de Sapiranga, na 23ª VT de Porto Alegre (nesta, desde a criação da unidade, em abril de 1994, até fevereiro de 2012) e na VT de São Gabriel. Como convocada ao TRT4, atuou nos seguintes períodos: de 1º.04.2002 a 03.05.2002, de 16.09.2002 a 19.12.2002, de 07.01.2010 a 05.02.2010, de 10.03.2010 a 10.08.2010 e de 08.12.2011 até a posse como Desembargadora, em 15 de outubro de 2012, após promoção pelo critério de merecimento. Participou de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Amatra IV, pela Escola Judicial do TRT-RS e pela Escola Superior da Magistratura – ESM da Ajuris.

Iris Lima de Moraes

Natural de Porto Alegre/RS, iniciou sua carreira na magistratura trabalhista da 4ª Região em 28 de setembro de 1990. Foi promovida a Juíza Titular em 27 de julho de 1993, quando assumiu a jurisdição da Vara do Trabalho de Três Passos. Também exerceu a titularidade da Vara do Trabalho de Montenegro (de 1998 a 2003) e da 1ª Vara do Trabalho de Gramado (de 2003 a 2012). Atuou como Juíza Convocada do Tribunal em 2012 e tomou posse como Desembargadora em 28 de maio do mesmo ano.

Maria Madalena Telesca

Porto-alegrense, graduada em Direito pela UFRGS, tomou posse como Juíza do Trabalho em 28 de setembro de 1990. A promoção a Juíza do Trabalho Titular ocorreu em 27 de julho de 1993, quando assumiu a jurisdição da VT de Ijuí. Também atuou na VT de São Jerônimo (de 1993 a 1994) e na 22ª VT de Porto Alegre (de 1994 a 2012, quando tomou posse como Desembargadora). Foi presidente da Amatra IV de 1998 a 2000. É especialista em Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho, curso promovido pela Escola Judicial do TRT-RS em convênio com a PUCRS. É membro da comissão permanente de organização do Fórum Mundial de Juízes. Entre 2010 e 2011, fez parte do Conselho Consultivo da Escola Judicial. É Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de

Juízes do Trabalho – ALJT e da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Atua na 3ª Turma Julgadora e na Seção de Dissídios Coletivos. Integra também a Comissão de Jurisprudência.

Herbert Paulo Beck

Natural de Porto Alegre/RS, ingressou na magistratura trabalhista gaúcha em 28 de setembro de 1990. Promovido a Juiz do Trabalho Titular, assumiu a jurisdição da 1ª VT de Erechim em 20 de agosto de 1993. Também ocupou a titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (1993) e da Vara do Trabalho de Farroupilha (de 1994 em diante). Atuou como Juiz Convocado no TRT-RS e atualmente integra a 11ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 1987. Em 2006, concluiu curso de pós-graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, por convênio entre Unisc, Femargs e TRT4. Tomou posse como Desembargador em 28 de maio de 2012.

George Achutti

Natural de Porto Alegre/RS, é graduado pela PUCRS em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo atuado como advogado desde dezembro de 1973 a janeiro de 1992, com ênfase na área trabalhista. Tomou posse em 7 de janeiro de 1992 como Juiz do Trabalho Substituto. Foi promovido, em abril de 1994, por critério de merecimento, a Juiz do Trabalho Titular. Presidiu as Varas do Trabalho de Santo Ângelo, Sapiranga (2ª), Gravataí (1ª, de 1995 a 1997), Novo Hamburgo (5ª, de 1997 a 2001), Porto Alegre (8ª, de 2001 a 2009) e, de 2009 em diante, a 15ª Vara do Trabalho. Atuou em convocações para o Tribunal, em 1999, 2002, 2006 e 2011. Integrou, ainda, como convocado, a 1ª Turma e a 2ª Seção de Dissídios Individuais, passando, posteriormente, à Seção Especializada em Execução. Após promoção ao Tribunal, pelo critério de merecimento, e posse em 28 de maio de 2012, ratificou a permanência nos mesmos órgãos julgadores. Foi conselheiro da Escola Judicial, bem como integrante da Comissão de Informática do Tribunal, eleito, em ambas, em vaga de Juiz de 1º grau, no período de dezembro 2010/2011, e Juiz Orientador de Magistrado Vitaliciando, na Escola Judicial, onde atuou, ainda, no Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho da 4ª Região, na matéria "Audiências – Dificuldades".

Tânia Regina Silva Reckziegel

Natural do Rio de Janeiro/RJ, formou-se na Unisinos em 1994. É Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Unisc e especialista em Gestão Pública pela UFRGS. Advogada especializada na área de Direito do Trabalho (de 1994 a 2012), foi Coordenadora e Professora de cursos de pós-graduação *Lato sensu* na Unisc/ENA nas matérias de Direito do Trabalho, Direito Eleitoral, Processos do Trabalho e Civil. Foi Presidente da Agetra e Diretora do Departamento de Direito do Trabalho do Iargs. Foi Vice-Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB/RS e Diretora da Federação das Mulheres Gaúchas. Foi Conselheira Seccional da OAB/RS, Diretora da Escola Nacional da OAB, Secretária-Geral da Caixa de Assistência da OAB/RS e Secretária-Geral da OAB/Canoas. Recebeu Votos de Louvor da OAB/RS em 2006, 2009 e 2011 pelos relevantes serviços prestados à advocacia gaúcha e nacional. É autora de diversos artigos científicos publicados em obras jurídicas. Ingressou no TRT-RS em outubro de 2012 pelo quinto constitucional, como representante dos advogados. Atuou na 9ª e na 7ª Turma.

Laís Helena Jaeger Nicotti

Natural de Porto Alegre/RS, é graduada em Direito pela PUCRS desde 1982 e cursou especialização em Processo Civil pela UFRGS e em Direito do Trabalho pela PUCRS. Ingressou na magistratura em 28 de setembro de 1990, quando tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta da 4ª Região Trabalhista. Em 22 de setembro de 1993, assumiu a titularidade da VT de São Borja. Também foi titular da 1ª VT de Erechim, da VT de Cruz Alta, da 2ª VT de Santa Cruz do Sul, da 1ª VT de Lajeado, da 3ª VT de Canoas e da 1ª VT de Porto Alegre (de dezembro de 2000 a janeiro de 2013, quando tomou posse como Desembargadora). Como Juíza Convocada, atuou em 2007 na 1ª

Turma, órgão julgador em que voltou a atuar a partir de seu ingresso no 2º grau, em 2013.

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Natural de Xanxerê/SC, é formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina desde 1995 e possui várias especializações na área jurídica, em direitos humanos, trabalho escravo, relações laborais (pela OIT, Universidade de Bolonha e Universidade Castilla-La Mancha), e jurisdição social (pelo Consejo General del Poder Judicial da España). Foi estagiário, Chefe de Gabinete e Assessor do Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região (SC). Também atuou como advogado. Em 1998, ingressou na PRT da 14ª Região/RO como Procurador do Trabalho, exercendo o cargo de Procurador-Chefe entre 1999 e 2003. Entre 2004 e 2010 foi membro da PRT12, em Florianópolis/SC, onde exerceu as funções de Coordenador da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição e Coordenador Regional da Coordenadoria de Combate às Irregularidades na Administração Pública. De 2010 a 2012, atuou na Procuradoria do Trabalho no Município de Chapecó/SC, na qualidade de Coordenador. Após, atuou na PRT da 4ª Região, exercendo suas funções no 2º grau de jurisdição. Também foi Coordenador da Escola Superior do Ministério Público da União na PRT14 (2000/2002) e na PRT12 (2006/2010). Lecionou na Universidade Federal de Rondônia, na pós-graduação da Amatra XII (SC), na Rede LFG (RJ/SP) e no curso Toga (RJ), ministrando aulas na área trabalhista. Foi membro do grupo de Assessoramento Técnico Externo da nova CLT (PL 1987/07), indicado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Foi sócio-fundador e primeiro Presidente do Ipeatra – Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho, seguindo como atual Diretor Legislativo. Ingressou no TRT4 pelo quinto constitucional e tomou posse como Desembargador do Trabalho em 16 de abril de 2013.

Gilberto Souza dos Santos

Natural de Porto Alegre/RS, é formado em Direito pela UFSM. Foi advogado de federações e sindicatos profissionais. Em 2009, tomou posse como Procurador do Trabalho no MPT. Pelo MPT, atuou no estado de Roraima, em atividades voltadas à regularização do trabalho informal em madeireiras, ao combate ao trabalho infantil, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e no resgate de trabalhadores em condições análogas às de escravos. Atuou como representante estadual nas coordenadorias nacionais do MPT das áreas do trabalho portuário e aquaviário, da liberdade sindical, do meio ambiente do trabalho e do combate às fraudes. É um dos autores da obra "Direitos Fundamentais na visão de Procuradores do Trabalho", lançado em 2012 pela Editora Ltr. Vinha atuando na Procuradoria do Trabalho em Pelotas/RS até a posse como Desembargador do Trabalho em 17 de abril de 2013.

Raul Zoratto Sanvicente

Natural de Porto Alegre/RS, é formado em Jornalismo (PUCRS) e em Direito (UFRGS), atuou como jornalista em veículos de comunicação de Porto Alegre e Belém (PA). Em 1979, ingressou no TRT da 4ª Região como servidor. Exerceu as funções de Secretário de Audiências, Diretor de Secretaria e Secretário da Corregedoria. Tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto na 4ª Região em 1992. Foi promovido a Juiz do Trabalho Titular em 1994, passando por unidades judiciárias de Uruguaiana, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul (1ª VT), Triunfo, Caxias do Sul (3ª VT), Sapiranga (3ª VT), Canoas (1ª VT) e Porto Alegre (19ª VT). Foi titular da 30ª VT da Capital, especializada em acidentes de trabalho, e atuou como Juiz Convocado do Tribunal. Promovido pelo critério de merecimento, em 19 de abril de 2013, tomou posse como Desembargador do Trabalho.

André Reverbel Fernandes

Natural de Santa Vitória do Palmar/RS, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto da 4ª Região Trabalhista em 7 de janeiro de 1992. Promovido em 1994, assumiu a titularidade da Vara do Trabalho de Alegrete. Após, passou por unidades de Palmeira das Missões, Caxias do Sul (1ª VT), Sapucaia do Sul e, a partir de 2001, foi titular da 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Atuou como Juiz Convocado no Tribunal a partir de 2010 e tomou posse como Desembargador em 19 de abril de 2013, promovido pelo critério de antiguidade. Atualmente, integra a 4ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais. É mestre em Poder Judiciário pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

João Paulo Lucena

Natural de Porto Alegre/RS, graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS em 1988. Como pós-graduação, cursou a Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris, Especialização em Direito e Processo do Trabalho na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos/RS, Especialização em Processo Civil na Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, os créditos relativos ao Mestrado em Direito Público pela UFRGS e o programa internacional de extensão em Direito Norte-Americano na Universidade da Califórnia em Davis/EUA. Em Porto Alegre, exerceu a advocacia laboral autônoma, foi advogado e coordenador jurídico da Fundação Banrisul de Seguridade Social de 1988 a 2001, associado e coordenador trabalhista do escritório internacional corporativo Trench, Rossi e Watanabe/Baker & McKenzie de 2003 a 2009, e sócio-coordenador da área trabalhista de Pita Machado Advogados, especializado em advocacia sindical de trabalhadores, de 2009 a 2012, atuando como assessor jurídico especial dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e região e de Carlos Barbosa/RS. Na representação profissional, ocupou cargos de Diretoria da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra) de 2009 a 2012, entidade que integrou por 25 anos, e do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul entre 1996 e 2013. É autor de obras jurídicas nas áreas de Processo Civil, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, é professor e pesquisador convidado em cursos de pós-graduação e na Escola Judicial do TRT4. Foi nomeado Desembargador do Trabalho pela Presidência da República para ocupar a vaga destinada ao quinto constitucional da advocacia trabalhista em 12 de junho de 2013, tendo sido empossado no dia 24 de junho do mesmo ano.

Fernando Luiz de Moura Cassal

Natural de Jaguarão/RS, graduou-se em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no ano de 1985. Ingressou na Justiça do Trabalho em 1989, como Técnico Judiciário. Sua posse na magistratura ocorreu em 23 de novembro de 1992, como Juiz do Trabalho Substituto. Foi promovido em 17 de abril de 1995, a Juiz do Trabalho Titular, assumindo a titularidade da Vara do Trabalho de São Borja. Exerceu, ainda, a titularidade da 1ª VT de Erechim, da VT de Cruz Alta, da VT de Osório, da VT de Gramado, da 17ª VT de Porto Alegre, da 15ª VT de Porto Alegre, da 3ª VT de Novo Hamburgo e da 1ª VT de Bento Gonçalves. Atuou como Juiz Convocado na 1ª, 4ª, 6ª, 8ª, 9ª e 10ª Turmas do TRT4, entre os anos de 2002 e 2014. Promovido pelo critério de merecimento, tomou posse como Desembargador em 5 de junho de 2014.

Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

Natural de Santiago/RS, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, em 1982. Praticou a advocacia de 1983 a 1987, ano em que ingressou no TRT-RS como servidora. Tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta da 4ª Região Trabalhista em 1992. Promovida a Juíza do Trabalho Titular em 13 de abril de 1994, na 1ª VT de Uruguaiana, atuou também na titularidade da VT de Guaíba, da 1ª VT de Sapiranga, da 1ª VT de Santa Cruz do Sul, da 6ª VT de Porto Alegre e da VT de Viamão. Foi Diretora do Foro Trabalhista de Santa Cruz nos períodos de 1993 a 1996 e de 1998 a 1999. Foi empossada como Desembargadora do Trabalho em 5 de junho de 2014. Atuou como professora da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), titular da cátedra de Direito Processual do Trabalho, na Faculdade de Direito. Foi também professora convidada da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs). Dentre os cursos de aperfeiçoamento que concluiu, estão: Curso de Extensão Universitária – Direito do Trabalho (com aproveitamento) – Faculdade de Direito Amatra – PUCRS – 1988; Curso de Prática de Sentença Trabalhista, conduzido pelo ministro Gelson de Azevedo – 1991; Curso de Pós-Graduação em Direito Processual – Unisc – 1997/1998; Curso de Especialización sobre Derecho del Trabajo, Escuela de Posgrado de la Facultad de Derecho de la Universidad de la República, UdelaR, Montevideo, no Uruguai.

TRIBUNAL PLENO

Composição em 31 de dezembro de 2014:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente
BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
LEONARDO MEURER BRASIL
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT

LUCIA EHRENBRINK

IRIS LIMA DE MORAES

MARIA MADALENA TELESCA

HERBERT PAULO BECK

GEORGE ACHUTTI

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

RAUL ZORATTO SANVICENTE

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

Integraram, ainda, o Tribunal, no exercício de 2014, os Desembargadores DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO (aposentadoria em 17.01.2014); RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING (aposentadoria em 17.01.2014); JOÃO GHISLENI FILHO (aposentadoria em 05.06.2014) e MARIA HELENA MALLMANN (posse no cargo de Ministro do TST em 23.12.2014).

Tomaram posse, no ano de 2014, os Exmos. Desembargadores:

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL, em 05.06.2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho;

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI, em 05.06.2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling.

Juízes de 1º Grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2014:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA

JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

RICARDO FIOREZE (Juiz Auxiliar da Presidência)

ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI (Juíza Auxiliar da Corregedoria)

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL (posse em 05.06.2014)

MANUEL CID JARDÓN

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI (posse em 05.06.2014)

ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA

MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

LUIS CARLOS PINTO GASTAL

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno compareceram os Procuradores FABIANO HOLZ BESERRA, ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN e PAULO JOARÊS VIEIRA.

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição em 31 de dezembro de 2014:

ANTIGUIDADE:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

JURACI GALVÃO JÚNIOR

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

ELEITOS:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente

BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional

DENISE PACHECO

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

RAUL ZORATTO SANVICENTE

SUPLENTES:

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

IRIS LIMA DE MORAES

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

MARIA HELENA LISOT

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

REJANE SOUZA PEDRA

Integraram, ainda, o Órgão Especial os Desembargadores DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO (aposentadoria em 17.01.2014), JOÃO GHISLENI FILHO (aposentadoria em 05.06.2014) e MARIA HELENA MALLMANN (posse no cargo de Ministro do TST em 23.12.2014).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas Sessões do Órgão Especial, compareceram os Procuradores FABIANO HOLZ BESERRA, ROGÉRIO UZUN FLEISCHMANN, PAULO JOARÊS VIEIRA, PAULO BORGES DA FONSECA SEGER e PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIROZ.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Composição em 31 de dezembro de 2014:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

JURACI GALVÃO JUNIOR

BERENICE MESSIAS CORRÊA

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

FLÁVIA LORENA PACHECO

JOÃO PEDRO SILVESTRIN

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

MARIA MADALENA TELESCA

Integraram também a Seção de Dissídios Coletivos no ano de 2014, os Desembargadores DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO (aposentadoria em 17.01.2014); RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING (aposentadoria em 17.01.2014) e JOÃO GHISLENI FILHO (aposentadoria em 05.06.2014). Ainda, integraram a Seção os Juízes Titulares de Vara do Trabalho ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER, na cadeira do Desembargador Leonardo Meurer Brasil; JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA, na cadeira do Desembargador João Pedro Silvestrin; MARCOS FAGUNDES SALOMÃO, na cadeira do Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, e JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, na cadeira do Desembargador João Ghisleni Filho.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos, compareceu a Procuradora BEATRIZ DE HOLLEBEN JUNQUEIRA FIALHO.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2014:

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA – Presidente

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

HERBERT PAULO BECK

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

RAUL ZORATTO SANVICENTE

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

Integraram também a 1ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2014, o Juiz Titular de Vara do Trabalho JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA, convocado para atuar na cadeira do Desembargador João Ghisleni Filho.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 1ª Seção de Dissídios individuais compareceram os Procuradores ANA LUIZA ALVES GOMES, ANDRÉ LUIS SPIES, DENISE MARIA SCHELLENBERGER, PAULO BORGES DA FONSECA SEGER, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, ADRIANA ARNT HERBST, SILVANA RIBEIRO MARTINS, VICTOR HUGO LAITANO, LEANDRO ARAÚJO e LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição em 31 de dezembro de 2014:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

LEONARDO MEURER BRASIL

RICARDO CARVALHO FRAGA

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

WILSON CARVALHO DIAS

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

MARIA HELENA LISOT

IRIS LIMA DE MORAES

GEORGE ACHUTTI

Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2014 a Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE, em razão das férias de todos os Magistrados integrantes da 2ª SDI no mês de janeiro de 2014; a Desembargadora CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ, porque vinculada a processos; os Juízes Titulares de Vara do Trabalho MANUEL CID JARDON (na cadeira do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo, atualmente conselheiro do Conselho Nacional de Justiça); ROBERTO ANTÔNIO CARVALHO ZONTA (na cadeira do Desembargador José Felipe Ledur, afastado da jurisdição em razão do cargo de Diretor da Escola Judicial) e ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER (na cadeira do Desembargador Leonardo Meurer Brasil, em razão de seu afastamento por motivo de doença).

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da 2ª Seção de Dissídios individuais compareceram os Procuradores ADRIANE ARNT HERBST, ANA LUIZA ALVES GOMES, CRISTIANO BOCORNY CORRÊA, LEANDRO ARAÚJO, LUIZ FERNANDO MATHIAS VILAR, MARIA CRISTINA SANCHEZ GOMES FERREIRA, PAULO EDUARDO PINTO DE QUEIRÓZ, ROBERTO PORTELA MILDNER e VICTOR HUGO LAITANO.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Composição em 31 de dezembro de 2014:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

VANIA CUNHA MATTOS

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

REJANE SOUZA PEDRA

LUCIA EHRENBRINK

Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2014 os Desembargadores JOÃO GHISLENI FILHO (aposentadoria em 05.06.2014), MARIA HELENA MALLMANN, JOÃO PEDRO SILVESTRIN, BEATRIZ RENCK, WILSON CARVALHO DIAS, GEORGE ACHUTTI, MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO e os Juízes Titulares de Vara do Trabalho JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA e LUIZ CARLOS PINTO GASTAL.

1ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

IRIS LIMA DE MORAES

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

Integraram também a 1ª Turma Julgadora os Desembargadores ANA LUIZA HEINECK KRUSE, GEORGE ACHUTTI e MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO.

2ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integraram também a 2ª Turma Julgadora os Desembargadores VANIA CUNHA MATTOS e RAUL ZORATTO SANVICENTE, e o Juiz Titular de Vara do Trabalho JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA.

3ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

RICARDO CARVALHO FRAGA

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

MARIA MADALENA TELESCA

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Integraram também a 3ª Turma Julgadora os Desembargadores LUIZ ALBERTO DE VARGAS, FLÁVIA LORENA PACHECO e os Juízes Titulares de Vara do Trabalho JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA e MARCOS FAGUNDES SALOMÃO.

4ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

JOÃO PEDRO SILVESTRIN

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

GEORGE ACHUTTI

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

Integraram também a 4ª Turma Julgadora os Desembargadores BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI, GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, RICARDO LUIZ TAVARES

GEHLING (aposentadoria em 17.01.2014), e o Juiz Titular de Vara do Trabalho JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA.

5ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

BERENICE MESSIAS CORRÊA

LEONARDO MEURER BRASIL

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

Integraram também a 5ª Turma Julgadora os Desembargadores REJANE SOUZA PEDRA e ANDRÉ REVERBEL FERNANDES, e a Juíza Titular de Vara do Trabalho ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER.

6ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

JOSÉ FELIPE LEDUR

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

RAUL ZORATTO SANVICENTE

Integraram também a 6ª Turma Julgadora as Desembargadoras BEATRIZ RENCK e MARIA HELENA LISOT e os Juízes Titulares de Vara do Trabalho JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA e ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA.

7ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO

WILSON CARVALHO DIAS

Integraram também a 7ª Turma Julgadora os Desembargadores MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO, MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA e TANIA REGINA SILVA RECKZIEGEL, e o Juiz Titular de Vara do Trabalho MANUEL CID JARDON, na cadeira do Desembargador Flavio Portinho Sirangelo.

8ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

JURACI GALVÃO JÚNIOR

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

JOÃO PAULO LUCENA

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL

Integraram também a 8ª Turma Julgadora os Desembargadores DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO (aposentadoria em 17.01.2014) e LUCIA EHRENBRINK, e a Juíza Titular Titular de Vara do Trabalho ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER.

9ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

LUCIA EHRENBRINK

Integraram também a 9ª Turma Julgadora os Desembargadores CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ, MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO e ANDRÉ REVERBEL FERNANDES.

10ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

VANIA CUNHA MATTOS

REJANE SOUZA PEDRA

Vaga decorrente da nomeação da Desembargadora Maria Helena Mallmann como Ministra do TST EM 23.12.2014

Integraram também a 10ª Turma Julgadora os Desembargadores MARIA HELENA MALLMANN, EMÍLIO PAPALÉO ZIN, DENISE PACHECO, WILSON CARVALHO DIAS, JOÃO PAULO LUCENA e o Juiz Titular de Vara do Trabalho LUIS CARLOS PINTO GASTAL.

11ª TURMA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

FLÁVIA LORENA PACHECO

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

MARIA HELENA LISOT

HERBERT PAULO BECK

Integraram também a 11ª Turma Julgadora o Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO (aposentadoria em 05.06.2014) e o Juiz Titular de Vara do Trabalho JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA.

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO 1º GRAU

JUÍZES TITULARES

Em 31 de dezembro de 2014 (por ordem de antiguidade)

1 KARINA SARAIVA CUNHA
2 JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
3 JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
4 ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
5 JANNEY CAMARGO BINA
6 MARCOS FAGUNDES SALOMÃO
7 JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
8 NEURI GABE
9 MANUEL CID JARDÓN
10 JOÃO CARLOS FRANCKINI
11 SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
12 BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
13 MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
14 CARLOS ALBERTO MAY
15 LUIS CARLOS PINTO GASTAL
16 ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
17 VANDA IARA MAIA MÜLLER
18 LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
19 NOÊMIA SALTZ GENSAS
20 ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
21 JOE ERNANDO DESZUTA
22 MAURICIO SCHMIDT BASTOS
23 FREDERICO RUSSOMANO
24 ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH
25 VALERIA HEINICKE DO NASCIMENTO
26 ENY ONDINA COSTA DA SILVA
27 ANITA JOB LÜBBE
28 EDSON PECIS LERRER
29 CLÁUDIO ROBERTO OST
30 JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI

31 CARLOS HENRIQUE SELBACH
32 LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
33 ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
34 HORISMAR CARVALHO DIAS
35 EDUARDO DE CAMARGO
36 LUIZ ANTONIO COLUSSI
37 ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI
38 JOSÉ RENATO STANGLER
39 PAULO LUIZ SCHMIDT
40 EDSON MOREIRA RODRIGUES
41 THEMIS PEREIRA DE ABREU
42 CACILDA RIBEIRO ISAACSSON
43 ARY FARIA MARIMON FILHO
44 MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
45 RICARDO FIOREZE
46 RUI FERREIRA DOS SANTOS
47 MARCELO SILVA PORTO
48 CELSO FERNANDO KARSBURG
49 ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
50 LUIS FETTERMANN BOSAK
51 SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
52 JORGE ALBERTO ARAUJO
53 MÁRCIA CARVALHO BARRILI
54 PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
55 ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
56 NEUSA LÍBERA LODI
57 GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
58 LILA PAULA FLORES FRANÇA
59 LAURA ANTUNES DE SOUZA
60 LUIS ANTÔNIO MECCA
61 DANIEL DE SOUSA VOLTAN
62 RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
63 MARILENE SOBROSA FRIEDL
64 CLOCEMAR LEMES SILVA
65 BERNARDA NUBIA TOLDO
66 ELISABETE SANTOS MARQUES
67 DANIEL SOUZA DE NONOHAY
68 ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA

69 MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
70 ADRIANO SANTOS WILHELMS
71 SIMONE SILVA RUAS
72 ROSANE MARLENE DE LEMOS
73 CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
74 LEANDRO KREBS GONÇALVES
75 ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH
76 MARCELO CAON PEREIRA
77 RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
78 PATRICIA HERINGER
79 ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN
80 MAURÍCIO MACHADO MARCA
81 ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
82 FERNANDO FORMOLO
83 MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
84 LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
85 VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
86 JARBAS MARCELO REINICKE
87 IVANILDO VIAN
88 SILVIONEI DO CARMO
89 FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
90 MÁRCIO LIMA DO AMARAL
91 TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
92 CARLA SANVICENTE VIEIRA
93 JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
94 INGRID LOUREIRO IRION
95 FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY
96 PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
97 ADRIANA FREIRES
98 SIMONE OLIVEIRA PAESE
99 VALDETE SOUTO SEVERO
100 MARISTELA BERTEI ZANETTI
101 ANA JULIA FAZENDA NUNES
102 RAFAEL DA SILVA MARQUES
103 CINARA ROSA FIGUEIRÓ
104 GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
105 LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
106 EDUARDO DUARTE ELYSEU

107 RENATO BARROS FAGUNDES
108 CANDICE VON REISSWITZ
109 ODETE CARLIN
110 LUCIANA BÖHM STAHNKE
111 CINTIA EDLER BITENCOURT
112 CRISTIANE BUENO MARINHO
113 CRISTINA BASTIANI
114 JOSÉ CARLOS DAL RI
115 RAQUEL NENÊ SANTOS
116 JULIETA PINHEIRO NETA
117 LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
118 LINA GORCZEVSKI
119 ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
120 DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI
121 FABIANA GALLON
122 GILBERTO DESTRO
123 RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
124 ADRIANA MOURA FONTOURA
125 PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
126 CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES
127 DEISE ANNE HEROLD
128 LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
129 DIOGO SOUZA
130 GRACIELA MAFFEI
131 ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
132 ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO

JUÍZES SUBSTITUTOS

Em 31 de dezembro de 2014 (por ordem de antiguidade)

1 SONIA MARIA POZZER
2 ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
3 PAULO ERNESTO DORN
4 RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
5 CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA

6 PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
7 FERNANDA PROBST MARCA
8 SÉRGIO GIACOMINI
9 BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA
10 RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
11 MARCELO BERGMANN HENTSCHKE
12 ROZI ENGELKE
13 ELIANE COVOLO MELGAREJO
14 GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
15 PAULA SILVA ROVANI WEILER
16 MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
17 LENARA AITA BOZZETTO
18 JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
19 MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
20 LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE
21 RITA VOLPATO BISCHOFF
22 FABÍOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
23 EDUARDO VIANNA XAVIER
24 CAROLINA HOSTYN GRALHA BECK
25 ADRIANA SEELIG GONÇALVES
26 ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
27 ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA
28 ELIZABETH BACIN HERMES
29 MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
30 LUCIANA KRUSE
31 RAFAELA DUARTE COSTA
32 DANIELA ELISA PASTÓRIO
33 DENILSON DA SILVA MROGINSKI
34 JULIANA OLIVEIRA
35 RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
36 MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
37 ADRIANA KUNRATH
38 GUSTAVO JAQUES
39 RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
40 CESAR ZUCATTI PRITSCH
41 MAX CARRION BRUECKNER
42 LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
43 GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA

44 NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
45 RODRIGO DE ALMEIDA TONON
46 VINÍCIUS DANIEL PETRY
47 ALINE VEIGA BORGES
48 GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
49 TIAGO MALLMANN SULZBACH
50 JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
51 LUCIANA CARINGI XAVIER
52 ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
53 LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
54 FABIANE MARTINS
55 EDENILSON ORDOQUE AMARAL
56 OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
57 LUÍSA RUMI STEINBRUCH
58 DANIELA FLOSS
59 CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
60 RAQUEL GONÇALVES SEARA
61 VALTAIR NOSCHANG
62 ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO
63 FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
64 GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
65 NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA
66 EDUARDO BATISTA VARGAS
67 ANA PAULA KEPPELER FRAGA
68 MARCIA PADULA MUCENIC
69 MATHEUS BRANDÃO MORAES
70 CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
71 BRUNO MARCOS GUARNIERI
72 LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
73 CHARLES LOPES KUHN
74 DANIELA MEISTER PEREIRA
75 THIAGO BOLDT DE SOUZA
76 CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
77 MILENA ODY
78 RODRIGO MACHADO JAHN
79 FELIPE LOPES SOARES
80 PATRICIA ZEILMANN COSTA
81 EVANDRO LUÍS URNAU

82 IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
83 KELEN PATRÍCIA BAGETTI
84 GIANI GABRIEL CARDOZO
85 NELSILENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN
86 MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO
87 GUSTAVO PUSCH
88 CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO
89 MAURICIO JOEL ZANOTELLI
90 ANDRÉ SESSIM PARISENTI
91 ELISEU CARDOZO BARCELLOS
92 EDENIR BARBOSA DOMINGOS
93 ALESSANDRA CASARIL
94 GABRIELA LENZ DE LACERDA
95 RAFAEL MOREIRA DE ABREU
96 RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO
97 JAQUELINE MARIA MENTA
98 ÁTILA DA ROLD ROESLER
99 BÁRBARA FAGUNDES
100 ADRIANA LEDUR
101 MATEUS CROCOLI LIONZO
102 SHEILA SPODE
103 CÍNTHIA MACHADO DE OLIVEIRA
104 JORGE FERNANDO XAVIER DE LIMA
105 FERNANDO REICHENBACH
106 FELIPE JAKOBSON LERRER
107 PATRÍCIA BLEY HEIM

POSSES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS DE MAGISTRADOS EM 2014

POSSES

Tomaram posse no ano de 2014:

No cargo de Juiz do Tribunal:

FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL, em 05.06.2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho;

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI, em 05.06.2014, em vaga decorrente da aposentadoria do Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling

No cargo de Juiz do Trabalho Substituto:

BÁRBARA FAGUNDES, em 24.01.2014 (permuta – TRT da 9ª Região);

ADRIANA LEDUR, em 06.06.2014 (permuta – TRT da 9ª Região);

MATEUS CROCOLI LIONZO, em 06.06.2014 (permuta – TRT da 3ª Região);

JORGE FERNANDO XAVIER DE LIMA, em 19.08.2014 (permuta – TRT da 9ª Região);

ÁTILA DA ROLD ROESLER, em 20.01.2014 (removido do TRT da 23ª Região);

SHEILA SPODE, em 04.08.2014 (removida do TRT da 15ª Região);

CINTHIA MACHADO DE OLIVEIRA, em 04.08.2014 (removida do TRT da 15ª Região);

FERNANDO REICHENBACH, em 30.09.2014 (removido do TRT da 2ª Região);

FELIPE JAKOBSON LERRER, em 30.09.2014 (removido do TRT da 2ª Região);

PATRÍCIA BLEY HEIM, em 17.11.2014 (removida do TRT da 1ª Região).

No cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho:

GILBERTO DESTRO, em 26.02.2014, para a 3ª VT de Rio Grande;

RACHEL DE SOUZA CARNEIRO, em 04.04.2014, para a VT de São Borja;

ADRIANA MOURA FONTOURA, em 04.04.2014, para a VT de Palmeira das Missões;

PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA, em 06.06.2014, para a VT de Frederico Westphalen;

CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES, em 30.09.2014, para a 3ª VT de Erechim;

DEISE ANNE HEROLD, em 30.09.2014, para a 1ª VT de Erechim;

LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH, em 30.09.2014, para a VT de São Borja;

DIOGO SOUZA, em 30.09.2014, para a 4ª VT de Rio Grande;

GRACIELA MAFFEI, em 30.09.2014, para a 3ª VT de Rio Grande;

ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, em 28.11.2014, para a 4ª VT de Rio Grande;

ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO, em 28.11.2014, para a VT de São Borja.

REMOÇÕES

EDUARDO DUARTE ELYSEU, em 27.01.2014, para a VT de São Gabriel;
JULIETA PINHEIRO NETA, em 27.01.2014, para a 1ª VT de Erechim;
CINTIA EDLER BITENCOURT, em 27.01.2014, para a VT de Triunfo;
JOSÉ CARLOS DAL RI, em 17.02.2014, para a VT de Alegrete;
LINA GORCZEVSKI, em 30.06.2014, para a 1ª VT de Bento Gonçalves;
MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA, em 30.06.2014, para a 27ª VT de Porto Alegre;
ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH, em 30.06.2014, para a 3ª VT de Porto Alegre;
DANIEL SOUZA DE NONOHAY, em 30.06.2014, para a14ª VT de Porto Alegre;
PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI, em 30.06.2014, para a VT de Viamão;
CANDICE VON REISSWITZ, em 21.07.2014, para a 2ª VT de Gravataí;
PATRÍCIA HERINGER, em 21.07.2014, para a 23ª VT de Porto Alegre;
CINTIA EDLER BITENCOURT, em 21.07.2014, para a 1ª VT de Gravataí;
CARLA SANVICENTE VIEIRA, em 21.07.2014, para a 1ª VT de Porto Alegre;
RUI FERREIRA DOS SANTOS, em 21.07.2014, para a VT de Torres;
VALDETE SOUTO SEVERO, em 21.07.2014, para a 1ª VT de São Leopoldo;
RACHEL DE SOUZA CARNEIRO, em 22.07.2014, para 4ª VT de Rio Grande;
ROSANE MARLENE DE LEMOS, em 06.08.2014, para a 5ª VT de Novo Hamburgo;
ADRIANO SANTOS WILHELMS, em 06.08.2014, para a VT Farroupilha;
DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI, em 06.08.2014, para a VT de Santana do Livramento;
GILBERTO DESTRO, em 12.08.2014, para a VT de Triunfo;
JULIETA PINHEIRO NETA, em 12.08.2014, para a VT de Guaíba;
RACHEL DE SOUZA CARNEIRO, em 22.08.2014, para a 2ª VT de Rio Grande;
RENATO BARROS FAGUNDES, em 22.08.2014, para a 5ª VT de Caxias do Sul;
CRISTINA BASTIANI, em 22.08.2014, para a 2ª VT de Sapiranga;
ADRIANA MOURA FONTOURA, em 15.09.2014, para a VT de Camaquã;
PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA, em 15.09.2014, para a 2ª VT de Lajeado;
DIOGO SOUZA, em 10.10.2014, para a VT de Frederico Westphalen;
LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH, em 10.10.2014, para a VT de Palmeira das Missões.

PERMUTAS PARA OUTROS REGIONAIS

BRAULIO AFFONSO COSTA, em 24.01.2014, para o TRT da 9ª Região;
JULIANE PENTEADO DE CARVALHO BERNARDI, em 06.06.2014, para o TRT da 9ª Região;
SOFIA FONTES REGUEIRA, em 06.06.2014, para o TRT da 3ª Região;
BERNARDO GUIMARÃES FERNANDES DA ROCHA, em 19.08.2014, para o TRT da 9ª Região.

APOSENTADORIAS

CERES BATISTA DA ROSA PAIVA, em 24.06.2014;

CLAUDIO SCANDOLARA, em 24.06.2014;

DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO, em 17.01.2014;

JOÃO GHISLENI FILHO, em 05.06.2014;

RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING, em 17.01.2014;

ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN, em 03.06.2014;

ROSEMARIE TEIXEIRA SIEGMANN, em 03.06.2014;

SÔNIA MARIA FRAGA DA SILVA, em 02.06.2014.

NOMEAÇÕES PARA O TST

MARIA HELENA MALLMANN, em 23.12.2014.

COMISSÕES REGIMENTAIS

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Composição em 31 de dezembro de 2014:

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente

Desembargadora MARIA MADALENA TELESCA

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Juíza ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Juiz JORGE ALBERTO ARAUJO

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Composição em 31 de dezembro de 2014:

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente

Desembargador HERBERT PAULO BECK

Desembargador GEORGE ACHUTTI

Juiz MAURÍCIO SCHMIDT BASTOS

Juíza MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO

Juiz RICARDO FIOREZE

Juíza ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI

Servidor LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO

Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS

Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Composição em 31 de dezembro de 2014:

Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente

Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Composição em 31 de dezembro de 2014:

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

Desembargadora VÂNIA MARIA CUNHA MATTOS

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Juiz RODRIGO TRINDADE DE SOUZA

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA

Uma vaga de desembargador

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE 2º GRAU

PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral da Presidência
Soraia Bohn

Assessora Jurídica da Presidência
Bruna Calsing

Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (nova denominação a contar de 12.05.2014, anteriormente denominada Assessoria de Gestão Estratégica)
Dalva Stracke Ferreira (até 09.03.2014)
Carolina da Silva Ferreira (a partir de 19.05.2014)

Diretor da Secretaria de Apoio aos Magistrados
João Carlos Girotto

Diretora da Secretaria de Controle Interno
Tânia Mara de Araújo Borges

Assessoria de Gestão de Mudanças (nova denominação a contar de 12.05.2014, anteriormente denominada Secretaria de Gestão de Mudanças)
Julia Helena Vargas Viegas (de 18.09.2013 a 11.03.2014)
Jeferson Andrade (de 12.03.2014 a 10.04.2014)
Julia Helena Vargas Viegas (de 11.04.2014 a 13.05.2014)
Jeferson Andrade (de 14.05.2014 a 08.07.2014)
Julia Helena Vargas Viegas (a partir de 09.07.2014)

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
Natacha Moraes de Oliveira

Coordenadoria de Gestão de TIC (nova denominação a contar de 18.09.2014, anteriormente denominada Coordenadoria de Planejamento e Projetos)
Alberto Daniel Muller

Coordenadoria de Atendimento a Usuários
Therezinha Schaab

Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica
Paulo Mendes Ribeiro Junior

Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
André Soares Farias

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO, EXECUÇÃO E PRECATÓRIOS

(nova denominação a contar de 19.12.2014, anteriormente denominado Juízo Auxiliar de Conciliação)

Assessora-Chefe do Jacep
Márcia Jaqueline Leal Vargas

ESCOLA JUDICIAL

Secretaria Executiva da Escola Judicial
Carmen Rosane da Silva Carvalho (até 24.02.2014)
Diogo Grimberg (a partir de 25.02.2014)

Coordenadora de Documentação e Pesquisa
Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira

Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento
Camila Frigo

VICE-PRESIDÊNCIA

Assessora
Ana Lúcia Silveira Coitinho

CORREGEDORIA REGIONAL

Secretária da Corregedoria
Kátia Viegas

Assessor Técnico-Operacional
Sidnei Gomes da Silva (até 21.09.2014)
Jeferson Andrade (a partir de 22.09.2014)

Assessor Jurídico da Corregedoria Regional
Rodrigo Velleda Lázaro da Silva

Assessora Administrativa
Carine Moehlecke Kohmann

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Assessora
Nádia Beatriz Dadalt

MEMORIAL

Coordenador(a) do Memorial
Walter Oliveira (até 18.12.2014)
Kátia Teixeira Kneipp (a partir de 19.12.2014)

OUVIDORIA

Assistente-Chefe da Ouvidoria
Renato Annen Júnior

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral
Luiz Fernando Taborda Celestino

Assessor da Diretoria-Geral
Antônio Carlos Lantmann

Diretor da Secretaria de Administração
Carlos Aita (até 04.03.2014)
Daniela Vaz dos Santos (a partir de 03.07.2014)

Coordenadoria de Contabilidade
Éder Giovane Scherer Oliveira

Coordenadoria de Planejamento
André Luis de Assis

Coordenadoria de Licitações e Contratos
Daniela Vaz dos Santos (até 02.07.2014)
Alexandre Nunes Gomes (a partir de 26.08.2014)

Coordenadoria de Material e Logística
Sandro Schiavon

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
Fernando Sodré

Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tatiana Pedragosa Severo

Coordenadoria de Pagamento

Cesar Augusto Collatto

Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo
Beny Stewson Siqueira da Fontoura

Coordenadoria de Segurança Institucional
João Luiz Peixoto da Silva

Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos
Débora Becker

Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços
Marcos Aurélio da Rosa Silva

Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais
Luís Fernando Pontello

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Mauro Baltar Grillo

Coordenadoria de Informações Funcionais
Lúcia Thomé de Oliveira

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Paulo Ricardo Barreto Ferreira

Diretor da Secretaria de Comunicação Social
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto (até 30.11.2014)
Mário Garrastazu Médici Neto (a partir de 1º.12.2014)

Assessor de Comunicação Social
Gabriel Pereira Borges Fortes Neto (a partir de 1º.12.2014)

Coordenadoria de Saúde
Pedro Ivo Siqueira de Belli

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

Secretário-Geral Judiciário
Onélio Luís Soares dos Santos

Assessor da Secretaria-Geral Judiciária
Aldo da Silva Jardim

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos
Cláudia Regina Schröder

Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais
Ialdari Maria Benvenutti Santin

Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais
Mauren Reinoldi da Silva

Secretária da Seção Especializada em Execução
Ivone Costa Weege (até 21.04.2014)
Marcia Lamberti Doval (a partir de 22.04.2014)

Secretária da 1ª Turma Julgadora
Elizete de Fátima de Freitas Machado

Secretária da 2ª Turma Julgadora
Ceci Dal Mass Coser

Secretário da 3ª Turma Julgadora
Paulo de Assis Bergman

Secretária da 4ª Turma Julgadora
Luciane Ramos Barros

Secretária da 5ª Turma Julgadora
Francine Costa Weege

Secretário da 6ª Turma Julgadora
Rubmar Fanni Adami

Secretária da 7ª Turma Julgadora
Marguit Elisa Landmeier

Secretária da 8ª Turma Julgadora
Rejane Fátima Scandolara Rubio

Secretária da 9ª Turma Julgadora
Marcia Lamberti Doval (até 21.04.2014)
Carlos Augusto Correa Lovato (a partir de 22.04.2014)

Secretário da 10ª Turma Julgadora
Geraldo Cruz Teixeira

Secretário da 11ª Turma Julgadora
Paulo Eduardo Vieira Correa

Diretor da Secretaria Processual
Isnard Peixoto Neto (até 02.04.2014)
Janine Scharlau Stöever (a partir de 03.04.2014)

Coordenadoria de Cadastramento Processual
Sílvia Regina de Oliveira Sieczkowski (até 31.03.2014)
Flávio da Rocha Saraiva (a partir de 03.04.2014)

Coordenadoria de Recursos
José Leopoldo Tiecher Bronfmann

Coordenadoria de Agravos e Certidões
Ana Cândida Costa Carvalho

Coordenadoria de Precatórios
Rejane Teresinha Kohlrausch dos Santos

Assessora de Recurso de Revista
Tatiana Kraemer Leal
Roberta Zoratto Gastaldo

PRESIDÊNCIA

A Presidente do TRT da 4ª Região/RS, Cleusa Regina Halfen, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2014.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora em votos ou acórdãos, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos regimentais de competência do Órgão Especial	9 despachos 7 julgamentos
Embargos de declaração de competência do Órgão Especial	zero
Precatórios	5 Precatórios e 1 Requisição de Pequeno Valor
Recursos ordinários*	92
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao 1º Grau e ao Arquivo, etc.)	65

Fonte: Sistema NovaJus4 – andamentos RECO e DMOL; e-Gestão – itens 2.192 e 2.193.

Da extensa agenda cumprida pela Presidente, destacam-se:

Janeiro	
Dia 20	Reunião com Pio Giovani Dresch, Presidente da Ajuris, e Eugênio Couto Terra, Presidente eleito para o biênio 2014/2015, na Presidência do TRT4
	Posse do Juiz Átila da Rold Roesler, na Presidência do TRT4
Dia 21	Reunião com Sani Cardon, Diretor do Sinpro/RS, na Presidência do TRT4
Dia 24	Reunião com o Juiz do Trabalho Cláudio Scandolara, na Presidência do TRT4
	Solenidade de posse da Juíza do Trabalho Substituta Bárbara Fagundes, na Presidência do TRT4
Dia 28	Reunião com os Juízes do Trabalho Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke, na Presidência do TRT4
	Reunião com Onivaldo Zangiacomo, Gerente Jurídico do Banco Bradesco S.A. no Rio Grande do Sul, e Pedro Degalli Júnior, Gerente Jurídico do Bradesco S.A. em São Paulo, na Presidência do TRT4
	Reunião com Diretores do Sintrajufe, na Presidência do TRT4
Dia 29	Reunião com a Diretoria da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Rio Grande do Sul – Assojaf/RS, na Presidência do TRT4
Dia 30	Reunião com a Desembargadora Maria Madalena Telesca, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
Dia 31	Sessão Solene de Eleição e Posse dos Membros da Mesa Diretora para o período 2014/2015 da Assembleia Legislativa, no Plenário 20 de Setembro, na Assembleia Legislativa do Estado do RS

Fevereiro	
Dia 3	Solenidade de Posse da nova Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no Plenário Ministro Pedro Soares Muñoz do TJ/RS
	Solenidade de posse da nova Administração da Ajuris, no Auditório do Foro Central
Dia 4	Reunião com o Advogado Antonio Vicente Martins, Presidente da Agetra/RS, na Presidência do TRT4
	Reunião com a servidora Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – Setic, na Presidência do TRT4
Dia 5	Reunião com o Juiz João Carlos Franckini e a Juíza Márcia Carvalho Barrili, do Foro Trabalhista de Gravataí, na Presidência do TRT4
Dia 6	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4
Dia 7	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
	Reunião com Eduardo Bassott Rodrigo Canani Medeiros e Marco Aurélio Canani, da Superintendência da Caixa Econômica Federal, na Presidência do TRT4
	Reunião do Conselho Consultivo do Memorial, na sede do Memoria da Justiça do Trabalho do RS
Dia 10	Reunião com o Juiz do Trabalho Daniel Souza de Nonohay, Presidente da AmatraIV, na Presidência do TRT4
Dia 12	Reunião com Gustavo Juchem, Presidente da Satergs, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz do Trabalho Carlos Alberto Zogbi Lontra, na Presidência do TRT4
Dia 14	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
Dia 17	Recepção dos novos servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – Setic, na sala 506 do prédio-sede do TRT4
Dias 19 e 20	1ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 21	Encerramento do "Encontro sobre a implantação do PJe-JT e a nova versão 1.4.8", com a participação do Juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, Auxiliar da Presidência do TST e do CSJT, no Auditório Ruy Cirne Lima
	Reunião com o Juiz do Trabalho José Hortêncio Ribeiro Júnior, Auxiliar da Presidência do TST e do CSJT, em Porto Alegre/RS
Dia 24	Reunião com o Procurador da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Flávio Zacher, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Presidente da Anamatra, Paulo Luiz Schmidt, e com o Presidente da Amatra IV, Daniel Souza de Nonohay, na Presidência do TRT4
Dia 25	Reunião com a Comissão de Comunicação Social e o Desembargador Emílio Papaléo Zin, na Presidência do TRT4
Dia 26	Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do TST – Biênio 2014/2016, em Brasília/DF

Março	
Dia 10	Solenidade de assinatura do Termo de Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica (Trabalho Seguro) pelo Estado do Rio Grande do Sul, representado pela Dra. Rosângela Dornelles, Chefe de Gabinete da Secretaria da Saúde, na Presidência do TRT4
	Reunião com os Desembargadores Cláudio Antônio Cassou Barbosa e Raul Zoratto Sanvicente, na Presidência do TRT4
	Reunião com Daniela Vaz dos Santos, Coordenadora da Coordenadoria de Licitações e Contratos, na Presidência do TRT4
Dia 11	Reunião com Onélio Luis Soares dos Santos, Secretário-Geral Judiciário (SEGJUD), na Presidência do TRT4
	Reunião com José Leopoldo Tiecher Bronfmann, Coordenador da Coordenadoria de Recursos, na Presidência do TRT4
	Solenidade de Posse dos Conselheiros eleitos para o período de 2014 a 2017 e da Diretoria eleita para o biênio 2014/2015 do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, no centro de eventos da Amrigs.
Dia 12	Reunião com Luís Fernando Pontello, Coordenador da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais (Sempro), na Presidência do TRT4
	Reunião com Marcos Aurélio da Rosa Silva, Coordenador da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços (Sempro), na Presidência do TRT4
	Reunião com Alberto Daniel Muller, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento e Projetos (Setic), na Presidência do TRT4
	Reunião com Paulo Mendes Ribeiro Júnior, Coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica (Setic), na Presidência do TRT4
	Reunião com André Soares Farias, Coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (Setic), na Presidência do TRT4
Dia 13	Reunião com o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, Manoel Goulart, e o Procurador-Chefe da PRT4, Fabiano Holz Beserra, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Desembargadora Denise Pacheco, na Presidência do TRT4
	Reunião com Paulo Ricardo Barreto Ferreira, Coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (Segesp), na Presidência do TRT4
	Reunião com Lúcia Thomé de Oliveira, Coordenadora da Coordenadoria de Informações Funcionais (Segesp), na Presidência do TRT4
	Reunião com Mauro Baltar Grillo, Diretor Secretaria de Gestão de Pessoas (Segesp), na Presidência do TRT4
	Reunião com Cláudia Regina Schröder, Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da SDC, na Presidência do TRT4
Dia 14	Reunião com Therezinha Schaab, Coordenadora da Coordenadoria de Atendimento ao Usuário (Setic), na Presidência do TRT4
	Reunião com Natacha Moraes de Oliveira, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic), na Presidência do TRT4
	Reunião da Administração do Tribunal, na Presidência do TRT4
Dia 17	1ª Reunião Extraordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 18	Reunião com o Desembargador Luiz Alberto de Vargas, na Presidência do TRT4

Março	
	Reunião com o Desembargador Francisco Rossal de Araújo,na Presidência do TRT4
	Reunião com Débora Becker, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos (Sempro), na Presidência do TRT4
	Reunião com Gabriel Pereira Borges Fortes Neto, Diretor da Secretaria de Comunicação Social (Secom), na Presidência do TRT4
	Reunião na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul – Femargs
Dia 19	Entrevista para a Revista da Ajuris, na Presidência do TRT4
	Cerimônia de Outorga das Honrarias "Reconhecimento da Advocacia de Estado" e "Reconhecimento PGE-RS", por ocasião do aniversário da PGE, no Theatro São Pedro, em Porto Alegre/RS
	Coquetel em comemoração ao aniversário da PGE-RS, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, em Porto Alegre/RS
Dia 20	Reunião com o Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, na Presidência do TRT4
Dia 21	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, na Presidência do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4
	Reunião-almoço na Satergs, com abordagem do tema “A transição do meio físico para o meio eletrônico – PJe-JT”
	Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na Presidência do TRT4
Dia 26	2ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Barra de São Miguel/AL
Dia 27	Solenidade de entrega do Certificado da nominação do acervo de processos do TRT4 do período de 1935-2000 como Memória do Mundo da Unesco, no Rio de Janeiro/RJ
Dia 28	Reunião com Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro/RJ
Dia 31	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
	Reunião com Mauro Baltar Grillo, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp, na Presidência do TRT4

Abril	
Dia 1º	Reunião com Pedro Ivo Siqueira de Belli, Coordenador da Coordenadoria de Saúde, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador Raul Zoratto Sanvicente, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Manuel Cid Jardón, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Diretoria do Conselho de Diretores de Secretaria da Justiça do Trabalho da 4ª Região – Coditra, na Presidência do TRT4
	Reunião com os Juízes Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke, na Presidência do TRT4
Dia 2	Reunião com o Juiz Daniel Souza de Nonohay, Presidente da Amatra IV, na Presidência do TRT4

Abril	
	Reunião com o Desembargador Ricardo Carvalho Fraga, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, na Presidência do TRT4
	Palestra do Diretor do Arquivo Nacional do Brasil, Jaime Antunes da Silva (Tema: "As políticas públicas de acesso aos arquivos da repressão"), no evento "A Mídia, As Marcas e os Arquivos: 50 anos do golpe militar de 1964", promovido pela UFRGS
Dia 3	Reunião com o Juiz Sérgio Antônio Berni de Brum, Presidente do TJM-RS, na Presidência do TRT4
Dia 4	Reunião do Fórum de Relações Institucionais, na Presidência do TRT4
	Posse das Juízas Rachel de Souza Carneiro e Adriana Fontoura como Juízas Titulares de Vara do Trabalho, na Presidência do TRT4
	Aula inaugural da primeira turma do Curso de Especialização com ênfase em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, na sede da Femargs
	Comemoração aos 15 anos de magistratura dos juízes que tomaram posse em 1999 e 1997, na sede da Amatra IV
Dia 7	Reunião de Análise da Estratégica (RAE), na Presidência do TRT4
Dia 8	Cerimônia de transmissão de cargo dos Procuradores Regionais da República Marcelo Veiga Beckhausen, como Procurador Regional Eleitoral, e Maurício Gotardo Gerum, como Procurador Regional Eleitoral Substituto, para o biênio 2014/2016, no Plenário do TRE-RS
	Cerimônia de inauguração da foto do Desembargador Gaspar Marques Batista, na galeria dos Ex-Presidentes do TRE-RS, no Plenário do TRE-RS
Dia 9	Reunião com as Desembargadoras da Administração e com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
	Reunião com os juízes do Foro Trabalhista de Porto Alegre e a Direção do Foro, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre
Dia 10	Reunião-almoço no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul – Iargs com o convidado especial Ministro José Neri da Silveira
	Fim de Tarde na Escola Judicial: Terceirização de Serviços e Precarização do Trabalho: PL 4330, na sede da Escola Judicial
Dia 11	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Reunião com os magistrados do Foro Trabalhista de Caxias do Sul, na Presidência do TRT4
	Sessão Solene de Recondução e Posse do Exmo. Sr. Nilton Leonel Arnecke Maria no cargo de Defensor Público-Geral do Estado, no Auditório Romildo Bolzan do TCE/RS
Dia 14	Solenidade de posse do Desembargador Douglas Alencar Rodrigues no cargo de Ministro do TST, em Brasília/DF
Dias 23 e 24	3ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 25	Reunião com o Ministro Aposentado Ermes Pedro Pedrassani, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Ministro Aposentado Gelson de Azevedo, na Presidência do TRT4

Abril	
	Reunião com o Ministro Aposentado Ronaldo Lopes Leal, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Gerente da Caixa Econômica Federal e com a Diretora da Secretaria Processual, na Presidência do TRT4
	Reunião com Débora Becker, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos - Sempro, na Presidência do TRT4
Dia 28	Reunião com a Desa. Berenice Messias Corrêa, na Presidência do TRT4
	Solenidade de Renovação do Protocolo de Cooperação Técnica (Programa Trabalho Seguro), na Presidência do TRT4
	Reunião com Desembargadoras da Administração e Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
Dia 29	Abertura do XVII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Conamat, em Gramado/RS
Dia 30	XVII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Conamat, em Gramado/RS

Maio	
Dias 1º e 2	XVII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Conamat, em Gamado/RS
Dia 5	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Defensor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Nilton Arneck Maria, na Presidência do TRT4
Dia 6	Reunião com o Comandante-Geral da Brigada Militar, Coronel Fábio Duarte Fernandes, no Gabinete do Comandante-Geral
Dia 7	Reunião com o Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso, na Presidência do TRT4
	Visita à Câmara de Vereadores de Porto Alegre
	Encerramento do evento de capacitação em PJe-JT, no Auditório Ruy Cirne Lima, na Escola Judicial
Dia 8	Solenidade de Abertura do II Congresso dos Advogados Trabalhistas de Empresas do RS, promovido pela Satergs
	Solenidade de Entrega do Prêmio Mérito Satergs, em Porto Alegre/RS
Dia 9	Reunião com o Presidente da Fiergs, Heitor José Müller, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com o Prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com o Presidente do TJ/RS, Desembargador José Aquino Flôres de Camargo, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com o Presidente da CUT, Claudir Antonio Nespolo, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs

Maio	
Dia 12	Visita institucional ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro
	Reunião com as Desembargadoras integrantes da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 13	Visita ao Desembargador João Batista Pinto Silveira, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com os Desembargadores Tânia Regina Silva Reckziegel, Alexandre Corrêa da Cruz e Marcelo José Ferlin D'Ambroso, da 2ª Turma Julgadora do TRT, e ao Presidente do TRF4, Desembargador Tadaaqui Hirose
Dia 14	Agenda com o Deputado Eliseu Padilha, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Visita à Comissão do Trabalho, no Plenário 12 da Câmara Federal, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com a Senadora Ana Amélia Lemos, em Brasília/DF, para apoio à indicação do nome da Desa. Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com o Senador Pedro Simon, em Brasília/DF, para apoio à indicação do nome da Desa. Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com Paulo Ricardo Tonet Camargo, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo – Rede Globo, em Brasília/DF, para apoio à indicação do nome da Desa. Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 15	Agenda com o Senador Paulo Paim, em Brasília/DF, para apoio à indicação do nome da Desa. Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Agenda com o Ministro Miguel Rossetto (MDA), em Brasília/DF, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 16	Visita ao Presidente da OAB/RS, Marcelo Bertoluci, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com os Juízes do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves
	Reunião com o advogado Halley Lino de Souza, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 19	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Agenda com o Deputado Ronaldo Zulke, em Porto Alegre/RS, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 20	Reunião com o Diretor de Relações Institucionais da Braskem, João Ruy Freire, e Advogado Roberto Bersch, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador Emílio Papaléo Zin e a Desa. Denise Pacheco, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, e com a Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic), Natacha Moraes de Oliveira, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador Raul Zoratto Sanvicente e o Juiz Luiz Antônio Colussi, na Presidência do TRT4
Dia 21	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4

Maio	
	Reunião com os Juízes Marcelo Bergmann e Carlos Alberto Zogbi Lontra, na Presidência do TRT4
Dia 22	Reunião com o Presidente da OAB-RS, Marcelo Machado Bertoluci, e a Corregedora Regional do TRT4, Desa. Beatriz Renck, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur e a Desa. Beatriz Renck sobre o IX Encontro Institucional da Magistratura, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Daniel Souza de Nonohay, na Presidência do TRT4
	Clássico em homenagem ao TRT4 no Jockey Club do Rio Grande do Sul
Dia 26	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha
	Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Alvorada
	Visita do Jornalista Odalgir Lazzari, na Presidência do TRT4
	Seminário sobre a Convenção 158 da OIT, no Auditório Ruy Cirne Lima
Dia 28	4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
	Apresentação, com o auxílio do Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa, na 4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, sobre "O andamento dos trabalhos ante a situação atual do PJe-JT", em Brasília/DF
Dia 29	4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 30	Almoço com a Ministra do TST Delaíde Alves Miranda Arantes, em Porto Alegre/RS
	Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Marco Aurélio Heinz, como Presidente, e Luiz Felipe Brasil Santos, como Vice-Presidente e Corregedor do TRE-RS
	Reunião com a Ministra do TST Delaíde Alves Miranda Arantes, em Porto Alegre/RS

Junho	
Dia 3	Solenidade alusiva ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, com a presença de autoridades e instituições vinculadas aos cuidados das crianças (parceria do TRT4 com MPT e Amatra IV), no saguão do prédio-sede do TRT4
	Abertura da II Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho – Sipat, no Auditório Ruy Cirne Lima, na Escola Judicial
	Reunião de mediação entre a EPTC e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – Semapi/RS, na sala 506 do prédio-sede do TRT4
Dia 5	Reunião-almoço no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul – Iargs, em que a Presidente proferiu a palestra “O PJe-JT na Justiça do Trabalho Gaúcha”
Dia 6	Solenidade de posse da Juíza Patrícia Helena Alves de Souza como titular da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, na Presidência do TRT4
	Solenidade de posse do Juízes Substitutos Adriana Ledur e Mateus Crocoli Lionzo, na Presidência do TRT4
Dia 9	Visita Institucional da Administração do TRT, acompanhada do Desembargador Emilio Papaleo Zin, à RBS-TV, em Porto Alegre/RS
Dia 10	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4

Junho	
Dia 11	Agenda com autoridades do Município de São Leopoldo, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Desembargadora Maria Guilhermina Miranda, o Desembargador João Paulo Lucena e a Juíza Anita Job Lübbe, na Presidência do TRT4
Dia 13	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo/RS
	13ª Reunião do Fórum de Relações Institucionais, na Presidência do TRT4
Dia 16	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no Plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no Plenário do TRT4
	Reunião com a Desembargadora Iris Lima de Moraes e a Juíza Maria Silvana Rotta Tedesco, na Presidência do TRT4
Dia 23	Reunião com o Desembargador Luiz Alberto de Vargas, na Presidência do TRT4
	Reunião com as Desembargadoras da Administração e o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
Dia 24	Reunião com o Juiz Rubens Clamer dos Santos, Presidente eleito da Amatra IV, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul, Delegado Sandro Luciano Caron, na Polícia Federal, em Porto Alegre/RS
	Reunião com os Diretores do Jornal do Comércio, com as Desembargadoras da Administração do TRT4 e o Desembargador Emílio Papaleo Zin, na sede do Jornal do Comércio, em Porto Alegre/RS
Dia 26	Reunião com o Juiz Maurício Schmidt Bastos, Diretor do Foro de Porto Alegre, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Assessora de Gestão Estratégica, Carolina da Silva Ferreira, e com o Diretor da Secretaria de Comunicação Social, Gabriel Pereira Borges Fortes Neto, na Presidência do TRT4
Dia 27	Posse da nova Diretoria da Amatra IV, no Plenário do TRT
	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul

Julho	
Dia 1º	Agenda com o radialista Sergio Zambiasi, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Agenda com o Presidente do TRE-RS, Desembargador Marco Aurélio Heinz, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 2	Reunião com o Presidente da Ajucla, Dirson Solano Dornelles, na Presidência do TRT4
Dia 3	Reunião com as Desembargadoras da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 4	Reunião com o Juiz Luiz Antônio Colussi, Titular da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, na Presidência do TRT4

Dia 7	Visita do Vereador Alberto Kopittke, no Gabinete da Presidente, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
	Reunião do Conselho Deliberativo da Femargs, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS
Dia 8	Reunião com a Juíza Fabiana Gallon, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana, na Presidência do TRT4
Dia 9	Almoço da Superintendência Regional de Porto Alegre – Segmento Judiciário, da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre/RS
	Reunião com o Professor Gilberto Stürmer, sobre o Congresso Internacional de Direito do Trabalho, em Porto Alegre/RS
	Agenda com o Procurador-Chefe da PRT4, Fabiano Holz Beserra, na Presidência do TRT4, para apoio à indicação do nome da Desembargadora Maria Helena Mallmann para vaga de Ministro do TST
Dia 10	Sessão Ordinária do Órgão Especial
	Solenidade de instalação da 26ª Vara Federal de Porto Alegre, no Auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS
Dia 11	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Lajeado/RS
	Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Montenegro/RS
Dia 15	Reunião com o Prefeito de Pedro Osório/RS, Cesar Brito (PT)
	Reunião com o Desembargador José Felipe Ledur, Diretor da Escola Judicial, na Presidência do TRT4
Dia 16	Reunião com a Senadora Ana Amélia Lemos, em Brasília/DF
	Agenda com o Ministro Ricardo Lewandowski, em Brasília/DF
Dia 17	Reunião com o Ministro do TST Antonio José Barros Levenhagen, em Brasília/DF
	Reunião com o Senador Pedro Simon, em Brasília/DF
Dia 21	Reunião com os consultores do Prêmio Innovare, para exposição das práticas inscritas pelo TRT4, na Presidência do TRT4
Dia 24	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, na Presidência do TRT4

Agosto	
Dia 1º	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Gravataí/RS
Dia 4	Posse das Juízas Sheila Spode e Cínthia Machado de Oliveira no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região, na Presidência do TRT4
	2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – Ano de 2014, na Presidência do TRT4
Dia 5	Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal, em Brasília/DF
Dia 6	Sabatina da Desembargadora Maria Helena Mallmann na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ do Senado Federal, em Brasília/DF
Dia 7	Almoço com os Desembargadores dos TRTs da 5ª (BA) e 12ª (SC) Regiões, em Porto Alegre/RS
	Reunião com Débora Becker, Diretora da Sempro, na Presidência do TRT4

Agosto	
Dia 8	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Solenidade alusiva ao Dia do Magistrado e do Advogado, no saguão do prédio-sede do TRT4
	Reunião com o Desembargador Aposentados José Fernando Ehlers de Moura, Diretor da Femargs, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Eugênio Couto Terra, Presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – Ajuris, na Presidência do TRT4
Dia 11	Solenidade de entrega das comendas e condecorações da Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho – TST ao Desembargador Juraci Galvão Júnior e ao Juiz Luiz Antônio Colussi, em Brasília/DF
Dia 12	Reunião com o Presidente do TST, Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, em Brasília/DF
Dia 13	Jantar em comemoração aos 65 anos da AMB, em Brasília/DF
Dia 14	Abertura do XXX Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas do RS – "Os Reflexos do PJe e do Novo CPC no Direito do Trabalho", em Gramado/RS
Dia 15	Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas do RS – "Os Reflexos do PJe-JT e do Novo CPC no Direito do Trabalho", em Gramado/RS
Dia 16	Encerramento do Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas do RS – "Os Reflexos do PJe e do Novo CPC no Direito do Trabalho", em Gramado/RS
Dia 18	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Taquara/RS
	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Sapiranga/RS
Dia 19	Reunião com Marcos Cafruni, Gerente Regional Jurídico, e Rodrigo Canani Medeiros, Gerente Regional do Judiciário – SR Porto Alegre, ambos da Caixa Econômica Federal, na Presidência do TRT4
	Posse do Juiz do Trabalho Substituto Jorge Fernando Xavier de Lima, na Presidência do TRT4
Dia 20	Reunião com o Desembargador Aposentador José Fernando Ehlers de Moura, Diretor da Femargs, na Presidência do TRT4
	Reunião com representantes do Sintrajufe e da Comissão de Negociação de Greve, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Desembargadora Denise Pacheco e com o Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, na Presidência do TRT4
	Reunião com a Comissão de Jurisprudência e com a Comissão de Regimento Interno, no Gabinete da Presidente
Dias 21, 22 e 23	VIII Simpósio de Relações de Trabalho, organizado Contrab (Fiergs) e pela Satergs, em Gramado/RS
Dia 25	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no plenário do TRT4
Dia 26	Reunião Nacional da Estratégia da Justiça do Trabalho – REUNE – JT, em Brasília/DF
	Solenidade de Posse da Ministra Nancy Andrighi no cargo de Corregedora Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília/DF
Dia 27	5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF

Agosto	
	Agenda com Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, Secretário-Geral do CSJT, para entrega de memoriais ao projeto de criação de cargos para o TRT4, em Brasília/DF
Dia 28	5ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 29	Abertura da campanha de doação de medula óssea, no saguão do prédio-sede do TRT4
	Reunião com a Desembargadora Beatriz Renck e o Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, na Presidência do TRT4
	Encerramento do Congresso Internacional de Direito do Trabalho, na PUCRS, em Porto Alegre/RS

Setembro	
Dia 1º	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Reunião com o Desembargador Ricardo Carvalho Fraga e os demais integrantes da 3ª Turma Julgadora do TRT4, na Presidência do TRT4
	Almoço com lideranças do setor público do Banco do Brasil, na Expointer, em Esteio/RS
	Audiências de Conciliação na 2ª Turma Julgadora, promovidas pelo Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso, em Porto Alegre/RS
	Reunião com a Subseção da OAB de Rio Grande, Satergs e Agetra, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Presidente da Agetra, Antonio Vicente Martins, e com a Comissão de Negociação de Greve, na Presidência do TRT4
Dia 3	Visita do Presidente do Tribunal de Justiça do RS, Desembargador José Aquino Flôres de Camargo, na Presidência do TRT4
	Reunião com Diretores da Caixa Econômica Federal, na Presidência do TRT4
	Reunião com Marcelo Bertoluci, Presidente da OAB-RS, e com o Presidente da Comissão Especial do Idoso da OAB-RS, na Presidência do TRT4
Dia 4	Reunião com Daniela Vaz dos Santos, Diretora da Secretaria de Administração,na Presidência do TRT4
Dia 5	Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Farroupilha/RS
Dia 8	Visita institucional ao Presidente do Jornal O SUL, Otávio Gadret, e participação no Programa "Pampa Debates", com o jornalista Paulo Sérgio Pinto, em Porto Alegre/RS
Dia 9	Visita ao Conselheiro do CNJ Gilberto Valente Martins, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF
	Visita à Conselheira do CNJ Ana Maria Duarte Amarante Brito, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF
	Reunião com Conselheiro do CNJ Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, em Brasília/DF
	Visita ao Conselheiro do CNJ Flavio Portinho Sirangelo, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF

Setembro	
Dia 10	Posse do Ministro Ricardo Lewandowski como Presidente do STF, e da Ministra Cármen Lúcia como Vice-Presidente, em Brasília/DF
	Coquetel em homenagem aos Ministros empossados Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia, em Brasília/DF
Dia 11	Visita ao Conselheiro do CNJ Rubens Curado, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF
	Visita à Conselheira do CNJ Maria Cristina Peduzzi, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF
	Visita ao Conselheiro do CNJ Fabiano Martins Silveira, para tratar dos processos CNJ nº 0001713-20.2012.2.00.0000 e 0001714-05.2012.2.00.0000, em Brasília/DF
Dia 12	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul/RS
Dia 15	Reunião com os Ministros do TST Guilherme Caputo Bastos e Alexandre Agra Belmonte e com o Secretário da Academia Nacional do Direito Desportivo – ANDD Maurício Corrêa da Veiga, em Brasília/DF
	Sessão Solene Comemorativa ao Jubileu de Prata do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília/DF
Dia 16	Reunião com o Desembargador Raul Sanvicente e o Juiz Luiz Antônio Colussi, Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro, na Presidência do TRT4
	Reunião com as Desembargadoras da Administração e com o Diretor da Escola Judicial, José Felipe Ledur, sobre o IX Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Juiz Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, Presidente da Amatra IV, na Presidência do TRT4
	Reunião com os Desembargadores Francisco Rossal de Araújo, João Paulo Lucena e Luiz Fernando de Moura Cassal, na Presidência do TRT4
Dia 17	Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Carazinho/RS
	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Passo Fundo/RS e Posto de Marau/RS
Dia 18	Posse de 71 novos Juízes no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS
Dia 19	Sessão solene de ratificação de posse dos Desembargadores Fernando Luiz de Moura Cassal e Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi, no plenário do TRT4
Dia 22	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
Dias 23 e 24	II Reunião Preparatória para o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário – CNJ, em Brasília/DF
Dias 25 e 26	8ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 29	Reunião com o Desembargador João Alfredo Borges Antunes de Miranda, na Presidência do TRT4
	Reunião Conselho Deliberativo da Femargs, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS

Setembro	
Dia 30	Solenidade de posse dos Juízes Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer, removidos do TRT da 2ª Região, no cargo de Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 4ª Região, na Presidência do TRT4
	Solenidade de posse dos Juízes Carolina Santos Costa de Moraes, Deise Anne Herold, Luís Henrique Bisso Tatsch, Diogo Souza e Graciela Maffei no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, na Presidência do TRT4

Outubro	
Dias 1º a 4	IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, em Canela/RS
Dia 6	Sessão Extraordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Reunião com a Presidente da ABRAT, Sílvia Burmeister, na Presidência do TRT4
Dia 7	Reunião com as Desembargadoras integrantes da Administração, na Presidência do TRT4
Dia 8	Reunião com a Diretoria do Jornal Correio do Povo, na Presidência do TRT4
Dia 9	Reunião-almoço no Iargs, em Porto Alegre/RS
	Reunião com a advogada do Banrisul Sonia Michel Antonelo Pereira
Dia 10	Reunião com a Professora Lia Maria Herzer Quintana, Reitora da Urcamp, e com o Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra, do Juízo Auxiliar de Conciliação, na Presidência do TRT4
Dia 14	Reunião com Eugênio Couto Terra e Jane Maria Köhler Vidal, Presidente e Vice-Presidente Cultural da Ajuris, na Presidência do TRT4
	Reunião com Ministro do TST Aposentado Gelson de Azevedo e representantes do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas de São Paulo, na Presidência do TRT4
Dias 16 e 17	XVII Encontro Anual de Gestores, em Bento Gonçalves/RS
Dia 20	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no plenário do TRT4
	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Femargs, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS
Dia 21	Reunião da Comissão Julgadora do Concurso Interno para criação de Logomarca do Planejamento Estratégico 2015-2020, na Presidência do TRT4
	Solenidade de posse do advogado Claudio Pacheco Prates Lamachia como Doutor Honoris Causa – Academia Brasileira de Filosofia, no Rio de Janeiro/RJ
Dia 24	Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul/RS
	Implantação do PJe-JT nas Varas do Trabalho de Santa Maria/RS
Dias 29 e 30	9ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Goiânia/GO

Novembro	
Dia 3	Reunião com as Desembargadoras da Administração e os Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria, na Presidência do TRT4
Dia 4	Cerimônia de Entrega de Distintivos aos Servidores por Tempo de Serviço, no saguão do prédio-sede do TRT4
Dia 6	Evento do Memorial e da Escola Judicial sobre “O Golpe Militar de 1964 e seu Impacto no Mundo do Trabalho”, tendo como ministrantes Carlos Franklin Paixão de Araújo, Advogado Trabalhista e Carlos Renan Kurtz, Advogado e Magistrado aposentado do TRT4
Dia 7	Reunião institucional dos Desembargadores, na Presidência do TRT4
	Reunião com Sebastião Melo, Vice-Prefeito Municipal de Porto Alegre, acompanhado do Procurador Geral do Município João Batista Link Figueira, da Secretária Municipal do Trabalho e Emprego Luíza Neves e do Secretário Municipal de Saúde, Carlos Henrique Casartelli, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS
Dias 10 e 11	VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis/SC
Dia 13	Reunião com o Conselheiro Fabiano Silveira, em Brasília/DF
Dia 14	Reunião com os Presidentes das Turmas Julgadoras, na Presidência do TRT4
Dia 14	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs, Posse dos novos Conselheiros e eleição do Diretor e Vice-Diretores da Diretoria Executiva para o triênio 2015/2017, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS
Dia 17	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no plenário do TRT4
	Solenidade de Posse da Juíza do Trabalho Substituta Patrícia Bley Heim, na Presidência do TRT4
Dia 18	Acompanhamento da 199ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília/DF
Dia 19	Solenidade de Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre CSJT/TST e TRT da 4ª Região (Integração e-Jus² e PJe-JT), em Brasília/DF
Dia 21	Abertura do 1º Seminário Estadual para Promoção da Saúde e Segurança do Trabalhador – "Os desafios no Trabalho Rural", organizado pelo Núcleo Regional do Programa Trabalho Seguro, em parceria com a UFPel, em Pelotas/RS
Dia 24	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Reunião do Fórum das Relações Institucionais, na Presidência do TRT4
Dia 25	Reunião com o Desembargador Gilberto Souza dos Santos, na Presidência do TRT4
Dia 26	10ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
	Evento comemorativo dos 60 anos da criação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em Brasília/DF
	Jantar comemorativo à posse da nova coordenação do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 27	10ª Reunião Ordinária do Coleprecor, em Brasília/DF
Dia 28	Reunião com o Juiz Aposentado Régis Viola, na Presidência do TRT4
	Posse dos Juízes Adair João Magnaguagno e Elson Rodrigues da Silva Júnior no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, na Presidência do TRT4
	Posse e Jantar da Diretoria da ABRAT – Biênio 2014/2016, em Porto Alegre/RS

Dezembro	
Dia 1º	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno
	Ato de Descerramento da Fotografia do Desembargador Marcelo Bandeira Pereira na Galeria de Ex-Presidentes do TJ/RS
Dia 2	Solenidade de entrega da Medalha Tiradentes à Desembargadora Cleusa Regina Halfen e ao Diretor-Geral do TRT4, Luiz Fernando Taborda Celestino, no Palácio da Polícia Civil, em Porto Alegre/RS
Dia 3	Reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, em Brasília/DF
Dia 4	Solenidade de abertura do SEI Federação 2014 e comemorações dos 5 anos do SEI (Sistema de Atendimento TRF), no TRF4, em Porto Alegre/RS
	Reunião com a Comissão dos Coordenadores do 2º Encontro de Direito Trabalhista do Cone Sul e temas Trabalhistas, na Presidência do TRT4
	Lançamento do caderno da Amatra IV em homenagem ao Desembargador Aposentado José Fernando Ehlers de Moura, na sede da Femargs, em Porto Alegre/RS
Dia 5	Visita dos advogados do escritório do Advogado Cláudio Pacheco Prates Lamachia, na Presidência do TRT4
	Sessão Solene do Tribunal Pleno em Homenagem aos Desembargadores aposentados Fabiano de Castilhos Bertolucci, Denis Marcelo de Lima Molarinho, João Ghisleni Filho, Carlos Alberto Robinson, Maria Inês Cunha Dornelles, Ricardo Luiz Tavares Gehling e Ione Salin Gonçalves, no plenário do TRT4
Dia 9	Reunião com Rene Chabar Kapitansky, na Presidência do TRT4
	Visita ao Depósito Centralizado de Porto Alegre/RS
Dia 10	Reunião com o Magistrado Aposentado Carlos Renan Kurtz, na Presidência do TRT4
	Solenidade de assinatura do Termo de Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica, Programa Trabalho Seguro, entre o TRT 4 e a Prefeitura de Porto Alegre, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Diretor da Escola Judicial, José Felipe Ledur, e com as Desembargadoras integrantes da Administração do TRT4, na Presidência do TRT4
	Reunião com o Diretor da Escola Judicial, José Felipe Ledur, e a Comissão Organizadora do Curso de Mestrado para Magistrados do TRT4, na Presidência do TRT4
Dia 11	Reunião com o Procurador Regional da União substituto, Adalberto Kaspary Filho, com o Procurador-Geral do Estado Carlos Henrique Kaipper, e o Procurador do Município de Porto Alegre, João Batista Linck Figueira, na Presidência do TRT4
Dia 12	Sessão Ordinária do Órgão Especial, no plenário do TRT4
	Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na sede da Amatra IV, em Porto Alegre/RS
Dia 15	Reunião com integrantes do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, na Presidência do TRT4
Dia 16	Reunião com a Comissão Coordenadora do Memorial e com a Desa. Carmen Izabel Centena Gonzalez, Vice-Corregedora, na Presidência do TRT4

Dezembro	
	Reunião com o Procurador do Trabalho Leandro Araújo, na Presidência do TRT4
Dia 17	Reunião da Comissão de Informática, na Presidência do TRT4
	Segunda parte da 4ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), na Presidência do TRT4
Dia 18	Solenidade de doação pela prefeitura Municipal de Osório de terreno para construção da Vara do Trabalho da localidade, em Osório/RS

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho, fóruns, núcleos, comitês e comissões:

- **Comissão Censitária** (Portaria nº 298/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Adicional de Qualificação** (artigo 14 da Portaria nº 6.113/2012) – Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Presidência
- **Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.521/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Gestão Ambiental** (Portaria nº 1.669/2010) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência, e Mauricio Oliveira Agliardi, Assessor da Presidência
- **Comissão de Gestão do Teletrabalho** (Portaria nº 5.791/2013) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão de Informática** (artigo 211, §1º, inciso IV e artigo 227-A, do Regimento Interno, e Portaria nº 302/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão para Acompanhamento da Instauração e do Desenvolvimento dos Processos de Inscrição e Eleição dos Integrantes do Comitê Gestor Regional para Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD** (artigo 2º da RA nº 03/2003) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Comissão Permanente de Segurança** (artigo 1º da Portaria nº 5.755/2011) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê de Segurança da Informação** (artigo 8º da Portaria nº 4.772/2008) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê de Gestão Estratégica** (Portaria nº 2.775/2011, alterada pela Portaria nº 433/2014) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência.

- **Comitê Gestor da Estratégia da Justiça do Trabalho (CGE-JT)** (inc. I do artigo 1º do Ato CSJT.GP.SG nº 294/2014, de 20.10.2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências** (Portaria nº 3.764/2012) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão** (Portaria nº 3.395/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional do Sistema PJe-JT do TRT da 4ª Região** (Portaria nº 5.370/2012) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição** (Portaria Conjunta nº 6.028/2014, alterada pela Portaria nº 1.286/2015) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau** (Portaria nº 1.457/2015) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Fórum Nacional de Coordenação das Ações do Poder Judiciário em Relação aos Preparativos da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014** (Resolução CNJ nº 164/2012) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das demandas Relacionadas ao Tráfico de Pessoas** (Fonatrape) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Governança dos Sistemas de Informação Adotados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Trabalho para Elaborar Proposição de Medidas Capazes de Conter o Avanço das Despesas Decorrentes da Concessão de Ajuda de Custo nas Hipóteses Previstas na Resolução CSJT nº 112/2012** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo de Trabalho para Elaborar Proposta sobre a Composição do Comitê Gestor Regional Previsto no Artigo 5º da Resolução CNJ nº 194/2014 (Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau)** – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas** (Provimento Conjunto nº 02/2009) – Marcela Sevaio Portillo, Chefe de Gabinete da Presidência
- **Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental – Gisa** (Termo de Cooperação – Processo nº 0146-10/000063-5) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo de Apoio à Execução** (RA nº 24/2011 e Portaria nº 2.034/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo de Cooperação Judiciária no Âmbito do TRT da 4ª Região** (artigo 1º da Portaria nº 6.882/2012) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Núcleo Multidisciplinar de Capacitação para Prospecção e Proposição de Ações de Capacitação a Serem Implementadas no Âmbito do TRT da 4ª Região** (artigo 1º da Portaria nº 7.381/2012) – Soraia Bohn, Secretária-Geral da Presidência
- **Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário** (Portaria CNJ nº 138, de 23.08.2013) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência
- **Rede de Priorização do Primeiro Grau** (Resolução CNJ nº 194/2014) – Juiz Ricardo Fioreze, Auxiliar da Presidência

- **Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba** (Resolução CSJT nº 140/2014) – Juiz Fioreze, como Administrador Regional

ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01/2014 – Dispõe sobre a lotação e o zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos do TRT da 4ª Região, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2012 e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02/2014 – Revoga o Provimento Conjunto nº 14/2011, o qual dispõe sobre mecanismos para solução e controle do elevado número de processos com sentenças a prolatar (resíduo).

Provimento Conjunto nº 03/2014 – Estabelece o critério para designação de Juiz do Trabalho Substituto nos períodos de férias do Juiz Titular ou do Juiz do Trabalho Substituto no exercício da titularidade, nas unidades judiciárias não abrangidas pelo regime de lotação.

Provimento Conjunto nº 04/2014 – Altera e disciplina a estrutura do Gabinete Extraordinário, criado pelo Provimento Conjunto nº 08/2011.

Provimento Conjunto nº 05/2014 – Dispõe sobre a indisponibilidade, a partir de 02.05.2014, do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC) no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 06/2014 – Altera o Provimento Conjunto nº 11/2013, que dispõe sobre procedimentos a serem observados nas Varas do Trabalho da 4ª Região, em razão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Provimento Conjunto nº 07/2014 – Autoriza a Caixa Econômica Federal a fazer uso de boleto bancário para o recebimento de depósitos judiciais no âmbito do TRT da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 09/2014 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

Provimento Conjunto nº 10/2014 – Altera o Provimento Conjunto nº 2/2013, que dispõe sobre a instituição de Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 11/2014 – Fixa a data de término da paralisação dos empregados em estabelecimentos bancários para os fins previstos na Resolução Administrativa nº 20/2014.

Provimento Conjunto nº 12/2014 – Regulamenta as inspeções correcionais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 13/2014 – Regulamenta os procedimentos a serem adotados no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região em virtude da implantação do PJe-JT, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2013 da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

PRINCIPAIS PORTARIAS

Portaria nº 193/2014 – Institui o cadastro único de reclamadas no segundo grau de jurisdição, em relação aos feitos que tramitam no PJe-JT.

Portaria nº 262/2014 – Institui Grupo de Trabalho para elaborar proposição de medidas capazes de conter o avanço das despesas decorrentes da concessão de Ajuda de Custo nas hipóteses previstas na Resolução CSJT nº 112/2012.

Portaria nº 298/2014 – Institui a Comissão Censitária no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 299/2014 – Altera a Portaria nº 5.791/2013, a qual instituiu o teletrabalho no âmbito do TRT da 4ª Região. Revogada pela Portaria nº 2.143/2014.

Portaria nº 300/2014 – Indica magistrados para atuarem como gestores das metas nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2014, e estabelece as unidades responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento das metas.

Portaria nº 301/2014 – Altera a Portaria nº 1.669/2010, que trata da Comissão de Gestão Ambiental (Cogeam).

Portaria Conjunta nº 302/2014 – Nomina os integrantes da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 306/2014 – Altera a Portaria nº 3.764/2012, que trata do Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 307/2014 – Altera a Portaria nº 6.882/2012, que trata do Núcleo de Cooperação Judiciária no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 353/2014 – Institui Grupo de Trabalho para adaptar a Portaria nº 6.761/2013, que normatizou a Resolução CNJ nº 169/2013, quanto à retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços com mão de obra residente no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 355/2014 – Altera a Portaria nº 6.915/2012, que designa magistrados e servidores para atuarem como Gestores dos Sistemas de Informação.

Portaria nº 433/2014 – Altera a Portaria nº 2.775/2011, que instituiu o Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 589/2014 – Altera a Portaria nº 2.744/2002, que instituiu o Programa de Integração e Acompanhamento Funcional dos Servidores Portadores de Deficiência do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 656/2014 – Designa os integrantes que compõem a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).

Portaria nº 657/2014 – Altera a Portaria nº 7.381/2012, que instituiu o Núcleo Multidisciplinar de Capacitação para prospecção e proposição de ações de capacitação a serem implementadas no âmbito do TRT da 4ª Região, e definiu a competência para executar as ações do Plano de Capacitação.

Portaria nº 736/2014 – Altera a Portaria nº 5.370/2012, que trata do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do TRT da 4ª Região. Revogada pela Portaria nº 5.582/2014.

Portaria nº 778/2014 – Altera a Portaria nº 2.029/2011, que trata do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 1.373/2014 – Altera a Portaria nº 8.602/2013, que estabelece procedimentos para a obtenção do benefício da ajuda de custo no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 1.403/2014 – Revoga as Portarias Conjuntas nº 4.205/2013 e nº 4.883/2011.

Portaria nº 1.423/2014 – Dispõe sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus da 4ª Região durante a Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014.

Portaria nº 1.462/2014 – Institui a Comissão de Negociação de Greve no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 1.688/2014 – Altera a Portaria nº 6.113/2012, que regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, o Adicional de Qualificação – AQ, instituído pela Lei nº 11.416/2006.

Portaria nº 1.689/2014 – Altera a composição do Grupo Gestor Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão).

Portaria nº 1.698/2014 – Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, a Resolução CNJ nº 169/2013 e dispõe sobre a retenção de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas por este Tribunal para prestar serviços com mão de obra residente em suas dependências.

Portaria nº 1.755/2014 – Altera os integrantes da Comissão de Desfazimento de Bens Inservíveis recolhidos das unidades da Capital.

Portaria nº 1.771/2014 – Altera a Portaria nº 5.755/2011, que instituiu a Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 2.006/2014 – Altera os integrantes do Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas, instituído pelo Provimento Conjunto nº 02/2009, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 2.034/2014 – Altera os integrantes do Núcleo de Apoio à Execução do TRT da 4ª Região, instituído pela Resolução Administrativa nº 24/2011.

Portaria nº 2.143/2014 – Revoga a Portaria nº 299/2014 e altera a Portaria nº 5.791/2013, a qual instituiu o teletrabalho no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 2.281/2014 – Altera os integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), instituída pela Resolução Administrativa nº 03/2003.

Portaria Conjunta nº 2.403/2014 – Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Gestão de Mudanças da Justiça do Trabalho da 4ª Região em "Assessoria de Gestão de Mudanças".

Portaria nº 2.404/2014 – Altera a nomenclatura da Assessoria de Gestão Estratégica para Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e regulamenta suas atribuições.

Portaria Conjunta nº 2.417/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª) e Alvorada a partir de 23.05.2014.

Portaria nº 2.638/2014 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região a partir do dia 15.05.2014.

Portaria nº 2.700/2014 – Institui a Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 2.934/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo a partir de 13.06.2014.

Portaria nº 2.935/2014 – Altera a composição do Núcleo Regional do Programa Trabalho Seguro, instituído pela Portaria nº 5.328/2011.

Portaria nº 2.936/2014 – Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, instituída pela Portaria nº 2.395/2008.

Portaria nº 2.937/2014 – Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 2.938/2014 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 1.669/2010, o qual nomina os integrantes da Comissão de Gestão Ambiental (Cogeam).

Portaria nº 3.029/2014 – Altera a Portaria nº 4.984/2013, que regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.059/2014 – Altera a Portaria nº 4.245/2012, que instituiu o Comitê Administrativo para atuar na fase de planejamento de contratações de soluções de Tecnologia da Informação.

Portaria Conjunta nº 3.145/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul a partir de 27.06.2014.

Portaria nº 3.280/2014 – Altera a Portaria nº 5.888/2011, que modificou nomenclaturas de unidades judiciárias e administrativas e de cargos em comissão e funções comissionadas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 3.281/2014 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 3.395/2014 – Institui o Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 3.501/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Lajeado (1ª e 2ª) e Montenegro a partir de 11.07.2014.

Portaria nº 3.556/2014 – Vincula a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais à Coordenadoria de Cadastramento Processual.

Portaria nº 3.592/2014 – Institui Grupo de Trabalho para elaborar proposta sobre a composição do Comitê Gestor Regional e sobre as regras para o respectivo processo eleitoral, nos termos do disposto no artigo 5º da Resolução CNJ nº 194/2014.

Portaria Conjunta nº 3.773/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Gravataí a partir de 1º.08.2014.

Portaria nº 3.870/2014 – Regulamenta as atribuições da Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 3.995/2014 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.755/2011, que elenca os integrantes da Comissão Permanente de Segurança no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 4.345/2014 – Dispõe sobre o processo seletivo para formação de cadastro de reserva para remoção de servidores no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 4.399/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) e Sapiranga (1ª, 2ª e 3ª) a partir de 18.08.2014.

Portaria nº 4.542/2014 – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.690/2014 – Dispõe sobre a prorrogação do prazo de que trata a Portaria nº 5.791/2013, que instituiu, em caráter experimental, o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 4.740/2014 – Regulamenta as atividades de fiscalização dos contratos de serviços postais, energia elétrica, água e esgoto no âmbito das unidades judiciárias de primeiro grau e dá outras providências.

Portaria nº 4.794/2014 – Institui o Código de Ética dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 4.822/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Farroupilha e Bento Gonçalves (1ª e 2º) e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata a partir de 05.09.2014.

Portaria nº 4.828/2014 – Dispõe sobre as medidas a serem adotadas em decorrência da greve dos servidores do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 5.125/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul (1ª, 2ª e 3ª) a partir de 12.09.2014.

Portaria nº 5.188/2014 – Revoga a Portaria nº 4.245/2012, deste Tribunal, que instituiu o Comitê Administrativo para atuar na fase de planejamento de contratações de soluções de Tecnologia da Informação.

Portaria Conjunta nº 5.234/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Carazinho, Passo Fundo (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau a partir de 17.09.2014.

Portaria nº 5.461/2014 – Dispõe sobre a devolução dos autos de processos arquivados retirados em carga das Varas do Trabalho de Porto Alegre e do Setor de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

Portaria nº 5.488/2014 – Altera o Anexo Único da Portaria nº 5.791/2013, que elenca os integrantes da Comissão de Gestão do Teletrabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.489/2014 – Institui e regulamenta concurso interno para a criação de logomarca para o Plano Estratégico 2015-2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.521/2014 – Designa os integrantes da Comissão de Elaboração da Prova do Processo Seletivo de Estagiários do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – RS.

Portaria nº 5.582/2014 – Altera a Portaria nº 5.370/2012, que trata do Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 5.641/2014 – Institui Grupo de Trabalho para elaborar proposta sobre a operacionalização das férias dos integrantes das Turmas Julgadoras do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – RS.

Portaria Conjunta nº 5.841/2014 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.028/2014 – Constitui o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

Portaria nº 6.137/2014 – Altera a Portaria nº 4.772/2008, a qual instituiu a Política de Segurança da Informação no âmbito do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 6.191/2014 – Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.335/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Cachoeira do Sul e Santa Maria (1ª e 2ª) a partir de 24.10.2014.

Portaria Conjunta nº 6.728/2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de São Jerônimo e Triunfo e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari a partir de 14.11.2014.

Portaria nº 6.863/2014 – Institui e regulamenta concurso interno para a criação de logomarca para o Plano Estratégico 2015-2020 do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 7.018/2014 – Altera a Portaria nº 4.370/2010, que disciplina a distribuição e utilização das linhas telefônicas celulares do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 7.138/2014 – Altera os Anexos 1, 2 e 4 da Portaria nº 4.772/2008, a qual institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 7.405/2014 – Nomina os integrantes do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito deste Regional pela Portaria Conjunta nº 6.028/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional.

Portaria nº 7.596/2014 – Regulamenta as atribuições e responsabilidades da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 7.666/2014 – Regulamenta os processos de Auditoria, Fiscalização e Inspeção Administrativa a serem desenvolvidos pela Secretaria de Controle Interno deste Tribunal.

Portaria nº 7.774/2014 – Designa servidores para constituírem a Comissão Permanente para Recebimento de Materiais no Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 7.868/2014 – Institui o Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep), estrutura e organiza o seu funcionamento e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 7.869/2014 – Designa os Juízes do Trabalho Substitutos Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (Jacep), instituído pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional.

EDITAIS

Edital GP nº 01/2014 – Vacância de dois cargos de Juiz do TRT da 4ª Região para promoção.

Edital GP nº 02/2014 – Torna público o cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º Grau em 2014.

Edital GP nº 03/2014 – Torna público o cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º Grau em 2014.

Edital GP nº 04/2014 – Torna público o novo cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º e 2º Graus em 2014.

Edital GP nº 05/2014 – Torna público o novo cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º e 2º Graus em 2014.

Edital GP nº 06/2014 – Torna público o novo cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º grau em 2014.

Edital GP nº 07/2014 – Novo cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT nas unidades judiciárias de 1º Grau para os meses de outubro e novembro de 2014.

Edital GP nº 08/2014 – Abertura de Processo de Inscrição de Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região interessados em concorrer, por eleição, a ser oportunamente procedida, a uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 09/2014 – Abertura de Processo de Inscrição de Servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região interessados em concorrer, por eleição a ser oportunamente procedida, a uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 10/2014 – Abertura de Processo de Inscrição de Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região interessados em concorrer, por escolha pelo Tribunal, a uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 11/2014 – Abertura de Processo de Inscrição de Servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região interessados em concorrer, por escolha pelo Tribunal, a uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 12/2014 – Abertura do processo de eleição direta de Magistrado da Justiça do Trabalho da 4ª Região para uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 13/2014 – Abertura do processo de eleição direta de Servidor da Justiça do Trabalho da 4ª Região para uma vaga no Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução CNJ nº 194/2014.

Edital GP nº 14/2014 – Torna público o cronograma de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) nas unidades judiciárias de 1º grau, no ano de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 35 da Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- organizou a agenda do Presidente do Tribunal;
- encaminhou informações aos setores interessados;
- preparou os materiais das reuniões de que participou a Presidente do Tribunal;
- providenciou passagens aéreas, reservas de hotéis e traslados referentes às viagens institucionais feitas pela Presidente;
- controlou a marcação de reuniões no Salão Nobre da Presidência, efetuando os devidos registros;
- preparou o material e a pauta da Presidência nas sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como assessorou a Presidente nas matérias objeto das pautas da Corregedoria Regional e da Diretoria-Geral nessas sessões;

- revisou as minutas das atas das sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial para assinatura do Presidente do Tribunal;
- minutou despachos e decisões em processos administrativos;
- organizou o material das reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- acompanhou o trâmite de processos e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- respondeu e/ou encaminhou consultas e requerimentos;
- recebeu as correspondências endereçadas à Presidente do Tribunal, pelos Correios, por Malote Digital, por protocolo eletrônico, por e-mail e telegrama, bem como registrou essas ocorrências;
- minutou ofícios e demais correspondências subscritas pela Presidente do Tribunal;
- atendeu ao público interno e externo;
- promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo;
- comunicou aos demais setores do Tribunal sobre os afastamentos da Presidente do Tribunal;
- organizou e divulgou os plantões das áreas administrativa e judiciária nos feriados;
- organizou o relatório anual das atividades do Tribunal referentes ao ano de 2013, em observância ao artigo 39, inc. XXVII, do Regimento Interno do Tribunal;
- providenciou a designação de sessões do Órgão Especial para convocação de juízes para o Tribunal, em caso de aposentadoria ou convocação para o Tribunal Superior do Trabalho do Desembargador titular da cadeira, ou por outro motivo de afastamento que seja superior a 30 dias;
- atualizou o Portal de Comunicação Interna do Tribunal (Portal VOX) em relação às atas e aos relatórios de reunião recebidos na Secretaria-Geral da Presidência;
- manteve atualizado o site externo do Tribunal em relação à composição das Comissões, dos Núcleos e dos Comitês instituídos no âmbito do Tribunal, bem como os conteúdos do site cuja fonte da informação é a Secretaria-Geral da Presidência;
- encaminhou os atos normativos expedidos pela Presidência aos setores competentes, para que providenciassem sua publicação nos veículos oficiais, bem como disponibilizou-os no site externo do Tribunal;
- manteve atualizadas as listas de distribuição (grupos de e-mail) dos grupos de trabalho, dos núcleos, das comissões e dos comitês, sob responsabilidade da Presidência.

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades em 2014:

- Administrou a caixa de correio eletrônico da Assessoria Jurídica;

- Recebeu e encaminhou processos administrativos e judiciais físicos, bem como inseriu andamentos no sistema NovaJus4 em relação a esses processos e registrou o seu movimento em tabela de controle interno;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos e judiciais físicos;
- Minutou votos nos agravos regimentais de competência do Presidente do Tribunal para serem julgados na sessão do Órgão Especial;
- Minutou despachos, pareceres e decisões em processos administrativos eletrônicos, encaminhando-os às áreas responsáveis pelo seu prosseguimento;
- Aprovou atos normativos confeccionados por outras áreas do Tribunal, bem como editais, contratos e seus termos aditivos e termos de rescisão, convênios e termos de cessão de uso, publicados e assinados, respectivamente, pelo Tribunal, na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993;
- Acompanhou o encaminhamento das auditorias no âmbito interno do Tribunal;
- Consultou periodicamente o sistema PJe-CNJ, tomou ciência dos processos nos quais o Tribunal foi intimado e encaminhou as respostas do Tribunal por meio do mesmo sistema;
- Minutou ofícios para a Presidente do Tribunal quando a essa comunicação foi resposta a ser encaminhada via PJe-CNJ ou que envolver tema jurídico;
- Elaborou minutas de atos normativos, quando requerido pela Presidente do Tribunal;
- Redigiu pareceres quando solicitado pela Presidente ou por outras áreas do Tribunal;
- Desenvolveu pesquisas de cunho jurídico, quando houve demanda da Presidente ou de outras áreas do Tribunal;
- Amparou a Presidente do Tribunal na pauta judiciária da sessão do Órgão Especial;
- Respondeu a consultas recebidas por correio eletrônico.
- Elaborou minutas de resposta para a coluna “Por dentro da Lei”, no Jornal Zero Hora, até julho de 2014, quando extinto o caderno “Negócios” do referido periódico.

SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS

Em 2014, a Secretaria de Apoio aos Magistrados – SAM tratou de:

- Assuntos referentes aos magistrados de primeiro grau deste Tribunal, em especial o cumprimento às determinações da Corregedora Regional quanto às designações dos Juízes do Trabalho Substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região;
- Elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se, principalmente, em relação a férias, remoções, promoções, zoneamento e lotação, pedidos de afastamento, regimes de Juiz Auxiliar, entre outros;
- Elaboração semestral da escala de férias dos magistrados de primeiro grau, a ser submetida à deliberação da Corregedora Regional;
- Elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de Juízes Substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, redistribuição de processos, zoneamento e lotação de Juízes do Trabalho Substitutos, remoções de Juízes Titulares de Vara do Trabalho);
- Criação de processos administrativos eletrônicos no sistema ADMEletrônico, com inclusão de pedidos, informações e portarias nesses processos;

- Lançamento, no sistema informatizado, das designações dos Juízes do Trabalho Substitutos, gerando o pagamento de substituição e das férias no sistema de folha de pagamento do Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Lançamento e controle das substituições de magistrados nas diversas unidades judiciárias;
- Serviço de apoio aos magistrados de primeiro grau na elaboração de ofícios, requerimentos, recebimento e expedição de processos, entre outras atividades.

Além dessas, a SAM exerceu outras atividades, as quais podem ser resumidas nos seguintes dados:

Confecção de carteiras de identidade de Magistrados	13
Correspondências expedidas via e-Mail	2.116
Correspondências recebidas inclusive via e-Mail	5.904
Propostas de concessão de diárias recebidas via e-Mail	736
Informações em processos administrativos e administrativos eletrônicos	1.684
Portarias expedidas	3.378
Processos recebidos ou expedidos (Varas do Trabalho da Capital e do interior)	18.477
Processos redistribuídos	1.102
Editais expedidos	58
Protocolo SAM Eletrônico – documentos físicos	229

ABERTURA DE PROCESSOS DE PROMOÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ PROMOVIDO
3ª de Rio Grande	26/02/2014	Gilberto Destro
São Borja	04/04/2014	Rachel de Souza Carneiro
Palmeira das Missões	04/04/2014	Adriana Moura Fontoura
Frederico Westphalen	06/06/2014	Patricia Helena Alves de Souza
3ª de Erechim	30/09/2014	Carolina Santos Costa de Moraes
São Borja	30/09/2014	Luís Henrique Bisso Tatsch
1ª de Erechim	30/09/2014	Deise Anne Herold
3ª de Rio Grande	30/09/2014	Graciela Maffei
4ª de Rio Grande	30/09/2014	Diogo Souza
São Borja	28/11/2014	Adair João Magnaguagno
4ª de Rio Grande	28/11/2014	Elson Rodrigues da Silva Junior

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO	DATA	JUIZ REMOVIDO
São Gabriel	27/01/2014	Eduardo Duarte Elyseu
1ª de Erechim	27/01/2014	Julieta Pinheiro Neta

ABERTURA DE PROCESSOS DE REMOÇÃO DE JUÍZES TITULARES DE VARA DO TRABALHO		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ REMOVIDO**
Triunfo	27/01/2014	Cintia Edler Bitencourt
Alegrete	17/02/2014	José Carlos Dal Ri
1ª de Bento Gonçalves	30/06/2014	Lina Gorczevski
27ª de Porto Alegre	30/06/2014	Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira
3ª de Porto Alegre	30/06/2014	Alcides Otto Flinkerbusch
14ª de Porto Alegre	30/06/2014	Daniel Souza de Nonohay
Viamão	30/06/2014	Patrícia Dornelles Peressutti
2ª de Gravataí	21/07/2014	Candice Von Reisswitz
23ª de Porto Alegre	21/07/2014	Patrícia Heringer
1ª de Gravataí	21/07/2014	Cintia Edler Bitencourt
1ª de Porto Alegre	21/07/2014	Carla Sanvicente Vieira
Torres	21/07/2014	Rui Ferreira dos Santos
1ª de São Leopoldo	21/07/2014	Valdete Souto Severo
4ª de Rio Grande	22/07/2014	Rachel de Souza Carneiro
5ª de Novo Hamburgo	06/08/2014	Rosane Marlene de Lemos
Farroupilha	06/08/2014	Adriano Santos Wilhelms
Santana do Livramento	06/08/2014	Déborah Madruga Costa Lunardi
Triunfo	12/08/2014	Gilberto Destro
Guaíba	12/08/2014	Julieta Pinheiro Neta
2ª de Rio Grande	22/08/2014	Rachel de Souza Carneiro
5ª de Caxias do Sul	22/08/2014	Renato Barros Fagundes
2ª de Sapiranga	22/08/2014	Cristina Bastiani
Camaquã	15/09/2014	Adriana Moura Fontoura
2ª de Lajeado	15/09/2014	Patrícia Helena Alves de Souza
Frederico Westphalen	10/10/2014	Diogo Souza
Palmeira das Missões	10/10/2014	Luís Henrique Bisso Tatsch

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ**
1ª de Porto Alegre	10/03/2014	Luciana Kruse
2ª de Porto Alegre	10/03/2014	Adriana Kunrath
3ª de Porto Alegre	10/03/2014	Vinicius Daniel Petry
4ª de Porto Alegre	10/03/2014	Giovani Martins de Oliveira
5ª de Porto Alegre	10/03/2014	Eduardo Vianna Xavier
6ª de Porto Alegre	10/03/2014	Max Carrion Brueckner
7ª de Porto Alegre	10/03/2014	Almiro Eduardo de Almeida
8ª de Porto Alegre	10/03/2014	Carolina Hostyn Gralha Beck
9ª de Porto Alegre	10/03/2014	Rita de Cássia Azevedo de Abreu
10ª de Porto Alegre	10/03/2014	Elson Rodrigues da Silva Junior
11ª de Porto Alegre	10/03/2014	Diogo Souza
12ª de Porto Alegre	10/03/2014	Maria Cristina Santos Perez

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ**
13ª de Porto Alegre	10/03/2014	Carolina Santos Costa de Moraes
14ª de Porto Alegre	10/03/2014	Sonia Maria Pozzer
15ª de Porto Alegre	10/03/2014	Adriana Seelig Gonçalves
16ª de Porto Alegre	10/03/2014	Ligia Maria Fialho Belmonte
17ª de Porto Alegre	10/03/2014	Adriana Moura Fontoura
18ª de Porto Alegre	10/03/2014	Paulo Ernesto Dorn
19ª de Porto Alegre	10/03/2014	Fernanda Guedes P. Cranston Woodhead
20ª de Porto Alegre	10/03/2014	Raquel Hochmann de Freitas
21ª de Porto Alegre	10/03/2014	Rita Volpato Bischoff
22ª de Porto Alegre	10/03/2014	Rafaela Duarte Costa
23ª de Porto Alegre	10/03/2014	Fabíola Schivitz Dornelles Machado
24ª de Porto Alegre	10/03/2014	Rozi Engelke
25ª de Porto Alegre	10/03/2014	Eliane Covolo Melgarejo
26ª de Porto Alegre	10/03/2014	Lenara Aita Bozzetto
27ª de Porto Alegre	10/03/2014	Mariana Roehe Flores Arancibia
28ª de Porto Alegre	10/03/2014	Rodrigo Trindade de Souza
29ª de Porto Alegre	10/03/2014	Guilherme da Rocha Zambrano
30ª de Porto Alegre	10/03/2014	Patricia Iannini dos Santos
1ª de Canoas	10/03/2014	Rodrigo de Almeida Tonon
2ª de Canoas	10/03/2014	Fabiane Martins
3ª de Canoas	10/03/2014	Cezar Zucatti Pritsch
4ª de Canoas	10/03/2014	Aline Veiga Borges
5ª de Canoas	10/03/2014	Glória Mariana da Silva Mota
1ª de São Leopoldo	10/03/2014	Daniela Elisa Pastório
2ª de São Leopoldo	10/03/2014	Luís Henrique Bisso Tatsch
3ª de São Leopoldo	10/03/2014	José Frederico Sanches Schulte
4ª de São Leopoldo	10/03/2014	Sérgio Giacomini
1ª de Caxias do Sul	10/03/2014	Daniela Floss
2ª de Caxias do Sul	10/03/2014	Adair João Magnaguagno
3ª de Caxias do Sul	10/03/2014	Tiago Mallmann Sulzbach
4ª de Caxias do Sul	10/03/2014	Fernanda Probst Marca
5ª de Caxias do Sul	10/03/2014	Valtair Noschang
Santo Ângelo	10/03/2014	Denilson da Silva Mroginski
Osório – PAJT de Tramandaí	10/03/2014	Maurício de Moura Peçanha
Torres – PAJT de Capão da Canoa	10/03/2014	Bárbara Schonhofen Garcia
1ª e 2ª de Bagé	10/03/2014	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi
1ª e 2ª de Santa Maria	10/03/2014	Elizabeth Bacin Hermes
1ª e 2 de Uruguaiana	10/03/2014	Marcos Rafael Pereira Piscino
1ª a 4ª de Pelotas	10/03/2014	Ana Carolina Schild Crespo
1ª a 4ª de Pelotas	10/03/2014	Rachel de Souza Carneiro
1ª e 2ª de Bento Gonçalves – PAJT de Nova Prata	10/03/2014	Graciela Maffei
1ª e 2ª de Bento Gonçalves – PAJT de Nova Prata	10/03/2014	Bruno Marcos Guarnieri

ABERTURA DE PROCESSOS DE LOTAÇÃO DE JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS		
VARA DO TRABALHO	**DATA**	**JUIZ**
1ª e 2ª de Bento Gonçalves – PAJT de Nova Prata	10/03/2014	Milena Ody
17ª de Porto Alegre	28/04/2014	Luciane Kruse
1ª a 4ª de Pelotas	28/04/2014	Nivaldo de Souza Junior
1ª de Porto Alegre	27/05/2014	Fabiane Martins
2ª de Canoas	11/06/2014	Ana Paula Keppeler Fraga
10ª de Porto Alegre	10/11/2014	Giovani Martins de Oliveira
13ª de Porto Alegre	10/11/2014	Guilherme da Rocha Zambrano
1ª e 2ª de Bento Gonçalves – PAJT de Nova Prata	05/11/2014	Gustavo Friedrich Trierweiler
4ª de Porto Alegre	24/11/2014	Jefferson Luiz Gaya de Góes
29ª de Porto Alegre	24/11/2014	Ana Luiza Barros de Oliveira
2ª de São Leopoldo	04/12/2014	Aline Doral Stefani Fagundes
10ª de Porto Alegre	19/12/2014	Ana Luiza Barros de Oliveira
2ª de Caxias do Sul	19/12/2014	Tiago Mallmann Sulzbach

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, DADOS ESTATÍSTICOS E APOIO ÀS AÇÕES INSTITUCIONAIS – AGE

1. Normas aplicáveis à AGE

Em 6 de maio de 2014, foi editada a Portaria nº 2.404/2014, que alterou a nomenclatura da unidade para Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e regulamentou suas atribuições, agregando o apoio às ações institucionais àquelas já existentes. Adicionalmente, estão vigentes as Portarias nº 2.556/2011 e 2.218/2013, que criam e regulamentam o Escritório de Projetos Estratégicos. A execução das atribuições do mencionado Escritório estão diluídas na atual equipe da AGE.

2. Gestão Estratégica

2.1 Revisão do Plano Estratégico 2010 – 2015

Ao final de 2013, a Administração eleita para a gestão 2013/2015 definiu que o Plano Estratégico em vigor (Plano Estratégico 2010 – 2015) fosse alinhado mais fortemente às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Para atender a essa determinação, a AGE revisou o Plano Estratégico, priorizando os objetivos estratégicos mais diretamente alinhados às Metas Nacionais. Isso implicou o ajuste dos indicadores e das metas e o acréscimo de cinco novos projetos estratégicos a serem executados em 2014.

2.2 Elaboração do Planejamento Estratégico 2015 – 2020

De setembro a dezembro de 2014, a AGE coordenou a elaboração do Plano Estratégico 2015 – 2020. O processo ocorreu em cinco etapas e envolveu cerca de 40 pessoas, entre magistrados e servidores. O documento final, que define a estratégia da Instituição para os próximos seis anos, foi submetido à aprovação do Tribunal Pleno em março de 2015 e aprovado pela Resolução Administrativa nº 04/2015.

2.3 Reuniões de Análise da Estratégia

A AGE promoveu três Reuniões de Análise da Estratégia nos meses de abril, agosto e dezembro de 2014. Tais reuniões tiveram por objetivo apresentar o andamento da estratégia e discutir os rumos dos projetos estratégicos do Tribunal. Participaram das Reuniões os membros do Comitê de Gestão Estratégica, instituído pela Portaria nº 433/2014.

2.4 Acompanhamento dos Indicadores e Projetos – Sigest

A AGE é responsável por alimentar os dados referentes aos indicadores e aos projetos estratégicos do Plano Estratégico do TRT4 no sistema Sigest, gerenciado pelo CSJT. A atualização dos indicadores é feita mensalmente, e as informações referentes aos projetos estratégicos são atualizadas sempre que há alterações relevantes no andamento dos projetos.

2.5 Relatórios Trimestrais dos Indicadores do Plano Estratégico

Os relatórios trimestrais dos indicadores estratégicos começaram a ser publicados em 2013 no portal da gestão estratégica, no site do TRT4 na internet. A AGE elaborou relatório único referente ao ano de 2014.

2.6 Projetos Estratégicos – Atividades da AGE

A AGE monitora os projetos estratégicos desde 2011. O monitoramento implica a participação em reuniões, que ocorrem com a frequência mínima mensal, com o gerente e a equipe do projeto, apoio metodológico em gerenciamento de projetos, elaboração de relatórios de monitoramento e atualização do Sigest com os dados relativos à situação dos projetos. Os projetos monitorados foram: *Atendimento ao Público*, *Implantação do PJe-JT (Gerenciamento de Riscos), Promoção da Saúde Ocupacional*, *Sentença Líquida e Agilização dos Julgamentos*. Foram mantidos sem interrupção o monitoramento dos projetos *Gestão em 1º Grau*, *Reorganização do Trabalho nas Unidades Judiciárias* e *Qualificação de Servidores*.

Além do monitoramento, alguns projetos estratégicos são gerenciados diretamente por servidores da AGE. Em 2014, os projetos que estiveram nessa condição foram: *Gestão em 1º Grau*, *Reorganização do trabalho nas unidades judiciárias do 1º Grau* e *Qualificação de Servidores do 1º Grau*. Na condição de gerente, o envolvimento da AGE é maior do que quando atua na ondição de monitor, cabendo-lhe tanto planejar quanto viabilizar a execução do projeto, com o apoio da equipe.

2.7 Projetos Estratégicos – Situação

Na Reunião de Análise da Estratégia ocorrida em dezembro de 2014, foram definidos os projetos para o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, bem como definidas as perspectivas para os projetos que já estavam em andamento. Como resultado, tem-se o seguinte:

PROJETO	ATIVIDADE DA AGE	SITUAÇÃO	PARA O PLANO ESTRATÉGICO 2015-2020
Implantação do PJe-JT – Gestão de Riscos	Monitoramento	Em andamento	Continuar
Atendimento ao Público (expansão)	Monitoramento	Em andamento	Continuar
Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1° Grau	Gerenciamento	Em andamento	Continuar
Qualificação de servidores (1º grau)	Gerenciamento	Em andamento	Continuar
Agilização dos Julgamentos (1º grau)	Monitoramento	Planejamento	Continuar
Sentença Líquida	Gerenciamento	Suspenso	Concluir
Promoção da Saúde Ocupacional	Monitoramento	Em andamento	Continuar reduzindo o escopo
Gestão em 1º Grau	Gerenciamento	Em andamento	Concluir
Qualificação de gestores (1º grau)	A definir	Novo	Iniciar
Assessoramento aos Gestores	A definir	Novo	Iniciar
Criação de Núcleo de Informações sobre grandes litigantes e demandas repetitivas	A definir	Novo	Iniciar
Entendendo o Orçamento	A definir	Novo	Iniciar
Estudar os impactos do PJe-JT sobre a saúde dos magistrados e servidores	A definir	Novo	Iniciar

2.8 Participação na Rede de Governança Colaborativa (CNJ)

A Resolução CNJ nº 138/2013 instituiu a Rede de Governança Colaborativa, na qual atuam como representantes do TRT4 o Juiz Auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, e a Assessora-chefe da AGE, ambos indicados por meio do Ofício TRT4 GP nº 106/2014.

A Rede de Governança Colaborativa é subdivida nos segmentos de Justiça e, no caso da Justiça do Trabalho, os Tribunais estão divididos em subcomitês, conforme seus portes, estando o TRT4 entre os Tribunais de Grande Porte, acompanhado dos Tribunais da 1ª (RJ), 2ª (SP), 3ª (MG) e 15ª (Campinas) Regiões. Os representantes do TRT4 coordenam o Subcomitê dos Tribunais de Grande Porte.

Em 2014, os representantes do TRT4 participaram das Reuniões Preparatórias para o VII Encontro Nacional do Judiciário. A primeira reunião ocorreu no mês de março e a segunda, em setembro, em Brasília/DF. Na primeira reunião, foram apresentados e debatidos os resultados das Metas Nacionais 2013 e, na segunda, os segmentos foram reunidos para colaborar na construção das Metas para 2015.

No mês de agosto, foi realizada a Reunião Nacional da Estratégia (REUNE-JT) do CSJT, em Brasília, para as discussões e definições dos Regionais sobre o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho. Naquela ocasião, os Subcomitês puderam discutir todos os elementos do Plano Estratégico, focando nos indicadores e nas metas da Justiça do Trabalho para os anos de 2015 – 2020.

No mês de novembro, na cidade de Florianópolis/SC, aconteceu o VIII Encontro Nacional do Judiciário pelo CNJ, oportunidade em que foi apresentado aos segmentos de Justiça o relatório parcial das Metas Nacionais e foram consultados os Tribunais Regionais, em plenárias, sobre algumas definições para as Metas Nacionais de 2015.

Adicionalmente às reuniões e aos encontros que demandaram a participação dos representantes do TRT4, a AGE atuou ao longo do ano gerenciando as comunicações e a troca de informações em seu Subcomitê, e deste com o CSJT, sobre os assuntos que envolveram a Rede de Governança Colaborativa, entre eles a elaboração e as definições do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, a análise e as definições para o CNJ quanto às Metas Nacionais

3. Dados Estatísticos

3.1 Relatórios

Mensalmente, a AGE elabora o *Informativo Mensal do Tribunal*, com informações referentes ao movimento processual do 2º grau. Este relatório, disponível na intranet e na internet, é remetido para a Administração do Tribunal, assim como aos Gabinetes e Assessores dos Desembargadores e aos Órgãos Julgadores do Tribunal. O informativo apresenta uma visão global da movimentação processual na área judiciária, auxiliando no planejamento, na gestão estratégica e nas tomadas de decisões que visem a melhorar e agilizar a prestação jurisdicional.

O Relatório Justiça em Números contém informações da área judiciária e da área administrativa, abrangendo o 1º e 2º graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos. Os indicadores obtidos por meio do Relatório permitem uma visão panorâmica do Poder Judiciário Brasileiro.

Para a elaboração do Relatório Justiça em Números, pelo CNJ, a Assessoria de Gestão Estratégica envia dados no mês de fevereiro e no mês de agosto. A primeira remessa, em fevereiro, contempla dados relativos à área administrativa do ano anterior (recursos humanos, orçamento) e área judiciária (movimentação processual do 2º semestre do ano anterior). A segunda remessa, no mês de agosto, inclui dados da área administrativa do 1º semestre do ano, tais como número de magistrados e número de servidores, além de dados da área judiciária (movimentação processual do 1º semestre do ano).

3.2 Principais Estudos Realizados

- Elaboração de Relatório referente à evolução histórica dos dados do tribunal (período de 2009 a 2013) para o Encontro Anual de Gestores;

- Acompanhamento e apoio ao Grupo Gestor Regional do Sistema e-Gestão, bem como auxílio nas reuniões, confecção das atas e auxílio nas tarefas determinadas pelo Grupo;
- Cálculo dos indicadores do IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) do TRT4, conforme critério da Resolução CNJ nº 184/2013.
- Análise crítica das regras de negócio do TRT4 para o e-Gestão no 1º grau. Resultados: detectada a existência de andamento incongruente no inFOR, do que decorreu a baixa definitiva de 5.184 processos pela correção do andamento (PA 0000134-69.2015.5.04.0000).

3.3 Nova Estatística (TRT4 em Números)

Em maio de 2013, teve início a elaboração de uma proposta de alteração da estatística do TRT4. O objetivo é possibilitar que os dados sejam apresentados de uma forma mais simples e com melhor identidade visual. A ação, denominada provisoriamente "TRT4 em Números", foi retomada no ano de 2014 e reformulada para agregar informações aos gestores. O projeto foi planejado para iniciar pela reformulação do subportal *Estatísticas,* no Portal da Gestão Estratégica, no site do TRT4, na internet, tarefa que está em andamento em 2015.

3.4 Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

A AGE é responsável pela informação das metas nacionais do Poder Judiciário e as específicas da Justiça Trabalho no âmbito do TRT4, compilando em relatório mensal o desempenho do Tribunal. Os relatórios são divulgados mensalmente no Portal da Gestão Estratégica (internet e intranet). É responsabilidade da AGE a inserção dos dados no sistema do CNJ (metas nacionais) e no sistema do CSJT – Sigest (metas específicas da Justiça do Trabalho).

3.5 Dados do Plano Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pela inserção dos dados referentes aos indicadores do Plano Estratégico no Sistema de Gestão Estratégica – Sigest, do CSJT.

4. Apoio às Ações Institucionais

O Apoio às Ações Institucionais consiste na operacionalização permanente do trabalho das Comissões, dos Comitês, dos Fóruns e dos programas elencados na Portaria nº 2.404/2014, bem como de ações pontuais de assessoramento, conforme determinações da Presidência do TRT4. Nos itens a seguir, são relatadas as ações ocorridas em 2014 relacionadas a tal atribuição.

4.1 Comissões e Comitês

4.1.1 Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico (artigo 211, §1º, II, do RI)

A Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico reuniu-se em cinco oportunidades em 2014, conforme detalhamento a seguir:

DATA	PAUTA
14.04.2014	- O papel da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico - Os projetos estratégicos da antiga e da nova versão do Plano Estratégico - O planejamento estratégico a partir de 2015
09.05.2014	- Criação do Quinto Cargo na Administração - Projetos Estratégicos
24.06.2014	- Apresentação da nova estrutura da AGE, atribuições e ajuste de rotinas com a Comissão; - Apresentação dos projetos em andamento ou em fase de proposta que contemplam considerações dos membros da Comissão
18.08.2014	- Planejamento Estratégico: Revisão das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) e Projetos em andamento; Plano Estratégico 2015 – 2020 – Cronograma e participação da Comissão. - Quinto Cargo da Administração: exame das informações prestadas pela Diretoria-Geral e Secretaria-Geral Judiciária - Requerimento dos Oficiais de Justiça para aquisição de aparelho celular
31.10.2014	Projeto de Lei para criação de um quinto cargo na Administração do Tribunal#

4.1.2 Comissão de Regimento Interno (artigo 211, §1º, I, do RI)

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Regimento Interno durante o ano de 2014. O trabalho consistiu na elaboração de pesquisas jurídicas e de materiais que subsidiaram as propostas de alterações regimentais encaminhadas à apreciação superior, além de secretariar as reuniões realizadas nos dias 27 de março, 7, 14 e 23 de abril, 9 e 16 de maio, 12 de agosto e 31 de outubro.

4.1.3 Comissão de Jurisprudência (artigo 211, §1º, III, do RI)

A AGE assessorou o trabalho da Comissão de Jurisprudência durante o ano de 2014. O trabalho consistiu na elaboração de pesquisas jurídicas e materiais que subsidiaram as propostas de edição e revisão de súmulas, além de prestar auxílio durante as reuniões ocorridas nos dias 4 de abril, 7 de agosto e 12 de dezembro.

4.1.4 Atuação conjunta das Comissões de Regimento Interno e de Jurisprudência – Lei nº 13.015/2014

A Lei nº 13.015/2014, que alterou os artigos 894, 896, 897-A e 899 da CLT, modificou o procedimento de recebimento de recursos de revista bem como dispôs sobre a necessidade de

que os Tribunais do Trabalho uniformizem a jurisprudência regional. Por determinação da Presidente do Tribunal, as Comissões de Regimento Interno e de Jurisprudência atuaram conjuntamente para tratar das alterações regimentais necessárias, além do procedimento de uniformização da jurisprudência do TRT4. A AGE assessorou o trabalho das Comissões durante o ano de 2014, o que consistiu na elaboração de pesquisas jurídicas e de materiais que subsidiaram o trabalho por elas desenvolvido, além de secretariar as reuniões dos dias 27 de agosto, 5 e 19 de setembro, 10 de outubro e 28 de novembro. Algumas dessas reuniões contaram também com a presença dos presidentes ou representantes das Turmas Julgadoras do Tribunal.

4.1.5 Comissão Permanente de Segurança

A AGE assessorou o trabalho da Comissão Permanente de Segurança durante o ano de 2014, o que consistiu no encaminhamento das demandas aos setores competentes, registro em expediente eletrônico do trabalho desenvolvido pela Comissão, além de prestar auxílio durante as reuniões ocorridas nos dias 25 de abril, 23 de julho, 29 de setembro e 10 de novembro.

Cumpre destacar que, em 2014, foram publicadas as Portarias nº 1.771/2014 e 3.995/2014, que alteraram a Portaria nº 5.755/2011, a qual instituiu, no âmbito do TRT4, a Comissão Permanente de Segurança e fixou suas competências.

4.1.6 Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

A Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho foi instituída em 2014 pela Portaria nº 2.700/2014, em cumprimento à Resolução CSJT nº 84/2011. Ao longo do referido ano, a Comissão se reuniu em duas oportunidades, conforme detalhado a seguir:

DATA	PAUTA
16.06.2014	Análise das atribuições e desdobramentos da Comissão
25.09.2014	- PPRA – fiscalização – subsídios à Presidência; - Pesquisa sobre relações de trabalho; - Análises comparativas de trabalho em processos físicos e eletrônicos (PJe-JT); - Reeducação postural e *kits* de relaxamento muscular; - Contato com a equipe de saúde do TRT de Santa Catarina para apreender o modo de trabalho daquela Região; - Contato com o Ministério Público Estadual.

4.1.7 Comissão de Gestão Ambiental

A Comissão de Gestão Ambiental, instituída pela Portaria nº 1.669/2010, teve sua composição alterada pela Portaria nº 2.938/2014 e, na pessoa da assessora-chefe da AGE, participou das reuniões ordinárias do Gisa – Grupo Interinstitucional de Gestão Socioambiental. O TRT4 sediou a reunião ordinária do Gisa no mês de outubro, o que foi operacionalizado pela AGE.

4.1.8 Comissão de Gestão do Teletrabalho

A AGE assessorou a Comissão, instituída pela Portaria nº 5.791/2013, em duas oportunidades, conforme detalhado a seguir:

DATA	PAUTA
22.07.2014	Análise dos resultados apresentados pelas unidades participantes, proposição de ajustes e elaboração de relatório sobre os resultados obtidos, com o objetivo de subsidiar decisão da Administração do TRT4 sobre a continuidade da utilização do regime de teletrabalho.
04.09.2014	Análise dos pedidos de prorrogação de adesão ao teletrabalho formulados por servidores (PAs nº 0000246-72.2014.5.04.0000 e 0000615-66.2014.5.04.0000)

4.1.9 Comitê Regional do e-Gestão

O Comitê Gestor Regional do e-Gestão foi instituído pela Portaria nº 1.689/2014, em substituição ao Grupo Gestor Regional do Sistema de Gerenciamento de Informações da Justiça do Trabalho (e-Gestão), já existente no TRT4. A primeira reunião do Comitê ocorreu em 7 de julho de 2014, oportunidade em que foi organizado o trabalho e definida a pauta das reuniões ordinárias mensais: análise e correção de eventuais inconsistências de dados retratadas nos relatórios de detalhamento de erros gerados pelo sistema e-Gestão.

4.1.10 Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau

O Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau foi constituído no ano de 2014, em cumprimento à Resolução CNJ nº 194/2014, à Portaria Conjunta TRT4 nº 6.028/2014 e à Portaria nº 7.405/2014. A Assessora-chefe da AGE, Carolina da Silva Ferreira, foi eleita como membro suplente na vaga destinada ao servidor eleito pelo Tribunal Pleno. À AGE foi atribuída a atividade de assessoramento ao Comitê, que inclui a operacionalização do trabalho do Comitê e a administração da página específica para o Comitê na intranet, a qual está em desenvolvimento.

No ano de 2014, o Comitê esteve reunido em três oportunidades:

DATA	PAUTA
09.12.2014	Organização do trabalho e cronograma inicial
15.12.2014	Apresentação e requerimento de informações à Presidente
17.12.2014	Apresentação à Corregedora Regional

4.2 Programas

4.2.1 Programa Trabalho Seguro

A AGE assessorou o Programa Trabalho Seguro na organização de materiais, reuniões e na elaboração do Relatório encaminhado ao TST em novembro de 2014.

Adicionalmente, apoiou o registro e trâmite de projeto de criação do Portal Regional do Trabalho Seguro, em andamento sob a coordenação da Secretaria de Comunicação Social, como parte integrante do Plano de Comunicação do Programa para o biênio 2014/2015.

4.3 Fóruns

4.3.1 Fórum de Relações Administrativas

A AGE passou a assessorar o Fórum de Relações Administrativas, iniciativa da Presidência do TRT4 que reúne os Diretores dos Foros de todo o estado para discutir questões relevantes para Justiça do Trabalho gaúcha, a partir de sua oitava reunião, ocorrida em 12 de dezembro de 2014, a qual teve como pauta os seguintes itens: eleição do Coordenador e do Vice-Coordenador do Fórum para o mandato de dois anos; implantação do PJe-JT em 2015; anteprojeto de lei de criação de unidades, cargos de magistrados e cargos e funções de servidores; escolha dos temas de discussão do Fórum para o ano de 2015.

4.3.2 Fóruns de Relações Institucionais

A AGE passou a assessorar o Fórum de Relações Institucionais a partir de sua décima quarta reunião, ocorrida em 24 de novembro de 2014, que teve como pauta os seguintes itens: implantação do PJe-JT em 2015; Resolução CNJ nº 194/2014 e Lei nº 13.015/2014.

4.4 Convênio TRT-FASE

Entre as atribuições da AGE estão a operacionalização do Convênio TRT-FASE e, em razão dessa atribuição, a fiscalização do Convênio foi designada para a Assessora-chefe da unidade, Carolina da Silva Ferreira.

Ao longo do ano de 2014, a Assessoria conduziu trabalho de organização dos trâmites do Convênio, incluindo a regularização dos termos de compromisso dos adolescentes em exercício no TRT4 e formalização de diretrizes e procedimentos por meio das reuniões do Grupo de Trabalho designado pela Portaria nº 3.179/2012, sob Coordenação da Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova.

O andamento do Convênio é continuamente registrado no PA 0005463-33.2013.5.04.0000 e os registros de frequência e pagamento dos adolescentes em exercício no PA 0005757-51.2014.5.04.0000.

Em 25 de novembro de 2014, foram encerrados os exercícios existentes, em razão do término das medidas socioeducativas na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – Fase dos adolescentes que estavam vinculados ao convênio. Em reunião ocorrida em 11 de dezembro de 2014, foram estipulados os prazos e procedimentos para a seleção de estagiários do Convênio para 2015.

4.5 Outros Assessoramentos

4.5.1 Núcleo de Apoio à Execução

A AGE assessorou o Núcleo de Apoio à Execução, conforme detalhamento a seguir:

DATA	PAUTA
30.05.2014	Apresentação do projeto *Núcleo de Inteligência Judicial*
06.08.2014	Regulamentação do Juízo Auxiliar de Execução e Resolução CSJT nº 138/2014 (Núcleo de Pesquisa Patrimonial) – PA 0005606-85.2014.5.04.0000

4.5.2 Grupo de Trabalho Resolução CNJ nº 194/2014

A AGE prestou auxílio ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 3.592/2014 para elaborar proposta sobre a composição do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e sobre as regras para o respectivo processo eleitoral, nos termos do disposto no artigo 5º da Resolução CNJ nº 194/2014. O trabalho do Grupo foi registrado no expediente nº 0004704-35.2014.5.04.0000.

5. Outras atividades

5.1 Mapeamento de Atividades dos Juízos Auxiliares de Execução (JAE) e de Conciliação na Execução da Fazenda Pública (JAC) e na Coordenadoria de Precatórios

A AGE, por determinação da Presidência, efetuou mapeamento de atividades do JAC, do JAE e da Coordenadoria de Precatórios para levantamento de informações sobre as atribuições, os resultados e a distribuição de trabalho daquelas unidades. Como resultado, foi editada a Portaria Conjunta nº 7.868/2014 que criou o Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep.

5.2 Projeto "Justiça em Números – Processos Baixados"

A AGE assessorou a Presidência no Projeto "Justiça em Números – Processos Baixados" e, atualmente, faz o acompanhamento de sua execução pela equipe do Jacep. O andamento do Projeto está registrado no expediente nº 0007262-77.2014.5.04.0000.

CERIMONIAL

O Cerimonial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, estrutura subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, foi criado em 12 de setembro de 2011 pela Portaria nº

4.388/2011 e tem como atribuições planejar, organizar, operacionalizar e supervisionar as solenidades no TRT4 e os eventos que contam com a participação do Presidente.

O Cerimonial prima pela busca da aplicação da disciplina de precedências, envolvendo, entre outros misteres, a observância de lugares de honra e os procedimentos necessários para a execução de hinos, fixação de bandeiras, filas de cumprimentos, condecorações e homenagens.

O Cerimonial também controla as correspondências relativas a eventos e elabora propostas de convites para solenidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Além disso, cabe ao Cerimonial recepcionar e acompanhar autoridades em visitas institucionais; planejar e organizar visitas de acadêmicos e de outros segmentos da comunidade ao Tribunal; fornecer aos integrantes da Administração informações e orientações acerca do protocolo em solenidades, bem como providenciar a representação institucional, quando necessário.

Compete ao Cerimonial, ainda, planejar e coordenar eventos institucionais com a participação da Presidente, bem como auxiliar nas inaugurações de novas unidades judiciárias, na posse de magistrados, na aposição de retratos (de Presidentes e Corregedores), no lançamento de pedras fundamentais, na implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, entre outros.

Em 2014, o Cerimonial desempenhou suas tarefas em 136 atividades, destacando-se a implantação do PJe-JT em 18 cidades da grande Porto Alegre e do interior do estado do RS. Dignas de menção, ainda, como eventos de substancial importância, as cerimônias de posse em gabinete e de ratificação de Posse dos Desembargadores Fernando Luiz de Moura Cassal e Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi, além das Solenidades de Posse de Juízes do Trabalho Substitutos no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho.

De especial relevância, outrossim, revestiu-se a Sessão Solene do Tribunal Pleno em homenagem aos sete Desembargadores aposentados no período de 2011 a 2014, ocasião em que foram recebidos familiares e demais convidados de todos os homenageados, além das autoridades que se fizeram presentes.

Em 2014, ainda, o Cerimonial promoveu a solenidade de assinatura do Termo de Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica (Programa Trabalho Seguro) com o Governo do estado e com o Município de Porto Alegre, bem como a cerimônia de Assinatura da Renovação do Protocolo com o estado do Rio Grande do Sul, a Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/RS, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região – Amatra IV e o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS.

A seguir, planilha de atividades desempenhadas pelo Cerimonial da Justiça do Trabalho da 4ª Região no ano de 2014.

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
ABERTURAS E/OU ENCERRAMENTOS – EVENTOS DIVERSOS	
09.04.2014 – Reunião com a Direção do Foro e os Juízes de Porto Alegre, na Escola Judicial	1
10.04.2014 – Fim de Tarde na Escola Judicial, com a Palestra “Terceirização de Serviços e Precarização do Trabalho: PL nº 4.330”, com a presença do Ministro José Roberto Freire Pimenta e Ricardo Antunes	1
08.05.2014 – Solenidade de Abertura do II Congresso dos Advogados Trabalhistas de Empresas do RS, promovido pela Satergs	1
03.06.2014 – Abertura da II Semana Interna de Prevenção a Acidentes do	1

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
Trabalho – Sipat	
27/06/2014 – Posse da nova diretora da Amatra IV	1
14/08/2014 – Abertura do XXX Congresso Estadual dos Advogados Trabalhistas do RS – “Os reflexos do PJe-JT e do novo CPC no Direito do Trabalho” – Agetra – Canela/RS	1
21 a 23/08/2014 – VIII Simpósio de Relações do Trabalho, organizado pela Satergs e Fiergs, em Gramado/RS	1
29/08/2014 – Encerramento do Congresso Internacional de Direito do Trabalho – PUCRS	1
15/09/2014 – Sessão Solene Comemorativa ao Jubileu de Prata do Superior Tribunal de Justiça	1
18/09/2014 – Posse de 71 novos Juízes do Tribunal de Justiça	1
16 e 17/10/2014 – Abertura do XVII Encontro Anual de Gestores – Bento Gonçalves/RS	1
04/11/2014 – 13ª Edição da Cerimônia de Entrega de Distintivos aos Servidores por Tempo de Serviço	1
06/11/2014 – Fim de Tarde na Escola Judicial, com a Palestra “O Golpe Militar de 1964 e seu Impacto no Mundo do Trabalho”, com a presença do Dr. Carlos Franklin Paixão de Araújo e Carlos Renan Kurtz, advogado e Magistrado aposentado do TRT4	1
21/11/20174 – Abertura do 1º Seminário Estadual para Promoção da Saúde e Segurança do Trabalhador com o tema: “Os desafios no Trabalho Rural” - Pelotas/RS	1
TOTAL	14
APOIO CERIMONIAL/ACOMPANHAMENTO PRESIDÊNCIA – EVENTOS DIVERSOS	
08/04/2014 – Cerimônia de inauguração da foto do Desembargador Gaspar Marques Batista, na Galeria dos Ex-Presidentes do TRE/RS	1
29/04 a 02/05/2014 – Recepção, no aeroporto, das autoridades que participaram do XVII CONAMAT, realização da Amatra IV/Anamatra	1
05/05/2014 – Participação em reunião de apoio à campanha Desembargadora Maria Helena Mallmann ao TST	1
08/05/2014 – Solenidade de entrega do prêmio Mérito Satergs para a Desembargadora Cleusa Regina Halfen e Jantar em comemoração aos 25 anos da Satergs	1
22/05/2014 – Entrega de prêmio “Clássico TRT 4ª Região”, no Jockey Club	1
26/05/2014 – Seminário sobre a Convenção 158 da OIT	1
01/06/2014 – Atividade alusiva ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – Parque Redenção, em parceria com o SESC	1
03/06/2014 – Solenidade alusiva ao Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil – Parceria do TRT4 com MPT e Amatra IV	1
05/06/2014 – Reunião-almoço do Instituto dos Advogados do RS (Iargs), palestra “O PJe-JT na Justiça do Trabalho Gaúcha”, com a Desembargadora Cleusa Regina Halfen	1
10/07/2014 – Solenidade de instalação da 26ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, na Justiça Federal da 4ª Região	1
08/08/2014 – Solenidade alusiva ao Dia do Magistrado e do Advogado –	1

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
Saguão do prédio-sede do TRT4	
11/08/2014 – Entrega das Comendas e Condecorações da Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho, no TST, em Brasília	1
11/09/2014 – Realização da Sessão alusiva ao Dia do Gaúcho na 2ª Turma do TRT	1
09/10/2014 – Reunião-almoço no Iargs	1
12/10/2014 – Atividade alusiva à Campanha “Todos Juntos Contra o Trabalho Infantil” (parceria TRT4, MPT e Sport Club Internacional)	1
07/11/2014 – Reunião institucional dos Desembargadores do TRT4	1
28/11/2014 – Jantar de Posse da Nova Diretoria da Abrat, Biênio 2014/2016 – Hotel Plaza São Rafael	1
05/12/2014 – Sessão Solene do Tribunal Pleno em Homenagem aos Desembargadores Aposentados (período de 2011 a 2014)	1
TOTAL	18
ASSINATURA DE CONVÊNIOS/PROTOCOLOS/ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	
10/03/2014 – Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão, pelo estado do RS, ao Protocolo de Cooperação Técnica (Trabalho Seguro)	1
28/04/2014 – Solenidade de Renovação de Assinaturas ao Protocolo de Cooperação Técnica (Trabalho Seguro)	1
10/12/2014 – Solenidade de Assinatura do Termo de Adesão, pela Prefeitura Municipal, ao Protocolo de Cooperação Técnica (Trabalho Seguro)	1
TOTAL	3
AULA MAGNA – ESCOLA JUDICIAL	
27/03/2014 – Tema “A Atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, proferida pelo Juiz Roberto Caldas (acompanhamento da Desa. Ana Luiza Kruse, Vice-Presidente no exercício da Presidência)	1
TOTAL	1
DOAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO VARA DO TRABALHO	
18/12/2014 – Solenidade de doação, pela Prefeitura Municipal de Osório, de terreno para a construção da Vara do Trabalho	1
TOTAL	1
IX ENCONTRO INSTITUCIONAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO	
01 a 04/10/2014 – no Hotel Continental, em Canela/RS	1
TOTAL	1
FÓRUM DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	
04/04/2014 – Reunião	1
13/06/2014 – Reunião	1
24/11/2014 – Reunião	1
TOTAL	3
FRONTEIRAS DO PENSAMENTO	
26/05/2014 – Conferencista norte-americano Michael Sandel	1
15/09/2014 – Conferencista norueguesa Gro Brundtland	1
03/11/2014 – Conferencista argentino Alberto Manguel	1
TOTAL	3
SOLENIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO PJE-JT NO INTERIOR	

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
23/05/2014 – Varas do Trabalho de Cachoeirinha/RS e Alvorada/RS	2
13/06/2014 – Foro Trabalhista de Novo Hamburgo/RS	1
27/06/2014 – Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul /RS	1
11/07/2014 – Varas do Trabalho de Lajeado/RS e Montenegro/RS	2
01/08/2014 – Vara do Trabalho de Gravataí/RS	1
18/08/2014 – Foros Trabalhistas de Taquara/RS e Sapiranga/RS	2
05/09/2014 – Vara do Trabalho de Farroupilha/RS, Foro Trabalhista de Bento Gonçalves/RS e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata/RS	2
12/09/2014 – Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul/RS	1
17/09/2014 – Vara do Trabalho de Carazinho/RS, Foro Trabalhista de Passo Fundo/RS e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau/RS	2
24/10/2014 – Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul/RS e Foro Trabalhista de Santa Maria/RS	2
14/11/2014 – Vara do Trabalho de Triunfo/RS e São Jerônimo/RS e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari/RS	2
TOTAL	18
INAUGURAÇÃO DE NOVAS INSTALAÇÕES	
14/07/2014 – Solenidade de inauguração das novas instalações do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata/RS	1
TOTAL	1
POSSE COLETIVA DE DESEMBARGADORES – SESSÃO SOLENE	
19/09/2014 – Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi e Desembargador Fernando Luiz de Moura Cassal	1
TOTAL	1
POSSE DE DESEMBARGADORES EM GABINETE	
05/06/2014 – Desembargadora Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi e Desembargador Fernando Luiz de Moura Cassal	1
TOTAL	1
CERIMÔNIA DE POSSE DE JUÍZES SUBSTITUTOS	
20/01/2014 – Átila Roesler	1
24/01/2014 – Bárbara Fagundes	1
06/06/2014 – Adriana Ledur e Mateus Lionzo	1
07/08/2014 – Sheila Spode e Cínthia Machado de Oliveira	1
19/08/2014 – Jorge Fernando Xavier de Lima	1
30/09/2014 – Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer	1
TOTAL	6
CERIMÔNIA DE POSSE DE JUÍZES TITULARES	
04/04/2014 – Adriana Moura Fontoura e Rachel Souza Carneiro	1
06/06/2014 – Patrícia Helena Alves de Souza	1
30/09/2014 – Carolina Santos Costa de Moraes, Deise Anne Herold, Luis Henrique Bisso Tatsch, Diogo Souza e Graciela Maffei	1
28/11/2014 – Elson Rodrigues da Silva Junior e Adair João Magnaguagno	1
TOTAL	4

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
POSSE OUTROS ÓRGÃOS	
08/04/2014 – Cerimônia de transmissão de cargo dos Procuradores Regionais da República Marcelo Veiga Beckhausen, como Procurador Regional Eleitoral, e Mauricio Gotardo Gerum, como Procurador Regional Eelitoral Substituto – TRE/RS	1
11/04/2014 – Sessão Solene de Recondução e Posse de Nilton Leonel Arnecke Maria no cargo de Defensor Público-Geral do Estado	1
30/05/2014 – Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Marco Aurélio Heinz, como Presidente, e Luiz Felipe Brasil Santos, como Vice-Presidente e Corregedor do TRE/RS	1
TOTAL	3
RECEPÇÃO/VISITA DE AUTORIDADES/INSTITUCIONAIS	
26/03/2014 – Prefeito de Pedro Osório, César Brito	1
03/04/2014 – Presidente TJM/RS, Juiz Sérgio Antônio Berni de Brum	1
29/04/2014 – Coordenador Acadêmico EJ/TRT3 – Juiz Mauro César Silva	1
05/05/2014 – Defensor Público-Geral, Nilton Leonel Arnecke Maria	1
22/05/2014 – Presidente OAB, Marcelo Bertoluci	1
26/05/2014 – Colunista Social Odalgir Lazzari	1
30/05/2014 – Recepção da Ministra Delaíde Miranda Arantes	1
07/08/2014 – Almoço com Presidentes dos TRT5 (BA) e TRT12 (SC)	1
08/08/2014 – Presidente da Ajuris, Juiz Eugênio Couto Terra	1
03/09/2014 – Presidente do TJ, Desembargador José Aquino Flores de Camargo	1
10/10/2014 – Reitora da Urcamp, Prof. Lia Maria Herzer Quintana, acompanhada do Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra	1
11/12/2014 – Visita da Presidência da OAB às novas dependências da OAB, no Foro Trabalhista	1
TOTAL	12
REPRESENTAÇÕES OFICIAIS – ACOMPANHAMENTO	
24/03/2014 – Posse Juíza Ana Paula Dalbosco, no cargo de Desembargadora do TJ/RS – Desa. Tânia Regina Silva Reckziegel	1
28/03/2014 – Solenidade Comemorativa 25 Anos do TRF4 – participação da Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse, Vice-Presidente	1
22/09/2014 – Solenidade de Posse de oito Desembargadores do TJ – Desembargador João Paulo Lucena	1
06/11/2014 – Lançamento do 23º Caderno de Literatura e Caderno de Literatura Infantil e Abertura da Exposição de pinturas de Graça Marques e esculturas de Caé Braga, na Ajuris – Desembargadora Vânia Mattos	1
18/12/2014 – Sessão Solene de Posse do Corregedor Geral do MP, Dr. Ruben Giugno Abruzzi, e da Sub-Corregedora Geral do MP, Noara Bernardy Lisboa – participação da Desembargadora Beatriz Renck	1
TOTAL	5
VISITAS DE ACADÊMICOS	
03/04/2014 – IPA	1
24/04/2014 – UCS (Região das Hortênsias)	1
29/05/2014 – UCS (São Sebastião do Caí)	1

ATIVIDADES – 2014	QUANTIDADE
11/06/2014 – FADERGS	1
26/06/2014 – ULBRA (Gravataí) – manhã e tarde	2
28/08/2014 – FACOS	1
10/09/2014 – FADERGS	1
25/09/2014 – IPA	1
09/10/2014 – FEEVALE	1
30/10/2014 – UCS (Caxias do Sul)	1
12/11/2014 – FADERGS	1
27/11/2014 – UNIVATES	1
TOTAL	13
VISITAS DIVERSAS DE APOIO À CAMPANHA DA DESA. MARIA HELENA MALLMANN	
07/05/2014 – Câmara dos Vereadores	1
08/05/2014 – Governador RS	1
09/05/2014 – Prefeito Municipal, FIERGS, TJ e CUT	3
14/05/2014 – Deputado Eliseu Padilha, Comissão do Trabalho, Senadora Ana Amélia Lemos, Senador Pedro Simon e Paulo Camargo Rede Globo	4
15/05/2014 – Senador Paulo Paim e Ministro Miguel Rossetto	2
16/05/2014 – Advogado Halley Lino de Souza	1
10/06/2014 – TRF	1
11/06/2014 – Prefeitura de São Leopoldo	1
01/07/2014 – Radialista Sérgio Zambiasi e TRE (Presidente: Marco Aurélio Heinz)	2
07/07/2014 – Recepção ao Vereador Alberto Kopittke	1
09/07/2014 – PRT4	1
TOTAL	18
VISITAS INSTITUCIONAIS FORA DO TRT	
06/05/2014 – Reunião com o Comandante-Geral da Brigada Militar, Coronel Fabio Duarte Fernandes	1
12/05/2014 – Visita ao Governador do Estado, Tarso Genro	1
13/05/2014 – Visita ao Presidente TRF, Desembargador João Batista Pinto Silveira	1
09/06/2014 – Visita ao Grupo RBS	1
24/06/2014 – Visita aos Diretores do Jornal do Comércio	1
08/09/2014 – Visita ao Presidente do Jornal O Sul	1
08/10/2014 – Visita à Diretoria do Correio do Povo	1
07/11/2014 – Reunião com Sebastião Melo, Vice-Prefeito, João Batista Link Figueira, Procurador-Geral do Município, Luiza Neves, Secretária Municipal do Trabalho e Emprego e Carlos Henrique Casartelli, Secretário Municipal de Saúde	1
19/12/2014 – Reunião com o Prefeito Municipal de Porto Alegre, José Fortunati, e o Secretário Municipal de Urbanismo, Cristiano Tatsch, para tratar da ampliação do Foro Trabalhista de POA	1
TOTAL	9

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SECONTI

A Secretaria de Controle Interno – Seconti desenvolve o acompanhamento, o controle e a auditoria na gestão de pessoal, contábil, financeira, patrimonial, operacional, e dos respectivos controles internos, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Em atendimento à Resolução CNJ nº 86/2009 e às recomendações do Acórdão TCU nº 1.074/2009, a Seconti busca zelar pela qualidade e a independência dos trabalhos de auditoria, evitando a cogestão em suas atividades.

Foram feitas pela Seconti, no exercício de 2014, as seguintes auditorias de conformidade e operacional:

RELAÇÃO DAS AUDITORIAS COM RECOMENDAÇÕES PROMOVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2014

AUDITORIA	PROCESSO ADMINISTRATIVO
Relatório de Auditoria nº 08/2013 – Auditoria de Conformidade em Compras Diretas	0001315-42.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 09/2013 – Auditoria de Obras Complementares do Prédio Anexo Administrativo do TRT da 4ª Região	0003827-95.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 10/2013 – Auditoria de Avaliação dos Controles Internos da Seção de Compras	0006596-76.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 01/2014 – Diárias PJe-JT – 2º semestre 2013	0004726-30.2013.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 02/2014 – Auditoria de Avaliação dos Controles Internos da Seção de Ingresso e Remoção e Seção de Assuntos da Magistratura da Secretaria de Gestão de Pessoas	0006538-73.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 03/2014 – Avaliação dos controles internos no processo de concessão de ajuda de custo	0003592-31.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 04/2014 – Auditoria Operacional na Obra do Foro Trabalhista de Uruguaiana	0006711-97.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 05/2014 – Avaliação dos controles internos no processo de concessão da gratificação de atividade de segurança	0004020-13.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 06/2014 – Auditoria em Sustentabilidade Ambiental	0006920-66.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 07/2014 – Auditoria de Avaliação dos Controles Internos da Seção de Bens Imóveis	0006598-46.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 08/2014 – Auditoria de Avaliação dos Controles Internos na Concessão de Aposentadorias e Pensões	0008011-94.2014.5.04.0000

RELAÇÃO DAS AUDITORIAS COM RECOMENDAÇÕES PROMOVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2014	
AUDITORIA	**PROCESSO ADMINISTRATIVO**
Relatório de Auditoria nº 10/2014 – Auditoria de Avaliação de Controles Internos em Processos de Cedência, Remoção e Redistribuição	0007972-97.2014.5.04.0000
Relatório de Auditoria nº 12/2014 – Auditoria de Conformidade nas Áreas Orçamentária e Contábil	0008351-38.2014.5.04.0000

Obs.: O Relatório de Auditoria nº 09/2014 – Obra de Erechim – foi autuado em janeiro de 2015 (PA 0000410-03.2015.5.04.0000) e o nº 11/2014 – Controles Internos na Folha de Pagamento – está em fase de elaboração do Relatório Final.

Adicionalmente, conforme disposto no artigo 9º da Resolução CSJT nº 70/2010, a Seconti emitiu parecer quanto ao atendimento das diretrizes e referenciais de área e à adequação aos sistemas de custos para as seguintes obras:

RELAÇÃO DE PARECERES EXPEDIDOS PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO CSJT Nº 70/2010	
OBRA	**PROCESSO ADMINISTRATIVO**
Encaminhamento de documentação do projeto do Foro Trabalhista de Santo Ângelo para análise do CSJT	0001531-03.2014.5.04.0000
Encaminhamento de documentação do projeto de ampliação do Foro Trabalhista de Lajeado para análise do CSJT	0002586-86.2014.5.04.0000

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo a seguir, os atos de admissão e desligamento de pessoal e de aposentadoria e pensão. Foram verificados sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de exame e registro.

ATOS, CONCESSÕES E PROCESSOS DE PESSOAL	
ESPECIFICAÇÃO	**QUANTIDADE**
Formulários de aposentadoria, cancelamento de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	317
Processos de novas aposentadorias conferidos	75
Processos de novas pensões conferidos	20
Diligências do Tribunal de Contas da União	9
TOTAL	421

Cabe mencionar, também, as seguintes atividades desenvolvidas pela Secretaria:

- Ações Coordenadas de Auditoria: (i) Ação Coordenada de Auditoria com o CNJ objetivando verificar o cumprimento da implantação das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 182/2013 (PA 0004266-09.2014.5.04.0000), e (ii) Ação Coordenada de Auditoria com o

CSJT objetivando a comprovação da utilização dos equipamentos *blades* e *softwares* a eles vinculados (PA 0006790-76.2014.5.04.0000);

- Acompanhamento das ações previstas no Plano de Obras do TRT4 para o período 2011/2015 (PA nº 0000802-79.2011.5.04.0000);
- Encaminhamento ao TCU, semestralmente, das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores do TRT4, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas, em atenção ao Ofício 2412/2014-TCU/SFEFIP, de 1º.04.2014, Processo TC nº 006.872/2014-0, do Tribunal de Contas da União (PA nº 000253-23.2014.5.04.0000);
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira mediante monitoramento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi;
- Verificação da consistência dos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Tribunal ao final de cada quadrimestre por determinação do artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000 (PA nº 0001033-43.2010.5.04.0000);
- Avaliação da conformidade com as normas do TCU (Decisão Normativa nº 132/2013) das peças do Relatório de Gestão do exercício de 2013 (PA nº 0005264-11.2013.5.04.0000), encaminhado pelo Tribunal à Corte de Contas para exame;
- Avaliações da gestão inseridas no Relatório de Auditoria de Gestão, elaborado em atendimento à Decisão Normativa TCU nº 132/2013 com emissão de Parecer e Certificado sobre a regularidade das contas, que integram a Tomada de Contas do exercício de 2013 (PA nº 0002080-13.2014.5.04.0000), aprovada pelo Órgão Especial do TRT4 em 19.05.2014 e enviada, em 06.06.2014, ao TCU, para julgamento;
- Atendimento às diligências solicitadas pelo TCU e às determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC

A consolidação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, no TRT da 4ª Região, reforça o papel estratégico da tecnologia da informação no apoio à prestação jurisdicional. Para permitir o suporte adequado, a Setic teve sua estrutura organizacional e seu quadro funcional atualizados.

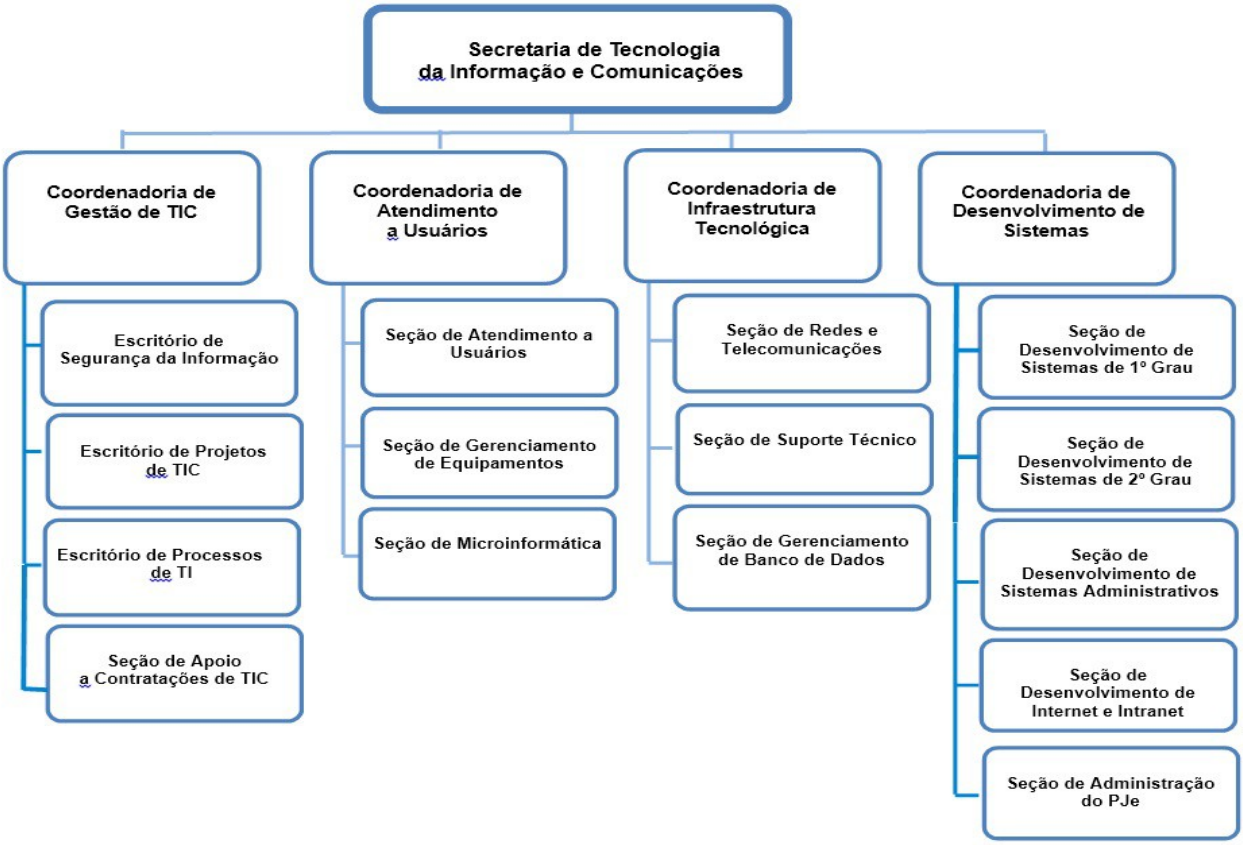
Em 2014, foi provida a maioria dos cargos especializados em tecnologia da informação criados pela Lei nº 12.926/2013, de modo que o número de servidores passou de 82, em dezembro de 2013, para 118 em dezembro de 2014. Dos cargos criados, não foram providos sete cargos de Técnico Judiciário – Tecnologia da Informação, em virtude de terem se esgotado os candidatos habilitados no concurso público.

Com relação à estrutura organizacional, ocorreu a criação da Seção de Administração do PJe-JT, vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas. Essa é a unidade responsável pelo atendimento de demandas vinculadas ao PJe-JT que necessitem de programação, bem como pela instalação, homologação técnica e manutenção das novas versões do Sistema disponibilizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Também foi criada a Seção de Apoio a Contratações de TI, unidade responsável pela fiscalização dos mais de 100 contratos vigentes, vinculados à Setic.

As demais alterações dizem respeito à nomenclatura, que foi adequada para melhor identificar as atividades das unidades.

O organograma atual está apresentado a seguir.



Projetos de 2014

Dentre os projetos aprovados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações para o exercício de 2014, os apresentados a seguir merecem destaque.

1. DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

1.1 Primeiro Grau de Jurisdição

a) Produtividade Juízes

Boletim de produção de magistrados passou a ser gerado pela ferramenta de BI, trazendo os seguintes benefícios:

- Redução do tempo para a Corregedoria gerar os relatórios de 3 dias para 2 horas;

- Relatórios gerados automaticamente, por qualquer pessoa autorizada e cadastrada no sistema;
- Garantia de manutenção do sistema, que passa a ter suporte tecnológico da Setic, em substituição à antiga solução desenvolvida por servidores da Corregedoria Regional, em microcomputadores da unidade;
- Solução baseada nos dados estatísticos do sistema e-Gestão, informação oficial para o Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Eliminação do programa Microsoft Access utilizado pela Corregedoria Regional para a solução até então adotada, antigo e sem qualquer tipo de suporte técnico, o que impedia a substituição dos microcomputadores da unidade;
- Geração automática do relatório *Índice Mensal da Corregedoria – IMC*, o qual era elaborado manualmente a partir da compilação de dados provenientes de diferentes planilhas;
- Possibilidade de acessar as mesmas informações utilizando menos recursos, uma vez que o BI permite múltiplas combinações entre os dados a serem analisados;
- Varas do Trabalho dispensadas da elaboração dos "Boletins de Produção", tarefa que exigia a dedicação de pelo menos um servidor, de um a três dias úteis, por unidade;
- Automatização da coleta dos dados estatísticos do PJe-JT;
- Consolidação de informações para apoio à tomada de decisões em uma única base, que é o BI;
- Informações para "Promoção dos Juízes" que eram geradas manualmente, por apenas um servidor que conhecia o processo de elaboração desses relatórios, foram automatizadas e podem ser geradas por qualquer servidor autorizado.

b) PJe-JT Aeropauta e Pauta Online

Monitores instalados nas salas de espera das unidades judiciárias de primeiro grau apresentavam apenas as pautas de processos físicos. O projeto integrou as pautas de processos eletrônicos a essa mesma solução, trazendo os seguintes benefícios:

- Aumento de 244% das audiências exibidas pelo serviço Pauta Online nos terminais do sistema Aeropauta;
- Eliminação das pautas impressas, que eram afixadas pelas Secretarias das Varas do Trabalho às portas das salas de audiência para informar sobre as pautas de processos eletrônicos;
- Em Porto Alegre/RS, agilização do atendimento pela Central de Atendimento ao Público, que pode facilmente orientar advogados, partes e testemunhas.

c) PJe-JT – Integração consulta de sentenças

Sentenças proferidas em processos eletrônicos foram integradas à base de dados da pesquisa de sentenças de processos físicos, permitindo que o público interno, magistrados e servidores, pesquisem também nesse rol de informações.

A integração das sentenças de processos físicos e eletrônicos em uma única base de dados registrou aumento de 36% no acesso a essa pesquisa.

d) PJe-JT – Lista de intimações via postal

O Sistema PJe-JT não apresenta a funcionalidade de expedição das listas de intimações via postal (pela ECT) para os documentos emitidos pelo sistema. Assim, as Varas do Trabalho precisavam, manualmente, gerar as listas de cada tipo de correio, bem como as etiquetas de endereçamento das notificações. Considerando que o inFOR provê essa funcionalidade para os processos físicos, foi desenvolvida solução nesse sistema para geração das listas de remessa aos Correios e de emissão das etiquetas de endereçamento de processos judiciais eletrônicos, com os seguintes benefícios:

- Redução do tempo médio semanal para preparação do correio de seis horas para uma hora, por unidade judiciária;
- Deslocamento do servidor que executava essa tarefa para outras atividades;
- Eliminação da margem de erro envolvida no endereçamento das notificações do PJe-JT (tarefa manual de copiar e colar as informações);
- Satisfação dos servidores envolvidos na tarefa com o rendimento na nova sistemática.

e) PJe-JT – Ferramenta de pesquisa por nome para emissão de certidões

Foi desenvolvida ferramenta para pesquisa por nome de reclamada cadastrada no sistema PJe-JT, considerando que a pesquisa existente não era suficiente, a fim de auxiliar as Centrais de Atendimento ao Público e as Secretarias de Varas únicas na emissão de certidões. O benefício desse projeto é permitir que as certidões emitidas também contemplem processos eletrônicos existentes, com maior segurança.

f) Extrator PJe-JT

Implantação e atualizações de versão do sistema Extrator, que calcula a estatística do PJe-JT, automatizando a geração de informações ao e-Gestão, e eliminando a necessidade de controle manual pelas Varas do Trabalho.

g) Melhorias do inFOR

Desenvolvido conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Comissão de Informática, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no 1º Grau, até que o sistema inFOR seja completamente substituído pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT):

- Desenvolvido módulo de pauta livre e possibilidade de usuário trocar de Varas do Trabalho em Postos de Foro;
- Desenvolvido módulo de Pesquisas Gerenciais no inFOR para uso pela Corregedoria Regional, para substituir a geração manual dos relatórios pela Setic;
- Alterada a forma de integração entre inFOR e pDEP (Sistema do Depósito), visando a otimizar o recebimento e cadastramento dos lotes de processos no Depósito Centralizado;
- Incluída a nova informação "data_situacao" no envio das informações relativas ao BNDT, conforme determinação do TST;
- Criado novo índice FACDT/INPC nos cálculos *Novo* e *Antigo* do inFOR;
- Auxílio ao Projeto Justiça em Números – Processos baixados;
- Aprimorados os procedimentos relativos ao BNDT, com envio de e-mail diário com informações sobre a geração e o envio das operações ao BNDT;

- Realizadas adaptações no inFOR, e-Sentença, inFORpro e inFORme para compatibilidade com Windows 64 bits – requisito técnico;
- Realizadas adaptações no sistema e-Sentença (desktop) para compatibilidade com o Word 2013.
- Desenvolvimento do sistema de Requisições de Pagamento de Honorários Periciais
- Desenvolvida e disponibilizada a funcionalidade de assinatura eletrônica das requisições de pagamento de honorários periciais.

h) Nova página da Corregedoria Regional no VOX

Desenvolvida nova página da Corregedoria Regional, em conjunto com a Assessoria Técnico-Operacional, contemplando a reorganização de temas, criação de novo *layout*, e integração ao Portal VOX.

i) Pesquisa e produção de relatórios

Gerados dados para o Tribunal Superior do Trabalho, metas do Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, distribuição de processos, além de diversos relatórios estatísticos solicitados pela Corregedoria Regional, como:

- Dados parao Relatório Justiça em Números (referentes ao 1º e 2º semestre de 2013);
- Relatório diário para acompanhamento da Semana da Execução do TST (ocorrida em setembro de 2014);
- Cálculo dos itens das Metas 2, 5 e 6 de 2014, do CNJ, no Módulo de Pesquisas Gerenciais do inFOR;
- Levantamento dos acordos efetuados mensalmente no Módulo de Pesquisas Gerenciais do inFOR;
- Pesquisa sobre os 100 maiores litigantes (reclamadas) no inFOR;
- Estudo sobre dano moral, assédio moral, assédio sexual e dano moral coletivo para uso do Memorial.

1.2 Segundo Grau de Jurisdição

a) PJe-JT – Integração da Pesquisa de Jurisprudência

Desenvolvida a integração da pesquisa de jurisprudência para incluir, na mesma base de consulta, acórdãos de processos eletrônicos do Sistema PJe-JT que, em dezembro de 2014, somavam 7.800.

b) Integração e-Jus² e PJe-JT

Desenvolvida integração entre os sistemas e-Jus², do TRT4, e PJe-JT, para possibilitar que Desembargadores, Gabinetes e Secretarias de Órgãos Julgadores utilizem o sistema e-Jus² para produção e revisão de votos e realização de sessões, com maior desempenho e automatização de atividades, resultando em celeridade no julgamento de processos no 2º grau de jurisdição. A solução desenvolvida possui dois serviços principais: "Apto para Pauta", indicando os processos

prontos e liberados para serem pautados; e "Remessa de acórdãos julgados", que automatiza o envio do conteúdo dos acórdãos já julgados ao PJe-JT, liberando-os para assinatura.

Concluído o desenvolvimento e a homologação por parte do TRT em junho de 2014, foi exigido pelo CSJT a adaptação do código-fonte a novos padrões de desenvolvimento do PJe-JT, o que foi feito e entregue ao CSJT para validação.

Além disso, foi desenvolvida e disponibilizada aos usuários do e-Jus² a consulta on-line à íntegra das sentenças produzidas no sistema PJe-JT.

c) Integração e-Jus² e ADMEletrônico

Implementada integração entre os sistemas e-Jus² e ADMEletrônico, com objetivo de viabilizar o acompanhamento das pautas judiciária e administrativa, de maneira unificada, nas sessões do Órgão Especial e do Tribunal Pleno. A partir da integração, a consulta e a visualização da íntegra de processos administrativos eletrônicos é feita na tela do e-Jus², eliminando a necessidade de acesso a outros sistemas durante as sessões.

d) Novo Comunicador integrado ao e-Jus²

Desenvolvida nova ferramenta de comunicação on-line, integrada à interface do e-Jus², para facilitar a troca de mensagens entre Desembargadores, servidores de gabinetes e de secretarias de órgão julgador.

1.3 Primeiro e Segundo Graus de Jurisdição e Público Externo

a) PJe-JT – Integração da Consulta Processual – Processos Físicos e Eletrônicos

A consulta aos processos judiciais foi unificada, permitindo que advogados, partes e outros interessados tenham acesso à tramitação processual sem precisar informar se os processos pesquisados são físicos ou eletrônicos.

b) Site *Mobile*

Desenvolvimento de um site adaptado para acesso a partir de dispositivos móveis – smartphones e tablets. Foi lançado com quatro serviços: pauta online, que apresenta as audiências de 1º grau do dia corrente; sessões de 2º grau, que exibe as sessões de julgamento e respectivas pautas já publicadas; notícias divulgadas pelo Tribunal; endereços e plantões, contendo informações sobre cada uma das unidades judiciárias de 1º grau. O desenvolvimento do serviço de consulta processual foi integrado ao site *mobile* em 2015.

c) Página de Guias e Recolhimentos

Foram reformuladas as páginas de guias e recolhimentos do portal de internet, incluindo a possibilidade de geração automática da Guia de Previdência Social.

d) Precatórios – Precat

Desenvolvidas 126 melhorias no sistema PRECAT, atendendo às necessidades priorizadas pelas áreas de Precatórios e pelo Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep.

e) inFOR – Módulo do Arquivo

Iniciado o desenvolvimento de módulo integrado ao sistema inFOR para gerenciar o fluxo de lotes de processos e de processos individuais entre as Varas do Trabalho e o Arquivo de Porto Alegre (Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais) e o Depósito Centralizado, o que possibilitará a eliminação de tarefas no Arquivo e a eliminação do sistema ARQ.

f) e-Gestão

Desenvolvida integração entre os sistemas e-Gestão e PJe-JT para desconto de forma automatizada de afastamentos de Magistrados no cálculo de prazos.

g) Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)

Foram instaladas, em produção, duas versões do sistema PJe-JT, envolvendo parametrização técnica e testes:

- Junho: versão 1.4.8.1;
- Outubro: versão 1.4.8.2.12.

Tarefas de sustentação:

- Atendimento de aproximadamente 4.000 chamados;
- Desenvolvimento e execução de *scripts* para correção de dados inconsistentes no banco do sistema PJe-JT;
- Identificação de falhas do sistema;
- Registro e acompanhamento de *bugs*, dúvidas e sugestões no sistema JIRA, do CSJT;
- Preparação de ambientes de homologação, treinamento e testes para treinamentos de magistrados e servidores, homologações de versão e realização de testes específicos para cada um desses ambientes.

1.4 Área Administrativa

a) BI – Seconti

A Resolução CNJ nº 171/2013, determina que os procedimentos de planejamento, execução e acompanhamento das auditorias, inspeções e fiscalizações dos Tribunais estejam totalmente informatizados, eliminando-se, na medida do possível, a necessidade de impressão de documentos e do trâmite de papéis. Com vistas a atender tal orientação e permitir o acompanhamento e a análise dos atos praticados pelos gestores, aprimorando os controles internos, teve início, em 2014, a integração dos dados dos sistemas RH e Folha na ferramenta de BI, para uso da Secretaria de Controle Interno. Na mesma linha, foi automatizado o relatório de aposentadoria, que resultou na redução do tempo de cálculo de tempo de serviço de 40 minutos para apenas seis minutos.

b) Sistema de Recursos Humanos

- Ajuste do módulo de Avaliação de Desempenho para contemplar a Gestão por Competências;
- Adequação do módulo de controle de estagiários para contemplar convênio com a Fase.
- Ajustes de *layout* no módulo de prestação de contas para o Siprev (versão 2014);
- Ajustes de *layout* no módulo de prestação de contas para o TCU (versão 2014);
- Desenvolvimento da consulta individual de diárias pagas, disponibilizada aos usuários através do Portal VOX;
- Desenvolvimento da consulta individual de ressarcimento de despesas de deslocamento, disponibilizada aos usuários através do Portal VOX;
- Atividades de atendimento, manutenção de usuários e relatórios do sistema somando 78 demandas solucionadas.

c) Sistema de Atestes de Serviços Contratados

Implantação do sistema de atestes desenvolvido em 2013 para otimizar a rotina de conferência dos serviços contratados para fornecimento de luz, correio e água pelas unidades judiciárias, agilizando e tornando mais confiável o pagamento desses serviços. O sistema também agiliza as tarefas das Seções de Expedição e Liquidação, responsáveis pelo encaminhamento do pagamento dessas despesas.

d) Sistema de Folha de Pagamento

- Priorizado pela Presidência, foi desenvolvido módulo de apoio do fechamento da folha de pagamento mensal, visando a substituir uma série de rotinas existentes em Microsoft Access, que incluíam cerca de 70 consultas e relatórios.
- Suporte à Secretaria de Orçamento e Finanças – Secof na criação e operacionalização do formulário de ajuda de custo para moradia de magistrados.

e) Sistema de Patrimônio

Desenvolvida alteração no Termo de Responsabilidade para destacar itens de obra de arte.

f) Sistema pDep – Depósito Centralizado de Processos

Desenvolvidas novas funcionalidades para carga de lotes inteiros de processos diretamente do sistema inFOR (melhoria em relação à funcionalidade de carga individual de processo), retirada de autos para vista, desarquivamento e exclusão de todos os processos de um lote.

g) Portal de Governança de TIC

Por meio de um trabalho conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas e a participação ativa de todas as áreas da Setic, no ano de 2014 foi implementado Portal VOX, o Portal de Governança de TIC, que consiste em um mecanismo de divulgação da atuação da Setic, contendo metodologias de trabalho adotadas, projetos e ações, acompanhamento de indicadores,

execução orçamentária e auditorias externas. Pelo projeto, foi possível atingir um grau avançado de transparência e divulgação do trabalho da Setic no Tribunal.

h) Portal de internet – Melhorias

Desenvolvidas alterações na página inicial da internet, solicitadas pela Secretaria de Comunicação Social – Secom, contemplando apresentação dos destaques em forma de "carrossel", exibição de vídeos, além da divisão de notícias em jurídicas e institucionais.

i) ADMEletrônico – Protocolo eletrônico de documentos

Desenvolvimento de um módulo no sistema ADMEletrônico para registrar e acompanhar o protocolo de documentos por meio eletrônico, visando à eliminação dos cadernos (em papel) existentes em todas as unidades. Dentre os benefícios pode-se citar:

- Agilização do protocolo e trâmite de documentos;
- Possibilidade de pesquisa em protocolos recebidos, eliminando a necessidade de planilhar informações mantidas em cadernos;
- Eliminação do sistema em Microsoft Access existente na Corregedoria Regional, desenvolvido por servidores da unidade e sem suporte tecnológico;

j) ADMEletrônico – Acesso externo

Desenvolvido novo módulo de assinaturas, possibilitando aos usuários acessar o sistema via internet, eliminando o uso do Gabinete Virtual, que trazia lentidão para o processo de assinatura eletrônica dos processos administrativos.

l) Desenvolvimento do Sistema de Aquisições e Contratos

Início do projeto de desenvolvimento do Sistema de Aquisições e Contratos – SAC, módulo integrante do projeto nacional Sistema Integrado de Gestão Administrativa/JT), que substituirá o atual sistema de Compras utilizado no TRT e será disponibilizado a toda a Justiça do Trabalho.

Foram desempenhadas atividades de levantamento de requisitos, análise, especificação de interfaces e regras de negócio. Concluída também a definição de arquitetura de *software* mais moderna e robusta, direcionada a serviços, para desenvolvimento do sistema.

m) Implantação do Sistema de Gestão Orçamentária – SIGEO

Implantação e sustentação do Sistema de Gestão Orçamentária – Sigeo, módulo integrante do projeto nacional Siga/JT, no âmbito do TRT4.

n) Implantação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH

Foi definida pela Administração a substituição do sistema de RH, desenvolvido pelo TRT4, pelo sistema SGRH, módulo integrante do projeto nacional Siga/JT. Assim, foram feitos estudos técnicos do referido sistema e de sua modelagem de dados, bem como programada a migração de dados do sistema atual, visando à substituição completa da atual ferramenta até o final de 2015.

o) Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP

Instalado, para homologação, o sistema SCMP, módulo integrante do projeto nacional Siga/JT no âmbito do TRT.

p) Expansão do uso do *Software* TraceGP no TRT4

O *software* TraceGP permite o registro e o gerenciamento de projetos e de demandas. Utilizado inicialmente apenas pela Setic, hoje atende diversas áreas do TRT4 como suporte ao gerenciamento de projetos e demandas.

A Setic auxiliou e acompanhou a implantação nas seguintes áreas:

- Melhorias dos fluxos de trabalho, customização de relatórios dinâmicos e ajuste de formulários, fornecedores e serviços para contemplar novo cenário da Sempro;
- Implementação de formulários para atender o fluxo de trabalho na solicitação de limpeza Seapa;
- Implantação de um escritório de Projetos na Secretaria de Controle Interno.

PJE-JT – CONTRIBUIÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO

e-Jus² – Portabilidade

Desenvolvida versão portável do sistema e-Jus², para possibilitar que outros Tribunais Regionais do Trabalho adotem o referido sistema.

2. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

2.1 Segurança

Antes da implantação do processo eletrônico, a Setic armazenava apenas informações sobre os processos judiciais, já que sua guarda estava sob responsabilidade das unidades judiciárias. A informatização do processo judicial alterou radicalmente o papel da área de tecnologia, que passou a custodiar os próprios processos judiciais. Frente a essa realidade, foi promovida cuidadosa revisão da infraestrutura tecnológica do TRT, de modo a garantir a integridade e a disponibilidade dos dados que estão sob sua gestão, em especial, dos processos eletrônicos. Nesse contexto, foram desenvolvidas as ações descritas a seguir.

a) Atualização dos Planos de Recuperação de Desastres

Revisão e documentação dos procedimentos a serem adotados em incidentes que interrompam os serviços de TI, garantindo agilidade e segurança em seu restabelecimento.

b) Implantação de novo *proxy* e filtro de conteúdo web

Substituição da estrutura existente no TRT4, baseada em *software* livre. Em 2014, o CSJT forneceu a todos os Tribunais Regionais novos equipamentos, que garantem redundância, melhor capacidade de implantação de políticas de segurança e desempenho adequado.

c) Ativação do sincronismo de dados entre os *datacenters* principal e secundário

Adoção de técnicas de replicação dos dados dos principais serviços de TI, do *datacenter* principal para o secundário, com vistas ao restabelecimento ágil da operação em caso de desastre envolvendo o *datacenter* principal. Foram considerados os seguintes serviços: PJe-JT, Sistemas Corporativos como inFOR, NovaJus4, sistemas administrativos, ferramenta de Business Intelligence e plataforma de virtualização.

2.2 Elaboração de Projeto Executivo para Reforma do CPD2

Para que o *datacenter* secundário possa assumir a operação dos principais serviços de TI, é necessário que passe por uma reforma significativa. Assim, foi elaborado projeto executivo visando contratação de reforma e ampliação desse ambiente em 2015.

a) Renovação da infraestrutura de DNSSEC

Atualização do equipamento responsável pelo serviço de resolução de nomes seguro (internet), que o TRT4 mantém para atender norma de segurança imposta pelo Conselho Nacional de Justiça.

b) Adaptações na rede para contemplar requisitos dos *Quiosques de Inclusão Digital*

Os quiosques são equipamentos de uso público. Assim, para garantir a integridade da rede do TRT4, foi criado um isolamento dessa rede.

c) Padronização dos *datacenters* no interior do estado

Os foros de Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Guaíba tiveram seus equipamentos de infraestrutura (servidor, *no-breaks*, *switches*, cabeamento) instalados em novos *racks*, seguindo o padrão de organização que vem sendo adotado desde 2013. A iniciativa visa a reduzir o número de incidentes e melhorar o tempo de resolução de problemas.

d) Cópias de segurança – *Backup*

As cópias de segurança podem ser o último recurso na recuperação de dados em casos de desastre, de falha humana ou em equipamentos. Em 2014, foram muitas as iniciativas a fim de aumentar a confiabilidade desse serviço, tais como:

- Ajustes nas políticas de *backup*;
- Implementação da VTL (*backups* em disco), o que simplificou a administração dos *backups*, eliminando a troca diária de fitas, que serão utilizadas apenas para armazenar dados históricos;
- Redução dos tempos para *backups* dos bancos de dados Oracle, de 23 horas para menos de 10 horas, reduzindo assim o risco de perda de dados e aumentando o desempenho dos equipamentos;
- Redução do tempo para restauração de dados. A restauração completa do PJe-JT teve uma redução de 32 horas para 19 horas;

- Atendimento de requisito da política de *backup* que estabelece o tempo máximo de perda de dados em duas horas;
- Aumento na qualidade dos *backups* que passaram a ser integrais, o que reduz o tempo para recuperação de dados em comparação à tecnologia anterior (incremental);
- Expansão da VTL: Dado o sucesso da adoção dessa tecnologia, uma nova aquisição de discos foi feita para ampliar seu uso;
- Testes periódicos de recuperação de *backups*: Com a facilidade da VTL, foi possível implementar a rotina de testes de recuperação, prevista na Política de *Backup*;
- Implantação de rede de 10GB para suportar *backups* VTL: Ativação de portas de rede de maior capacidade, acompanhando o aumento de desempenho da solução de *backup*;
- Novo *backup* PostgreSQL: Para o banco utilizado pelo PJe-JT, foi desenvolvida uma solução própria de *backup* incremental, para garantir a disponibilidade das informações em caso de desastre.

e) Sistema de detecção e bloqueio de consultas automáticas

Desenvolvida uma solução capaz de detectar e bloquear sistemas externos utilizados para "varrer" as bases de dados do TRT4, com o objetivo de evitar parada do sistema devido à sobrecarga de acessos.

2.3 Armazenameto

a) Ampliação da infraestrutura de *switches* SAN

A *Storage Area Network* é a rede óptica usada exclusivamente para tráfego entre dispositivos de armazenamento e servidores. Foi ampliada a capacidade da rede SAN do TRT4 de 192 para 320 portas (crescimento de 66%).

b) Ampliação da área de armazenamento de dados

A capacidade de armazenamento do TRT4 foi ampliada de 244TB para 452TB (1 Terabyte = 1.024 Gygabytes) brutos (crescimento de 85%), com o objetivo de atender a demanda imposta pela expansão do Sistema PJe-JT na 4ª Região.

2.4 Redes

a) Implantação de infraestrutura de *Simple Mail Transport Protocol – SMTP*

Para aumentar a capacidade de envio de e-mails do TRT e acompanhar o crescimento de demanda do sistema Push, foi implantada estrutura específica para envios de e-mails em escala.

b) Monitoramento e gestão de capacidade

Foram utilizadas ferramentas diversas para monitorar o desempenho e a capacidade dos ativos de infraestrutura, dentre as quais cabe citar:

- HTTP *Watch* para avaliação do impacto dos links de longa distância (do interior do estado) no tempo de resposta do PJe-JT;
- Avaliação do desempenho dos otimizadores de rede instalados no tempo de resposta do PJe-JT;
- NetSight, ferramenta de monitoração para os *switches* da Capital;
- Instalação de nova versão do Cisco Prime, sistema gerenciador dos *Access Points* (rede *wireless*);
- Atualização do Zabbix, da versão 2.0 para 2.2 que possibilitou a criação de monitoramentos automatizados de infra estrutura, principalmente de discos e interfaces de rede;
- Novos servidores de rede instalados no interior, configurados na ferramenta Spacewalk e com Oracle Linux 6, que permitem monitoração.

c) Redes sem fio

Concluída a instalação das redes sem fio nos Foros Trabalhistas do interior, contabilizando em 2014 a inclusão de 159 pontos de acesso, em 73 Foros. A média diária de conexões às antenas do TRT em todo o estado é de 1.000 usuários.

d) Rede redundante

Estudos técnicos preliminares para contratação de rede redundante para interligar Foros Trabalhistas do interior ao *datacenter*, em Porto Alegre/RS, visando à licitação em 2015.

e) TRT4 como Sistema Autônomo de internet (AS)

Em 2014, o TRT4 tornou-se um Sistema Autônomo de internet, recebendo um conjunto próprio de endereços IP, e alcançando autonomia na definição e propagação de rotas pelo protocolo BGP. Entre as vantagens estão a facilidade de acréscimo ou substituição de provedores de *links* sem necessidade de paradas do serviço, bem como a continuidade do acesso à internet mesmo em casos de falha de um dos provedores

f) Renovação de redes locais em Foros Trabalhistas do interior

Em 2014, foram substituídos 77 *switches* em 50 unidades do interior do estado, com vistas a manter todos os equipamentos em uso cobertos por contratos de garantia.

2.5 Processamento (servidores)

a) Ampliação da infraestrutura de *Virtualização VMware*

Aumento do número de servidores de rede físicos de 11 para 17, resultando em crescimento de 54% na capacidade de processamento no TRT4.

b) Substituição de servidores de rede e *no-breaks* no interior do estado

Foram substituídos 24 servidores de rede e 21 *no-breaks* em unidades do interior do estado, com vistas a manter todos os equipamentos em uso cobertos por contratos de garantia.

2.6 Aplicações e Bancos de Dados

a) PJe-JT

Em 2014, foram executadas as seguintes ações no que se refere à infraestrutura de banco de dados e aplicação do PJe-JT:

- *Upgrade* do banco de dados PostgreSQL e de aplicação JBoss;
- Migração de dados binários do PJe-JT para discos de alta densidade;
- Instalação do pgBouncer, um sistema mais inteligente de enfileiramento de requisições, visando a maior estabilidade do PJe-JT;
- Adequação das estruturas para atendimento às recomendações do Guia de Infraestrutura Recomendada – GIR, do CJST;
- Preparação do PJe-JT para HTTPS (protocolo seguro de transferência de páginas web);
- Integração do PJe-JT com o Sistema de Interoperabilidade Financeira – SIF, cuja utilização ainda não foi autorizada pelo CSJT;
- Desenvolvimento e implantação de solução própria nomeada de PostgreSQL Query Monitor – PGQM para detecção e análise de consultas lentas ao sistema PJe-JT;
- Implantação da suíte ELK (ElasticSearch LogStash Kibana) para monitoramentos dos ambientes de banco de dados. O sistema monitora todo tipo de *logs* e pode dar detalhes de todas as requisições feitas ao Sistema PJe-JT, apresentando gráficos e estatísticas de utilização por área geográfica, largura de banda, eventos por tempo, entre outros.

2.7 Outros Serviços de Infraestrutura

- Renovação da estrutura do Gabinete Virtual, visando a diminuição nos problemas com assinatura com certificados digitais;
- Aquisição de 61 novas centrais telefônicas para a Capital e o interior do estado, para instalação em 2015.

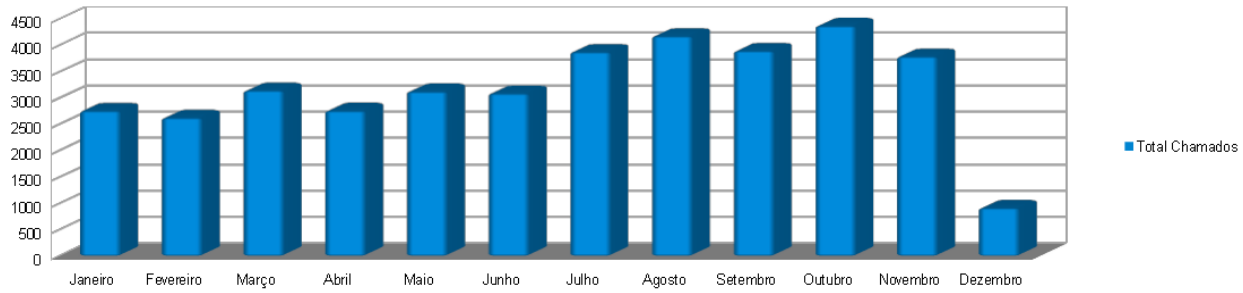
3. ATENDIMENTO A USUÁRIOS

A Coordenadoria de Atendimento a Usuários é o único ponto de contato com a Setic. Dessa forma, todas as solicitações que são encaminhadas para a Secretaria são registradas nessa Coordenadoria. Fazem parte da equipe, além da Seção de Atendimento, a Seção de Microinformática, responsável pela homologação de *softwares* e gestão da configuração de todos os equipamentos de pequeno porte utilizados pelo TRT, e a Seção de Gerenciamento de

Equipamentos, que responde pela instalação, pela manutenção e pelo transporte desses recursos.

Em 2014, a Coordenadoria de Atendimento a Usuários registrou 39.520 chamados. A grande maioria é resolvida diretamente pela equipe da própria Coordenadoria. O restante é enviado a outras áreas da Setic, que atuam para que a demanda seja atendida e encerrada no menor tempo possível.

O gráfico a seguir apresenta o número de incidentes recebidos a cada mês. Em junho, os chamados referentes ao Sistema PJe-JT passaram a ser centralizados na Setic, o que explica o aumento de 33% no volume de demandas registradas.



3.1 Parque de Microinformática

O parque de microinformática – computadores, notebooks, impressoras, *scanners*, terminais de autoatendimento, monitores adicionais e *docking stations* – está apresentado a seguir.

Equipamento	Quantidade
Microcomputadores	
POSITIVO D570 com 2 monitores 20”	2291
ITAUTEC 4272 com 1 monitor LG 18,5	1000
ITAUTEC 4271 com 1 monitor LG 19’	1154
ITAUTEC 3330 com 1 monitor LG 19”	202
LENOVO 6234-E82 M58p	95
LENOVO 9196 M57p	166
HP Compaq 8000 Elite	24
Notebooks	
Ultrabooks HP EliteBook 840 G1	330
Notebooks HP Elite 8460	297
Lenovo T410	34

Lenovo T400	237
Impressoras	
Samsung 5835 Multifuncional	45
Lexmark T654	713
Lexmark MS812dn	312
Lexmark MX 711 Multifuncional	312
Monitores	
Monitor LG 23’	3194
Terminal de autoatendimento	
TAA Imply	110
Docking Station	
Doca HP	200
Doca Lenovo	270
Nobreak	
Nobreak SMS 1400	1000
Scanner	
Scanner Kodac i260	214
EPSON WorkForce Pro GT-S50	129
Scanner Fujitsu Fi 6130z	150
Scanner Fujitsu FI 6140	44
Scanner Fujitsu S510	67
Scanner de produção Fujitsu, FI-6770	2
Modens 3G/4G	
Modens Claro	350

Seguindo política de atualização do parque de microinformática presente na Portaria da Presidência do CSJT nº 9.474/2013, os equipamentos são substituídos ao final do período de garantia. Em 2014, ocorreu movimentação dos seguintes equipamentos.

Microcomputadores – substituição	2.865
Microcomputadores – acréscimo	190

Scanners – acréscimo	88

3.2 Atendimento em Números

- Cadastros de usuários realizados (sistemas legados e PJe-JT): 4.138
- E-mails respondidos ao público externo (Peticionamento Eletrônico e Push): 462

3.3 Acompanhamento Técnico a Sessões Externas de Julgamento

Foram efetivadas, em 2014, quatro sessões externas de julgamento. Para tanto, a Setic transportou e instalou os equipamentos necessários e prestou suporte presencial durante os eventos.

- 8ª Turma – em Alegrete/RS – 28.08.2014
- 7ª Turma – em Porto Alegre/RS – 25.09.2014
- 2ª Turma – em Santo Ângelo/RS – 12.11.2014
- 2ª Turma – em Santa Maria/RS – 13.11.2014

3.4 Projetos

a) Quiosques de inclusão digital

Os quiosques são conjuntos de equipamentos contendo microcomputador e *scanner*, instalados em todos os Foros Trabalhistas do estado. Com a implantação do PJe-JT, esses recursos, até então pouco utilizados, adquiriram extrema relevância, pois passaram a ser úteis a advogados e partes que têm dificuldade de acesso à internet ou de configuração adequada de seus equipamentos pessoais. Assim, além da renovação dos equipamentos, o acesso às máquinas foi flexibilizado, permitindo amplo acesso à internet e mantendo a segurança da rede do TRT4.

b) Autoimagem

Permitiu redução de custos e atendimento mais ágil em especial no interior do estado.

c) Elaboração de imagens

Em 2014, foram elaboradas duas novas imagens para equipamentos do parque do TRT. Uma, baseada em sistema operacional Windows 8, utilizada nos *ultrabooks* fornecidos pelo CSJT aos Magistrados e outra baseada em Windows 7 (64 bits) adotada nos novos microcomputadores.

4. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – TIC

A Coordenadoria de Gestão de TIC atua na implementação, na melhoria e na manutenção de processos e ferramentas que facilitam a governança da área de Tecnologia da Informação pela Administração do TRT4. Os processos de trabalho definidos para a Setic são essenciais para o atendimento às exigências legais e estão em conformidade com as determinações dos diferentes órgãos de controle – Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A seguir estão destacadas as principais ações relacionadas aos processos críticos da Secretaria.

4.1 Regulamentação do Planejamento Estratégico de TIC

Finalizada a revisão do planejamento estratégico de TI, que foi encaminhada no processo administrativo nº 0003158-76.2013.5.04.0000 para apreciação da Administração e aprovado em 14 de novembro de 2014.

4.2 Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituído pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que visa a garantir o contínuo aperfeiçoamento do quadro de servidores. A elaboração desse planejamento voltado para a gestão de Tecnologia da Informação foi uma das determinações do Acordão 381-2011 do TCU, observando as práticas contidas nas Normas Técnicas – ITGI – Cobit 4.1, PO7.2 e PO7.4, bem como no guia de orientação para elaboração do plano de capacitação, no Portal SIPEC/MPOG.

4.3 Projetos de TI

Durante o ano de 2014, o Escritório de Projetos atuou na forma de *coaching* aos gerentes na fase de planejamento, acompanhamento por meio de reuniões mensais, encaminhamento de pontos de atenção identificados e disponibilização de relatórios mensais de acompanhamento de projetos para a Direção da Setic. Também foram promovidas reuniões de lições aprendidas e de medição dos benefícios alcançados em todos os projetos concluídos, com validação, sempre que possível, do responsável pela área onde o projeto foi aplicado.

O Escritório de Projetos de TIC atuou, ainda, na formação de novos gerentes de projetos na Setic em 2014 com treinamentos teóricos de gerenciamento de projetos, da metodologia utilizada e uso da ferramenta TraceGP, além de fazer exposições do andamento dos projetos entre os gerentes com o objetivo de promover a troca de experiências e a melhoria das comunicações acerca dos projetos e suas lições aprendidas.

O projeto de controle das implantações do PJe-JT em 2014 foi conduzido pelo Escritório de Projetos, com o objetivo de acompanhar as tarefas que envolveram a Setic e garantir que tudo estivesse pronto a tempo para cada uma das implantações.

Em dezembro de 2014, teve início a revisão da metodologia de gerenciamento de projetos e do portfólio de projetos de TIC, com previsão de término em setembro de 2015.

4.4 Política de Segurança da Informação

Revisão da Política de Segurança da Informação – PSI, com adequação dos procedimentos necessários à implementação das seguintes alterações:

- Portaria nº 2.937/2014: Alteração da Portaria nº 4.772/2008 e inclusão do Anexo 5 – Comitê de Segurança da Informação.
- Portaria nº 6.137/2014: Alteração da Portaria nº 4.772/2008 e inclusão do Anexo 6 – Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicações e do Anexo 7 – Equipe de Tratamento e Resposta de Incidentes em Redes Computacionais.
- Portaria nº 7.138/2014: Alterações no Anexo 1 – Controle de acesso à internet, do Anexo 2 – Do serviço de correio eletrônico institucional e do Anexo 4 – Procedimentos de *backup* e recuperação de dados.

4.5 Campanha de Sensibilização de Segurança da Informação

Promoção de palestras nos programas de ambientação para novos servidores.

4.6 Certificação Digital

Coordenação da emissão dos certificados digitais fornecidos pelo CNJ a magistrados e servidores do TRT4 (Pregão Eletrônico nº 37/2012 e Ata de Registro de Preços nº 3/2013), na Capital e no interior, em um total de 1.110 certificados emitidos no período de 20 de fevereiro a 9 de maio de 2014.

4.7 Gerenciamento das Solicitações, Demandas e Incidentes de Segurança

Coordenação de ações necessárias na ocorrência de incidentes de segurança da informação e gerenciamento das demandas encaminhadas por usuários, com fornecimento de subsídios ao Comitê de Segurança da Informação para a tomada de decisão.

4.8 Revisão do Plano de Continuidade

Foram revisados e complementados os documentos relativos ao Plano de Continuidade de Negócio do TRT (escopo limitado à atividade jurisdicional e à área de TIC) e definidos as responsabilidades e os prazos para a guarda e a revisão desses documentos.

4.9 Implantação de uma Nova Ferramenta para a Gestão dos Serviços de TIC (Gestão dos Chamados de Atendimento a Usuários)

Em dezembro de 2013, o TRT4 contratou uma nova solução para o gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação, fundamentada nas melhores práticas da biblioteca ITIL, compreendendo o fornecimento de licenças de um novo *software*, serviços de parametrização dos fluxos de trabalho da Setic, operação assistida por um consultor durante os primeiros dias de uso, serviços de capacitação no uso da solução e suporte técnico com atualização tecnológica. Esse trabalho ocorreu durante todo o ano de 2014. A solução é parte do Programa Sigi, tendo sido custeada pelo CSJT a todos os Tribunais interessados.

4.10 Projeto de Integração da Setic para Novos Servidores

Consistiu em eventos no formato de palestras com duração de 40 a 60 minutos, nos quais foram apresentadas as diversas áreas de atuação da Setic. O objetivo desse projeto é recepcionar, integrar e disseminar conhecimentos aos 37 novos servidores que passaram a ocupar os novos cargos na Setic, de modo que todos conheçam o funcionamento das diversas áreas da Secretaria e do TRT4.

- Definição e aprimoramento de processos de trabalho;
- Definição dos macroprocessos de elaboração do Planejamento Estratégico de TIC e de revisão do Planejamento Estratégico de TIC;
- Definição dos macroprocessos de planejamento e gestão de TIC;
- Definição do macroprocesso de riscos em processos de negócios de TIC;
- Revisão dos processos de mudança e liberação de serviços de TIC;
- Atualização do catálogo de serviços de TIC.

4.11 Avaliação do Processo de Desenvolvimento de *Software*

Durante o mês de agosto de 2014, mediante consultoria especializada, foi feita avaliação informal do processo executado nos projetos de desenvolvimento de *software* em relação às boas práticas de mercado a fim de determinar seu grau de conformidade em relação ao nível G do MR-MPS-SW (MPS.BR), modelo adotado na definição do processo de desenvolvimento do TRT. Alguns projetos de desenvolvimento foram avaliados em relação aos processos de gerência de requisitos e gerência de projetos, que poderiam ser classificados como: não implementado, parcialmente implementado, largamente implementado, implementado. Como resultado, verificou-se que não foram identificados pontos fracos nos processos avaliados, classificando-os como "implementados", e concluindo-se que o processo de desenvolvimento de *software* utilizado pela Coordenadoria está aderente ao MPS.BR nível G. Caso o TRT4 estivesse em busca de certificação formal de seu processo, seria o único TRT4 certificado.

4.12 Gestão Orçamentária

A Setic gerenciou R$ 19.094.89 de orçamento em 2014. Importante ressaltar que parte desse recurso orçamentário foi descentralizado pelo CSJT (R$ 2.605.03) para aquisição de soluções de TI definidas em projetos nacionais pertencentes ao programa Sigi – Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho.

4.13 Processos de Contratações

Dentre as contratações de 2014, destacam-se:

- Renovação do parque de microcomputadores, *notebooks* e centrais telefônicas;
- Aquisição de dispositivo de *backup* baseado em disco (VTL);
- *Link* redundante para acesso à internet;
- Acesso de internet móvel;
- Renovação e ampliação da infraestrutura de servidores de rede;

- Manutenção do licenciamento de uso ilimitado de banco de dados;
- Serviços de manutenção de equipamentos de informática.

Ao todo, foram gerenciados 20 processos de contratação por Pregão, quatro adesões a registros de preços, 11 participações em Pregões promovidos por outros Regionais vinculados ao Programa Sigi, 19 aditivos contratuais e 26 dispensas de licitação.

4.14 Gestão de Contratos

Em 2014, a Setic manteve 146 contratos relativos a fornecimentos de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, entre outros. Desses, 107 ainda estavam vigentes no final de 2014. No mesmo período, foram conferidas e atestadas 530 faturas de produtos e serviços contratados e realizadas 338 consultas de preços junto ao mercado.

Os contratos de tecnologia da informação vigentes no final de 2014 estão apresentados a seguir.

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
1	Manutenção de licenças de *softwares* oracle	15/14	17/03/15
2	Consultoria e suporte técnico em *software red hat enterprise linux*	18/11	18/03/15
3	Consultoria e suporte técnico em *software ibm*	19/11	18/03/15
4	Consultoria e suporte técnico em *software vmware*	19/11	18/03/15
5	Consultoria e suporte técnico em *software zabbix*	22/11	18/03/15
6	Acesso à base de dados dos sistemas de cadastro de CPF/CNPJ	27/11	27/03/15
7	Solução de prevenção de intrusão para conexão a rede – IPS	PE-96/11	01/04/15
8	Multiplexadores san	158/11	02/04/15
9	*Scanner* portátil de mão	228/14-4	09/04/15
10	Projetores multimídia – Núcleo de ensino a distância	384/13-4	07/05/15
11	Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem	109/12	08/05/15
12	*Notebooks*	116/10	18/05/15
13	Serviço de comunicação de dados para acesso à internet	40/12	30/05/15
14	*Link* ADSL com linha telefônica	0364/14-4	01/06/15
15	*Docking stations*	39/12	05/06/15

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
16	Registro em base de dados de roteamento *merit network INC* (base RADB)	447/14-4	08/06/15
17	*Link* de dados – Espaço Judiciário do Shopping Praia de Belas	345/13-4	11/06/15
18	Serviços de *help-desk* – Área TIC	81/13	14/06/15
19	Solução de *business intelligence* – BI	113/12	24/06/15
20	Serviços de transporte, instalação, manutenção em equipamentos de informática	22/14	01/07/15
21	Manutenção corretiva programada e corretiva – Sala-cofre	126/12	07/07/15
22	Licença – programa *dbvisualiser pro 9.1.7*	334/14-4	09/07/15
23	*No-breaks*	163/11	16/07/15
24	Terminais de autoatendimento	169/11	17/07/15
25	Manutenção (suporte e atualização) de licenças de softwares *Oracle*	53/12	03/08/15
26	Monitores e TVs de *led*	161/11	07/08/15
27	Licenças *delphi xe7 enterprise new user*	557/14-4	28/09/15
28	Manutenção preventiva e corretiva de dois grupos geradores trifásicos	107/11	29/09/15
29	Subsistema automatizado de backup – *Tape Library*	81/12	18/10/15
30	Fibra ótica para interligação dos dois prédios do Foro Trabalhista de Santa Rosa	902/13-4	18/10/15
31	Manutenção de *softwares Oracle* – licenças doadas pelo CSJT/TST	127/12	04/11/15
32	*Token* para certificação digital	75/2014	04/11/15
33	*Software* Siabi (licença de uso e suporte técnico)	0884/12-4	13/11/15
34	Implantação e aprimoramento de escritório de gestão de projetos de TIC	87/2014	16/11/15
35	Configuração e parametrização do *software* TraceGP, da empresa Trace Sistemas	146/11	18/11/15
36	Serviço de análise e desenvolvimento Java	37/13	28/11/15
37	Serviço de contagem por pontos de função	38/13	28/11/15
38	Sei – Sistema Eletrônico de Informação	24/2014	04/12/15

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
39	Certificação de assinatura de código – *code signing certificate*	1025/13-4	12/12/15
40	Subscrições *jboss portal platform with management premium* (16 cores)	121/12	20/12/15
41	Manutenção preventiva e corretiva de central telefônica	49/13	08/01/16
42	Monitores e TVs de *led*	123/12	14/01/16
43	Computadores servidores de rede	160/11	18/01/16
44	Impressoras *laser* monocromáticas e suprimentos	166/11	30/01/16
45	*Scanners* de mesa para digitalização de documentos	130/12	06/02/16
46	Impressoras *laser* monocromáticas e suprimentos	171/11	15/02/16
47	Consultoria em soluções de *software* de infraestrura computacional – *jboss* e *postgresql*	89/2014	18/02/16
48	Subsistema automatizado de *backup* – *Tape Library*	80/12	19/02/16
49	*Firewall*	100/12	28/02/16
50	*Tokens* para certificação digital	131/12	01/03/16
51	Sistemas de armazenamento de dados – *san storage*	150/11	08/03/16
52	Console para *rack* (teclado, vídeo, mouse)	15/13	21/03/16
53	Manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas	84/13	01/04/16
54	Convênio para intercâmbio de informações textuais – IOB on-line jurídico.	301/11-4	03/04/16
55	Solução de ativos de rede local (*switches*)	61/12	07/04/16
56	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados	116/13	08/04/16
57	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados do tribunal	104/14	08/04/16
58	Solução integrada de software de gestão de portfólios e projetos	38/11	10/04/16
59	*Blades*	CSJT	19/04/16
60	Projetor multimídia interativo – Escola Judicial	232/14-4	21/04/16
61	Renovação de subscrição do *software citrix xenapp*	39/14-8	02/06/16

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
62	Aquisição de impressoras *laser* monocromáticas e multifuncionais	132/12	05/06/16
63	Serviço de comunicação de dados – João Telles	44/11	13/06/16
64	Convênio de cooperação recíproca	29/11	16/06/16
65	Aquisição de *no-break*	14/13	17/06/16
66	Impressora *laserjet color* m551dn	503/13-4	01/07/16
67	Acesso e consulta às bases de dados de CPF/CNPJ da receita federal – Serpro – INFOCONV	64/11	08/07/16
68	Filtro de conteúdo – *software* e *hardware*	11/2014	17/07/16
69	Suporte e assistência técnica de PDDE	68/11	20/07/16
70	Manutenção e ampliação da solução de armazenamento de dados (RP) – (suporte e garantia)	117/13	09/09/16
71	Acesso à internet redundante – roteamento BGP	25/14	08/10/16
72	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares* IBM TSM	114/13	30/11/16
73	*Racks* para CPDs dos Foros Trabalhistas do interior	103/12	13/12/16
74	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares IBM TSM e VMWARE (RP) – VMWARE*	115/13	25/12/16
75	Consultoria e treinamento no *software* TraceGP, para a implantação de escritório de projetos na Diretoria-Geral	167/11	26/12/16
76	*Scanner*	122/13	05/03/17
77	Suporte e manutenção do *software* TraceGP	09/12	30/03/17
78	Aquisição de microcomputadores para renovação e expansão do parque do tribunal	129/12	01/04/17
79	*Blades*	CSJT	02/04/17
80	Pesquisa textual *Google Search Appliance* – renovação, atualização e expansão	112/13	02/04/17
81	*No-break*	100/13	12/05/17
82	Acesso à internet móvel	95/14	16/06/17
83	Licenças e subscrições de manutenção de *softwares IBM TSM e VMWARE (RP) – VMWARE*	37/14	18/06/17
84	Cartões tipo *smart card*	0004/11-9	23/06/17

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
85	Acesso ao sistema de gerenciamento de informações do Detran/RS – GID	12/13	30/06/17
86	Subscrições de *softwares red hat*	45/14	16/07/17
87	Impressora *laser* colorida	409/14-4	31/07/17
88	Aquisição de microcomputadores para renovação e expansão do parque do tribunal	129/2012-1	18/09/17
89	Licenças/subscrições de manutenção *softwares* IBM/TSM e VMWARE	065/14	21/09/17
90	Dispositivo de *backup* baseado em disco (*backup* VTL)	47/14	23/09/17
91	Aluguel de software de monitoramento de alarmes de intrusão	589/14-4	Nov-17
92	Consultoria em soluções de software de infraestrura computacional – Microsoft	90/2014	18/11/17
93	Microcomputador portátil – *notebook*	74/2014	18/12/17
94	Aquisição de impressoras *laser* coloridas	28/14-9	18/01/18
95	*Scanners* para digitalização de documentos	99/14	04/06/18
96	Estação de trabalho – microcomputador *desktop*	111/13	24/08/18
97	Estação de trabalho (*workstation*)	0003/13-9	04/11/18
98	Otimização de rede *WAN* (aceleradores)	85/13	28/11/18
99	Comutadores de rede (*switches*) para o interior do estado	90/13	08/12/18
100	Servidores de rede	110/13	20/03/19
101	*Workstation* (estação de trabalho) – Escola Judicial	0007/13-9	14/04/19
102	Roteadores para acesso à internet	103/13	22/05/19
103	Parametrização e implementação de formulários de demandas – Trace GP	57/14	12/08/19
104	*Workstations* (estações de trabalho)	0011/14-9	29/09/19
105	Servidores de rede	73/14	16/12/19
106	Centrais telefônicas	102/14	48 meses do recebimento definitivo
107	Servidores de rede	73/14-1	60 meses do recebimento

Nº	DESCRIÇÃO	CONTRATO	VENCIMENTO
			definitivo

ASSESSORIA DE GESTÃO DE MUDANÇAS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Assessoria de Gestão de Mudanças

A partir da Portaria Conjunta nº 2.403/2014, a Secretaria de Gestão de Mudanças da Justiça do Trabalho da 4ª Região, criada em setembro de 2013, mediante a Portaria Conjunta 6.954/2013, transformou-se em "Assessoria de Gestão de Mudanças", vinculada à Presidência do Tribunal, mantendo as suas atribuições voltadas ao planejamento, à coordenação e à execução de ações relacionadas à implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

A Assessoria de Gestão de Mudanças é coordenada e supervisionada pelo Coordenador do Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, sendo composta por uma Assessora-Chefe e por duas Seções de Coordenação a ela subordinadas, sendo uma de Primeiro Grau e outra de Segundo Grau de Jurisdição.

1.2 *Status* das Implantações do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT

A implantação do Sistema Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no TRT4 teve início em agosto de 2012, perfez o ano de 2013 e, ao longo do ano de 2014, foi ampliada para outras 40 Varas do Trabalho, três Postos Avançados da Justiça do Trabalho e oito Turmas Julgadoras, de tal sorte que o processo eletrônico, ao final de 2014, foi utilizado por 100 Varas do Trabalho e quatro Postos Avançados na Justiça do Trabalho gaúcha, e apresenta-se 100% implantado no Segundo Grau de Jurisdição.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES

Em 2014, a Assessoria de Gestão de Mudanças esteve presente nos seguintes compromissos:

DATA	COMPROMISSO
17/01/14	PJe-JT – Treinamento para Procuradorias Federais
30/12/99	Reunião de Coordenação SGM
	Reunião com Diretor Segesp
	Reunião com Diretor Escola Judicial
31/01/14	Capacitação para Procuradores PGM Porto Alegre
03/02/14	PJe – Reunião sobre resposta aos riscos (Ações de TI)
05/02/14	PJe – Reunião sobre resposta aos riscos (SGM)
30/12/99	Reunião de Coordenação SGM
	Reunião Setic
11/02/14	Reunião sobre preservação de documentos
13/02/14	Reunião com Direção Foro sobre projeto CAP
18/02/14	Reunião de Coordenação SGM
19/02/14	Reunião SGM – 1º Grau preparatória Painel Gestores sobre a versão 1.4.8
25/02/14	Reunião de Coordenação SGM
26/02/14	Reunião de equipe SGM
30/12/99	Apresentação v. 1.4.8 na OAB
	Reunião do Comitê Gestor Regional
11/03/14	Reunião Coordenação SGM
17/03/14	Reunião do Coleprecor – Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa em Brasília
30/12/99	Reunião com PGE – Dra. Maiana Lima
	Reunião com Setic sobre expansão implantações 2014
30/12/99	Reunião Coordenação SGM
	Apresentação v. 1.4.8 na Direção Foro Porto Alegre
21/03/14	Reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, em Brasília
26/03/14	Reunião Projeto CAP com Direção do Foro
28/03/14	Reunião preparatória cursos PJe-JT Corregedoria
31/03/14	Reunião com Sempro
01/04/14	Reunião sobre Central de Atendimento ao Público
02/03/14	Reunião sobre registros no TraceGP com SGM
03/03/14	Reunião sobre Central de Atendimento ao Público
30/12/99	PJe – Reunião com Dr. Fioreze sobre a reunião com os multiplicadores
	PJe – Reunião do Grupo de Requisitos de 2º Grau - Brasília
	PJe – Reunião com multiplicadores sobre plano de aula da 1.4.8
09/04/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Nacional (Desembargador Cassou)
10/04/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
11/04/14	PJe – Evento 1.4.8 para juízes de Porto Alegre
14/0414	PJe – Reunião da coordenação SGM
15/04/14	PJe – Reunião geral da SGM

DATA	COMPROMISSO
23/04/14	PJe – Reunião sobre cerimônias de inauguração
24/04/14	PJe – Reunião AGE Projeto Implantação do PJe
28/04/14	PJe – Reunião com EJ sobre atribuições nos cursos de juízes
29/04/14	PJe – Reunião Setic sobre o acesso externo à base de testes
30/04/14	PJe – Reunião projeto CAP
15/05/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
30/12/99	Reunião sobre acumuladores de distribuição 2o. Grau
	PJe – Reunião coordenação AGM
28/05/14	PJe – COLEPRECOR (Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa)
	Reunião PJe –me lhoria fluxo recursal
29/05/14	PJe – COLEPRECOR (Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa)
	PJe – Reunião com AGE
30/05/14	Reunião Comitê de Segurança
	PJe – Reunião sobre instrutorias
02/06/14	Reunião sobre Capacitações
	Reunião sobre Procuradorias
05/06/14	PJe – Reunião com presidente da AMATRA4
	PJe – Reunião equipe AGM
	PJe – Reunião com Caixa Federal
06/06/14	PJe – Reunião na AGE sobre cursos CAP
09/06/14	Reunião da Área Judiciária – SEGJUD
10/06/14	PJe – Reunião projeto CAP
11/06/14	PJe – Reunião Análise de Riscos – Fluxo de Comunicação
12/06/14	Reunião Modelagem PAC
	PJe – Reunião Análise de Riscos – Fluxo de Comunicação
13/06/14	PJe – Reunião sobre procuradorias e DEJT
	Reunião PJe-JT - Procedimentos
24/06/14	PJe – Plano de riscos - Pendências de monitoramento
	Reunião sobre homologação de versão
25/06/14	PJe – 5ª Reunião (2014) do Comitê Gestor Nacional do PJe no CSJT
26/06/14	PJe – Reunião coordenação AGM
	PJe-JT – Reunião sobre Fluxo de atendimento a usuários
01/07/14	PJe – Reunião sobre fluxos de atendimento na Corregedoria
03/07/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
04/07/14	PJe – Reunião sobre atendimentos de 1º grau
07/07/14	PJe – Reunião projeto CAP
	Reunião da Área Judiciária – SEGJUD
08/07/14	Reunião sobre acumuladores por OJC no PJe
09/07/14	PJe – Reunião para orientações sobre ergonomia para cursos de PJe

DATA	COMPROMISSO
16/07/14	Reunião Coordenação AGM
31/07/14	PJe – Reunião fluxo de atualização das informações técnicas do Pje
04/08/14	Reunião Procedimentos PJe-JT - movimentos
08/08/14	PJe – Reunião coordenação AGM
13/08/14	PJe – Reunião no CSJT – Área de Negócio
	PJe – Reunião projeto CAP
18/08/14	Reunião da Área Judiciária – SEGJUD
19/08 a 20/08/14	PJe – Reunião Grupo de requisitos em Brasília
21/08/14	PJe – Reunião de monitoramento na AGE
22/08/14	PJe – Seminário “Alterações Processuais em virtude do PJe”
25/08/14	PJe – Reunião na Corregedoria
27/08 a 28/08/14	PJe – COLEPRECOR (Dr. Cassou)
29/08/14	PJe – Palestra Desembargador Cassou na UNIVATES (Lajeado)
03/09/14	PJe – Palestra Teoria Geral do Processo Eletrônico IMED Passo Fundo
09/09/14	PJe – Palestra na Faculdade de Direito da ULBRA
10/09/14	Reunião sobre minuta provimento do PJe
15/09/14	Reunião da Área Judiciária – SEGJUD
16/09/14	PJe – Reunião Grupo de Requisitos Brasília
17/09/14	PJe – Reunião Comitê Gestor Nacional Brasília
23/09/14	Reunião homologação webservice e material v. 1.4.8.2.11
	PJe – Reunião coordenação AGM
29/09/14	PJe – Reunião equipe AGM
06/10/14	PJe – Reunião demandas
09/10/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
13/10/14	PJe – Reunião sobre fluxo atendimentos
16/10 e 17/10/14	Encontro Gestores Bento Gonçalves
21/10/14	PJe – Reunião Coordenação AGM
23/1014	Reunião Fluxos PJe – 1º e 2º graus
	PJe – Reunião sobre homologadores externos (diretores e juízes)
30/10/14	Reunião Coleprecor (Desembargador Cassou)
31/10/14	Reunião Setic demandas PJe
06/11/14	Reunião sobre homologação de versão
07/11/14	PJe – Reunião sobre demandas de atendimento
	PJe – Reunião coordenação AGM
10/11 a 12/11/14	PJe – Encontro do Judiciário Florianópolis (Desembargador Cassou)
10/11/14	Reunião da Área Judiciária
13/11/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
18/11/14	PJe – Reunião do grupo de requisitos Brasília
	Reunião Mapeamento atribuições e tarefas AGM

DATA	COMPROMISSO
	PJe – Reunião na Corregedoria
19/11/14	PJe – e-Jus2: solenidade de assinatura do acordo de cooperação técnica
21/11/14	Reunião Setic
25/11/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Nacional
26/11 a 27/11/14	COLEPRECOR em Brasília (Desembargador Cassou)
27/11/14	Reunião sobre EAD PJe na Segesp
28/11/14	Reunião Setic
	Reunião plano de capacitação 2015 PJe 1o grau
10/12/14	Participação recepção equipe TRT17 na 4a. Região
11/12/14	PJe – Reunião do Comitê Gestor Regional
15/12/14	Reunião da Área Judiciária
18/12/14	PJe – Reunião sobre implantações de 2015

3. CAPACITAÇÕES

Em 2014, a Assessoria de Gestão de Mudanças trabalhou nas seguintes ações de capacitação:

DATA	EVENTO
10 a 14.02.2014	Capacitação Módulo de Secretaria T1 (20h)
13.02.14	Capacitação Módulo Assistente de Juiz – T1
17.02.2014	Módulo Assistente de Juiz – T2 (8h)
17.02 a 21.02.2014	Módulo de Secretaria – T2 (20h)
20.02.14	Módulo Assistente de Juiz – T3 (8h)
	Evento para Gestores sobre a v. 1.4.8 (5h)
21.02.14	Evento para Gestores sobre a v. 1.4.8 (5h)
24.02 a 26.02.2014	Capacitação Módulo de Secretaria T3 (20h)
28.02.2014	Módulo Secretário de Audiências (6h)
06.03.2014	Capacitação v. 1.4.8 para Multiplicadores (4h)
07.03.2014	Treinamento para PGE/RS (4h)
10.03 a 12.03.2014	Capacitação Módulo de Secretaria T4 (20h)
10.03.2014	Acompanhamento de Audiências em Estrela/RS (9h)
13.03 a 14.03.2014	Capacitação v. 1.4.8 em Rio Grande/RS (16h)
17.03 a 18.03.2014	Capacitação v. 1.4.8 em Erechim/RS (16h)
17.03 a 18.03.2014	Capacitação v. 1.4.8 em Estrela/RS (16h)
20.03 a 21.03.2014	Capacitação v. 1.4.8 em Santa Rosa/RS (16h)
27.03.2014	Curso sobre PJe-JT para Procuradores do Bacen

DATA	EVENTO
05.05.2014	T1 – Painel v. 1.4.8 para Secretarias das Turmas Julgadoras (2h)
	T1 – Painel v. 1.4.8 CAP POA (4h)
06.05.2014	T2 – Painel v. 1.4.8 CAP POA (4h)
07.05.2014	EVENTO GESTORES 1º GRAU Implantações 2014
09.05.2014	T1 – ASSISTENTES JUIZ (Cachoeirinha/RS, Alvorada/RS, Novo Hamburgo/RS) (8h)
12.05 a 16.05.2014	T1 e T2 Capacitação Módulo Secretaria (Cachoeirinha/RS e Alvorada/RS) (20h)
	T1 Capacitação – Corregedoria regional (20h)
	T1 CAP 2014 (28h)
12.05.2014	T1 – Painel 1.4.8 – Gabinetes 2º grau (2h)
16.05.2014	T2 – Painel 1.4.8 – Gabinetes 2º grau (2h)
19.05 a 23.05.2014	T1 e T2 Capacitação Módulo Secretaria (Novo Hamburgo/RS) (20h)
	T2 Capacitação – Corregedoria Regional (20h)
19.05.2014	T3 – Painel 1.4.8 – Gabinetes 2º grau (2h)
21.05.2014	PJe-JT – 4ª Reunião do CG Nacional do PJe-JT (Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa)
	Capacitação Desembargadores 1ª Turma Julgadora (2h)
23.05.2014	T1 – Capacitação nas Secretarias das Turmas Julgadoras – Parte 1 (4h)
	PJe-JT – Inauguração do sistema PJe-JT em Cachoeirinha/RS
	PJe-JT – Inauguração do sistema PJe-JT em Alvorada/RS
	T2 – Capacitação de Juízes – parte 1 (4h)
26.05.2014	T1 – Capacitação – novos Gabinetes 2º grau (8h)
26.05 a 30.05.2014	T2 – Capacitação em CAP – 2014 (28h)
27.05.2014	T2 – Capacitação – novos Gabinetes 2º grau (8h)
	PJe-JT – Reunião do Grupo de Requisitos (Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa)
28.05.2014	Capacitação - Gabinete Desembargadora Berenice Messias Corrêa (8h)
30.05.2014	T3 – Capacitação – novos Gabinetes 2º grau (8h)
	T2 – Capacitação de Juízes – parte 2
02.06.2014	PJe-JT – Implantação nas 1ª, 5ª e 11ª Turmas
	T1 – Capacitação nas Secretarias das Turmas Julgadoras – parte 2 (4h)
02.06 a 06.06.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Sapucaia/RS) (20h)
	T3 Capacitação Módulo Secretaria (Novo Hamburgo/RS) (20h)
	T2 – Capacitação – Remanescentes (20h)
09.06.2014	PJe-JT – Implantação da versão 1.4.8.1
09.06.2014	T1 – Capacitação de Oficiais de Justiça (Cachoeirinha/RS, Alvorada/RS e Novo Hamburgo/RS) (4h)
13.06.2014	PJe-JT – Implantação em Novo Hamburgo/RS
	T2 – Capacitação de Secretários Audiências (Cachoeirinha/RS,

DATA	EVENTO
	Alvorada/RS, Novo Hamburgo/RS e Sapucaia/RS) (6h)
16.06.2014	T2 – Capacitação de Assistente de Juiz (Novo Hamburgo/RS) (8h)
23.06 a 27.06.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Lajeado/RS) (20h)
27.06.2014	PJe-JT – Implantação em Sapucaia/RS
30.06 a 04.07.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Montenegro/RS) (20h)
1º.07.2014	Operação assistida audiências – 2a. VT Cachoeirinha (4h)
	T2 – Capacitação Oficiais de Justiça (Sapucaia/RS, Lajeado/RS, Montenegro/RS) (4h)
03.07.2014	Capacitação de Desembargadores 11ª. Turma (2h)
10.07.2014	Operação assistida audiências – 1ª. VT Cachoeirinha/RS (4h)
11.07.2014	PJe-JT – Inauguração em Lajeado/RS
11.07.2014	PJe-JT – Inauguração em Montenegro/RS
14.07 a 18.07.2014	T1 Capacitação – Módulo Secretaria (Gravataí/RS) (20h)
	T3 – Capacitação em CAP – 2014 (28h)
18.07.2014	T3 – Capacitação Secretários Audiências (Lajeado/RS, Montenegro/RS) (6h)
21.07 a 24.07.2014	T4 – Capacitação em CAP – 2014 (28h)
21.07 a 25.07.2014	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Gravataí/RS) (20h)
24.07.2014	Operação assistida audiências – 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Novo Hamburgo/RS (4h)
28.07 a 1º.08.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Sapiranga/RS) (20h)
	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Taquara/RS) (20h)
28.07.2014	T3 – Capacitação de Oficiais de Justiça (Gravataí/RS, Taquara/RS e Sapiranga/RS) (4h)
29.07.2014	T3 – Capacitação de Assistente de Juiz (Gravataí/RS, Taquara/RS e Sapiranga/RS) (8h)
	Operação assistida audiências – 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia/RS (4h)
30/07/14	Operação assistida audiências – Vara do Trabalho de Montenegro/RS (4h)
1º.08.2014	PJe-JT – Implantação em Gravataí/RS
04.08.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador George Achutti (8h)
04.08 a 08.08.2014	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Taquara/RS) (20h)
	T3 Capacitação Módulo Secretaria (Taquara/RS) (20h)
	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Sapiranga/RS) (20h)
04.08 s 07.08.2014	T5 – Capacitação em CAP – 2014 (28h)
05.08.2014	Operação assistida audiências – Vara do Trabalho de Alvorada/RS (4h)
08.08.2014	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Vânia Mattos (8h)
12.08.2014	Operação assistida audiências – 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo/RS (4h)
	Capacitação no Gabinete do Desembargador João Alfredo Borges

DATA	EVENTO
	Antunes de Miranda (8h)
14.08.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador Raul Zoratto Sanvicente (8h)
15.08.2014	T4 – Capacitação de Secretários Audiências (Gravataí/RS, Taquara/RS, Sapiranga/RS) (6h)
18.08.2014	PJe-JT – Implantação em Taquara/RS
	PJe-JT – Implantação em Sapiranga/RS
	Capacitação no Gabinete do Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa (8h)
18.08 a 21.08.2014	T6 – Capacitação em CAP - 2014 (28h)
18.08 a 22.08.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Bento Gonçalves/RS, Farroupilha/RS) (20h)
19.08.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador João Pedro Silvestrin (8h)
20.08.2014	Operação assistida audiências – 1ª e 2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS (4h)
	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Maria da Graça Ribeiro Centeno (8h)
	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Lucia Ehrenbrink (8h)
21.08.2014	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Maria Cristina Schaan Ferreira (8h)
22.08.2014	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel (8h)
25.08.2014	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Maria Helena Mallmann (8h)
25, 26 e 29.08.2014	Capacitação nas Secretarias das Turmas Julgadoras (12h)
28.08 e 29.08.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Passo Fundo/RS, Marau/RS, Carazinho/RS) (20h)
	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Bento Gonçalves/RS, Farroupilha/RS) (20h)
26.08.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador André Reverbel Fernandes (8h)
27.08.2014	Capacitação de Magistrados (3h)
28.082014	Operação assistida audiências – VT de Montenegro/RS (4h)
	Capacitação no Gabinete do Desembargador José Felipe Ledur (8h)
29.08.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira (8h)
1º.09 a 05.09.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Nova Prata) (20h)
	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Santa Cruz) (20h)
	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Santa Cruz) (20h)
1º.09.2014	T4 – Capacitação de Oficiais de Justiça (Farroupilha/RS, Bento Gonçalves/RS, Nova Prata/RS) (4h)
	Capacitação no Gabinete do Desembargador Marcelo José Ferlin D'Ambroso (8h)

DATA	EVENTO
02.09.2014	T4 – Capacitação de Assistente de Juiz (Farroupilha/RS, Bento Gonçalves/RS, Nova Prata/RS) (8h)
	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Tânia Rosa Maciel de Oliveira (8h)
03.09.2014	Capacitação de Magistrados (3h)
04.09.2014	Capacitação no Gabinete do Juiz ConvocadoJosé Cesário Figueiredo Teixeira (8h)
05.09.2014	PJe-JT – Inauguração em Farroupilha/RS, Bento Gonçalves/RS e Nova Prata/RS
	Capacitação no Gabinete da Desembargadora Rejane Souza Pedra (8h)
08.09.2014	T5 – Capacitação de Oficiais de Justiça (Santa Cruz/RS) (4h)
09.09.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador Luiz Alberto de Vargas (8h)
08.09 a 12.09.2014	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Passo Fundo/RS, Marau/RS, Carazinho/RS) (20h)
	T3 Capacitação Módulo Secretaria (Passo Fundo/RS, Marau/RS, Carazinho/RS) (20h)
09.09.2014	T5 – Capacitação de Assistente de Juiz (Santa Cruz/RS) (8h)
11.09.2014	Capacitação no Gabinete do Desembargador Ricardo Carvalho Fraga (3h)
12.09.2014	PJe-JT – Implantação em Santa Cruz do Sul/RS
15.09.2014	T6 – Capacitação Oficiais de Justiça (Passo Fundo/RS, Marau/RS, Carazinho/RS) (4h)
16.09.2014	T6 – Capacitação de Assistente de Juiz (Passo Fundo/RS, Marau/RS, Carazinho/RS) (8h)
	Operação assistida audiências – 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo/RS (4h)
17.09.2014	PJe-JT – Implantação em Carazinho/RS
	PJe-JT – Implantação em Passo Fundo/RS
19.09.2014	T5 – Capacitação Secretários Audiências (6h)
22 a 26.09.2014	T3 – Capacitação REMAMESCENTES (20h)
26.09.2014	T6 – Capacitação de Secretários Audiências (6h)
	Capacitação no Gabinete do Desembargador Gilberto Souza dos Santos (8h)
30.09.2014	Capacitação no Gabinete do Des. Emílio Papaléo Zin (8h)
6, 7 e 10.10.2014	Capacitação nas Secretarias de Turmas Julgadoras – Remanescentes (12h)
6 a 10.10.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Cachoeira do Sul/RS) (20h)
	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Santa Maria/RS) (20h)
	T2 Capacitação Módulo Secretaria (Santa Maria/RS) (20h)
06.10.2014	Triunfo/RS, Taquari/RS, São Jerônimo/RS, Cachoeira/RS, Santa Maria/RS
13, 14 e 17.10.2014	Capacitação na Secretaria da 4ª Turma (8h)

DATA	EVENTO
13.10.2014	T7 – Capacitação de Oficiais de Justiça (Triunfo/RS, Taquari/RS, São Jerônimo/RS, Cachoeira/RS, Santa Maria/RS) (4h)
14.10.2014	T7 – Capacitação Assistente de Juiz (Triunfo/RS, Taquari/RS, São Jerônimo/RS, Cachoeira/RS, Santa Maria/RS) (8h)
	Operação assistida audiências – 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara/RS (4h)
15.10.2014	Operação assistida audiências – 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Taquara/RS (4h)
16.10.2014	Operação assistida audiências – 1ª Varas do Trabalho de Bento Gonçalves/RS (4h)
20 a 24.10.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Triunfo/RS) (20h)
21.10.2014	Operação assistida audiências – 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves/RS – J2 (4h)
22.10.2014	Capacitação servidor em PJe-JT 2º Grau – AGM (5h)
23.10.2014	Operação assistida audiências – Posto de Nova Prata/RS (4h)
24.10.2014	PJe-JT – Implantação em Cachoeira do Sul/RS
	PJe-JT – Implantação em Santa Maria/RS
28.10.2014	Operação assistida audiências 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz/RS(4h)
28 e 31.10.2014 e 03 e 05.11.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (São Jerônimo/RS) (20h)
30 a 07.11.2014	Operação assistida audiências 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Passo Fundo/RS (35h)
04 a 05.11.2014	Operação assistida audiências 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves/RS (14h)
07.11.2014	T7 Capacitação Secretários Audiência (Triunfo/RS, Taquari/RS, São Jerônimo/RS, Cachoeira/RS, Santa Maria /RS) (6h)
10 a 13.11.2014	T1 Capacitação Módulo Secretaria (Taquari/RS) (20h)
12.11.2014	Operação assistida audiências 2ª e 3ª Varas do Trabalho de Sapiranga/RS (8h)
13.11.2014	Operação assistida audiências 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Taquara/RS (8h)
14.11.2014	PJe-JT – Implantação em Triunfo/RS
	PJe-JT – Implantação em São Jerônimo/RS
	Operação assistida audiências 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara/RS (8h)
17 a 21.11.2014	T4 – Capacitação REMAMESCENTES (20h)
	Chat de operação assistida remota (Taquara/RS e Sapiranga/RS) (5h)
17.11.2014	Operação assistida audiências 1ª e 4ª Varas do Trabalho de Passo Fundo/RS (8h)
18.11.2014	Operação assistida audiências 2ª Vara do Trabalho de Gravataí/RS (4h)
	Operação assistida audiências Posto Avançado de Marau/RS (4h)

DATA	EVENTO
19.11.2014	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Carazinho/RS (4h)
20.11.20174	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Carazinho/RS (4h)
24.11.2014	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Santa Maria/RS (4h)
	Operação assistida audiências 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves/RS (4h)
25.11.2014	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Santa Maria/RS (4h)
	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Cachoeira/RS – J2 (4h)
1º.12.2014	Operação assistida audiências 4ª Vara do Trabalho de Gravataí/RS (4h)
02.12.2014	Operação assistida audiências 1ª e 3ª Vara do Trabalho de Gravataí/RS (8h)
	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Carazinho/RS (4h)
	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de São Jerônimo/RS (4h)
1º a 03.12.2014	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Santa Cruz/RS (35h)
10.12.2014	Operação assistida audiências Vara do Trabalho de Triunfo/RS (4h)
	Operação assistida audiências 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria/RS – J1(4h)

4. HOMOLOGAÇÃO DAS VERSÕES DO PJE-JT

O processo de homologação de versão constitui-se em uma das principais atribuições da Assessoria de Gestão de Mudanças. De forma genérica, constitui uma grande quantidade de testes, feitos de forma minuciosa, segundo roteiro e cenários pre-estabelecidos, para verificar a adequação da versão em relação ao que se propõe em sua documentação e identificar e registrar possíveis falhas.

Ao longo do ano de 2014, a AGM trabalhou em cerca de oito homologações de versão, uma vez que cada versão, em termos de processo de homologação, acaba derivando duas homologações: a primeira, a da versão “candidata” à versão definitiva; a segunda, a da versão liberada para produção propriamente dita.

A seguir o quadro das versões instaladas. A versão 1.4.8, que não consta no quadro, foi homologada, porém instalada conjuntamente com a versão 1.4.8.1.

DATA	VERSÃO
08.06.2014	1.4.8.1
05.10.2014	1.4.8.2.11
06.10.2014	1.4.8.2.12

5. ATENDIMENTO A USUÁRIOS

A partir de junho de 2014, atendendo ao que estabelece a Portaria Conjunta nº 2.403/2014, a AGM passou a atender usuários em segundo e terceiro níveis, utilizando a ferramenta TraceGP, após atendimento inicial prestado pela Setic. Em levantamento prévio, contabiliza-se na ferramenta cerca de 1.200 atendimentos com registros de ocorrência pela AGM ao longo do segundo semestre de 2014.

6. ESTUDOS E PROJETOS ESPECIAIS

- Estudo detalhado, em julho de 2014, com proposta de parametrização do Sistema PJe-JT 2º grau, a fim de solucionar problema constante de desbalanceamento de distribuição de processos eletrônicos entre os gabinetes, penalizando os gabinetes constantes das Turmas Julgadoras que aderiram ao sistema posteriormente às três Turmas piloto iniciais. O método demonstrado e proposto resolveu a questão.
- Concepção e início do projeto portal “PJe Box”, espécie de banco de dados e repositório na *web*, que será disponibilizado a todos os que trabalham com o PJe-JT, e que permitirá acesso e recuperação de informação de todo o material que diz respeito ao sistema PJe-JT, de perguntas frequentes a boas práticas, passando por plano de capacitação, soluções de contorno para problemas frequentes, estatística de atendimentos, períodos de indisponibilidade, e-gestão e vários outros itens. Atualmente, o projeto está em fase de coleta e preparação de material e definição do desenho das páginas internas. Ao longo de 2015, será feita a programação das páginas internas e, após, popularizado o site do TRT4 com o material coletado e organizado.

7. PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO – 2015

Ao longo de 2015, o sistema PJe-JT terá sua implantação completa na 4ª Região, estendendo-se para mais 32 Varas do Trabalho e seis Postos Avançados da Justiça do Trabalho. Ou seja, até o final de 2015, o PJe-JT estará presente em 100% das unidades judiciárias do TRT4.

No TRT4, o sistema já está implantado em todas as Turmas e Seções Especializadas desde 8 setembro 2014.

ESCOLA JUDICIAL

1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em 2014, a Direção da Escola Judicial foi exercida pelo Desembargador José Felipe Ledur e a Vice-Direção, pelo Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz.

Com mandato até outubro de 2014, integraram o Conselho Consultivo da Escola Judicial as Desembargadoras Rosane Serafini Casa Nova e Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo e os Juízes do Trabalho Márcio Lima do Amaral e Tiago Mallmann Sulzbach. Com mandato que se estende até 2015, atuaram os Desembargadores Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa e Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada), juntamente com os Juízes do Trabalho Leandro Krebs Gonçalves e Rodrigo Trindade de Souza. A partir de outubro de 2014 e com mandato até outubro de 2016, conforme deliberação do Tribunal Pleno, foram reconduzidos a Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova e o Juiz Tiago Malmann Sulzbach, bem como eleitos o Desembargador João Paulo Lucena e o Juiz Manuel Cid Jardon. O Juiz do Trabalho Leandro Krebs Gonçalves atuou como Coordenador Acadêmico.

A Escola Judicial, em 2014, portanto, teve a seguinte composição:

DIRETOR

Desembargador José Felipe Ledur

VICE-DIRETOR

Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz

COORDENADOR ACADÊMICO

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

CONSELHEIROS INTEGRANTES DO CONSELHO CONSULTIVO, ATÉ OUTUBRO DE 2014:

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova

Desembargadora Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo

Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Juiz Márcio Lima do Amaral

Juiz Tiago Mallmann Sulzbach

Juiz Leandro Krebs Gonçalves

Juiz Rodrigo Trindade de Souza

CONSELHEIROS INTEGRANTES DO CONSELHO CONSULTIVO, A PARTIR DE OUTUBRO DE 2014:

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova

Desembargador Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

Desembargador João Paulo Lucena

Juiz Manuel Cid Jardón

Juiz Tiago Mallmann Sulzbach

Juiz Luciano Krebs Gonçalves

Juiz Rodrigo Trindade de Souza

COMISSÃO DA REVISTA E OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Composição até outubro de 2014:

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Juiz Márcio Lima do Amaral

Juiz Rodrigo Trindade de Souza

Composição a partir de outubro de 2014:

Desembargadora Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada)

Desembargador João Paulo Lucena

Juiz Rodrigo Trindade de Souza

2. EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL Em 2014

2.1 Ações de Formação Continuada de Magistrados

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
13 a 17.01	*Mediating the Litigated Case – Pepperdine University School of Law* – EJ-TRT10*	Alexander H. Williams III, Peter Robinson e Marcelo Rosadila	40	2
14.03	Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	8
21.03	Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	Francisco Rossal de Araujo	2	8
21.03	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	Luiz Antônio Colussi	1,5	6
21.03	Encontro entre Juízes Vitaliciandos e Juízes Orientadores Conselheiros	José Felipe Ledur, Leandro Krebs Gonçalves, Acácia Kuenzer, Carmen Izabel Centena Gonzalez	7	46
24.03	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 1º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	7

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
24 a 28.03	I Semana de Formação Continuada – (EJ-TRT5)*	Marco Túlio de Mello, José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva, Séfora Char, Philippe Gomes Jardim, Adriane Reis de Araújo, Xisto Thiago de Medeiros Neto, Antônio Adonias Aguiar Bastos, Gisela Sampaio da Cruz, Rita Fernandes, Belmiro D'Arce, Nelson Rosenvald, Walnderley Codo	30	2
24.03 a 04.05	Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual – EAD (Enamat)*	Enamat	40	7
24.03 a 04.05	Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho – EAD (Enamat)*	Enamat	40	4
03 e 04.04	Examinando Problemas Laborais no Local de Trabalho – Uma Perspectiva Comparativa (EJ-TRT1)*	Matthew W. Finkin	15	1
04.04	Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	Francisco Rossal de Araujo	2	8
04 e 11.04	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Porto Alegre/RS – Turma 1	Marcelo Bergmann Hentschke e Raquel Nenê Santos (dia 04); Marcelo Bergmann Hentschke e Ricardo Fioreze (dia 11)	8	8
11.04	Curso de Treinamento em PJe-JT para Magistrados – Reforço e Versão 1.4.8	Ricardo Fioreze	3	36
11.04	Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	9
11.04	Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	Francisco Rossal de Araujo	2	7
11.04	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	6
11.04	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 1º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	2	6
24.04	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 2º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	7

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
08.05	Temas de Jurisprudência Regional: Processo de Execução – Correção Monetária	João Alfredo Borges Antunes de Miranda	2	14
08.05	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 2º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	7
09.05	Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	5
09.05	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	11
09.05	1ª Semana de Formação de Magistrados: O Papel do Judiciário na Solução dos Conflitos Sociais (EJ-TRT16)*	James Magno Araújo Farias, Claudia Gonçalves, Maria do Socorro Almeida de Sousa, Cássius Guimarães Chai, Flávio Luiz da Costa, Agostinho Ramalho, Pastora do Socorro Teixeira Leal, Carlos Alberto Zogbi Lontra	32	1
12.05 a 23.06	Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista – EAD (Enamat)*	Enamat	40	3
12.05 a 23.06	Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – EAD (Enamat)*	Enamat	40	4
22.05	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 3º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	6
23.05	Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	Francisco Rossal de Araujo	2	8
29 e 30.05	Seminário Direito Sindical e Democracia (EJ-TRT9)*	Almir Pazzianotto Pinto, Francisco Rossal de Araújo, Carlos Henrique Bezerra Leite, Thereza Cristina Gosdal, Cláudio Dias Lima Filho, Francisco Gérson Marques de Lima, Manoel Antonio Teixeira Filho, Alberto de Paula Machado, Hélio Gomes Coelho	12	1
30.05	Relações com a Mídia	Tulio Milman	3,5	21

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
23 e 30.05	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Porto Alegre – Turma 2	Luis Henrique Bisso Tatsch e Marcelo Bergmann Hentschke	8	8
05.06	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 4º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	7
05 e 0.06	14º Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho (TRT15)*	José Joaquim Gomes Canotilho, Humberto Bergmann Ávila, José Affonso Dallegrave Neto, Antonio Gidi, José Roberto dos Santos Bedaque, Renato Franco Corrêa da Costa, Marcelo Mauad, Sandro Eduardo Sardá, Salvador Franco de Lima Laurino, Luis Felipe Salomão, Duílio Antero de Camargo, Marco Túlio de Mello, Antonio José de Barros Levenhagen	16	2
06.06	Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	3	8
13.06	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 3º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	10
13.06	Grupo de Estudos Direito Material – 5º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	5
18.06 a 01.08	Curso de Formação de Formadores sobre a Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho (EAD – Enamat)*	Enamat	30	1
2014 – 1º semestre	Midiateca – EAD	vários	198,5	77
03.07	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 5º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	7
04.07	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 4º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	7
11 e 25.07	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Porto Alegre – Turma 3	Maria Silvana Rotta Tedesco e Raquel Nenê Santos	12	10
11.07	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	10
18.07	Grupo de Estudos Direito Material – 6º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	6

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
04 e 05.08	Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho – Fase Presencial (Enamat)*	Enamat	14	8
04.08 a 23.09	Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho – Fase Presencial + EAD (Enamat)*	Enamat	36	1
07.08	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 6º Encontro (São Leopoldo)	Janaína Saraiva da Silva	3	6
14.08	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	Jorge Alberto Araujo	1	7
15.08	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2,5	11
15.08	Conciliação Judicial Trabalhista: Dimensões e Técnicas	Marcelo Bergmann Hentschke e Carlos Alberto Zogbi Lontra	7	17
15 e 29.08	Capacitação em PJe-JT para Magistrados – Porto Alegre – Turma 4	Maria Silvana Rotta Tedesco e Luiz Henrique Bisso Tatsch	12	13
15.08	Grupo de Estudos Direito Material – 7º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	7
22.08	Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	6
04.09	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 7º Encontro (São Leopoldo)	Jarbas Marcelo Reinicke	3	6
12.09	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	10
12.09	Debates sobre as Novas OJs da SEEx	João Alfredo Borges Antunes de Miranda e Luiz Alberto Vargas	2	11

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
15 e 16.09	Simpósio sobre o Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho (Enamat)*	Fredie Didier Júnior, Antônio Cabral, Leonardo Cunha, Rodrigo Barione, Flávio Yarshell, Aluísio Mendes, Sérgio Cruz Arenhardt, Daniel Mitidiero, Luiz Henrique Volpe Camargo, Daniel Amorim Assumpção Neves, Estevão Mallet, Júlio César Bebber, Homero Mateus Batista da Silva, Cássio Scarpinella Bueno	14	14
19.09	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 5º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	9
26.09	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	Jorge Alberto Araujo	1	3
01 a 04.10	IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	Palestrantes: Luciano Athayde Chaves, Carlos Henrique Bezerra Leite. Coordenadores dos Grupos de Discussão: Valdete Souto Severo, Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Tiago Mallmann Sulzbach, Wilson Carvalho Dias, Edson Moreira Rodrigues, Silvionei do Carmo	15	189
10.10	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2,5	7
10.10	Grupo de Estudos Direito Material – 8º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	4
16.10	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 8º Encontro (São Leopoldo)	Jarbas Marcelo Reinicke	3	6
17.10	Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	5
17 e 31.10	Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 5	Luiz Henrique Bisso Tatsch e Ricardo Fioreze	12	10
24.10	Grupo de Estudos Direito Material – 9º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	3
24.10	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 6º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	6

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
27.10 a 05.12	Curso de Formação Continuada sobre o Relacionamento da Justiça com a Mídia (EAD – Enamat)*	Enamat – Patrícia Silva de Resende Nascimento e James Magno Araújo Farias	30	2
31.10	Grupo de Estudos Direito Processual – 7º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	5
07.11	Grupo de Estudos Direito Material – 10º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	7
07.11	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	Jorge Alberto Araujo	2	7
10 e 11.11	Curso de Formação Continuada – Congresso Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil (Enamat)*	Luiz Edson Fachin, Luiz Cláudio Bueno de Godoy, Anderson Shriber, José Affonso Dalegrave Neto, Eugênio Fachini Neto, Nélson Rosenvald, Maria Celina Bodin de Moraes, Milena Donato Oliva, Caitlin Sampaio Muholland, Ypojucan Demetrius Vecchi, Ana de Oliveira Frazão, Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, Gustavo Tepedino	15,5	7
13.11	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 9º Encontro (São Leopoldo)	Jarbas Marcelo Reinicke	3	6
14.11	Encontro com Juízes Vitaliciandos	Acácia Zeneida Kuenzer, Carmen Izabel Centena González, José Felipe Ledur e Leandro Krebs Gonçalves	3,5	27
14.11	Grupo de Estudos Direito Processual – 8º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	5
14.11	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	3
21.11	Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 7º Encontro (Passo Fundo)	Marcelo Gonçalves de Oliveira	3	6
24 a 28.11	3º Curso de Formação de Formadores Interinstitucional: ENM-FR/Enamat/EJ-TRT 1ª Região*	Frédérique Jovet e Sophie Vignaud	27	2
04.12	Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 10º Encontro (São Leopoldo)	Jarbas Marcelo Reinicke	3	7

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAGISTRADOS
05.12	Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	Luiz Antônio Colussi	2	9
12.12	Grupo de Estudos Direito Material – 11º Encontro	Francisco Rossal de Araújo	2	4
12.12	Grupo de Estudos Direito Processual – 9º Encontro	Ben-Hur Silveira Claus	2	5
12.12	Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	Jorge Alberto Araujo	1,5	4
2014 – 2º semestre	Midiateca – EAD	vários	111,5	48

** Atividades externas de treinamento, certificadas pela EJ-TRT4*

2.2 Ações de Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
27.03	Aula Inaugural – A Atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos	Roberto Caldas	1,5	25	53
28.03	Painel Gestão de Conflitos	Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Rogério Uzun Fleischmann, Manuel Cid Jardón, Carlos Henrique Selbach, José Pedro Pedrassani e Nélio Ovídio Haas Tombini	7	29	12
04.04	Temas Atuais na Execução Trabalhista	João Ghisleni, Luiz Alberto Vargas, Ben-Hur Silveira Claus, João Alfredo Borges Antunes de Miranda e Ari Pedro Lorenzetti. Debatedores: Ricardo Fioreze e Gilberto Destro.	7	36	88
10.04	Fim de Tarde - Terceirização de Serviços e Precarização do Trabalho. Projeto de Lei 4330/2004	Ricardo Antunes e José Roberto Freire Pimenta	3	16	46
25.04	Da Constituição Liberal ao Constitucionalismo Social	Renato Pinto Venâncio, Paulo Orval Particheli Rodrigues e Gilberto Bercovici	4,5	18	51

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
09.05	Gradação das Concausas nas Ações Indenizatórias Decorrentes das Doenças Ocupacionais	Sebastião Geraldo de Oliveira	2	42	137
15 e 16.05	Jornada de Processo Civil – O Projeto do Novo CPC	Guilherme Guimarães Feliciano, Adroaldo Furtado Fabricio, Luciano Athayde Chaves, Flavio da Costa Higa, Daniel Mitidiero e Manuel Antônio Teixeira Filho. Debatedores: Ben-Hur Silveira Claus, Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior e Ricardo Fioreze.	12	33	61
23.05	Jurisprudência Trabalhista no STF	Cármen Lúcia Antunes Rocha	2	41	120
30.05	A Legislação como Promotora da Igualdade: Os Trabalhadores Domésticos e os Cooperativados	Delaíde Alves Miranda Arantes e Francisco Rossal de Araújo	3	20	36
06.06	Segurança e Saúde do Trabalhador	Guilherme Guimarães Feliciano, Ildeberto Muniz de Almeida, Paulo Antônio Barros Oliveira e Carlos Alberto Pereira de Castro	7	38	46
09.06	Fim de Tarde – Direitos da Personalidade do Trabalhador Portugal X Brasil	Guilherme Dray	1,5	4	8
03.07	Fim de Tarde - Diálogos Acadêmicos - Subordinação Jurídica e Terceirização Trabalhista: O Problema Constitucional no Brasil - Tese de Doutoramento	Rafael da Silva Marques	1,5	9	19
24.07	Fim de Tarde - *El Derecho Del Trabajo Como Sistema Pendular*	Sergio Gamonal Contreras	1,5	6	10
07.08	Fim de Tarde – Função e Perfil dos Juízes do Trabalho	Mario Elffman	1,5	7	7
08.08	Seminário Liquidação da Sentença: Duração Razoável - Teoria e Prática	Estevão Mallet e José Aparecido dos Santos	5	25	70
14.08	Fim de Tarde – A Ruptura Constitucional de 1964 e Seus Impactos Jurídicos e Sociais no País	Gilson Langaro Dipp	1,5	14	30

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
15.08	Acidentes do Trabalho: Aspectos Processuais/Procedimentais (Pelotas)	Luciana Caringi Xavier	3,5	7	20
18.08	Fim de Tarde – Tratados de Direitos Humanos e o Direito Brasleiro	Flávia Piovesan	1,5	9	43
21.08	Fim de Tarde - O Trabalho do Juiz: Novas Exigências em Face das Condições de Trabalho	Giovanni Alves	1,5	5	9
22.08	Lei 11.419/2006. Alterações Processuais em Virtude da Implantação do PJe-JT. Repercussões no Processo do Trabalho.	Cláudio Mascarenhas Brandão, José Eduardo de Resende Chaves (Pepe), Raquel Nenê Santos e Luís Henrique Bisso Tatsch	6	29	71
05.09	Alargamento da Proteção Jusfundamental pelo Tribunal Constitucional Alemão	Bodo Pieroth e Humberto Bergmann Ávila	2,5	22	45
11.09	Fim de Tarde – A Moralidade do Direito como Condição de Liberdade em Lon Fuller	Angela Vidal da Silva Martins	1,5	6	10
12.09	Ações Civis Coletivas. Medidas Inibitórias.	Ronaldo Lima dos Santos e Luiz Carlos Michele Fabre	3,5	26	56
15.09	Fim de Tarde – O Papel do Juiz na Cultura dos Direitos Humanos	Manuel Eugenio Gándara Carballido	1,5	7	8
19.09	Contratos Especiais de Trabalho: Contrato de Aprendizagem; Contrato de Estágio; Contrato do Professor.	Roberto Mildner, Denise Natalina Brambilla González e Carmen Camino	6	23	45
24.10	Em Busca da Efetividade da Execução Trabalhista	Homero Batista Mateus da Silva	2	17	47
06.11	Fim de Tarde – O Golpe Militar de 1964 e seu Impacto Impacto no Mundo do Trabalho	Carlos Franklin Paixão de Araújo, Carlos Renan Kurtz	2	14	62
07.11	Seminário de Direitos Humanos; Trabalho Infantil; Trabalho Escravo; Trabalho Seguro; Trabalho do Imigrante.	Maria da Graça Bonança Barbosa, Philippe Gomes Jardim, Margaret Matos de Carvalho e Vanius João de Araujo Corte	7	19	44
14.11	Seminário Discriminação nas Relações de Trabalho	Paulo Eduardo Vieira de Oliveira e José Roberto Montes Heloani	3,5	26	16

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	MAG.	SERV.
14.11	Vara de Acidente do Trabalho: Resolução de Questões Práticas e Prova Pericial (Pelotas)	Luciana Caringi Xavier, Jacques José Zimmermann e Cristina Bach	7	6	18
21.11	1º Seminário Estadual para Promoção da Saúde e Segurança do Trabalhador - Os Desafios do Trabalho Rural (Pelotas)	Fábio Binz Kalil, Rodrigo Dalke Meucci, João Ricardo Dias Teixeira, Luis Antonio dos Santos Franz e Alexandre Marin Ragagnin	8	4	5
21.11	Ações Coletivas. Questões Relevantes sobre o Caso Shell-Basf	Maria Inês Cerqueira César Targa	2,5	13	19

2.3 Ações de Aperfeiçoamento de Servidores na Área Jurídica

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
1º.04 a 03.06	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Turma 1	Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa, Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso, Raul Zoratto Sanvicente, Carlos Henrique Selbach, Luiz Antonio Colussi, Ricardo Fioreze, Clocemar Lemes Silva, Marcelo Caon Pereira, Rubens Fernando Clamer dos Santos júnior, Márcio Lima do Amaral, Raquel Hochmann de Freitas, Rodrigo Trindade de Souza, Maria Cristina Santos Perez, Max Carrion Brueckner, Guilherme da Rocha Zambrano, Gustavo Friedrich Trierweiler, Paula Goldmeier, Adriana Godoy da Silveira Sarmento, Marcelo Barroso Kümmel, Paulo Antônio Barros Oliveira, Álvaro Roberto Crespo Merlo, Evandro Krebs e Adalberto José Kaspary.	84	32
03 e 04.04	Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas –	Patrícia Argôllo Gomes e Luiz Felipe Bastos Duarte	11	23

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
	Qualidade de Vida no Trabalho			
02.04	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Natureza da Relação Jurídica (Caxias do Sul)	Rafael da Silva Marques	8	18
24.04	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Rescisórias (Caxias do Sul)	Adriano Santos Wilhelms	8	14
24 e 25.04	Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor 1	Carla Garcia Bottega	11	29
08.05	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Análise da Motivação. artigo 482-3 (Caxias do Sul)	Tiago Mallmann Sulzbach	8	11
08 e 09.05	Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Gestão de Desempenho na Prática	Patrícia Argôllo Gomes	11	32
09, 15, 22.05 e 05.06	Curso Intermediário de Direito Processual do Trabalho (Passo Fundo)	Marcelo Caon Pereira	32	33
22 e 23.05	Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Equipes	Lilian Weber	11	14
08.05	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Análise da Motivação. artigo 482-3 (Caxias do Sul)	Tiago Mallmann Sulzbach	8	11
05.06	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Duração do Trabalho: Horas Extras/Regime Compensatório (Caxias do Sul)	Adriano Santos Wilhelms	8	7
15.07	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo	Guilherme da Rocha Zambrano, Max Carrion	7	33

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
	Remuneração e Salário	Brueckner e Marcelo Barroso Kummel		
22.07	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego	Rodrigo Trindade de Souza e Rubens Fernando Clamer dos Santos Junior	7	30
24.07	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Duração do Trabalho: Horas Extras/Critérios e Liquidação (Caxias do Sul)	Ana Julia Fazenda Nunes	8	9
04, 18 e 19.08	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes do Trabalho I, II e III	Luiz Antonio Colussi, Luciana Caringi Xavier, Paulo Antonio Barros Oliveira, Álvaro Crespo Merlo e Marcelo José Ferlin D'Ambroso	17,5	25
05.08	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização	Gustavo Friedrich Trierweiler	7	29
06.08	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Acúmulo de Função/Equiparação (Caxias do Sul)	Maurício Machado Marca	8	10
12.08	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova	Ricardo Fioreze e Raquel Hochmann de Freitas	7	28
15.08	Grupo de Estudos – Responsabilidade Civil: Critérios para Avaliar o Dano Moral Decorrente de Acidentes de Trabalho	Heloísa Nubila e Douglas Garcia	2	15
18 e 25.08, 03, 10, 15 e 22.09	O Processo de Conhecimento – Noções Teórico-Práticas (Caxias do Sul)	Adriano Santos Wilhelms, Maurício Machado Marca e Tiago Mallmann Sulzbach	24	18
21.08	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Insalubridade/Periculosidade (Caxias do Sul)	Adair João Magnaguagno	8	12
04.09	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Acidente de	Marcelo Silva Porto	8	9

DATA	ATIVIDADE	MINISTRANTE (S)	H/A	SERVIDORES
	Trabalho/Responsabilidade Civil (Caxias do Sul)			
04.09	O Desenvolvimento do Estado de Direito na Alemanha	Bodo Pieroth e Ingo Wolfgang Sarlet	2	4
02.09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem Jurídica	Adalberto José Kaspary	7	28
10.09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade I e II	Clocemar Lemes Silva e Evandro Krebs Gonçalves	7	22
11 e 12.09, 20 e 21.11, 04 e 05.12	Itinerário Formativo Diretores de Secretaria	Jarbas Marcelo Reinicke, Carolina da Silva Ferreira, Carmem Ligia Machado da Silva, Gabriel Pacheco dos Santos, Gonçalo Lautert Moretto, Luiz Eduardo de Freitas e Romy Bruxel	31,5	31
15 e 22.09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término do Contrato	Maria Cristina Santos Perez e Marcelo Caon Pereira	7	12
16.09	Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho I e II	Márcio Lima do Amaral e Marcelo Bergmann Hentschke	7	30
17 e 18.09, 15 e 16.10, 17.11	Itinerário para Assistentes de Juiz – Formação Básica – Módulo Redação de Minuta de Sentença	Gustavo Friedrich Trierweiler, Clocemar Lemes Silva, Maria Cristina Santos Perez e Rodrigo Machado Jahn	31,5	22
26.09	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução (Lajeado)	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	7	32
06 e 07.11	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução (Taquara)	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	29
03, 04, 05, 10.11 e 09.12	Itinerário Formativo para Assistentes de Gabinete – Redação de Minuta de Voto	Rosane Serafini Casa Nova, Denise Pacheco, André Sessim Parisenti, Marcelo Barroso Kümmel	21	18
12 e 27.11	Repercussões Jurídicas do Acidente do Trabalho	Ivanildo Vian	12	17
13, 14, 20, 21, 27 e 28.11, 04 e 05.12	Curso Básico de Processo do Trabalho – Fase de Conhecimento	Marcelo Caon Pereira	32	15

2.4 Número Total de Treinados e de Horas-Aula

Total de participações de Magistrados em 2014	1.530
Total de participações de Servidores** em 2014	2.019

NÚMERO TOTAL DE TREINADOS EM 2014 (Magistrados e Servidores)	3.549
Carga-Horária Total de Atividades Realizadas em 2014	1.574,5

*** Com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/2003.*

3. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO DA EJ-TRT4

A implantação, a execução e a avaliação do Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 4ª Região contou com a assessoria da Ephistheme – Pesquisa e Planejamento em Educação, empresa com experiência em identificação de necessidades e desenvolvimento de metodologias para formação, soluções educacionais, acompanhamento e avaliação.

A sócia-gerente da empresa Ephistheme, Acácia Zeneida Kuenzer, Doutora em Educação, professora titular aposentada da Universidade Federal do Paraná, prestou suporte pedagógico ao Serviço de Formação e Aperfeiçoamento da Escola Judicial principalmente no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Acompanhar a proposta de organização de atividades da Secretaria segundo a proposta elaborada em 2013;
- Acompanhar a implementação de itinerário formativo para capacitação de gestores;
- Auxiliar em itinerários para capacitar servidores que desempenham atividades vinculadas à área fim do TRT;
- Acompanhar o processo de tutoria dos Juízes vitaliciandos que ingressaram no TRT4 em 2013;
- Desenvolver soluções educacionais alternativas tendo em vista ampliar a participação dos Magistrados na educação continuada, em cumprimento às normas da Enamat.

4. GRUPOS DE ESTUDO

Em 2014, deu-se continuidade aos trabalhos dos Grupos de Estudo destinados aos Magistrados do TRT da 4ª Região, visando à consolidação de conhecimento dos participantes para melhor prestarem a jurisdição.

Os encontros dos grupos de *Direito Material*, *Direito Processual*, *Responsabilidade Civil e Conciliação* e *Audiência Trabalhista* ocorreram na sede da EJ; no Foro Trabalhista de Passo Fundo ocorreram os do grupo *Direito do Trabalho Contemporâneo*; e, no Foro Trabalhista de São Leopoldo, os do grupo *As Perspectivas do Direito do Trabalho.*

GRUPOS DE ESTUDO – 2014 Datas dos encontros		
	Data	**Duração (h/a)**
Direito Processual Coordenação: Juiz Ben-Hur Silveira Claus Local: Sede da Escola Judicial	14.03	2
	11.04	2
	09.05	2
	06.06	3
	22.08	2
	17.10	2

GRUPOS DE ESTUDO – 2014 Datas dos encontros		
	31.10	2
	14.11	2
	12.12	2
Direito Material Coordenação: Desembargador Francisco Rossal de Araújo Local: Sede da Escola Judicial	21.03	2
	04.04	2
	11.04	2
	23.05	2
	13.06	2
	18.07	2
	15.08	2
	10.10	2
	24.10	2
	07.11	2
	12.12	2
Direito do Trabalho Contemporâneo – Passo Fundo Coordenação: Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira Local: Foro Trabalhista de Passo Fundo	11.04	2
	08.05	3
	13.06	3
	04.07	3
	19.09	3
	24.10	3
	21.11	3
Responsabilidade Civil Coordenação: Juiz Luiz Antônio Colussi Local: Sede da Escola Judicial	21.03	1,5
	11.04	2
	09.05	2
	11.07	2
	15.08	2,5
	12.09	2
	10.10	2,5
	14.11	2
	05.12	2
As Perspectivas do Direito do Trabalho Coordenação: Juíza Janaína Saraiva da Silva Local: Foro Trabalhista de São Leopoldo	24.03	3
	24.04	3
	22.05	3
	05.06	3
	03.07	3
	07.08	3
	04.09	3
	16.10	3
	13.11	3
	04.12	3
Conciliação e Audiência Trabalhista Coordenação: Juiz Jorge Alberto Araujo Local: Sede da Escola Judicial	14.08	1
	26.09	1
	07.11	2
	12.12	1,5

5. CONVÊNIOS

Durante o ano de 2014, a Escola Judicial viabilizou a celebração de dois convênios pelo Tribunal, um dos quais com o TRF4 e outro com o MPT4.

Em ambos os casos, os convênios destinaram-se a respaldar a atuação conjunta das referidas instituições à formatação, produção e execução de atividades pedagógicas.

Do convênio com o TRF4 sobreveio, em setembro, a visita do Professor alemão Bodo Pieroth, que abordou temas de Direito Constitucional. Do convênio com o MPT4 resultou a elaboração de um minicurso sobre Direito Ambiental do Trabalho.

Os convênios em questão seguem vigendo, ensejando a futura ocasião de atividades pedagógicas em conjunto.

6. PUBLICAÇÕES DA ESCOLA JUDICIAL

6.1 Revista Impressa

A 42ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de periodicidade anual e publicada pela HS Editora, foi publicada em dezembro de 2014.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica uma pequena parte do trabalho dos Magistrados no estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos de autoria de magistrados e juristas convidados, informações institucionais, Súmulas, Precedentes Normativos, Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Além dos julgados enviados pelos Magistrados a título de colaboração, o conteúdo da publicação é resultado do trabalho da equipe da Escola Judicial na pesquisa de decisões de 1º e 2º graus, na elaboração dos índices analíticos e remissivos dos acórdãos e das sentenças, na organização e na revisão dos trabalhos, bem como na confecção da arte da capa.

Os exemplares têm distribuição dirigida e são também comercializados pela HS Editora.

6.2 Cadernos da Escola Judicial

Em 2014, foi publicada a oitava edição dos Cadernos da EJ, intitulada *Direito do Trabalho e Processo do Trabalho: a efetividade como horizonte hermenêutico*, obra que reuniu reflexões dos Grupos de Estudo da Escola Judicial do TRT da 4ª Região. O lançamento da obra aconteceu no dia 15 de maio, no térreo do prédio 3 do Foro Trabalhista de Porto Alegre, logo após o evento *Jornada de Processo Civil – O Processo do Novo CPC*.

Os artigos publicados na edição nº 8 foram assinados pelos seguintes magistrados do TRT-RS: Marcelo Gonçalves de Oliveira, Maria Helena Lisot, Manuel Cid Jardón, Ben-Hur Silveira Claus, José Renato Stangler, Edson Moreira Rodrigues, Ricardo Fioreze, Artur Peixoto San

Martin, Leandro Krebs Gonçalves, Rosâne Marly Silveira Assmann, Ana Julia Fazenda Nunes, Luciano Ricardo Cembranel, Odete Carlin, Raquel Nenê Santos, Gilberto Destro, Rozi Engelke, Rubiane Solange Gassen Assis, Cesar Zucatti Pritsch, Max Carrion Brueckner e Evandro Luís Urnau.

Os Cadernos da EJ são publicações sem periodicidade definida, editados de acordo com a oportunidade e a conveniência dos materiais disponibilizados na Escola Judicial. A publicação, de acordo com os termos do contrato atual, não é comercializada e os exemplares têm distribuição dirigida. Após o lançamento da publicação, esta é disponibilizada na íntegra, para acesso universal, no site da Escola Judicial, na aba Outras Publicações.

6.3 Revista Eletrônica

Trata-se de publicação seriada, em formato digital, dedicada a temas atuais, relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do trabalho. O periódico veicula decisões tanto de segundo como de primeiro graus; artigos assinados não só por Magistrados, mas também por advogados e professores de Direito; notícias do âmbito do Judiciário, com destaque para o trabalhista e indicações de leitura. Foram publicados no ano, ao todo, 12 números da revista, da edição nº 164 (janeiro) até a edição nº 175 (dezembro).

De acordo com a ferramenta Google Analytics, que informa o tráfego e gera as estatísticas de acesso do periódico, foram computadas 28.398 visualizações de página em 2014. Além dos acessos regionais e de todo o Brasil, foram também registradas visitas dos Estados Unidos, da Índia, da Espanha, do Reino Unido, de Portugal, do Uruguai, entre outros.

O periódico é disponibilizado no Portal do TRT4 e no site da Escola Judicial.

7. INSTRUTORIA EM 2014

A seguir, listagem de instrutores em eventos organizados pela Escola Judicial do TRT4, incluindo ministrantes, debatedores, coordenadores de grupos de estudo, orientadores de juízes vitaliciandos, membros do Conselho Consultivo – titulares e suplentes, coordenadores e relatores de grupos de discussão do encontro institucional da magistratura e apoiadores.

7.1. Interna

7.1.1. Magistrados

Adair João Magnaguagno
Adriano Santos Wilhelms
Aline Doral Stefani Fagundes
Ana Carolina Schild Crespo
Ana Julia Fazenda Nunes
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo
André Ibaños Pereira
André Reverbel Fernandes
André Sessim Parisenti
Andrea Saint Pastous Nocchi
Ben-Hur Silveira Claus
Carlos Alberto Zogbi Lontra
Carlos Henrique Selbach
Carolina Hostyn Gralha Beck

Clocemar Lemes Silva
Daniela Floss
Denise Pacheco
Edson Moreira Rodrigues
Fabíola Schivitz Dornelles Machado
Francisco Rossal de Araújo
Frederico Russomano
Gilberto Destro
Graciela Maffei
Guilherme da Rocha Zambrano
Gustavo Friedrich Trierweiler
Gustavo Jaques
Ivanildo Vian
Janaína Saraiva da Silva
Jarbas Marcelo Reinicke
João Alfredo Borges Antunes Miranda
João Ghisleni Filho
João Paulo Lucena
Jorge Alberto Araujo
Julieta Pinheiro Neta
Luciana Caringi Xavier
Luciane Cardoso Barzotto
Luís Henrique Bisso Tatsch
Luiz Alberto de Vargas
Luiz Antonio Colussi
Manuel Cid Jardon
Marçal Henri dos Santos Figueiredo
Marcelo Bergmann Hentschke
Marcelo Caon Pereira
Marcelo Jose Ferlin D'Ambroso
Marcelo Gonçalves de Oliveira
Marcelo Silva Porto
Maria Cristina Santos Perez
Márcio Lima do Amaral
Maurício Machado Marca
Max Carrion Brueckner
Paulo Ernesto Dorn
Paulo Orval Particheli Rodrigues
Rafael da Silva Marques
Raquel Hochmann de Freitas
Raquel Nenê Santos
Raul Zoratto Sanvicente
Renato Barros Fagundes
Ricardo Fioreze
Ricardo Carvalho Fraga
Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa
Rita Volpato Bischoff
Rodrigo Machado Jahn
Rodrigo Trindade de Souza
Rosane Serafini Casa Nova
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior
Silvionei do Carmo
Sonia Maria Pozzer
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim
Tânia Regina Silva Reckziegel
Teresinha Maria Delfina Signori Correia
Tiago Mallmann Sulzbach
Valdete Souto Severo
Vinícius Daniel Petry
Wilson Carvalho Dias

7.2. Externa

Acácia Zeneida Kuenzer
Adalberto José Kaspary
Adroaldo Furtado Fabrício
Alexandre Marin Ragagnin
Álvaro Roberto Crespo Merlo
Angela Vidal da Silva Martins
Ari Pedro Lorenzetti
Bodo Pieroth

Carla Garcia Bottega
Carlos Alberto Pereira de Castro
Carlos Franklin Paixão de Araújo
Carlos Henrique Bezerra Leite
Carlos Renan Kurtz
Carmen Camino
Cármen Lúcia Antunes Rocha
Cláudio Mascarenhas Brandão
Daniel Mitidiero
Delaíde Alves Miranda Arantes
Denise Natalina Brambilla González
Estevão Mallet
Evandro Krebs
Fábio Binz Kalil
Flávia Piovesan
Flávio da Costa Higa
Gilberto Bercovici
Gilson Langaro Dipp
Giovanni Alves
Guilherme Dray
Guilherme Guimarães Feliciano
Homero Batista Mateus da Silva
Humberto Bergmann Ávila
Ildeberto Muniz de Almeida
Ingo Wolfgang Sarlet
Jacques José Zimmermann
João Ricardo Dias Teixeira
José Aparecido dos Santos
José Eduardo De Resende Chaves Júnior (Pepe)
José Pedro Pedrassani
José Roberto Freire Pimenta
José Roberto Montes Heloani
Lilian Weber
Luciano Athayde Chaves
Luis Antonio dos Santos Franz
Luiz Carlos Michele Fabre
Luiz Felipe Bastos Duarte
Manoel Antônio Teixeira Filho
Manuel Eugenio Gándara Carballido
Margaret Matos de Carvalho
Maria da Graça Bonança Barbosa
Maria Inês Corrêa Cerqueira César Targa
Mario Elffman
Nélio Ovídio Haas Tombini
Patrícia Argôllo Gomes
Paulo Antonio Barros Oliveira
Paulo Eduardo Vieira de Oliveira
Phillippe Gomes Jardim
Renato Pinto Venâncio
Ricardo Luiz Coltro Antunes
Roberto Caldas
Roberto Mildner
Rodrigo Dalke Meucci
Rogério Uzun Fleishmann
Ronaldo Lima dos Santos
Sebastião Geraldo de Oliveira
Sergio Gamonal Contreras
Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak
Vanius João de Araujo Corte

8. RESUMO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO EM 2014

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Mediating the Litigated Case – Pepperdine University School of Law – EJ-TRT10*	2	-	2	40
Grupo de Estudos Direito Processual – 1º Encontro	8	-	8	2
Grupo de Estudos Direito Material – 1º Encontro	8	-	8	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 1º Encontro	6	-	6	1,5
Encontro entre Juízes Vitaliciandos e Juízes Orientadores Conselheiros	46	-	46	7
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 1º Encontro (São Leopoldo)	7	-	7	3
I Semana de Formação Continuada – (EJ-TRT5)*	2	-	2	30
Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual – EAD (Enamat)*	7	-	7	40
Curso de Formação Continuada em Administração de Vara do Trabalho – EAD (Enamat)*	4	-	4	40
Examinando Problemas Laborais no Local de Trabalho – Uma Perspectiva Comparativa (EJ-TRT1)*	1	-	1	15
Grupo de Estudos Direito Material – 2º Encontro	8	-	8	2
Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 1	8	-	8	8
Curso de Treinamento em PJe para Magistrados – Reforço e Versão 1.4.8	36	-	36	3
Grupo de Estudos Direito Processual – 2º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos Direito Material – 3º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 2º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 1º Encontro (Passo Fundo)	6	-	6	2
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 2º Encontro (São Leopoldo)	7	-	7	3
Temas de Jurisprudência Regional: Processo de Execução – Correção Monetária	14	-	14	2
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 2º Encontro (Passo Fundo)	7	-	7	3
Grupo de Estudos Direito Processual – 3º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 3º Encontro	11	-	11	2
1ª Semana de Formação de Magistrados: O Papel do Judiciário na Solução dos Conflitos Sociais (EJ-TRT16)*	1	-	1	32
Curso de Formação Continuada em Efetividade da Execução Trabalhista – EAD (Enamat)*	3	-	3	40
Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – EAD (Enamat)*	4	-	4	40
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho –	6	-	6	3

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
3º Encontro (São Leopoldo)				
Grupo de Estudos Direito Material – 4º Encontro	8	-	8	2
Seminário Direito Sindical e Democracia (EJ-TRT9)*	1	-	1	12
Relações com a Mídia	21	-	21	3,5
Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 2	8	-	8	8
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 4º Encontro (São Leopoldo)	7	-	7	3
14º Congresso de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho (TRT15)*	2	-	2	16
Grupo de Estudos Direito Processual – 4º Encontro	8	-	8	3
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 3º Encontro (Passo Fundo)	10	-	10	3
Grupo de Estudos Direito Material – 5º Encontro	5	-	5	2
Curso de Formação de Formadores sobre a Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho (EAD – Enamat)*	1	-	1	30
Midiateca - EAD	77	-	77	198,5
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 5º Encontro (São Leopoldo)	7	-	7	3
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 4º Encontro (Passo Fundo)	7	-	7	3
Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 3	10	-	10	12
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 4º Encontro	10	-	10	2
Grupo de Estudos Direito Material – 6º Encontro	6	-	6	2
Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho – Fase Presencial (Enamat)*	8	-	8	14
Curso de Formação Continuada em Temas de Hermenêutica e Teoria da Argumentação Jurídica Aplicados ao Direito do Trabalho – Fase Presencial + EAD (Enamat)*	1	-	1	36
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 6º Encontro (São Leopoldo)	6	-	6	3
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 1º Encontro	7	-	7	1
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 5º Encontro	11	-	11	2,5
Conciliação Judicial Trabalhista: Dimensões e Técnicas	17	-	17	7
Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 4	13	-	13	12
Grupo de Estudos Direito Material – 7º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 5º Encontro	6	-	6	2
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 7º Encontro (São Leopoldo)	6	-	6	3
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 6º Encontro	10	-	10	2

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Debates sobre as Novas OJs da SEEx	11	-	11	2
Simpósio sobre o Novo CPC e Possíveis Impactos no Processo do Trabalho (Enamat)*	14	-	14	14
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 5º Encontro (Passo Fundo)	9	-	9	3
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 2º Encontro	3	-	3	1
IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul	189	-	189	15
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 7º Encontro	7	-	7	2,5
Grupo de Estudos Direito Material – 8º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 8º Encontro (São Leopoldo)	6	-	6	3
Grupo de Estudos Direito Processual – 6º Encontro	5	-	5	2
Capacitação em PJe para Magistrados – Porto Alegre – Turma 5	10	-	10	12
Grupo de Estudos Direito Material – 9º Encontro	3	-	3	2
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 6º Encontro (Passo Fundo)	6	-	6	3
Curso de Formação Continuada sobre o Relacionamento da Justiça com a Mídia (EAD – Enamat)*	2	-	2	30
Grupo de Estudos Direito Processual – 7º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Direito Material – 10º Encontro	7	-	7	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 3º Encontro	7	-	7	2
Curso de Formação Continuada – Congresso Perfil Contemporâneo da Responsabilidade Civil (Enamat)*	7	-	7	15,5
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 9º Encontro (São Leopoldo)	6	-	6	3
Encontro com Juízes Vitaliciandos	27	-	27	3,5
Grupo de Estudos Direito Processual – 8º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 8º Encontro	3	-	3	2
Grupo de Estudos Direito do Trabalho Contemporâneo – 7º Encontro (Passo Fundo)	6	-	6	3
3º Curso de Formação de Formadores Interinstitucional: ENM-FR/Enamat/EJ-TRT 1ª Região*	2	-	2	27
Grupo de Estudos As Perspectivas do Direito do Trabalho – 10º Encontro (São Leopoldo)	7	-	7	3
Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – 9º Encontro	9	-	9	2
Grupo de Estudos Direito Material – 11º Encontro	4	-	4	2
Grupo de Estudos Direito Processual – 9º Encontro	5	-	5	2
Grupo de Estudos Conciliação e Audiência Trabalhista – 4º Encontro	4	-	4	1,5
Midiateca – EAD	48	-	48	111,5

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL
AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Aula Inaugural – A Atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos	25	53	78	1,5
Painel Gestão de Conflitos	29	12	41	7
Temas Atuais na Execução Trabalhista	36	88	124	7
Fim de Tarde – Terceirização de Serviços e Precarização do Trabalho. Projeto de Lei 4330/2004	16	46	62	3
Da Constituição Liberal ao Constitucionalismo Social	18	51	69	4,5
Gradação das Concausas nas Ações Indenizatórias Decorrentes das Doenças Ocupacionais	42	137	179	2
Jornada de Processo Civil – O Projeto do Novo CPC	33	61	94	12
Jurisprudência Trabalhista no STF	41	120	161	2
A Legislação como Promotora da Igualdade: Os Trabalhadores Domésticos e os Cooperativados	20	36	56	3
Segurança e Saúde do Trabalhador	38	46	84	7
Fim de Tarde – Direitos da Personalidade do Trabalhador Portugal X Brasil	4	8	12	1,5
Fim de Tarde – Diálogos Acadêmicos – Subordinação Jurídica e Terceirização Trabalhista: O Problema Constitucional no Brasil – Tese de Doutoramento	9	19	28	1,5
Fim de Tarde – *El Derecho Del Trabajo Como Sistema Pendular*	6	10	16	1,5
Fim de Tarde – Função e Perfil dos Juízes do Trabalho	7	7	14	1,5
Seminário Liquidação da Sentença: Duração Razoável – Teoria e Prática	25	70	95	5
Fim de Tarde – A Ruptura Constitucional de 1964 e Seus Impactos Jurídicos e Sociais no País	14	30	44	1,5
Acidentes do Trabalho: Aspectos Processuais/Procedimentais (Pelotas)	7	20	27	3,5
Fim de Tarde – Tratados de Direitos Humanos e o Direito Brasileiro	9	43	52	1,5
Fim de Tarde – O Trabalho do Juiz: Novas Exigências em Face das Condições de Trabalho	5	9	14	1,5
Lei nº 11.419/2006. Alterações Processuais em Virtude da Implantação do PJe. Repercussões no Processo do Trabalho.	29	71	100	6
Alargamento da Proteção Jusfundamental pelo Tribunal Constitucional Alemão	22	45	67	2,5
Fim de Tarde – A Moralidade do Direito como Condição de Liberdade em Lon Fuller	6	10	16	1,5
Ações Civis Coletivas. Medidas Inibitórias.	26	56	82	3,5
Fim de Tarde – O Papel do Juiz na Cultura dos Direitos Humanos	7	8	15	1,5
Contratos Especiais de Trabalho: Contrato de Aprendizagem; Contrato de Estágio; Contrato do Professor.	23	45	68	6

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Em Busca da Efetividade da Execução Trabalhista	17	47	64	2
Fim de Tarde – O Golpe Militar de 1964 e seu Impacto Impacto no Mundo do Trabalho	14	62	76	2
Seminário de Direitos Humanos; Trabalho Infantil; Trabalho Escravo; Trabalho Seguro; Trabalho do Imigrante.	19	44	63	7
Seminário Discriminação nas Relações de Trabalho	26	16	42	3,5
Vara de Acidente do Trabalho: Resolução de Questões Práticas e Prova Pericial (Pelotas)	6	18	24	7
1º Seminário Estadual para Promoção da Saúde e Segurança do Trabalhador – Os Desafios do Trabalho Rural (Pelotas)	4	5	9	8
Ações Coletivas. Questões Relevantes sobre o Caso Shell-Basf	13	19	32	2,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Turma 1	-	32	32	84
Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Qualidade de Vida no Trabalho	-	23	23	11
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Natureza da Relação Jurídica (Caxias do Sul)	-	18	18	8
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Rescisórias (Caxias do Sul)	-	14	14	8
Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor 1	-	29	29	11
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Análise da Motivação. artigo 482-3 (Caxias do Sul)	-	11	11	8
Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Gestão de Desempenho na Prática	-	32	32	11
Curso Intermediário de Direito Processual do Trabalho (Passo Fundo)	-	33	33	32
Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Equipes	-	14	14	11
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Extinção do Contrato de Emprego/Análise da Motivação. artigo 482-3 (Caxias do Sul)	-	11	11	8
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Duração do Trabalho: Horas Extras/Regime Compensatório (Caxias do Sul)	-	7	7	8
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Remuneração e Salário	-	33	33	7

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Relação de Emprego	-	30	30	7
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Duração do Trabalho: Horas Extras/Critérios e Liquidação (Caxias do Sul)	-	9	9	8
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Acidentes do Trabalho I, II e III	-	25	25	17,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Terceirização	-	29	29	7
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Acúmulo de Função/Equiparação (Caxias do Sul)	-	10	10	8
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Prova e Ônus da Prova	-	28	28	7
Grupo de Estudos – Responsabilidade Civil: Critérios para Avaliar o Dano Moral Decorrente de Acidentes de Trabalho	-	15	15	2
O Processo de Conhecimento – Noções Teórico-Práticas (Caxias do Sul)	-	18	18	24
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Insalubridade/Periculosidade (Caxias do Sul)	-	12	12	8
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo II – Direito Material – Acidente de Trabalho/Responsabilidade Civil (Caxias do Sul)	-	9	9	8
O Desenvolvimento do Estado de Direito na Alemanha	-	4	4	2
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Linguagem Jurídica	-	28	28	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Insalubridade e Periculosidade I e II	-	22	22	7
Itinerário Formativo Diretores de Secretaria	-	31	31	31,5
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Término do Contrato	-	12	12	7
Itinerário para Assistentes – Formação Básica – Módulo Duração do Trabalho I e II	-	30	30	7
Itinerário para Assistentes de Juiz – Formação Básica – Módulo Redação de Minuta de Sentença	-	22	22	31,5
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução (Lajeado)	-	32	32	7
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução (Taquara)	-	29	29	18
Itinerário Formativo para Assistentes de Gabinete – Redação de Minuta de Voto	-	18	18	21
Repercussões Jurídicas do Acidente do Trabalho	-	17	17	12

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA JUDICIAL AÇÕES DE FORMAÇÃO DO ANO DE 2014				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magis-trados	Servi-dores	Total	
Curso Básico de Processo do Trabalho – Fase de Conhecimento	-	15	15	32
TOTAL	**1.530**	**2.019**	**3.549**	**1.574,5**
* Atividades externas de treinamento				

LEGENDA: PÚBLICO-ALVO

MAGISTRADOS
MAGISTRADOS e SERVIDORES
SERVIDORES

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

Serviço de Documentação

Foram adquiridos 62 livros estrangeiros no ano de 2014 e renovadas as 10 assinaturas de periódicos estrangeiros especializados em Direito do Trabalho.

A leitura de estante para elaboração do inventário do material documental que vinha sendo feita, desde 2012, de maneira informatizada, não ocorreu, pois está-se aguardando nova funcionalidade do sistema informatizado da biblioteca. Na metade de 2015, está previsto o inventário que abrangerá os dois anos.

1. RESUMO DO ACERVO

Livros	15.866 documentos
Periódicos	19.658 fascículos
Analíticas de artigo de periódico	41.711 artigos
DVDs	1.136 discos
Normas catalogadas	27.239 normas
Total cadastrado em base de dados	105.610 itens
Coletânea de leis:	61 volumes
Diário da Justiça da União, I:	coleção histórica
Diário da Justiça do Estado:	coleção histórica
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 4ª Região	coleção digital
Diário Oficial da União, I	coleção digital
Diário Oficial da União, II	coleção histórica

Diário Oficial da União, seção III:	coleção histórica
Diário Oficial do Estado:	coleção histórica

2. RESUMO DAS ATIVIDADES

Documentos processados	10.072 documentos
Documentos consultados	12.047 documentos consultados
Documentos emprestados	8.446 documentos emprestados
Documentos circulados	20.493 documentos circulados
Malotes enviados	989 malotes
Pesquisas realizadas na sala de leitura	8.103 pesquisas
Pesquisas realizadas na base de dados	317.608 pesquisas
Pesquisas realizadas na biblioteca digital	5.938 pesquisas
Total de pesquisas realizadas	331.649 pesquisas realizadas
Total atendimentos no ano:	353.131 atendimentos
Média atendimentos/dia	1.471 atendimentos /dia
Total acessos à página da Biblioteca*/ano	323.546 acessos
Média acessos/dia	1.348 acessos/dia

Serviços ao Usuário

Conjunto de serviços para o atendimento das necessidades informacionais e documentais dos usuários, cujo objetivo é sua formação, informação e atualização.

1. Serviço de Empréstimo

Controle da circulação dos documentos (livros, revistas, diários oficiais, legislação esparsa), por usuários internos e externos, dentro e fora da sede, via documento, malote ou digital.

2. Serviço de Atendimento e Pesquisa

Atividades que têm por objetivo atender às necessidades de informação dos usuários, detectando-as e fornecendo-lhes, conforme o caso, as fontes e/ou os documentos.

3. Serviço de Notificação Corrente

Comunicação sobre novos livros, periódicos, legislação e jurisprudência de interesse dos usuários, na íntegra ou referencial, via papel, e-mail ou malote.

Serviço de Gerenciamento de Informação e Acervo Documental

Elenco de atividades necessárias à formação, ao gerenciamento, ao desenvolvimento e à manutenção do acervo documental e do sistema de recuperação de informação.

1. Seleção, Aquisição e Registro

Atividade que tem a responsabilidade de planejar e gerenciar o desenvolvimento do acervo documental.

2. Análise e Indexação

Aplicação de técnicas que viabilizem a recuperação da informação contida nos documentos, através de leitura técnica, catalogação, classificação e indexação de documentos e do desenvolvimento e aplicação de linguagem documentária específica em Direito do Trabalho.

3. Sistema de Recuperação de Informação

Implantação, desenvolvimento e gerenciamento de sistemas automatizados de recuperação de informação, utilizando o Siabi.

4. Biblioteca Virtual

Publicação de legislação, doutrina e jurisprudência na página da internet, disponibilizando o acesso nas dependências da Justiça do Trabalho gapucha e, remotamente, pela internet.

Serviços Administrativos

1. Serviços de Secretaria

Tarefas diárias e correntes realizadas como rotina administrativa.

2. Manutenção da Coleção

Atividades de controle da integridade física do acervo documental.

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO – JAC

O Tribunal Regional da 4ª Região, pela Resolução nº 08/2003, implantou o Juízo Auxiliar de Conciliação, estruturado pela Portaria nº 5.427/2003, a fim de enfrentar o passivo de

precatórios pendentes de pagamentos. Os procedimentos adotados, bem como os resultados obtidos até o ano de 2014, serão detalhados no breve relato a seguir.

1. PROCEDIMENTOS

O JAC iniciou suas atividades fazendo um levantamento de todos os devedores e suas respectivas dívidas, elegendo como estratégia inicial a verificação de dados atinentes às entidades municipais, utilizando como critério básico a reunião de informações em microrregiões coincidentes com a área de jurisdição de cada uma das Varas do Trabalho.

As informações foram organizadas indicando-se o número de entidades devedoras por jurisdição, o número de precatórios pendentes de pagamento, o número de processos com acordo em andamento, a ocorrência, ou não, de preterição, o número de obrigações de pequeno valor consignadas em precatório, os valores totais devidos. Para cada uma das entidades devedoras foi aberta uma pasta de controle, equivalente aos autos de um processo, na qual são armazenadas todas as informações relevantes aos procedimentos negociais.

Feitos os estudos necessários ao início das atividades de negociação, passou-se a elaborar formas de convencer os representantes das entidades municipais devedoras a participarem do Juízo Auxiliar de Conciliação, bem como facilitar a quitação de suas dívidas, extrapolando-se o que era consignado como Obrigações de Pequeno Valor – OPVs, e incluindo-se todos precatórios vencidos.

Para o início das negociações, utilizou-se o contato via ligação telefônica visando à apresentação do Juízo, sua finalidade, além de relatar a situação das pendências, convidando os representantes das entidades devedoras para que comparecessem em audiência, que ocorre na respectiva jurisdição, dando um caráter itinerante ao Juízo.

A solução para o passivo consiste em celebrar acordos para que a entidade devedora repasse verbas mensais, destinadas a uma conta bancária judicial específica (no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal), para, com os recursos financeiros ali depositados, enfrentar a dívida, ficando o Juízo responsável pela administração de tal conta, e responsabilizando-se pelos pagamentos que envolvem distintas e específicas atividades, pois, além da correção e atualização dos cálculos, com verificação das parcelas componentes da dívida, também se fazem as retenções fiscais e os recolhimentos previdenciários. Os pagamentos são feitos em audiência, nas respectivas jurisdições.

O Juízo iniciou suas atividades externas no início de 2004 e, como já referido, empreendeu esforços exclusivamente às dívidas das entidades municipais vencidas até o exercício de 2003. A partir de 2005, a cada mudança de exercício, foram incluídos os precatórios vencidos no exercício anterior e, em alguns casos, os que iriam vencer em exercícios futuros. Também naquele ano foi firmado o primeiro acordo com o estado do Rio Grande do Sul, viabilizando repasses mensais para o pagamento de dívidas consignadas como pequeno valor, vencidas a partir de 1998. Outros acordos foram efetivados e permitiram o pagamento de todos os precatórios que consignavam “obrigações pequeno valor”, bem como daqueles de responsabilidade da Superintendência de Portos e Hidrovias, inscritos no exercício 1998, cuja quitação ocorreu com deságio de 27,5%, redução aceita por todos os 1.069 credores.

Em dezembro de 2009, por força da Emenda Constitucional nº 62/2009, foi instituído o Regime Especial, no qual os Municípios e os Estados que possuíssem dívidas vencidas na data da publicação da Emenda, isto é, 9 de dezembro de 2009, fariam o pagamento de seus precatórios mediante o Regime Especial. O estado do Rio Grande do Sul, observando a nova regra constitucional, editou ato optando pelo repasse de 1,5% de sua receita líquida, e o Decreto nº 47.470, de 13 de outubro de 2010, que autorizou o pagamento de precatórios pela ordem crescente de valores. Os valores são repassados ao Tribunal de Justiça do estado do RS,

responsável pelo gerenciamento das contas do Regime Especial. Além da Administração Estadual, vários Municípios estão efetuando repasses ao TJ/RS para liquidação de seus precatórios. O pagamento é feito pelo Tribunal de origem, observada a ordem cronológica.

2. RESULTADOS

2.1 Entidades Municipais

Foram 108 entidades com dívida administradas pelo Juízo Auxiliar de Conciliação em 2014. Após expedição de ofícios, contatos telefônicos e realização de audiências para busca de solução, 26 municípios quitaram seus débitos de forma integral. Aderiram ao Juízo, para repasses mensais de recursos financeiros, 33 entidades. Em razão do Regime Especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, a dívida de 43 municípios foi informada ao TJ/RS, responsável pela administração dos recursos financeiros disponibilizados, bem como pela ordem de pagamento. Repassados os recursos ao TRT4, o Juízo efetuou a análise dos autos, atualização dos valores e efetivação do pagamento. Diante da autorização prevista na Resolução CNJ nº 115/2010, muitas dessas entidades, embora no Regime Especial, também foram convidadas, em audiências ocorridas nas respectivas jurisdições, a celebrar acordo com o JAC, para repasse direto de verba para satisfação dos precatórios trabalhistas. Foram celebrados acordos com 12 dessas entidades, entre elas Alvorada, Rio Grande, Gravataí, Porto Alegre, Três Passos e Viamão. O Regime Especial autoriza que os Municípios parcelem a dívida em até 15 anos. Os acordos celebrados para repasse direto ao TRT4 reduzem consideravelmente esse prazo, buscando esse Juízo a liquidação da dívida dentro o exercício em vigor.

Em 2014, foram pagos 816 precatórios municipais, totalizando R$ 43.121.996,10 o que beneficiou 2.494 credores.

3. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SUAS FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS:

Dando continuidade ao pagamento dos precatórios estaduais, em razão das regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 62/2009, este Juízo, durante todo o ano, administrou as listas de pagamento, observadas as duas modalidades de pagamento: ordem cronológica de autuação, com precedência para as preferências (maiores de 60 anos ou portadores de doença grave) e ordem crescente de valores (do menor ao maior).

Foram analisados 1.078 precatórios e atualizados 1.892 cálculos, com o respectivo pagamento, total ou parcial. Esses pagamentos somaram R$ 59.004.198,61.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2014

Em 2014, além do pagamento dos 1.894 precatórios, o Juízo Auxiliar de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública deu continuidade à análise dos inúmeros pedidos de pagamento preferencial. Foram 1.387 petições juntadas, analisadas, despachadas que, consequentemente, resultaram em notificações expedidas e prazos controlados.

Em razão do novo regramento constitucional, que alterou significativamente a forma de pagamento dos precatórios, este Juízo foi demandado durante todo o ano pelo TJ/RS, responsável pelo recebimento dos valores e pelo controle da ordem de pagamento, para fornecimento de dados, a citar: arquivos informatizados de cada entidade para fins de ordenação

da lista unificada; relação das preferências habilitadas e o respectivo valor; informação do valor total a ser repassado de cada entidade incluída no Regime Especial. Esses dados foram fornecidos mensalmente. Com a perspectiva de pagamento, anunciada pelo TJ/RS, o Juízo determinou abertura de conta judicial específica, que é objeto de controle e conferência periódicos.

Em junho de 2014, foi renovado o Termo de Convênio, assinado peloTJ/RS, pelo TRT4 e pelo TRF4, que estabeleceu a forma de repasse das verbas disponibilizadas pelas entidades. Atualmente, são duas as possibilidades de rateio dos valores repassados pelas entidades incluídas no regime especial: em relação ao estado do Rio Grande do Sul, o termo de convênio prevê a manutenção da lista em cada tribunal, com autonomia plena para controle da fila de pendências e o rateio da verba repassada de forma proporcional ao valor da dívida de cada instituição; para os Municípios, ficou pactuada fila única de credores e a disponibilização de verba considerando-se a ordem cronológica geral.

Demanda menos onerosa, mas não de menor importância, foi o atendimento aos credores e procuradores. As partes e os advogados, na ânsia de receber seus direitos, buscaram informações sobre previsão de recebimento dos créditos. Também foi disponibilizado o atendimento por telefone, tendo em vista que boa parte dos credores residem no interior do estado. Muitos foram os pedidos de confecção de certidões de cálculos atualizadas.

O atendimento aos interessados intensificou-se após declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade parcial da já referida emenda, que instituiu o Regime Especial de pagamento. Este Juízo foi demandado por diversos interessados, que questionavam a validade do Regime Especial, o alcance do julgamento e as ações do TRT4, diante da falta de modulação dos efeitos da decisão proferida. Embora julgada inconstitucional a referida emenda, este Juízo está cumprindo as regras ali estabelecidas, em cumprimento à ordem dada pelo próprio Supremo Tribunal Federal, publicada em 11.04.2013:

> *[...] determino, ad cautelam, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro. Expeça-se ofício aos Presidentes de todos os Tribunais de Justiça do País. Publique-se.*

Seção de Conciliação

Respaldado pela Portaria nº 386/2003, instituidora do Juízo Auxiliar de Conciliação em 2º grau, bem como pelas Resoluções Administrativas nº 15/2006, 01/2007 e 16/2007 e, mais recentemente, pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, o Projeto Conciliação, desde dezembro passado, se insere na Seção de Conciliação do Jacep e se localiza no 6º andar do Prédio 1 do Foro Trabalhista de Porto Alegre, como forma de solucionar consensualmente a lide trabalhista, no âmbito do TRT4, numa tentativa de aproximar os litigantes, de uma maneira mais harmoniosa. O procedimento adotado, bem como os resultados obtidos no ano de 2014 estão detalhados no breve relato a seguir.

1. PROCEDIMENTO

Usual e predominantemente, com a interposição de recurso de revista por alguma das partes, é expedida nota de expediente, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Recursos do TRT4, questionando sobre o interesse na realização de audiência para tentativa de conciliação. Caso um dos litigantes se manifeste, os autos são remetidos ao Projeto Conciliação (Seção de Conciliação, contar de 19.12.2014).

Ingressando o processo no Projeto Conciliação, faz-se uma primeira triagem, a fim de verificar a possibilidade de ajuste (note-se que, não raras vezes, em sede de recurso ordinário, a reclamada é absolvida da condenação imposta pela sentença, o autor interpõe recurso de revista e expressa interesse na conciliação), assim como localizar o prefixo telefônico e/ou endereço eletrônico pertinentes aos procuradores jurídicos.

Após, mantém-se contato telefônico com a parte que não se pronunciou, para saber do seu efetivo interesse na audiência para tentativa de conciliação. Caso positiva a resposta, é designada, de modo imediato e verbal pelo Magistrado Conciliador, a data destinada à correspondente audição e, logo a seguir, intima-se a outra parte, por telefone ou por Diário Oficial Eletrônico. Quando do correspondente contato, os procuradores são alertados para que apresentem cálculos, ainda que estimativos, e uma objetiva e compatível proposta, na data da solenidade.

Em muitos casos, em razão da distância ou da conveniência, os próprios defensores jurídicos estabelecem tratativas diretamente entre si e elaboram petição conjunta de acordo, protocolando-a na Secretaria do Juízo Auxiliar de Conciliação, ou por meio do sistema peticionamento eletrônico, junto ao protocolo geral do TRT4. Nessa situação, os autos e o acordo são analisados, a fim de verificar a compatibilidade dos termos do ajuste com a lide existente. Estando adequado, o acordo é homologado pelo juiz designado para atuar no Juízo Auxiliar, com expedição de eventuais alvarás (seguro desemprego, movimentação do FGTS ou liberação de depósitos recursais existentes e integrantes das condições de pagamento do *quantum* acordado) e a imediata intimação dos defensores jurídicos dos litigantes, via telefonemas e/ou por mensagem eletrônica.

Na hipótese de não ser viável a composição ou em não havendo interesse da parte contrária, os autos são remetidos à Coordenadoria de Cadastramento Processual, para imediato exame de admissibilidade do recurso de revista interposto.

Sinale-se, também, que, previamente à realização da audiência, faz-se nova triagem nos autos, a fim de identificar dados como a condenação imposta pela sentença, ou acórdão; o valor dos depósitos recursais, se houver; o período contratual; o salário percebido pelo autor; e outros que se revelem importantes. No caso de agravo de petição, solicita-se à Vara do Trabalho de origem certidão atualizada do débito.

Na específica audiência, o juiz conciliador questiona as partes sobre a proposta de cada uma, procurando orientá-las para que cheguem a um acordo. Havendo necessidade de consulta aos constituintes ou de fazer cálculos, defere-se prazo para as indispensáveis diligências, pelos defensores jurídicos, ou adia-se a audição para data próxima. Muitas vezes, o acordo prospera em uma única audiência e, caso prevista a liberação de depósito recursal ou judicial, expede-se o correspondente alvará ao reclamante, na mesma oportunidade.

Exitosa a conciliação, remetem-se os autos diretamente à origem. Caso contrário, os autos são encaminhados à Secretaria Processual, para análise do recurso de revista; ou para a Secretaria da Turma a que se vincula o Desembargador-relator do recurso ordinário ou do agravo de petição correspondente.

2. INCREMENTOS

Com o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça do Trabalho – criado nos moldes do artigo 7º da Resolução CNJ 125/2010 e implantado pelo TRT4, sob a coordenação da Desembargadora Denise Pacheco, foram identificadas as empresas com o maior número de demandas, sendo que, a partir de encontros, os representantes de algumas destas demandadas revelaram a intenção de suas constituintes em, efetivamente, participar do esforço nacional em conciliar, reduzindo seu passivo trabalhista. Nesse diapasão, nos últimos anos, destacaram-se WMS Supermercados do Brasil Ltda., Banco Santander – Brasil – S/A, Brasil Telecom S/A, Banco Itaú Unibanco S/A, Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, Grupo Hospitalar Conceição, Banco do Brasil S/A, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, Universidade da Região da Campanha – Urcamp, Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade Ltda. – ETE, Oportunity Fomento Mercantil Ltda. e fomentadoras integrantes do grupo econômico, e Drebes & Cia Ltda.

Aponte-se, também, que, no transcurso de 2014, outras empresas acorreram ao Juízo, mormente com o intuito de construir uma solução, embora nem sempre definitiva, que amenize a situação de seu passivo trabalhista. Citem-se a congregação religiosa EVRED (Evangelho do Reino de Deus), a Sudmetal Indústria Metalúrgica S/A (em recuperação judicial), a Policlínica Central Ltda., a Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia – Fugast entre outras.

Nesses casos, os procedimentos específicos iniciam-se a partir de reuniões mantidas com os Juízes Auxiliares de Conciliação, os defensores jurídicos de tais reclamadas, que passam a apresentar listas, de forma gradual, com os processos passíveis de serem ajustados. Tais listagens, cada qual com suas peculiaridades, acarretam atividades extras, adequando-as às necessidades de acelerar os passos prévios às desejadas audiências: a) conformidade de formatação; b) checagem e complementação dos dados fornecidos (número integral do processo, nome completo do reclamante, identificação do procurador jurídico da parte reclamante, prefixo telefônico e endereço eletrônico do advogado); c) identificação do andamento em que se encontra o respectivo feito; d) agrupamento de processos, por critérios mais relevantes (por escritórios profissionais dos defensores jurídicos da parte autora e, depois, por estágio em que se encontram as ações), etc. A organização de tais planilhas envolve consultas aos sistemas de acompanhamento de processos no 1º e 2º graus, bem como aos cadastros da OAB/RS e, até mesmo, na internet.

A etapa seguinte consiste em estabelecer os contatos (telefônicos, prioritariamente, ou por e-mail) com os procuradores jurídicos dos reclamantes, nos moldes do já referido ou reuni-los separada ou conjuntamente, a fim de obter a concordância destes com a realização de audiência conciliatória ou o estabelecimento de pontes de conciliação, incluindo, em alguns casos, a formação de um condomínio de credores.

Havendo consonância do(s) advogado(s), mantém-se contato com a Vara do Trabalho, se os autos estiverem no Juízo de origem, ou com o Gabinete do Desembargador-relator e com a Secretaria da respectiva Turma Julgadora, quando pendente de julgamento no TRT4, ou, ainda, com a Secretaria Processual do Regional.

Recebidos os autos do processo e com a aquiescência do procurador jurídico da parte reclamante, mediante novo telefonema, inclui-se o feito em um dos horários disponíveis na específica pauta – anteriormente designada e aceita pelos defensores da referida empresa.

Após, efetua-se a análise dos autos, a partir das decisões já existentes, dos eventuais depósitos recursais ou judiciais, do lapso da contratualidade e dos pedidos até então deferidos.

Aponte-se que, muitas vezes, são necessários vários contatos para obter-se uma resposta objetiva quanto ao efetivo interesse da parte em ajustar o feito; bem como o fato de que, em se tratando de algumas demandadas (como foi o caso do “WMS”), há uma multiplicidade de

escritórios advocatícios a serem perquiridos, onde poucos detêm mais de uma ação em que a reclamada deseja conciliar.

Todavia, das dezenas e centenas de processos indicados, nem todos acabam sendo pautados.

A sociedade bancária Itaú Unibanco vem implementando uma política altamente positiva quanto à efetiva persecução de ajustes definitivos e integrais de feitos em um elevado montante.

3. DOS GRANDES LITIGANTES – ALGUNS EXCERTOS SIGNIFICATIVOS

3.1 Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA

A partir de negociações iniciadas em maio de 2012, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, com a concordância da Procuradoria do Estado e dos representantes do Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no estado do Rio Grande do Sul, consolidou acordo envolvendo a formação de um condomínio de credores (Primeiro Condomínio), pertinentes a 58 execuções trabalhistas, das quais a maioria foram quitadas.

Durante o exercício de 2013, constituíram-se, a partir do manifesto interesse da Companhia Estadual, com a aquiescência dos credores, outros três condomínios, com o acréscimo de mais cinco execuções (2 + 2 + 1), somando-se 63, com 44 (quarenta e quatro) ativas, no momento.

Isso vem permitindo, além da satisfação das dívidas mais prementes da Companhia, a sustação das penhoras de créditos da Cesa junto a seus clientes, o que tem faculta a manutenção das atividades e o regular pagamento das parcelas acordadas.

Relativamente aos procedimentos para a consecução de tal condomínio e seu controle, são adotados alguns procedimentos básicos:

a) solicitação dos respectivos autos aos seus Juízos de origem, com certidão atualizada de cálculos;

b) recepção dos correspondentes volumes;

c) inclusão dos dados pertinentes à execução em planilhas próprias;

d) controle dos depósitos da Cesa e do correspondente saldo da conta judicial específica;

e) emissão de alvarás (principal e honorários assistenciais) para cada demanda;

f) intimação dos procuradores jurídicos dos credores;

g) retirada das vias originais dos alvarás;

h) juntada das cópias dos alvarás aos correspondentes autos;

j) retorno dos autos as prateleiras;

k) aguarde próximo depósito.

3.2 Universidade da Região da Campanha – Urcamp

A Universidade da Região da Campanha – Urcamp, tradicional instituição educacional e de saúde da fronteira oeste do RS, e sua mantenedora, Fundação Áttila Taborda, procuraram o TRT4, em 2012, em busca de solução para seu elevado passivo trabalhista.

A partir de várias reuniões com seus representantes, de audiências com os sindicatos representativos dos empregados e de reuniões com os Juízes das Varas do Trabalho envolvidas, está sendo construída uma proposta, que implica o recolhimento mensal de percentual da receita bruta da entidade à conta bancária gerida pelo JAC, bem, como deverá ser levada a efeito a alienação de bens imóveis da Instituição.

Participaram, também, em audiências específicas, representantes do Ministério Público do Trabalho e Emprego e da Caixa Econômica Federal, em razão da elevada dívida de FGTS, bem como de representantes do Ministério Público Estadual, em face da pretendida venda de bens da fundação, do Sinpro/RS (pelos professores), do Sintae/RS (pelos trabalhadores administrativos) e do Sindisaúde/Bagé (pelos trabalhadores do hospital universitário).

Inicialmente, foram informadas 297 execuções, pelos Juízos de origem, chegando, ao final de 2014, ao patamar de 499, das quais 80 obtiveram a integral quitação do valor correspondente ao principal, restando 419 processos ativos e contemplados pelo acordo celebrado com a Urcamp.

A Urcamp, apesar de suas evidentes dificuldades financeiras, vem intentando cumprir o estatuído em sucessivas negociações, oferecendo patrimônio imobiliário, a fim de obter recursos para honrar com maior eficácia sua vultosa dívida.

Assim, em 2 de setembro de 2013, a Fundação mantenedora indicou o prédio de sua Biblioteca Central e 120 hectares de área agricultável no Campus Rural de Bagé, assim como definiram-se critérios iniciais para a liberação dos valores depositados: quitação integral de créditos até R$ 10.000,00, e repasse de R$ 5.000,00 por mês, para preferências habilitadas (idosos e portadores de doença grave). Em 07.10.2013, foram indicados mais três imóveis na cidade de Bagé, correspondendo às matrículas do Registro Geral de Imóveis daquela Comarca, sob números 10.383, 39.362 e 42.171, cujo valor foi estimado em R$ 555.000,00.

Em 10 de março de 2014, houve majoração do limite de pagamento de ações com principal líquido para R$ 18.000,00. Em 11.04.2014, elevação para R$ 7.000,00, quanto ao repasse para preferências, por doença grave, mantendo-se R$ 5.000,00 para idosos. Em 17.06.2014, a Urcamp indica o imóvel com matrícula 19.889, correspondendo ao seu Terreno Caçapava do Sul.

Destaque-se, por sua repercussão social, que, em 17.07.2014, a União – representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – desistiu das penhoras execuções fiscais nos autos dos processos nº 0000945-60.2011.5.04.0811, 0000425-03.2011.5.04.0811 e 0000582-10.2010.5.04.0811, da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, e nº 0049600-65.2008.5.04.0812, entendendo que o dinheiro deveria ser destinado ao pagamento de salários.

Três meses antes, em 11 de abril de 2014, ocorrera ajuste para que 25% do valor de repasse ao Juízo Auxiliar – destinado, preliminar e totalmente, para o pagamento das preferências – foi fixado para o adimplemento dos salários em atraso. Em 16.05.2014, acordou-se a inclusão dos débitos oriundos dos funcionários da universidade em Caçapava do Sul, cujos pagamentos, a serem realizados pela própria instituição, se darão à testa da proporcionalidade dos respectivos créditos.

Na audiência do dia 22 de agosto de 2014, ajustou-se que novas execuções deverão ser trazidas ao específico Expediente do TRT4 nº 0507468/2013 (Urcamp), com exceção daquelas de empregados da saúde, oriundos de convênios com o Município de Bagé, na forma do item 4 da ata da fl. 523, disponibilizando-se ao Juízo Auxiliar de Conciliação em mediar tratativas, se

necessário, com o Município de Bagé. Na mesma ocasião, o Sinpro/RS junta cópia do acordo coletivo Urcamp e a FAT, que vem se renovando desde 2005, e que traz autorização de redução da carga horária de professores hoje com tempo integral, aprovada em assembleia dos professores.

Dentre os pertinentes procedimentos observados, apontam-se:

a) envio periódico de ofícios e memorandos às Varas do Trabalho que tenham execuções promovidas em face da Fundação Átilla Taborda, informando-as e atualizando dados referentes ao andamento das negociações, junto ao JAC;

b) solicitação aos Diretores de Secretaria das unidades judiciárias, para que noticiem os valores (principal e, em destaque, o FGTS a ser depositado) afetos a cada uma das execuções em curso;

c) recepção e organização dos dados em planilhas;

d) contatos frequentes com o Departamento Jurídico da Urcamp, a fim de que sejam observadas, pela Instituição de Ensino, as diligências avençadas, no prazo e na forma convencionada;

e) motivação, junto às Secretarias dos Juízos das Execuções, para que prestem as informações necessárias ao correto e célere andamento das negociações, incluindo o fornecimento do rol das preferências comprovadas e deferidas (doença e idoso);

f) identificação das preferências e inclusão das respectivas notícias nos controles;

g) cientificação das Unidades Judiciárias e da Assessoria Jurídica da Urcamp, quanto às preferências contempladas e adequação aos termos acordados, a fim de sanar eventuais equívocos e aprimorar o cumprimento do ajuste;

h) emissão de alvarás, com transferências dos valores aos Juízos das Execuções e

i) controle do saldo da conta judicial; etc.

3.3 Ulbra

Diversas reuniões e audiências foram realizadas, desde o segundo semestre de 2012, com o objetivo de obter recursos, pela venda judicial de imóveis de grande valor, localizados no Município de Canoas/RS, a fim de suportar ou reduzir o montante e o desconforto financeiro que centenas de execuções promovidas nas diversas Varas do Trabalho do estado vêm pressionando a instituição de ensino superior.

Para isso, mostram-se de inestimável relevância as atuações dos Magistrados das Varas do Trabalho de Canoas/RS, de modo especial a do Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho daquele Foro Trabalhista, onde tramita o processo em que penhorados os imóveis levados à alienação judicial.

Nesse sentido, os números são impressionantes. Segundo critérios e parâmetros preliminares estabelecidos e noticiados pela 3ª Vara do Trabalho de Canoas/RS, serão contempladas 528 execuções informadas, em abril e agosto de 2013: 452, no total de R$ 69.751.908,21; e 76, no montante de R$ 10.845.114,22.

Sinalize-que as questões afetas ao estabelecimento do condomínio geral e integral de credores trabalhistas, à fixação de critérios facultadores de um rateio racional entre esses, ao

acompanhamento da venda judicial e seus decorrentes percalços, bem como outros incidentes processuais, ficaram sob a condução da 3ª Vara do Trabalho de Canoas.

4. DO PROJETO "MEDIAÇÃO PRÉVIA EM DESPEDIDAS EM MASSA"

À guisa do macrodesafio estratégico principal de gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes, bem como, subsidiariamente, garantir os direitos de cidadania e estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito, em um período que se estendeu entre sete e doze meses, este Juízo Auxiliar implementou projeto específico intitulado "Mediação prévia em despedidas em massa", cuja justificativa se ancorou no evite do problema social decorrente da demissão em massa e evitar grande número de demandas trabalhistas.

4.1 Do objetivo geral

O objetivo geral consistiu em minimizar danos da despedida em massa de cerca de 7.500 trabalhadores do Estaleiro CQG-QUIP, em razão do término da construção da Plataforma P59, no Polo Naval de Rio Grande/RS; de 650 trabalhadores da Iesa Óleo e Gás, de Charqueadas/RS, pela rescisão de contrato com os tomadores de serviços; de 620 trabalhadores da Marfrig Global Foods S/A, pela desativação da planta industrial de Alegrete/RS.

4.2 Dos objetivos específicos

Noutro aspecto, os objetivos específicos concentraram-se em: a) evitar, quando possível, a anunciada despedida; b) garantir a satisfação, pelos tomadores de serviço, das verbas rescisórias; c) agilizar o encaminhamento do seguro-desemprego e do saque do FGTS; d) encaminhar os desligados para novos empregos; e) assegurar o retorno dos trabalhadores de outras regiões para seus estados de origem; f) criar um modelo para novos eventos análogos, que evite problemas sociais graves e consequente grande número de demandas trabalhistas.

4.3 Dos Produtos do Projeto

Figuram como produtos do Projeto: a) manutenção da atividade da planta industrial, no caso da Marfrig, ainda que com redução de cerca de 50% dos postos de trabalho; b) satisfação das verbas rescisórias de todos os empregados: no caso Polo Naval de Rio Grande, estaleiro tomador dos serviços satisfez os créditos dos trabalhadores de terceirizadas inadimplentes (cerca de 50% do total); no caso Iesa, integralmente pelos tomadores de serviços; no caso Marfrig, pela própria empregadora; c) fornecimento de passagens e verbas para despesas de viagens para os trabalhadores de outras regiões; d) minimização dos efeitos traumáticos da despedida em massa, em decorrência das seguintes ações: imediato encaminhamento do seguro-desemprego e do saque do FGTS; disponibilização de manual de orientação e de cursos profissionalizantes; e e) encaminhamento dos trabalhadores para novos empregos.

4.4 Das Metas de Resultado

Entre as metas de resultado incluem-se: a) manutenção de 300 postos de trabalho na Marfrig de Alegrete/RS e transferência de 120 empregados para a unidade de São Gabriel/RS; b) no Polo Naval de Rio Grande, cerca de dois mil trabalhadores foram contratados pelo Estaleiro Ecovix, vencedor da licitação seguinte; c) encaminhamento imediato do seguro-desemprego e do saque do FGTS dos trabalhadores desligados; e d) pagamento de verbas rescisórias em sua integralidade.

4.5 Das Metas de Resultado

Viabilidade dos demandados de adimplir as obrigações e o tempo disponível para a execução da ação revelam-se como restrições à consecução do Projeto.

4.6 Das Premissas

Alinham-se, a título de premissas, três elementos: a) a organização de "força-tarefa" para viabilizar a consecução dos objetivos: além das empresas demandadas e de entidades sindicais, participaram das ações a Secretaria Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social do RS, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Caixa Econômica Federal e o Sine; b) a estrutura do TRT4 para execução da ação, e c) a coordenação, pelo Juíz Auxiliar de Conciliação do TRT 4, na função de mediador.

4.7 Dos Macrodesafios para a Justiça do Trabalho

Apontem-se como macrodesafios no Projeto "Mediação prévia" para a Justiça do Trabalho:

a) assegurar a efetividade da prestação jurisdicional;

b) garantia dos Direitos de Cidadania;

c) fortalecer os processos de governança e combate à corrupção;

d) impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais;

e) gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes;

f) assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;

g) estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito;

h) promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida;

i) aperfeiçoar a gestão de custos;

j) aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC.

5. COM O IMPULSO DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DO TRT4

A partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, implantado em 2011 no TRT4, foi expandida a atuação do Projeto Conciliação. Assim, mediante a introdução de novos procedimentos e técnicas de trabalho, atinge-se, a cada ano, um número mais abrangente de ações e, de forma particular, a grupos de demandas trabalhistas, com matérias específicas, respondendo-se com evidente e necessária rapidez ao anseio de colocar término a contendas judiciais, especialmente as reclamatórias ajuizadas por cidadãos com poucas condições financeiras, à míngua do que se constatou com as demandas pertinentes à empresa WMS e, no findo exercício de 2013, com o avanço sucedido com o grupo financeiro Itaú Unibanco, com Cesa, com a Ulbra e com a Urcamp.

6. RESULTADOS

O ano de 2014 continuou a revelar resultados favoráveis. Foram feitas 1023 audiências, a partir de 883 processos pautados, o que resultou em 667 conciliações, ou seja 75,53%. Nesse mesmo exercício, 1.581 partes foram atendidas e R$ 69.190.632,48 foi o valor pago no Juízo Auxiliar.

No mês de dezembro, o índice de processos conciliados chegou a 86,67%, com 52 ajustes, em que foram atendidas 115 partes. Em agosto, apurou-se o mais expressivo montante ajustado: R$ 16.442.493,63. Já o maior patamar mensal de números absolutos de audiências (125) ocorreu em outubro, enquanto o ápice de processos conciliados (84) e o maior contingente de partes atendidas (204) aconteceu em julho.

VICE-PRESIDÊNCIA

A Vice-Presidente, Ana Luiza Heineck Kruse, no exercício de sua competência exclusiva, conferida pelos incisos I e II do artigo 41 do Regimento Interno do Tribunal, exerceu as seguintes atividades no ano de 2014:

- Exerceu a Presidência, em substituição à Presidente, Cleusa Regina Halfen, nos dias 7 a 21 de janeiro; 19 de fevereiro; 26 de fevereiro; 17 de março; 24 a 28 de março; 22 a 24 de abril; 14 e 15 de maio; 16 e 17 de julho; 22 a 31 julho; 5 e 8 de agosto; 12 e 13 de agosto; 26, 27 e 28 de agosto; 9, 10 e 11 de setembro; 23 a 26 de setembro; 22 e 23 de outubro; 28 a 31 de outubro; 13, 17, 19, 26 e 27 de novembro e 3 de dezembro de 2014.
- Atuou como Relatora nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza, cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares.

Foram recebidos no Gabinete da Vice-Presidência 41 processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

- 23 Recursos Administrativos (RECADM), dos quais foram julgados 21;
- 10 Processos Administrativos (PAs), todos julgados;
- 5 Agravos Regimentais (AGRs), todos julgados;
- 3 Embargos de Declaração (EDs), todos julgados.

Nos termos dos incisos III, IV e V do artigo 41 do Regimento Interno, por delegação da Presidente, a Vice-Presidente assim atuou:

- Recebeu, por distribuição, 529 processos, nas classes: DC (242), PROTES (226), AACC (20), CAUINOM (12), DCG (13), OPOSIC (1), AGR (1) e PET (16);
- Instruiu e conciliou os processos de dissídio coletivo, presidindo 125 audiências, das quais 118 foram relativas a processos eletrônicos e 7 relativas a processos físicos;
- Proferiu despachos de admissibilidade de recursos interpostos em processos de dissídio coletivo, bem como despachos na fase de execução dos feitos da mesma natureza;
- Proferiu 327 decisões monocráticas em processos de sua competência;
- Convocou e presidiu as sessões da Seção de Dissídios Coletivos nos dias 17.02.2014, 17.03.2014, 28.04.2014, 09.06.2014, 07.07.2014, 18.08.2014, 13.10.2014 e 1º.12.2014;
- Presidiu 54 reuniões de mediação, em 46 processos envolvendo causas de natureza coletiva. Em 26 dos 46 processos submetidos à mediação, as partes acabaram por celebrar acordo;
- Despachou os recursos de revista interpostos das decisões das Turmas Julgadoras e da Seção Especializada em Execução, em processos físicos e eletrônicos (PJe-JT). Despachou também os agravos de instrumento interpostos contra seus despachos proferidos em recurso de revista. Foram feitos conclusos 32.963 processos físicos, nos

quais foram proferidos 11.276 despachos admitindo recursos, 20.405 despachos denegando o seu seguimento e 146 determinando a baixa dos autos. No sistema PJe-JT, o número de processos conclusos somou 2.106, sendo proferidos 497 despachos de admissão do recurso, 1.021 despachos denegando o seguimento do recurso e 61 determinando a baixa dos autos. Em atenção a requerimentos diversos, foram proferidos 25 despachos em processos eletrônicos e 776 em processos físicos. De acordo com dados fornecidos pela Coordenadoria de Agravos e Certidões com base no sistema e-Gestão, os agravos de instrumento interpostos em recurso de revista somaram 16.788.

Na forma do que prevê o artigo 42 do Regimento Interno, a Vice-Presidente desempenhou atividades de representação do Tribunal, comparecendo, entre outros, aos seguintes eventos no decorrer do ano de 2014:

Março	
Dia 10	Solenidade de assinatura do Termo de Adesão ao Protocolo de Cooperação Técnica (Programa Trabalho Seguro), na Presidência do TRT4
Dia 21	7ª Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na sede da Amatra IV, em Porto Alegre/RS
Dia 26	Reunião com o Prefeito do Município de Pedro Osório, César Roberto Couto de Brito, no Gabinete da Vice-Presidência
Dia 27	Aula Inaugural da Escola Judicial – “A Atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, com o Professor Roberto Caldas, Juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em Porto Alege/RS
Dia 28	Solenidade Comemorativa aos 25 anos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na sede do TRF4, em Porto Alegre/RS

Abril	
Dia 28	Solenidade de Renovação do Protocolo de Cooperação Técnica (Programa Trabalho Seguro), na Presidência do TRT4
Dias 29 e 30	Participação no XVII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Conamat, em Gramado/RS

Maio	
Dia 12	Visita institucional ao Governador do Estado, no Palácio Piratini, em Porto Alegre/RS

Junho	
Dia 13	Solenidade de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no Foro Trabalhista de Novo Hamburgo/RS
Dia 24	Visita institucional aos Diretores do Jornal do Comércio, em Porto Alegre/RS
Dia 27	Solenidade de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul/RS

Julho	
Dia 11	Solenidades de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no Foro Trabalhista de Lajeado/RS e na Vara do Trabalho de

Julho	
	Montenegro/RS
Dia 14	Solenidade de inauguração das novas instalações do Posto Avançado da Justiça do Trabalho em Nova Prata/RS

Agosto	
Dia 1º	Solenidade de implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho PJe-JT no Foro Trabalhista de Gravataí/RS
Dia 8	Solenidade alusiva ao Dia do Magistrado e do Advogado, no saguão do prédio-sede do TRT4, em Porto Alegre/RS
Dia 11	Sessão Magna Comemorativa ao Dia do Advogado – OAB/RS, no Teatro do Shopping Bourbon Country, em Porto Alegre/RS

Setembro	
Dia 5	Conferência *Alargamento da Proteção Jusfundamental pelo Tribunal Constitucional Alemão*, proferida pelo Professor Bodo Pieroth, na Escola Judicial, em Porto Alegre/RS
Dias 15 e 16	Participação no Simpósio *O Novo CPC e os Impactos no Processo do Trabalho*, promovido pela Enamat, no TST, em Brasília/DF

Outubro	
Dias 1º a 4	Participação no IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho, em Canela/RS

Novembro	
Dia 4	Cerimônia de entrega dos distintivos por tempo de serviço a servidores do TRT4, em Porto Alegre/RS
Dia 14	Solenidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Triunfo/RS e São Jerônimo/RS e no Posto Avançado de Taquari/RS
Dia 18	Exposição, pelo Ministro José Roberto Freire Pimenta, sobre a Lei nº 13.015/2014, no TST, em Brasília/DF
Dia 24	14ª Reunião do Fórum de Relações Institucionais, em Porto Alegre/RS

A Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse presidiu a Comissão de Regimento Interno, na forma do artigo 213, I, do Regimento Interno, tendo participado de reuniões dessa Comissão, assim como de reuniões conjuntas da Comissão de Regimento Interno e de Jurisprudência, realizadas com a finalidade de tratar assuntos relacionados à Lei nº 13.015/2014. Também participou, na condição de membro do Comitê de Gestão Estratégica, de reuniões no processo de elaboração do Plano Estratégico Institucional 2015 – 2020.

Por delegação da Presidente, conforme inciso VI do artigo 1º da Portaria 9.739/2013, a Vice-Presidente apreciou as petições e processou os incidentes nos processos ainda não distribuídos ao Relator ou nos quais o órgão julgador já havia esgotado a sua jurisdição, tendo proferido 278 despachos em processos físicos e 12 despachos em processos eletrônicos, totalizando 290 despachos, todos encaminhados pela Secretaria-Geral Judiciária.

CORREGEDORIA REGIONAL

A Desembargadora Beatriz Renck exerceu, na forma regimental, o cargo de Corregedora Regional. No desempenho de suas atribuições regimentais, a Corregedora Regional e a Vice-Corregedora Regional, Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, expediram, no ano de 2014, 60 Portarias e 14 Provimentos, destes, 19 e 13, respectivamente, foram conjuntos com a Presidente e um em conjunto com Escola Judicial.

PORTARIAS

Portaria nº 01, de 14 de janeiro de 2014 – Decreta regime de exceção na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 21 de janeiro a 19 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 02, de 21 de janeiro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 10 de março a 9 de abril de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 03, de 17 de fevereiro de 2014 – Redefine as circunscrições em que dividida a jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região para fins de lotação e zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos.

Portaria nº 04, de 27 de fevereiro de 2014 – Define as unidades judiciárias abrangidas pelo Provimento Conjunto nº 03/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional, no período de 14 de julho de 2014 a 14 de julho de 2015.

Portaria nº 05, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha, no período de 16 de outubro a 19 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 06, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, no período de 15 de setembro a 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 07, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Estância Velha, no período de 15 de setembro a 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 08, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Guaíba, no período de 15 de setembro a 19 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 09, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Montenegro, no período de 15 de setembro a 14 de outubro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 10, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), no período de 15 de setembro a 19 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 11, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), no período de 15 de setembro a 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 12, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), no período de 15 de setembro a 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 13, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Viamão, no período de 15 de setembro a 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 14, 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, no período de 12 de março a 12 de maio de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 15, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Gravataí (1ª a 4ª), no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 16, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Lajeado (1ª e 2ª), no período de 12 de março a 12 de maio de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 17, de 16 de maio de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul (1ª a 3ª), no período de 12 de março a 12 de junho de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 18, de 16 de junho de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 23.06.2014 a 30.07.2014, o horário de funcionamento externo do Posto de Dom Pedrito.

Portaria nº 19, de 02 de julho de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 07.07.2014 a 11.07.2014, o funcionamento do Posto de Nova Prata.

Portaria nº 20, de 23 de julho de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 24 a 29.07.2014, o funcionamento do Posto de São Lourenço do Sul.

Portaria nº 21, de 08 de agosto de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 1º a 5 de setembro de 2014, o horário de funcionamento externo do Posto de Nova Prata.

Portaria nº 22, de 15 de setembro de 2014 – Institui Grupo de Trabalho para avaliar o Regime de lotação, propondo alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do sistema.

Portaria nº 23, de 06 de outubro de 2014 – Decreta regime de exceção na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 11 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 24, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 25, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª), no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 26, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, no período de 12 de março a 12 de junho 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 27, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Cruz Alta, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 28, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Estância Velha, no período de 12 de março a 12 de junho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 29, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Guaíba, no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 30, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Ijuí, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 31, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Montenegro, no período de 14 de maio a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 32, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 33, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Passo Fundo – Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau, no período de 7 de janeiro a 19 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 34, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 35, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), no período de 12 de março a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 36, de 21 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Viamão, no período de 12 de março a 12 de junho 2015, e dá outras providências.

Portaria n° 37, de 24 de outubro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 14 de maio a 12 de junho 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 38, de 29 de outubro de 2014 – Altera o artigo 1º da Portaria nº 04, de 27 de fevereiro de 2014, relativamente às Varas do Trabalho de Rio Grande (1ª a 4ª).

Portaria nº 39, de 06 de novembro de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 13 e 14.11.2014, o horário de funcionamento externo do Posto de Marau.

Portaria nº 40, de 18 de novembro de 2014 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi, no período de 15 de junho a 14 de julho de 2015, e dá outras providências.

Portaria nº 41, de 21 de novembro de 2014 – Regula, excepcionalmente, no período de 1º a 19.12.2014 e 07.01.2015 a 09.03.2015, o horário de funcionamento externo do Posto de Dom Pedrito.

Portaria Conjunta nº 302, de 27 de janeiro de 2014 – Nomina os integrantes da Comissão de Informática do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 1.403, de 18 de março de 2014 – Revoga as Portarias Conjuntas nº 4.205/2013 e nº 4.883/2011.

Portaria Conjunta nº 2.403, de 06 de maio de 2014 – Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Gestão de Mudanças da Justiça do Trabalho da 4ª Região em "Assessoria de Gestão de Mudanças".

Portaria Conjunta nº 2.417, de 12 de maio de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª) e Alvorada a partir de 23 de maio de 2014.

Portaria Conjunta nº 2.934, de 30 de maio de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo a partir de 13 de junho de 2014.

Portaria Conjunta nº 3.145, de 09 de junho de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul a partir de 27 de junho de 2014.

Portaria Conjunta nº 3.281, de 17 de junho de 2014 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 3.501, de 04 de julho de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul a partir de 27 de junho de 2014.

Portaria Conjunta nº 3.773, de 11 de julho de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Gravataí a partir de 1º de agosto de 2014.

Portaria Conjunta nº 4.399, de 05 de agosto de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Taquara e Sapiranga a partir de 18 de agosto de 2014.

Portaria Conjunta nº 4.822, de 19 de agosto de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema PJe-JT nas Varas do Trabalho de Farroupilha, Bento Gonçalves e no PAJT de Nova Prata a partir de 05 de setembro de 2014.

Portaria Conjunta nº 5.125, de 01 de setembro de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema PJe-JT nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul a partir de 12 de setembro de 2014.

Portaria Conjunta nº 5.234, de 08 de setembro de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema PJe-JT nas Varas do Trabalho de Carazinho, Passo Fundo e no PAJT de Marau a partir de 17 de setembro de 2014.

Portaria Conjunta nº 5.841, de 29 de setembro de 2014 – Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos a serem adotados em razão do término da greve dos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.028, de 07 de outubro de 2014 – Constitui o Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e disciplina os processos de inscrição e eleição de seus membros.

Portaria Conjunta n° 6.335, de 24 de outubro de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Cachoeira do Sul e Santa Maria (1ª e 2ª) a partir de 24 de outubro de 2014.

Portaria Conjunta nº 6.728, de 04 de novembro de 2014 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de São Jerônimo e Triunfo e no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari a partir de 14 de novembro de 2014.

Portaria Conjunta nº 7.868, de 19 de dezembro de 2014 – Institui o Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep, estrutura e organiza o seu funcionamento e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 7.869, 19 de dezembro de 2014 – Designa os Juízes do Trabalho Substitutos Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke para atuarem no Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios – Jacep, instituído pela Portaria Conjunta nº 7.868/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional.

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto EJ nº 01/2014 – Dispõe sobre o vitaliciamento e disciplina seu procedimento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 01/2014 – Dispõe sobre a lotação e o zoneamento dos Juízes do Trabalho Substitutos do TRT da 4ª Região, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2012 e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02/2014 – Revoga o Provimento Conjunto nº 14/2011, o qual dispõe sobre mecanismos para solução e controle do elevado número de processos com sentenças a prolatar (resíduo).

Provimento Conjunto nº 03/2014 – Estabelece o critério para designação de Juiz do Trabalho Substituto nos períodos de férias do Juiz Titular ou do Juiz do Trabalho Substituto no exercício da titularidade, nas unidades judiciárias não abrangidas pelo regime de lotação.

Provimento Conjunto nº 04/2014 – Altera e disciplina a estrutura do Gabinete Extraordinário, criado pelo Provimento Conjunto nº 08/2011.

Provimento Conjunto nº 05/2014 – Dispõe sobre a indisponibilidade, a partir de 02.05.2014, do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC) no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 06/2014 – Altera o Provimento Conjunto nº 11/2013, que dispõe sobre procedimentos a serem observados nas Varas do Trabalho da 4ª Região, em razão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Provimento Conjunto nº 07/2014 – Autoriza a Caixa Econômica Federal a fazer uso de boleto bancário para o recebimento de depósitos judiciais no âmbito do TRT da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 09/2014 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro grau no âmbito da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

Provimento Conjunto nº 10/2014 – Altera o Provimento Conjunto nº 2/2013, que dispõe sobre a instituição de Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 11/2014 – Fixa a data de término da paralisação dos empregados em estabelecimentos bancários para os fins previstos na Resolução Administrativa nº 20/2014.

Provimento Conjunto nº 12/2014 – Regulamenta as inspeções correcionais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 13/2014 – Regulamenta os procedimentos a serem adotados no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região em virtude da implantação do PJe-JT, revoga o Provimento Conjunto nº 11/2013, da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 14/2014 – Regulamenta os critérios a serem observados no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região para operacionalização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba.

GRUPOS DE TRABALHO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Corregedoria Regional esteve representada, em 2014, nos seguintes Grupos de Trabalho e Projetos Estratégicos:

- Regime de lotação: Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 22/2014 para acompanhar e avaliar o Regime de Lotação, bem como para propor alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do regime.
- Núcleo de Apoio à Execução – NAE: Criado em atendimento à Meta nº 5, do CNJ, para 2011, o Núcleo de Apoio à Execução é composto por membros natos, conforme o disposto no artigo 2º da Resolução Administrativa nº 24/2011, alterado pela Resolução Administrativa nº 07/2014, os quais são nomeados pela Portaria nº 2.034/2014.
- Grupo de Trabalho responsável por elaborar convênio entre o TRT4 e as instituições de atendimento de programas de proteção e socioeducativos. Regulamentado pelas Portarias nº 3.179/2013 e 9.311/2013.
- Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 262/2014 para elaborar proposição de medidas capazes de conter o avanço das despesas decorrentes da concessão de Ajuda de Custo nas hipóteses previstas na Resolução CSJT nº 112/2012.

- Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, instituído pela Portaria nº 3.395/2014.
- Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 3.592/2014 para elaborar proposta sobre a composição do Comitê Gestor Regional e sobre as regras para o respectivo processo eleitoral, nos termos do disposto no artigo 5º da Resolução CNJ nº 194/2014
- Comitê Gestor Regional do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, criado pela Portaria nº 5.370/2012
- Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituído no âmbito do TRT4 pela Portaria Conjunta nº 6.028/2014, da Presidência e da Corregedoria Regional (Portaria nº 7.405/2014)
- Projeto Estratégico “Reorganização do trabalho nas unidades judiciárias de 1º grau”
- Projeto Estratégico “Qualificação de servidores”
- Projeto Estratégico “Agilização dos julgamentos de 1º grau”

SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Como forma de reforçar a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Juridição, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, a Corregedoria Regional reestruturou o Serviço de Apoio Temporário – SAT, tendo sido disponibilizadas ao referido Serviço duas funções comissionadas – FCs do Gabinete da Corregedora Regional, viabilizando a composição de duas equipes de três servidores que atuaram de forma efetiva junto às Unidades Judiciárias de 1º grau, a requerimento ou por determinação, em razão de necessidade temporária de reorganização e/ou otimização dos serviços na Secretaria da Vara do Trabalho.

Em 2014, foram atendidas quarenta unidades judiciárias com permanência média de duas semanas em cada uma delas. O resultado foi bastante positivo, amenizando as dificuldades encontradas nas unidades de primeiro grau com a falta e/ou afastamento de servidores, bem como com o aumento da demanda.

GABINETE EXTRAORDINÁRIO

O gabinete extraordinário, disciplinado pelo Provimento Conjunto nº 04/2014, é composto por um número variável de assistentes, preferencialmente aqueles vinculados a Magistrados que se encontram afastados da jurisdição no primeiro grau. No ano de 2014, a composição variou entre 10 (dez) e 15 (quinze) assistentes. Foram feitas 69 (sessenta e nove) designações auxiliando 49 (quarenta e nove) magistrados.

ASSESSORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

A Assessoria Técnico-Operacional, no decorrer do ano de 2014, acompanhou e participou de diversos Projetos na área de Tecnologia da Informação, relativos ao primeiro grau, e do desenvolvimento de novas funcionalidades e melhorias nos programas e sistemas disponibilizados aos usuários do 1º grau da 4ª Região, bem como da implementação de mudanças necessárias nos sistemas, visando a facilitar a rotina de trabalho dos magistrados e servidores e a atender às diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destacam-se:

- **e-Gestão**: A partir do mês de outubro de 2014, os boletins de produção do primeiro grau foram substituídos pelo sistema e-Gestão.
- **Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho**: Durante o ano de 2014, o PJe-JT foi implementado na Vara do Trabalho de Alvorada, no Foro Trabalhista de Cachoeirinha (2 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Novo Hamburgo (5 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul (2 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Lajeado (2 Varas do Trabalho), na Vara do Trabalho de Montenegro, no Foro Trabalhista de Gravataí (4 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Sapiranga (3 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Taquara (4 Varas do Trabalho), no Foro Trabalhista de Bento Gonçalves (2 Varas do Trabalho), no Posto Avançado de Nova Prata, na Vara do Trabalho de Farroupilha, no Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul (3 Varas do Trabalho), na Vara do Trabalho de Carazinho, no Foro Trabalhista de Passo Fundo (4 Varas do Trabalho), no Posto Avançado de Marau, na Vara do Trabalho de Cachoeira da Sul, no Foro Trabalhista de Santa Maria (2 Varas do Trabalho), na Vara do Trabalho de São Jerônimo, no Posto Avançado de Taquari e na Vara do Trabalho de Triunfo, totalizando no ano mais 43 Unidades Judiciárias abarcadas pelo Sistema PJe-JT.
- **Sistema de B.I.**: No escopo do projeto de substituição de sistemas antigos em uso na Corregedoria, desenvolvidos na aplicação Access, foi feita a especificação dos modelos de relatórios necessários ao acompanhamento da produtividade dos magistrados de 1º grau, para programação e incorporação, pela Setic, na plataforma de BI. Os principais relatórios implementados foram os seguintes: relatórios utilizados na promoção de juízes (relatórios de índices de produtividade, presteza e produção), IMC (Informativo Mensal da Corregedoria), relatórios de processos pendentes de sentença ou decisão e quadro da produção mensal.
- **Módulo de pesquisas gerenciais do inFOR**: Sistema desenvolvido no ambiente inFOR, que possibilita a extração de diversos formatos de listagens de processos físicos, previamente programados pela Setic. Os principais relatórios extraídos por meio desse sistema são os seguintes: dados de audiências, listagens de processos das metas do CNJ, relação de processos aleatórios para as correições, pesquisa de processos por nome de parte e lista de petições protocoladas. Esse módulo possibilita a incorporação de novos formatos de listagens, conforme a necessidade.
- **Aperfeiçoamento do sistema inFOR**: Foram implementadas as melhorias solicitadas, bem como feitas as alterações corretivas visando à adequação do Sistema e-Gestão, com a disponibilização de sete novas versões do inFOR no decorrer do ano (versões 4.58A – alterações somente no banco de dados, 4.59, 4.60, 4.61, 4.62, 4.63 e 4.64).
- **Início do Projeto "Módulo do Arquivo"**: Esse projeto visa à criação de regras e implementação de novas funcionalidades no sistema inFOR, de forma a melhorar os procedimentos de arquivamento de processos, a criação de lotes, o envio de processos entre a unidade judiciária e o Arquivo, bem como a gerência de processos e lotes pelo Arquivo.

A Assessoria Técnico-Operacional atuou ainda no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Assessoramento da Corregedora Regional e da Vice-Corregedora Regional relativamente aos sistemas e serviços de Tecnologia de Informação;
- Treinamento de servidores e magistrados na implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT;
- Repasse das definições à equipe de desenvolvimento da Setic necessárias às alterações dos sistemas;
- Resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;
- Elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação da Corregedora Regional e que digam respeito aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de 1º grau;
- Compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da produtividade dos Magistrados de primeiro grau;
- Elaboração do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);
- Geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do primeiro grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e ao Relatório Justiça em Números;
- Acompanhamento da Semana Nacional da Execução Trabalhista e repasse dos resultados (dados estatísticos);
- Atendimento aos usuários das Unidades Judiciárias de primeiro grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre o uso de andamentos nos processos físicos, procedimentos relativos ao funcionamento do PJe-JT, dúvidas sobre a estatística das Varas do Trabalho, os sistemas, os convênios, as orientações para ajustes do boletim de produção de juízes);
- Atendimento a usuários externos (em especial advogados) a respeito dos serviços e sistemas disponibilizados pelo TRT na área de Tecnologia da Informação;
- Atendimento às solicitações de outros Tribunais Regionais do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e da Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho, relativamente aos sistemas e dados estatísticos de primeiro grau;
- Atendimento às solicitações de advogados, da Advocacia-Geral da União, da Receita Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abranjam toda a 4ª Região;
- Atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no Renajud e HOD; encaminhamento junto ao Serpro sobre problemas relatados pelos usuários;
- Cadastro dos Desembargadores e Juízes do 1º grau no sistema Infojud (disponibilizado pela Receita Federal);
- Cadastro dos usuários de 1º grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;
- Orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;

- Solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS (Jucergs) e realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;
- Cadastramento de servidores de 1º grau como publicadores no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria Regional e aos sistemas disponíveis;
- Realização de consulta de informações de veículos, por meio do convênio firmado com o Detran/RS (GID Consultas), em atendimento às solicitações das Varas do Trabalho e dos Postos Avançados da Justiça do Trabalho.
- Encaminhamento de consultas sobre matrículas ao 1º Registro de Imóveis de Porto Alegre, repassando cópia dos documentos às Varas do Trabalho e aos Postos Avançados da Justiça do Trabalho.
- Encaminhamento diário das publicações de 1º grau ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editas das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de 1º grau para publicações de Editais no referido Diário;
- Unificações de cadastros no Sistema PJe-JT;
- Elaboração de documentos e envios de orientações sobre os procedimentos relativos ao Sistema PJe-JT e seu reflexo no sistema e-Gestão.

INSPEÇÕES CORRECIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) em Porto Alegre, Capital do estado, e 102 (cento e duas) no interior do estado, 23 (vinte e três) Centrais de Mandados, 24 (vinte e quatro) Coordenadorias de Controle de Direção de Foro, 1 (uma) Coordenadoria de Execução de Mandados e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do Trabalho, totalizando 190 (cento e noventa) unidades judiciárias. No período compreendido entre 10 de março e 3 de dezembro, foram realizadas 190 (cento e noventa) inspeções correcionais, das quais 97 (noventa e sete) pela Corregedora Regional e 93 (noventa e três) pela Vice-Corregedora Regional.

Inspeções Correcionais realizadas pela Corregedora Regional no ano de 2014

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
1. 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	19.03.2014
2. 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	19.03.2014
3. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Bento Gonçalves	19.03.2014
4. Central de Mandados de Bento Gonçalves	19.03.2014
5. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	20.03.2014
6. 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	31.03.2014
7. 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.04.2014
8. 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.04.2014

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
9. 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	08.04.2014
10. 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	08.04.2014
11. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Cachoeirinha	08.04.2014
12. Central de Mandados de Cachoeirinha	08.04.2014
13. 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.04.2014
14. 1ª Vara do Trabalho de Esteio	28.04.2014
15. 2ª Vara do Trabalho de Esteio	28.04.2014
16. Central de Mandados de Esteio	28.04.2014
17. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Esteio	28.04.2014
18. 1ª Vara do Trabalho de Pelotas	05.05.2014
19. 2ª Vara do Trabalho de Pelotas	05.05.2014
20. 3ª Vara do Trabalho de Pelotas	05.05.2014
21. 4ª Vara do Trabalho de Pelotas	05.05.2014
22. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Pelotas	05.05.2014
23. Central de Mandados de Pelotas	05.05.2014
24. Vara do Trabalho Arroio Grande	07.05.2014
25. 1ª Vara do Trabalho de Canoas	12.05.2014
26. 2ª Vara do Trabalho de Canoas	12.05.2014
27. 3ª Vara do Trabalho de Canoas	13.05.2014
28. 4ª Vara do Trabalho de Canoas	13.05.2014
29. 5ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2014
30. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Canoas	14.05.2014
31. Central de Mandados de Canoas	14.05.2014
32. 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.06.2014
33. 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	03.06.2014
34. 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.06.2014
35. 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.06.2014
36. 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	11.06.2014
37. 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	24.06.2014
38. 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	26.06.2014
39. 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	01.07.2014
40. 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.07.2014
41. 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	15.07.2014
42. 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	17.07.2014
43. 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande	13.08.2014
44. 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande	13.08.2014
45. 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande	14.08.2014
46. 4ª Vara do Trabalho de Rio Grande	14.08.2014
47. Central de Mandados de Rio Grande	14.08.2014
48. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Rio Grande	14.08.2014
49. 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	19.08.2014
50. 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	19.08.2014
51. 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	20.08.2014
52. 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	20.08.2014

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
53. 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	21.08.2014
54. 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	21.08.2014
55. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Caxias do Sul	21.08.2014
56. Central de Mandados de Caxias do Sul	21.08.2014
57. 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	02.09.2014
58. 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	02.09.2014
59. 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	03.09.2014
60. 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	03.09.2014
61. Central de Mandados de São Leopoldo	03.09.2014
62. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de São Leopoldo	03.09.2014
63. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí	04.09.2014
64. 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	16.09.2014
65. 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	16.09.2014
66. 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	17.09.2014
67. 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	17.09.2014
68. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Passo Fundo	17.09.2014
69. Central de Mandados de Passo Fundo	17.09.2014
70. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau	18.09.2014
71. 1ª Vara do Trabalho de Gravataí	24.09.2014
72. 2ª Vara do Trabalho de Gravataí	24.09.2014
73. 3ª Vara do Trabalho de Gravataí	25.09.2014
74. 4ª Vara do Trabalho de Gravataí	25.09.2014
75. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Gravataí	25.09.2014
76. Central de Mandados de Gravataí	25.09.2014
77. 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	07.10.2014
78. 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	09.10.2014
79. Vara do Trabalho de Osório	21.10.2014
80. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí	21.10.2014
81. Vara do Trabalho de Torres	22.10.2014
82. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa	22.10.2014
83. 1ª Vara do Trabalho de Taquara	04.11.2014
84. 2ª Vara do Trabalho de Taquara	04.11.2014
85. 3ª Vara do Trabalho de Taquara	05.11.2014
86. 4ª Vara do Trabalho de Taquara	05.11.2014
87. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Taquara	05.11.2014
88. Central de Mandados de Taquara	05.11.2014
89. 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	13.11.2014
90. 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	13.11.2014
91. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Rosa	13.11.2014
92. Central de Mandados de Santa Rosa	13.11.2014
93. 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria	18.11.2014

UNIDADE	DATA DA INSPEÇÃO
94. 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria	18.11.2014
95. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Maria	18.11.2014
96. Central de Mandados de Santa Maria	18.11.2014
97. Vara do Trabalho Cachoeira do Sul	19.11.2014

Diante da necessidade de atualização e uniformização dos procedimentos adotados nas correições ordinárias e extraordinárias, foi editado o Provimento Conjunto nº 12/2014.

O Relatório de Correições foi reformulado com modificações na sua estrutura e forma de apresentação, passando a ser adotado um modelo único tanto para as inspeções realizadas pela Corregedoria Regional quanto para aquelas realizadas pela Vice-Corregedoria Regional. As informações foram lançadas de modo mais objetivo, com inserção de gráfico, a fim de dar maior visibilidade e compreensão aos dados, não só para magistrados e servidores, mas para todos os Jurisdicionados. Em todos os Relatórios Correcionais, foi adicionado o controle das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2014, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça para o segmento da Justiça do Trabalho, analisando-se a situação de cada uma das Unidades Judiciárias.

Cabe lembrar que as Metas de 2014 para a Justiça do Trabalho são as seguintes: Meta 1/2014 – "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014."; Meta 5 – "Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho" e Meta 6 – "Identificar e julgar, até 31.12.2014, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".

O ano de 2014 foi atípico e de representativa mudança e adaptação decorrente do extenso calendário de implantação do PJe-JT, completando a implantação em 73,24% das Varas do Trabalho e nos Postos Avançados da Justiça do Trabalho. Durante o ano, o PJe-JT foi implantado nos Foros Trabalhistas de Alvorada e Cachoeirinha (23.05.2014), Novo Hamburgo (13.06.2014), Sapucaia do Sul (27.06.2014), Lajeado e Montenegro (11.07.2014), Gravataí (1º.08.2014), Sapiranga e Taquara (18.08.2014), Bento Gonçalves, Farroupilha e Nova Prata (05.09.2014), Santa Cruz do Sul (12.09.2014), Carazinho, Passo Fundo e Marau (17.09.2014), Cachoeira do Sul e Santa Maria (24.10.2014), São Jerônimo, Triunfo e Taquari (14.11.2014). Considerando as implantações realizadas nos anos anteriores, totalizou-se 100 (cem) Varas do Trabalho e 4 (quatro) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

A análise, durante as inspeções, dos procedimentos adotados pelas Unidades Judiciárias e pelos magistrados em relação ao PJe-JT exigiram especial atenção, orientação e aconselhamento. Por tratar-se de um sistema novo e em construção, com constantes atualizações e novas versões, não são poucas as situações de dificuldade enfrentadas por juízes, diretores de secretaria, secretários de audiências e demais servidores. A orientação tem priorizado o aconselhamento na adoção de padronização das pastas no sistema, com intuito de se obter maior transparência, objetividade e impessoalidade nas operações, facilitando a visibilidade de todos os servidores e utilizadores do sistema. Muito ainda é necessário fazer no apoio às unidades e aos magistrados para se atingir a excelência de domínio das funcionalidades do sistema e possibilidades de superar as suas limitações, impedindo que o PJe-JT, forte instrumento de agilização de processos e rotinas, não se torne causador de situação inversa. Nesse sentido, a Corregedoria Regional tem reforçado sua equipe de Assessoria Técnico-Operacional para constituir um grupo de apoio eficiente e ágil no auxílio ao 1º grau.

A mudança decorrente da implantação do PJe-JT em tantas Unidades Judiciárias da Região determinou alteração das rotinas de trabalho.

No que se refere aos sistemas informatizados, de modo geral, é satisfatória a capacitação e o domínio de conhecimento dos servidores lotados nas unidades do primeiro grau de jurisdição. Entretanto, ainda há equívocos nos lançamentos dos andamentos processuais no sistema inFOR, que repercutem nos dados estatísticos do sistema e-Gestão. Em razão disso, foi adicionado aos relatórios de Correição um subtítulo com recomendações específicas para o correto manejo e/ou para as retificações desses lançamentos. Especial atenção tem sido recomendada para os lançamentos das conclusões no Sistema PJe-JT, diante da forma de extração dos dados do sistema e-Gestão.

O monitoramento e controle dos andamentos processuais foi feito de forma constante, permanente e paralelamente ao calendário de correições, com vista a acompanhar o cumprimento das Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho no ano de 2014. Apurados equívocos nos lançamentos e processos sem andamento adequado, foi diligenciado e determinado que todas e cada uma das Unidades Judiciárias procedessem às respectivas retificações e providências para a solução dos problemas.

O prazo médio de designações de audiências, tanto iniciais como prosseguimentos, foi constantemente monitorado durante o ano de 2014, sendo constatado que, em muitas Varas do Trabalho, é excessivamente alongado. Nos relatórios de correição, foram identificadas cada uma das situações e determinadas providências. Em situações pontuais, constatadas pelas correições ou por consulta aos sistemas informatizados, foram adotadas providências tais como deferimento de regime de juiz auxiliar ou a determinação de aumento do número de sessões. O acompanhamento contínuo é fundamental e continuará a ser feito pela Corregedoria Regional.

Quanto ao resíduo de processos conclusos para prolação de sentença no ano de 2014 (de janeiro a outubro), são necessários alguns esclarecimentos.

A Corregedoria, além do levantamento feito pontualmente em cada correição quanto ao número de sentenças a prolatar dos magistrados que atuaram na Unidade Judiciária, promoveu constante acompanhamento e controle do número de processos conclusos com cada Juiz. Faz-se a cobrança mensal das pendências de sentenças dos magistrados por meio da proposição de metas e planos de trabalho, determinando-se o envio de relatório ao final do período concedido para a prolação das decisões.

Houve situações graves de resíduos de alguns magistrados, cuja imposição de metas e apresentação de plano de trabalho foram exigidos pela Corregedoria Regional. Ações específicas, como o fortalecimento da estrutura do Gabinete Extraordinário para auxílio do magistrado, com a designação de um segundo assistente ou de um assistente quando o juiz, temporariamente, está não dispõe de assistente, têm sido adotadas de forma constante, atingindo bons resultados, mas aquém do desejável em razão da carência de servidores suficientes para o atendimento de tantas demandas. Ainda, sempre que possível, e são raras as possibilidades, os juízes com o maior volume de pendências são afastados da unidade para a dedicação exclusiva ao enfrentamento do resíduo. Adotou-se, também, regimes de auxílio pontuais aos magistrados que, por situações pessoais de saúde ou de seus familiares, necessitaram de condições especiais de trabalho. O Projeto Juiz Solidário contou com boa adesão para resolução das pendências das sentenças de magistrados que se aposentaram ou permutaram de Região em 2014: 25 Juízes Titulares de Vara do Trabalho e 14 Juízes do Trabalho Substitutos se prontificaram a ajudar e 337 processos foram redistribuídos nessa sistemática.

A partir de outubro de 2014, com a implantação do Sistema de Extração de Dados Eletrônicos B.I. (Business Intelligence), a 4ª Região passou a dispor de uma base de dados mais fidedigna, visto que, até então, as pendências do Sistema PJe-JT não eram sistematicamente computadas.

Em janeiro de 2014, o resíduo de processos conclusos para sentença era de 8.734 e, em dezembro, esse número passou para 15.390; o número de processos conclusos para sentença há mais de 50 dias passou de 3.244, em janeiro, para 6.666, em dezembro de 2014. A elevação

desse estoque também está relacionada à nova forma de extração de dados que, como referido, passou a abranger o Sistema PJe-JT.

O número de casos novos, em relação ao ano de 2013, passou de 166.664 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro) para 177.251 (cento e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um) em 2014. A propósito, juntamente com esse aumento de demanda, deve ser considerada a constante necessidade de adaptação dos juízes ao Sistema PJe-JT. Destaque-se que, não apenas no que concerne à confecção de sentenças no novo sistema, o tempo despendido pelos magistrados em audiências tem sido maior – constatação verificada *in loco* durante as inspeções correcionais. Durante as correições verificou-se que, apesar das evidentes melhorias quanto à tramitação e organização dos serviços nas Unidades Judiciárias, a implantação do sistema tem demandado mais tempo de atuação dos Magistrados nas Varas do Trabalho.

No que diz respeito ao prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento e de liquidação, foi constatada uma margem de 228 e 218 dias, respectivamente, durante o período.

Os processos em fase de execução somaram, em dezembro de 2014, 120.324, representando uma diminuição em relação ao ano de 2013, quando o número era de 122.677. O prazo médio de tramitação dos processos movidos contra entes públicos na fase de execução aumentou de 1.033,80 dias em 2013 para 1.090,91 dias em 2014. Quanto aos entes privados, o prazo médio de tramitação dos processos na fase de execução na Região aumentou de 557,23 dias em 2013 para 596,30 dias em dezembro de 2014.

A propósito das metas do CNJ, apurou-se que, em relação à Meta 2 para a Justiça do Trabalho em 2014 (“Julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”), todos os magistrados de 1º grau foram cientificados acerca da data de antiguidade de tais processos, a fim de que fosse dada atenção especial à sua tramitação. Sobretudo, o controle dessas metas é evidenciado nos Relatórios de Correição de cada Vara do Trabalho. No mês de dezembro, foi atingido o percentual de 99,51% de julgamento das ações distribuídas em 2011 e 98,54% de julgamento das ações distribuídas em 2012. Durante as inspeções recomendou-se, entre outras medidas, a redução dos prazos médios de realização das audiências.

Verificou-se que, mesmo considerando todas as variáveis impostas pelas mudanças oriundas da implementação do PJe-JT, em regra, os juízes do trabalho e servidores da 4ª Região são assíduos, zelosos e comprometidos com as atribuições do cargo que exercem e na condução das Unidades Judiciárias.

REGISTROS DOS ATOS RELATIVOS À FUNÇÃO CORRECIONAL

Expediente NovaJus

Natureza	Remanes-centes	Registrados	Cancelados	Solucionados	Pendentes
Correição Parcial (CORPAR)	05	52	-	47	10
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	03	07	-	05	05
Pedido de Providências	30	272	-	268	34
TOTAL	**38**	**330**	**-**	**319**	**49**

Prazos médios:

- Correição Parcial (CORPAR) – 21,17 dias
- Pedido de Providências – 27 dias

Processos administrativos no sistema ADM Eletrônico

Natureza	Pendentes	Registrados	Encerrados	Sobrestados	Em tramitação
Afastamento de Juiz	02	79	78	-	03
Diversos	08	35	18	-	25
Expedientes internos	12	214	52	01	173
Ocorrências	-	01	01	-	-
Portarias Varas	01	99	94	-	06
Solicitação	04	09	09	-	04
Solicitação oriunda de unidade judiciária	03	27	10	-	20
Sugestão	02	-	-	-	02
TOTAL	32	464	262	01	233

Movimento Geral

Documentos protocolizados na Secretaria da Corregedoria Regional	907
Atualizações Legislativas	12
Informativos Mensais da Corregedoria Regional – IMC	12

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Vice-Corregedoria, no ano de 2014, foi exercida pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, que, na forma regimental, atuou nos impedimentos da Corregedora Regional, acompanhou o desempenho de Juízes do Trabalho Substitutos Vitaliciandos, realizou inspeções correcionais ordinárias, coordenou a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e compilou normas editadas para fins de divulgação da atualização legislativa.

Vitaliciamento

Nos termos da Portaria nº 43/2011, a Vice-Corregedora Regional exerceu as atribuições pertinentes ao acompanhamento, à orientação e à avaliação de desempenho dos Juízes do Trabalho Substitutos em período de vitaliciamento, na forma como determina o artigo 95, I, da Constituição Federal.

Ao longo do ano de 2014, foram acompanhados 31 (trinta e um) Juízes do Trabalho Substitutos vitaliciandos. Destes, 17 (dezessete) Juízes que tomaram posse no dia 19.12.2012 foram confirmados no cargo pelo Órgão Especial, em sessão ocorrida em setembro de 2014, que aprovou pareceres conjuntos firmados pela Vice Corregedoria e pela Escola Judicial. São eles:

Bruno Marcos Guarnieri
Carlos Ernesto Maranhão Busatto
Carolina Cauduro Dias De Paiva
Charles Lopes Kuhn
Daniela Meister Pereira
Evandro Luís Urnau
Felipe Lopes Soares
Giani Gabriel Cardozo
Ivanise Marilene Uhlig De Barros
Kelen Patrícia Bagetti
Lúcia Rodrigues De Matos
Márcia Padula Mucenic
Marcos Rafael Pereira Piscino
Nelsilene Leão De Carvalho Dupin
Patrícia Zeilmann Costa
Rodrigo Machado Jahn
Thiago Boldt De Souza

Foram também confirmadas no cargo de Juiz do Trabalho Substituto:

- **Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo** – Posse em 06.08.2012 no TRT da 2ª Região, removida por meio de permuta, com posse no TRT4 em 14.06.2013, e confirmada no cargo pelo Órgão Especial em sessão ocorrida em maio de 2014;

- **Sheila Spode** – Posse em 29.11.2012 no TRT da 15ª Região, removida por meio de permuta, com posse no TRT4 em 04.08.2014, confirmada no cargo pelo Órgão Especial em sessão ocorrida em novembro de 2014.

Dois Juízes do Trabalho Substitutos vitaliciandos foram removidos, por permuta, para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

- **Juliane Penteado de Carvalho Bernardi**, conforme autorização do Órgão Especial na sessão de abril de 2014;
- **Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha**, conforme autorização do Órgão Especial na sessão de agosto de 2014.

Até o mês de dezembro de 2014, permaneciam ainda em acompanhamento os seguintes Juízes do Trabalho Substitutos:

- **Milena Ody** – Posse em 19.12.2012, cujo período de vitaliciamento sofreu elastecimento em razão de licença gestante;
- **Maurício Joel Zanotelli** – Posse em 17.06.2013;
- **André Sessim Parisenti** – Posse em 17.06.2013;
- **Bárbara Fagundes** – Posse em 29.04.2013, no TRT da 9ª Região, removida por meio de permuta, com posse no TRT4 em 24.01.2014;
- **Adriana Ledur** – Posse em 26.07.2013 no TRT da 18ª Região, removida por meio de permuta para o TRT da 9ª Região em 17.02.2014 e, por meio de permuta, para o TRT4, com posse em 06.06.2014;
- **Mateus Crocoli Lionzo** – Posse em 14.08.2013 no TRT da 3ª Região, removido por meio de permuta, com posse no TRT4 em 06.06.2014;
- **Cinthia Machado de Oliveira** – Posse em 10.10.2013 no TRT da 15ª Região, removida por meio de permuta, com posse no TRT4 em 04.08.2014;
- **Jorge Fernando Xavier de Lima** – Posse em 14.08.2013 no TRT da 3ª Região, removido por meio de permuta para o TRT da 9ª Região em 06.06.2014 e, por meio de permuta, para o TRT4, com posse em 19.8.2014;
- **Felipe Jakobson Lerrer** – Posse em 16.07.2013 no TRT da 2ª Região, removido por meio de permuta, com posse no TRT4 em 30.09.2014;
- **Patrícia Bley Heim** – posse em 16.05.2013 no TRT da 1ª Região, removida por meio de permuta, com posse no TRT4 em 17.11.2014.

Em razão do acompanhamento dos Juízes do Trabalho Substitutos vitaliciandos, no ano de 2014 foram abertos oito Processos Administrativos, correspondentes aos magistrados que tomaram posse no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no referido ano.

Inspeções correcionais ordinárias

No ano de 2014, foram realizadas pela Vice-Corregedora Regional 92 (noventa e duas) inspeções correcionais, sendo 15 (quinze) nas Unidades Judiciárias de Porto Alegre e 77 (setenta e sete) nas Unidades do interior do estado.

Nas inspeções correcionais, foram examinados os processos quanto aos pressupostos e às rotinas cartoriais, conforme previsto na Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do TRT4, bem como o cumprimento dos prazos processuais nos processos de conhecimento e de execução. A Vice-Corregedora Regional procedeu à cobrança de sentenças em atraso, notadamente embargos de declaração e processos na fase de execução, aferidas por ocasião das correições, obtendo êxito com a colaboração dos Juízes em resposta aos e-mails que lhes foram encaminhados.

Inspeções Correcionais realizadas pela Vice-Corregedora Regional no ano de 2014

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1. Vara do Trabalho de Viamão	10.03.2014
2. Vara do Trabalho de Alvorada	11.03.2014
3. Vara do Trabalho de Montenegro	12.03.2014
4. Vara do Trabalho de Estância Velha	13.03.2014
5. 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	02.04.2014
6. 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	02.04.2014
7. 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	03.04.2014
8. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Santa Cruz do Sul	03.04.2014
9. Central de Mandados de Santa Cruz do Sul	03.04.2014
10. 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	06.05.2014
11. 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	06.05.2014
12. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapucaia do Sul	06.05.2014
13. Sapucaia do Sul – Central de Mandados	06.05.2014
14. Vara do Trabalho de Encantado	20.05.2014
15. 1ª Vara do Trabalho de Lajeado	20.05.2014
16. 2ª Vara do Trabalho de Lajeado	20.05.2014
17. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Lajeado	20.05.2014
18. Central de Mandados de Lajeado	20.05.2014
19. 1ª Vara do Trabalho de Estrela	21.05.2014
20. 2ª Vara do Trabalho de Estrela	21.05.2014
21. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Estrela e Central de Mandados	21.05.2014

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
22. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Porto Alegre	03.06.2014
23. Central de Mandados de Porto Alegre	03.06.2014
24. 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.06.2014
25. 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	05.06.2014
26. 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	06.06.2014
27. 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	16.06.2014
28. 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	24.06.2014
29. Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar	01.07.2014
30. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Loureço do Sul	02.07.2014
31. Vara do Trabalho de Camaquã	02.07.2014
32. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari	07.07.2014
33. Vara do Trabalho de Triunfo	07.07.2014
34. Vara do Trabalho de Guaíba	10.07.2014
35. Vara do Trabalho de Frederico Westphalen	15.07.2014
36. Vara do Trabalho de Três Passos	15.07.2014
37. Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	16.07.2014
38. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi	16.07.2014
39. Vara do Trabalho de São Jerônimo	22.07.2014
40. 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	30.07.2014
41. Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha	05.08.2014
42. Vara do Trabalho de Vacaria	06.08.2014
43. 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga	12.08.2014
44. 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga	12.08.2014
45. 3ª Vara do Trabalho de Sapiranga	12.08.2014
46. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapiranga	12.08.2014
47. Central de Mandados de Sapiranga	12.08.2014
48. 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.08.2014
49. 1ª Vara do Trabalho de Erechim	19.08.2014
50. 2ª Vara do Trabalho de Erechim	19.08.2014
51. 3ª Vara do Trabalho de Erechim	20.08.2014
52. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Erechim	20.08.2014
53. Central de Mandados de Erechim	20.08.2014
54. Vara do Trabalho de Farroupilha	26.08.2014
55. 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.08.2014
56. 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.08.2014

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
57. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui	07.10.2014
58. Vara do Trabalho de São Borja	07.10.2014
59. Vara do Trabalho de Santiago	08.10.2014
60. Vara do Trabalho de Carazinho	14.10.2014
61. Vara do Trabalho de Soledade	15.10.2014
62. 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	21.10.2014
63. 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	21.10.2014
64. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Uruguaiana	21.10.2014
65. Central de Mandados de Uruguaiana	21.10.2014
66. Vara do Trabalho de Alegrete	22.10.2014
67. Vara do Trabalho de São Gabriel	10.11.2014
68. Vara do Trabalho de Rosário do Sul	11.11.2014
69. Vara do Trabalho de Santana do Livramento	11.11.2014
70. 1ª Vara do Trabalho de Bagé	12.11.2014
71. 2ª Vara do Trabalho de Bagé	12.11.2014
72. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Bagé	12.11.2014
73. Central de Mandados de Bagé	12.11.2014
74. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito	13.11.2014
75. Vara do Trabalho de Ijuí	18.11.2014
76. Vara do Trabalho de Santo Ângelo	18.11.2014
77. Vara do Trabalho de Cruz Alta	19.11.2014
78. 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	24.11.2014
79. 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.11.2014
80. 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	26.11.2014
81. 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	27.11.2014
82. 1ª Vara do Trabalho de Gramado	01.12.2014
83. 2ª Vara do Trabalho de Gramado	01.12.2014
84. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Gramado	01.12.2014
85. Central de Mandados de Gramado	01.12.2014
86. 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	02.12.2014
87. 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	02.12.2014
88. 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	02.12.2014
89. 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	02.12.2014
90. 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	02.12.2014

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
91. Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Novo Hamburgo	02.12.2014
92. Central de Mandados de Novo Hamburgo	02.12.2014

Em razão das correições ordinárias, foram abertos 83 Processos Administrativos Eletrônicos – PAs, expedidos 253 ofícios e publicados 83 editais. Também foram encaminhadas diversas correspondências eletrônicas para viabilizar o atendimento de demandas surgidas durante as correições, notadamente à Secretaria de Manutenção e Projetos – Sempro, à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – Setic, etc.

Até o dia 19 de dezembro de 2014, foram publicados 64 (sessenta e quatro) Relatórios de Inspeção Correcional, restando a ser publicadas as atas correspondentes às inspeções realizadas nos meses de novembro (Vara do Trabalho de São Gabriel, Vara do Trabalho de Rosário do Sul, Vara do Trabalho de Santana do Livramento, Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, Foro Trabalhista de Bagé, 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre) e de dezembro (Foro Trabalhista de Gramado e Foro Trabalhista de Novo Hamburgo).

Foram encerrados 76 processos administrativos correspondentes às correições ordinárias feitas em 2013 e 2014 relativos às inspeções correcionais ocorridas em 2012.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

No exercício de 2014, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, sob a supervisão da Vice-Corregedora, realizou duas reuniões, trabalhou com expedientes de eliminação de documentos de diversas unidades judiciárias e administrativas, entre outras atividades. As reuniões da Comissão contaram com a presença dos servidores que a compõem, de membros do Memorial do TRT4, bem como da Comissão Coordenadora e de servidores do Memorial, do Arquivo e da Setic.

As questões analisadas e as deliberações da Comissão estão registradas nas Atas nº 56 e 57, publicadas na intranet.

Foram acolhidos alguns pedidos de eliminação de documentos formulados por unidades deste Regional, assim como foram analisados expedientes referentes a pedidos de cedência de autos findos.

Também foram apostos selos em 11 (onze) processos identificados como relevantes para a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul. Ao todo, tramitaram na CPAD, em 2014, 37 processos administrativos, 11 deles abertos em 2014, e 17 encerrados.

Atualização legislativa

A Vice-Corregedoria, por delegação da Corregedoria Regional, analisou e publicou atos normativos de interesse da Justiça do Trabalho, disponibilizando a atualização legislativa mensalmente no site do TRT4 na internet.

Participações e representações

A Vice Corregedora Regional representou o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região na solenidade de Aposição do Retrato do Ministro Ayres Brito na Galeria dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, no dia 7 de maio.

Participou de Reunião Ordinária do Coleprecor e de reunião no Conselho Nacional de Justiça, de 22 a 26 de setembro de 2014, em Brasília/DF; do IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho da 4ª Região, de 1º a 3 de outubro de 2014, em Canela/RS; do VII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, de 22 a 25 de outubro de 2014 em (Pernambuco/PE), da Semana da Memória do TST e II Simpósio de Gestão Documental do Poder Judiciário Trabalhista, nos dias 4 e 5 de novembro de 2014 (Brasília/DF).

OUVIDORIA

A Ouvidoria, órgão independente da administração da Justiça (artigo 227-D do Regimento Interno do TRT4), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na Administração Pública.

1. ESPECIFICAÇÃO DA DEMANDA

A Ouvidoria recebeu 6.264 manifestações no decorrer do ano de 2014. A tabela que segue representa a demanda dividida em classes:

Frequência Relativa por Classes

Classe do Expediente	Composição Relativa (%)
Pedido de Informação	51,52
Outros	29,00
Reclamação	16,77
Elogio	0,84
Crítica	0,62
Pedido de Acesso a Informações	0,45
Sugestão	0,45
Convite	0,29
Denúncia	0,06

Na classe "Pedidos de Informação", a mais expressiva em termos de volume (51,52%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais (na ordem de 49,76%), os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo “Outros” (29%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Nessa classe, revelaram-se significativos os assuntos de competência de outras entidades (39,56%) e as tentativas de consultas jurídicas (25,41%). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato foram esclarecidos acerca da entidade responsável pelo atendimento de sua demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-la.

A classe “Reclamações” representou 16,77% do total dos expedientes. A demora no andamento dos processos representou o volume mais expressivo, constituindo 61,08% das

reclamações. Nesse cálculo, foram mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores. Assim, não foram consideradas como reclamações as manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de recursos naquele Tribunal. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças, as quais representaram 21,66% do total das reclamações. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 2,71% do volume total.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico disponível na página do Tribunal na internet (52,01% dos casos). O envio de mensagens eletrônicas representou 25,80% do total, e o terceiro modo utilizado pelos usuários foi a via telefônica (21,25%). Na composição do total da demanda, o comparecimento pessoal representou apenas 0,81% dos casos.

2. OUTRAS ATIVIDADES

Durante o exercício de 2014, a Ouvidora e o Vice-Ouvidor ministraram palestras sobre o funcionamento e importância da Ouvidoria aos acadêmicos de Direito que visitaram formalmente o Tribunal, bem como aos servidores que exercem funções de gestão (participando do X Encontro de Gestores, realizado em Bento Gonçalves/RS).

A Ouvidoria também foi representada na 4ª e 5ª reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho – Coleouv, em Brasília/DF, ocorridas nos dias 27 e 28 de março, e 6 e 7 de novembro, respectivamente.

Por ocasião da última reunião do Coleouv, a Ouvidora do TRT4, Desembargadora Denise Pacheco, foi reeleita para exercer o encargo de Secretária-Geral do Colégio.

A Ouvidora também foi autora do artigo “Os dez anos da Ouvidoria da Justiça do Trabalho gaúcha”, publicada no Jornal O Sul, bem como concedeu entrevista ao Jornal do Comércio acerca do funcionamento da Ouvidoria.

A Ouvidoria esteve presente no evento realizado pelo Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil, ocorrido no estádio Beira Rio em 12 de outubro, em partida de futebol do Campeonato Brasileiro.

Ainda em 2014, foi disponibilizado aos públicos interno e externo o novo vídeo institucional sobre a Ouvidoria.

Destaca-se, por fim, a formalização da criação de unidade de apoio administrativo, dotada de estrutura própria e permanente. Atualmente, a Ouvidoria conta com quatro servidores para auxiliar o Ouvidor em suas atribuições.

MEMORIAL

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS foi criado pela Resolução Administrativa nº 22/2003, e seu funcionamento é regulamentado pela Resolução Administrativa nº 05/2006, do TRT4.

É constituído por uma Comissão Coordenadora, um Coordenador e uma Equipe Técnica multidisciplinar. Tem como principais objetivos preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação da Justiça do Trabalho gaúcha, patrimônio de toda sociedade; a realização de pesquisas sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil em suas articulações com o mundo do trabalho, e o desenvolvimento de atividades voltadas à divulgação de seu acervo e suas pesquisas, como cursos de capacitação, eventos científicos, exposições, publicações, entre outras atividades.

Além de dar continuidade às políticas de preservação do acervo histórico da Justiça do Trabalho no RS, promovendo sua disponibilização a pesquisadores externos, participar de eventos e atividades internas e externas, o Memorial, no ano de 2014, teve como principal realização qualificar o acervo de processos arquivados e realizar eventos de capacitação a servidores e magistrados.

Estrutura e Funcionamento do Memorial

A Comissão Coordenadora do Memorial, no período 2013/2015, é integrada pela Juíza Anita Job Lübbe, pelo Desembargador João Paulo Lucena e pela Desembargadora aposentada Denise Barros (na condição de titulares), e pela Desembargadora aposentadora Maria Guilhermina Miranda, pelo Juiz Manuel Cid Jardón e pela Juíza Aposentada Antonia Maria Vieira Loguercio (na condição de suplentes).

No período de 07.01.2014 a 18.12.2014, o Memorial foi coordenado pelo servidor Walter Oliveira, integrante da Equipe Técnica do Memorial.

Atividades Internas de Organização

1. ACERVO

O acervo histórico do Judiciário Trabalhista é composto por documentos essenciais ao exercício da prestação jurisdicional, em especial para a constituição da prova e para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

O acervo do Memorial é constituído por processos trabalhistas, acórdãos, documentos administrativos, entrevistas, fotografias, vídeos, objetos, além de bibliografia e coleções privadas.

1.1 Processos

Ao longo do ano, o Memorial prosseguiu na higienização e no cadastramento dos processos trabalhistas de Montenegro/RS e Novo Hamburgo/RS, aprimorando o sistema com o

apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal. A higienização dos processos de Novo Hamburgo foi concluída.

1.2 Objetos tridimensionais e documentos administrativos

Em 2014, a estagiária de Museologia Maria Riken de Medeiros, estudante da UFRGS, contribuiu na ordenação do acervo tridimensional, de acordo com as metodologias próprias da museologia para o correto tratamento do material.

1.3 Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD do TRT4

A participação do Memorial na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT4 (CPAD) é consequência de seu envolvimento com a preservação e conservação do acervo Histórico da Justiça do Trabalho.

Além de participar das reuniões da Comissão, o Memorial emite pareceres sobre eliminação de documentos, bem como sobre a relevância histórica de processos que recebam, por iniciativa de magistrados ou servidores, o selo de “Acervo Histórico”, regulamentado pela Portaria nº 5.587/2007, da Presidência do TRT4.

Discutiu-se, entre outros assuntos, a apresentação de estudo sobre a Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos e a criação de um Grupo de Trabalho para adequar referida Tabela, tendo sido debatidas também questões sobre os processos arquivados no Arquivo Geral e no Depósito Centralizado de Porto Alegre.

2. CONVÊNIOS E PARCERIAS

As parcerias com instituições públicas e comunitárias voltadas à guarda e pesquisa em fontes documentais vêm sendo estimuladas pelo Memorial como meio de preservar os documentos do Judiciário Trabalhista e facilitar sua disponibilização à consulta pública. A iniciativa do TRT4 de estabelecer parcerias proporciona o aumento da visibilidade e do conhecimento sobre os documentos da Justiça do Trabalho, contribui para a realização de diversas pesquisas que desvelam capítulos inéditos ou pouco conhecidos da história da Instituição e, ainda, promove o conhecimento, a experimentação e o debate sobre novas práticas e técnicas de conservação, pesquisa e disponibilização desses documentos.

2.1 Dissídios Coletivos

Em 30 de março de 2012, o TRT4 assinou acordo de cooperação técnica com o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura/Cecult da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, que vem desenvolvendo, desde 2007, o projeto “Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)”. O convênio tem como principal objetivo a cooperação entre os partícipes, para inserção de informações em banco de dados criado pela Unicamp, de conteúdo prioritariamente histórico e científico, por meio de pesquisa em processos de dissídios coletivos da Justiça do Trabalho da 4ª Região. O convênio foi prorrogado por trinta e seis meses a contar de 1º de abril de 2014.

Inicialmente, foram identificados os dissídios coletivos que se encontram cadastrados no sistema PDep e que podem constituir fonte para o trabalho de digitalização e sua catalogação em um banco de dados nacional. Esses processos foram solicitados ao depósito centralizado para remessa ao Memorial e recebidos em fevereiro de 2014.

Ainda, com o auxílio do pesquisador Nauber Gavski da Silva, na época doutorando do curso de história da UFRGS, foram identificados os dissídios coletivos que se encontram microfilmados, do período compreendido entre 1941 e 1968, o que resultou na produção de catálogo e digitalização dos referidos documentos. Esse material comporá um DVD da série "Acervos do Memorial".

2.2 Fundação Universidade de Rio Grande – FURG

Em 2014, fez-se o levantamento dos processos por ano e por Unidade Judiciária o que resultou na apuração de 1.790 lotes, sendo 16.705 registros de processos da 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande ajuizados entre 1948 e 2004, bem como 14.479 da 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande, ajuizados entre 1989 e 2004, no total de 31.184 processos. A Seção de Triagem do TRT4 separou 630 lotes para encaminhamento à Fundação Universidade de Rio Grande – FURG. Esses processos foram recebidos pelo Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Rio Grande em 9 de maio de 2014.

2.3 Universidade de Passo Fundo

Nos dias 30 de setembro de 2014 e 1º de outubro de 2014, os servidores Walter Oliveira, então Coordenador do Memorial, e Elton Decker, integrante da Equipe Técnica do Memorial, reuniram-se com a Juíza Titular de Vara do Trabalho Cristiane Bueno Marinho, Diretora do Foro de Passo Fundo, e com a servidora Lizete Terezinha Klock, para tratar da remessa de lotes de processos para o Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (convênio de cooperação técnica em vigor com a Universidade de Passo Fundo), que se encontra com a sua capacidade de armazenamento esgotada. A Juíza Diretora do Foro manifestou o interesse de os processos permanecerem armazenados no Foro, para facilitar o atendimento às partes. Apresentou-se proposta de aluguel do 2º andar do prédio onde instalado o Foro Trabalhista.

3. PESQUISA

Entre os objetivos do Memorial consta o de promover pesquisas relativas aos seguintes temas: a) História da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul; b) Justiça, direitos, relações de trabalho e de emprego; c) Memória(s) e patrimônio da Justiça do Trabalho. A seguir, estão elencadas as atividades envolvendo as pesquisas promovidas Memorial em 2014.

3.1 Pesquisas externas promovidas pelo Memorial em 2014

O Memorial manteve seu acervo disponível para pesquisa no horário das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira, recebendo diversos pesquisadores de diversas instituições de ensino, dentre os quais elencam-se os seguintes:

PESQUISAS EXTERNAS REALIZADAS NO MEMORIAL			
Pesquisador	**Instituição**	**Programa**	**Tema**
Alisson Droppa	Unicamp	Doutorado em História	Justiça do Trabalho de 1945 a 1963
Profa. Silvia Generali	UFRGS	Administração	Assédio
Pablo Soares Valdez	UFRGS	Administração	Assédio
Juliano Trevizan	UFRGS	Administração	Assédio
Giselda Schneider	Uniritter	História	Gênero (Mulheres)
Tamires Xavier	PUCRS	História	-
Rodrigo Ledur	UFRGS	Administração	Assédio

Fonte: Livro de registro de pesquisadores do Memorial e caixa do correio eletrônico do Memorial

Merece destaque o estudo do pesquisador Alisson Droppa, da Unicamp/SP, que investiga o funcionamento do Poder Normativo da Justiça do Trabalho no período de 1958 a 1964.

3.2 Pesquisas Internas do Memorial em 2014

3.2.1 História e Memória da Justiça do Trabalho

A Equipe do Memorial elaborou o curso “História e Memória da Justiça do Trabalho”, ministrado pelo TRT4 por meio dos recursos da educação à distância, A Comissão Coordenadora do Memorial disponibilizou para a Segesp o curso para uso na qualificação de servidores.

3.2.2 Dicionário Histórico Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região:

Aprovado no contexto dos projetos que envolveram as comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil, o Dicionário Histórico Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região está sendo elaborado com dados biográficos de todos os Magistrados do Trabalho que integraram o Judiciário Trabalhista da 4ª Região, desde a sua criação oficial, em 1941, até os dias atuais. Devido ao elevado número de informações e às dificuldades no acesso às informações, optou-se em dividir a organização da publicação em dois momentos distintos: Juízes que fizeram parte da magistratura trabalhista de 1941 a 1976, e um segundo volume com os dados dos magistrados que atuaram a partir de 1977 até os dias atuais. Até o momento, foram executadas as seguintes atividades:

- Digitação dos Termos de Posses de Juízes Classistas – conforme lista fornecida pela Secretaria de Apoio aos Magistrados;
- Solicitação de materiais do Ministro Mozart Victor Russomano;
- Localização das pastas funcionais dos Juízes Togados;

- Contato com todas as Varas do Trabalho do interior do Rio Grande do Sul instaladas anteriormente a 1976;

  O projeto prosseguiu em 2014 com a coleta de dados e alimentação do banco de dados.

3.2.3 Diagnóstico do Acervo da Justiça do Trabalho no RS

O Memorial atualizou os dados relativos à quantidade, ao volume e às características do acervo de processos arquivados na Justiça do Trabalho do RS, bem como realizou estudos sobre diferentes estratégias de preservação e disponibilização de documentos.

3.2.4 Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais

Trata-se de pesquisa coordenada pela integrante do Conselho Consultivo do Memorial, Desembargadora Aposentada Magda Barros Biavaschi, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo – Fapesp, propondo-se a analisar o papel da Justiça do Trabalho brasileira nas décadas de 1980 e 1990 diante do fenômeno da Terceirização, com foco no setor de papel e celulose, no recorte temporal dado pelas Súmulas 256 e 331 do Tribunal Superior do Trabalho. A fonte primária prevalente foram os processos trabalhistas julgados naquele período; os que tramitaram na então Junta de Conciliação de Guaíba/RS, na 4ª Região, no Rio Grande do Sul, e nas da 15ª Região, em Campinas/SP, ajuizados contra a Riocell e a Klabin e os que tramitaram, no mesmo período, na JCJ de Telêmaco Borba, na 9ª Região, no Paraná/PR, ajuizados contra a empresa Klabin, igualmente tendo como objeto a terceirização. A pesquisa valeu-se ainda de entrevistas com atores importantes nos processos estudados ou no setor objeto de análise.

4. EXPOSIÇÕES, SEMINÁRIOS E EVENTOS

4.1 Exposição alusiva às trajetórias de advogados e suas respectivas entidades representativas Agetra & Satergs

No ano de 2014, foram gravadas entrevistas com advogados trabalhistas gaúchos e foi compilado material para a exposição alusiva às trajetórias de advogados e suas respectivas entidades representativas Agetra e Satergs. Coordenam esse projeto os integrantes da Comissão Coordenadora do Memorial, Juíza Anita Job Lübbe, as Desembargadoras Aposentadas Maria Guilhermina Miranda e Denise Maria de Barros e o Desembargador João Paulo Lucena. Já foram realizadas 20 entrevistas com previsão de realização de mais cinco entrevistas, incluindo advogados das cidades do interior do Rio Grande do Sul. A exposição do inaugurada no dia 6 de abril de 2015.

4.2 Recolhimento da exposição itinerante 70 anos da CLT – 10 anos do Memorial em Santa Maria.

4.3 Remodelação e reinstalação da Linha do Tempo da Justiça do Trabalho no corredor de acesso ao Plenário do TRT4.

4.4 Seminário "Pensamento, legado político e social do Estadista Brasileiro" – Getúlio Vargas o Estadista do Povo

O Memorial participou do seminário "Pensamento, legado político e social do Estadista Brasileiro" – Getúlio Vargas o Estadista do Povo, no painel "A organização do Estado na Era Vargas", com a palestra da Desembargadora Aposentada Magda Barros Biavaschi, no dia 25.08.2014, no Memorial do Legislativo, no Plenário Bento Gonçalves.

4.5 Evento "O golpe militar de 1964 e seu impacto na sociedade"

O Memorial e a Escola Judicial organizaram o painel "O golpe militar de 1964 e seu impacto na sociedade", com os depoimentos do advogado trabalhista Carlos Araújo e do magistrado aposentado do TRT4, Renan Kurtz, no dia 6 de novembro de 2014, no auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS. Coordenaram o evento os integrantes da Comissão Coordenadora do Memorial, Juíza Anita Job Lübbe, Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros, o Desembargador João Paulo Lucena e o Diretor da Escola Judicial, Desembargador José Felipe Ledur. Na oportunidade, foi feita breve exposição de documentos e vídeo relativos ao período do Golpe Militar, produzida pela equipe técnica do Memorial.

4.6 I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho e Reunião do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra

A Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros e o servidor Walter Oliveira participaram do I Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, ocorrido nos dias 26, 26 e 28 de março de 2014, em Barra de São Miguel/AL, tendo apresentado o trabalho "Nominação do acervo de processos trabalhistas da Justiça do Trabalho no programa Memória do Mundo" da Unesco e do Arquivo Nacional. No dia 26 de março de 2014, participaram da reunião do Fórum Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra, no prédio sede do TRT19, em Maceió/AL.

4.7 I Fórum da Memória do Judiciário do Norte-Nordeste

O Desembargador João Paulo Lucena e o servidor Walter Oliveira participaram do I Fórum da Memória do Judiciário do Norte/Nordeste, ocorrido nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2014, em Recife/PE.

4.8 VII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho

O VII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho ocorreu em Fortaleza/CE, de 22 a 25 de outubro de 2014. Representando o TRT4 participaram a Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, Supervisora da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, a Juíza Anita Job Lübbe, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, e o servidor Walter Oliveira, Coordenador da Equipe Técnica do Memorial. Foi realizada também reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra, no dia 22 de outubro de 2014. Na reunião, foi criada Comissão para avaliação do conteúdo das matérias que serão veiculadas no site do Memojutra, e para essa Comissão foi eleita a Juíza Anita Lübbe como um de seus integrantes. Também foi apresentada e eleita a chapa da nova diretoria do Memojutra para o biênio 2014/2016, tendo o servidor Walter Oliveira sido eleito para o Conselho Executivo, como um dos Diretores Regionais. A Juíza Anita Lübbe apresentou o trabalho referente ao guia do

acervo sugerindo a utilização do sistema PDep como o meio mais adequado e econômico para o armazenamento das informações documentais.

4.9 Entrega do Certificado de inscrição no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco, dos oito fundos documentais selecionados em 2013, em 27 de março de 2014, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro/RJ.

Para o recebimento do certificado de nominação no Registro Nacional do Brasil, o TRT4 foi representado pela Presidente do TRT4, Desembargadora Cleusa Regina Halfen, que foi acompanhada da Juíza Anita Job Lübbe, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial.

4.10 Participação da Semana da Memória do TST e no III Simpósio de Gestão Documental do Poder Judiciário Trabalhista, nos dias 4 e 5 de novembro de 2014, em Brasília/DF

O TRT4 foi representado pela Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros, integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, e pela Desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez, Vice-Corregedora Regional do TRT4 e Supervisora da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

4.11 VI Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, de 12 a 14 de novembro de 2014, em Porto Alegre/RS.

Representando o TRT4, participaram do evento a Desembargadora Aposentada Denise Maria de Barros e a servidora do Memorial Kátia Teixeira Kneipp, oportunidade em que foram apresentadas as inúmeras iniciativas de atuação do Ministério Público dos Estados para preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária, no exercício de 2014, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do TRT4, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução, das onze Turmas Julgadoras e da Secretaria Processual, bem como das seguintes Unidades Judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Agravos e Certidões, Coordenadoria de Precatórios, Coordenadoria de Recursos e Assessoria de Recurso de Revista.

Manteve a prática regular de reunir-se mensalmente com as unidades judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos e a disseminação de informações procedimentais e de boas práticas. Buscando dar maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária fez o contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores dedicado a essa atividade, principalmente no tocante às atividades de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT. Exerceu, também, a coordenação das atividades do Serviço de Apoio aos Gabinetes – Saga, instituído pela Portaria nº 3.486/2009, e efetuou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT e do Sistema Hermes (Malote Digital).

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho. Em colaboração com a Secretaria de Gestão de Pessoas, participou do Programa de Ambientação de novos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região – Integrar-te.

No cumprimento das determinações emanadas pelo Gestor Regional das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, prestou auxílio no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em fevereiro de 2010 (Meta 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal; Meta 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos – em 1º Grau, 2º Grau e tribunais superiores – até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007; e Meta 4: Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento).

No tocante às metas definidas para 2011 durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido no Rio de Janeiro em 07.12.2010, a Secretaria-Geral Judiciária prestou auxílio ao cumprimento da Meta 3 (Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal), bem como continuou trabalhando para cumprir as metas relativas aos anos anteriores (Metas 2/2010, relativamente aos processos distribuídos até 31.12.2007, e 4/2010, quanto à publicação dos acórdãos em até 10 dias do julgamento).

Quantos às metas definidas para 2012, durante o V Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido nos dias 17 e 18 de novembro de 2011, em Porto Alegre/RS, a Secretaria-Geral Judiciária forneceu os dados pertinentes à Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012).

As Metas para o Judiciário em 2013 foram definidas em Aracaju/SE, nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, durante o VI Encontro Nacional do Judiciário, tendo a Secretaria-Geral Judiciária fornecido os dados pertinentes ao julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento dos que os distribuídos no ano – Meta 1.

Em relação às metas estabelecidas para o ano de 2014 durante o VII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em Belém/PA nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, a Secretaria-Geral Judiciária prestou informações e dados relativamente à Meta 2 (Identificar e julgar, até 31.12.2014, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, nos 1º e 2º graus), Meta 5 (Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: [...] em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho) e Meta 6 (Identificar e julgar, até 31.12.2014, as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no 1º grau e no TST, e até 31.12.2012, no 2º grau).

Em todos os períodos indicados, a Secretaria-Geral Judiciária contribuiu com subsídios para a elaboração de relatório circunstanciado, conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CNJ nº 95/2009.

O Secretário-Geral Judiciário e os demais integrantes da Segjud integraram a Comissão Permanentes de Avaliação de Documentos, a Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como o Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 2.775/2011), tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda, integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que sofreram aperfeiçoamento ao longo do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico “e-Gestão”.

Também integraram o Comitê Gestor Regional do PJe-JT (Portarias nº 5.370/2012 e 3.617/2013), a Comissão de Informática do Tribunal, bem como o Comitê Gestor do Programa de Gestão por Competências (Portaria nº 3.764/2012) e Grupo de Trabalho sobre Critérios de Designação e Distribuição de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão (Portaria nº 6.265/2013).

Atuaram, também, nos grupos de trabalho envolvendo a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, na condição de administradores, realizando o cadastramento e a manutenção dos Órgãos Julgadores e Órgãos Julgadores Colegiados, registros de competências de magistrados e validação de cadastros de advogados, entre outras atividades correlatas. Ainda, a Secretaria-Geral Judiciária trabalhou na elaboração e revisão dos regulamentos envolvendo o trâmite do Sistema PJe-JT no 2º Grau, no treinamento do público interno e externo, e prestou esclarecimentos aos usuários sobre o andamento processual nessa plataforma, inclusive no tocante às rotinas para processamento dos recursos de revista e agravos de instrumento em recurso de revista para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho.

A seguir, a movimentação de processos na Secretaria-Geral Judiciária:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL	
Saldo em 2013	0
Processos Recebidos	1.419
Processos Despachados	1.359
Analisados e devolvidos sem despacho	60
Saldo para 2015	0

NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA	
Presidente	39
Vice-Presidente	278
Corregedora Regional	3
Vice-Corregedora Regional	0

Secretário-Geral Judiciário	1.039
Total	1.359

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EXCLUSIVA DA SEGJUD	
Saldo em 2013	0
Processos recebidos para despacho do Secretário-Geral Judiciário	1.099
Processos despachados pelo Secretário-Geral Judiciário	1.039
Processos analisados e devolvidos sem despacho	60
Saldo para 2015	0

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Em 2014, a Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos desenvolveu as seguintes atividades:

- Cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pela Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, nas fases de instrução e execução dos processos de dissídios coletivos e demais despachos exarados pelos Desembargadores integrantes da Seção, registrando no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos, quanto aos processos em meio físico, bem como fez os devidos encaminhamentos em relação aos processos que tramitam no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Organizou as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas e publicou os acórdãos julgados pelos respectivos órgãos;
- Realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, por meio da expedição de notificações, da publicação de despachos, da juntada de petições e documentos, da organização da pauta e da prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;
- Compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;
- Encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (artigo 17, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal);
- Validou os dados estatísticos mensais do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, constantes no sistema e-Gestão;

- Prestou atendimento às partes e aos procuradores.

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2014, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;
- Expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso.

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Em 2014, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativos à tramitação dos processos distribuídos aos Desembargadores que integram a Seção;
- Publicou as decisões, os despachos e as pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Validou os dados estatísticos mensais constantes no sistema e-Gestão;
- Prestou atendimento aos públicos interno e externo;
- Expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- Expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Presidente da Seção, elaborando as propostas de despachos na fase de execução;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução;
- Cumpriu plantão ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso.

SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Em 2014, a Secretaria da Seção Especializada em Execução desempenhou as seguintes atividades:

- Recebeu e encaminhou processos aos desembargadores, aos juízes convocados e demais Serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos respectivos movimentos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Deu cumprimento aos despachos exarados pelos Relatores, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Conferiu os processos para inclusão em pauta;

- Organizou as pautas das sessões de julgamento aprovadas pelo Presidente da Seção, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- Lançou os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, inclusive para fins de geração dos dados estatísticos no sistema e-Gestão, e elaborou as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registrou no sistema informatizado os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaborou as certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediu notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiu e juntou aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as respectivas certidões de publicações;
- Ordenou e elaborou listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registrou no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos magistrados que compõem o Órgão Julgador;
- Recebeu petições e ofícios e os encaminhou aos Desembargadores, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Providenciou a publicação das Orientações Jurisprudenciais editadas pelo Órgão Julgador no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Prestou atendimento aos procuradores e às partes e entregou autos em carga, bem como solicitou sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal.

SECRETARIAS DAS TURMAS JULGADORAS

Em 2014, as Secretarias das Turmas desempenharam as seguintes atividades:

- Receberam e encaminharam processos aos Desembargadores, aos Juízes Convocados e aos serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Cumpriram despachos exarados pelos Desembargadores das Turmas Julgadoras, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- Conferiram os processos para inclusão em pauta;
- Organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Presidentes de Turma, verificando impedimentos e afastamentos de Magistrados;
- Lançaram os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no PJe-JT e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;

- Registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaboraram as certidões de julgamento;
- Registraram as decisões em ata;
- Providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;
- Ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos Desembargadores que compõem as Turmas;
- Receberam petições e ofícios e os encaminharam aos Desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- Prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;
- Realizaram os lançamentos no sistema informatizado NovaJus4 e no Sistema PJe-JT para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2014:

- Assessoramento à Vice-Presidente – por delegação – e à Presidente, à Corregedora e à Vice-Corregedora Regional, nos impedimentos, quanto à análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista e de petições correlacionadas;
- Distribuição semanal de processos aos assistentes, com acréscimo de 15% para os que laboram em sistema de teletrabalho;
- Elaboração de propostas de despachos relativos à admissibilidade prévia dos recursos de revista e petições diversas tanto no meio físico como no meio eletrônico (Sistema PJe-JT);
- Elaboração de planilhas de produtividade e apresentação de dados estatísticos baseados nos sistemas e-Gestão e e-Recurso, com projeções para o cumprimento de metas para contenção do resíduo processual;
- Inserção, no sistema informatizado (Nova-Jus4 e e-Recurso), de informações relativas ao andamento de processos conclusos para propostas de despachos e posteriormente encaminhados para publicação, bem como de diligências;
- Realização de pesquisas junto a outros Tribunais Regionais e Superiores a fim de atualizar posicionamentos, sempre visando à uniformização da jurisprudência;

- Participação de reuniões e encontros em âmbito regional e nacional para atualização de jurisprudência e de conhecimento de inovações tecnológicas que envolvem a elaboração de seu mister.

ESTATÍSTICO DE PRODUTIVIDADE DA ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

ANO DE 2014

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA			
Recursos interpostos			32.157
Processos conclusos para despacho			32.963
Propostas de despachos	Recebidos	11.276	31.827
	Denegados	20.405	
	Baixados	146	
Despachos pendentes no ano/suspensos e sobrestados			2.362

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS	
Despachados	776

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA NO PJe-JT			
Recursos interpostos no ano			2.321
Processos conclusos para despacho			2.106
Propostas de despacho	Recebidos	497	1.579
	Denegados	1.021	
	Baixados	61	
Despachos pendentes PJe-JT			893

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS NO PJe-JT	
Despachados	25

Obs.: Informações obtidas a partir do levantamento de dados fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4, e-Rec e PJe-JT.

SECRETARIA PROCESSUAL

A Secretaria Processual divide-se em Coordenadorias e Seções, sendo que seu núcleo atua na condução dos serviços de suporte às atividades judiciárias do TRT4, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

Entre as atividades desenvolvidas no ano de 2014, submeteu processos e petições à apreciação da Presidente, por intermédio da Secretaria-Geral Judiciária. Foi responsável pelo processamento e pelo envio da matéria judiciária de processos físicos do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como pelo envio das intimações eletrônicas ao INSS.

Encaminhou os processos oriundos da plataforma PJe-JT ao Tribunal Superior do Trabalho, via sistema e-Remessa, e as diligências decorrentes dessas remessas.

Encaminhou, ainda, processos físicos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de conflitos de competência suscitados pelas Turmas Julgadoras do Tribunal e pelas Varas do Trabalho. Fez remessa de conflitos de competência, via sistema Malote Digital, suscitados em processos em tramitação na Justiça do Trabalho gaúcha na plataforma PJe-JT.

Ainda em 2014, manteve a tarefa de cadastrar advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciárias.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST-CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições provindas do 1º e do 2º graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

Foi destinatária de documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º grau, encaminhados de forma digital à caixa de correio eletrônico da Secretaria.

Diante das atribuições concedidas no Ofício Circular Secor nº 0302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos eletrônicos em tramitação naquela Corte.

Em apoio às atividades da Seção de Triagem de Processos Arquivados, vinculada à Coordenadoria de Cadastramento Processual, promoveu junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – Setic um estudo para otimizar o tempo de cadastramento de processos arquivados recebidos das Varas do Trabalho e da Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais, o que se concretizou com a criação de módulos de remessa de lotes criados no sistema InFOR acessíveis ao Depósito Centralizado, que futuramente beneficiará também a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

Participou de reuniões junto à área de Tecnologia da Informação para os ajustes necessários no sistema de cálculo dentro do sistema InFOR (1º grau de jurisdição) deste Tribunal, em decorrência da OJ nº 49 da Seção Especializada em Execução, cuja competência de alimentação de dados está a cargo da Seção de Cálculos Trabalhistas.

Passou a integrar sua estrutura a Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais, vinculada à Coordenadoria de Cadastramento Processual, conforme Portaria nº 3.556/2014.

O movimento processual está expresso nos quadros elaborados pelas Coordenadorias e Seções que compõem a Secretaria.

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é a unidade receptora de percentual extremamente significativo do movimento global de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT4.

A Coordenadoria de Cadastramento Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo, Seção de Apoio Processual, Seção de Classificação e Autuação, Seção de Distribuição, Seção de Triagem de Processos Arquivados e Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais.

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas em 2014. Os dados foram retirados do sistema NovaJus4.

Seção de Distribuição

A Seção de Distribuição, no ano de 2014:

- Procedeu à distribuição diária de processos físicos, por meio do sistema informatizado do segundo grau (NovaJus4), aos Desembargadores e Juízes Titulares de Vara do Trabalho convocados para atuar no Tribunal;
- Redistribuiu processos em cumprimento a despachos exarados pela Presidência do Tribunal;
- Recebeu e conferiu o retorno de processos da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
- Elaborou relatórios estatísticos semanais e mensais relativos à distribuição de processos físicos.

Seção de Protocolo

A Seção de Protocolo, em 2014:

- Prestou informações sobre andamentos de processos;
- Recebeu, protocolou e encaminhou petições e expedientes, efetuando lançamentos no NovaJus4, quando pertinente, bem como o fez em relação aos requerimentos administrativos;
- 68% dos documentos protocolizados foram recebidos pelo sistema de peticionamento eletrônico.

MATÉRIA JUDICIÁRIA

RECURSOS PROTOCOLADOS	2012	2013	2014
Recurso Ordinário ao TST	349	283	78
Recurso de Revista	28.399	32.404	31.393
Agravo de Instrumento ao TST	16.475	19.112	16.527
Recurso Adesivo ao RO e ao RR	RO 11	RO 26	RO 9
	RR 811	RR 1.038	RR 765
Embargos de Declaração	13.112	14.525	13.798
Recurso Extraordinário	21	09	10
TOTAL	59.178	67.397	62.580

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2012	2013	2014
Contrarrazões ao AI	10.048	11.322	10.319
Contrarrazões ao RO	194	188	88

Contrarrazões ao RR	9.009	11.209	11.173
Contrarrazões ao RA	74	144	111
Outras	31.319	29.937	27.485
TOTAL	50.644	52.800	49.176

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2012	2013	2014
	2.728	2.098	1.267

Seção de Apoio Processual

Em 2014, a Seção de Apoio Processual:

- Recebeu os processos físicos das unidades publicadoras do 2º grau de Jurisdição, para fins de controle dos prazos;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal, fornecendo autos em carga ou disponibilizando-os para vista;
- Após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas Julgadoras, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho.

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS		2012	2013	2014
Acórdãos publicados	Turmas	56.437	57.753	55.046
	SEEx	6.739	9.074	7.671
	Órgão Especial, 1ª SDI, 2ª SDI e SDC	979	414	220
Despachos	Recursos de revista	26.323	27.641	25.876
	Recursos ordinários	331	297	117
	Recursos adesivos	748	1.065	735
Outros despachos do Presidente		977	996	880
TOTAL		92.534	97.240	90.545

ATENDIMENTO DE PARTES E ADVOGADOS	2012	2013	2014
Atendimentos	12.618	12.755	12.952
Cargas	5.288	5.649	4.842
Cópias	14.595	16.744	14.257

Seção de Classificação e Autuação

Em 2014, a Seção de Classificação e Autuação:

- Recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado do 2º grau processos físicos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e do interior do estado;
- Autuou, classificou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal que tramitam em autos físicos;
- Separou e encaminhou processos físicos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
- Efetuou retificações de autuação em processos físicos;
- Recebeu os processos baixados do TST, lançou no sistema informatizado este retorno e efetuou a remessa aos locais de destino (unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho);
- Cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor.

PROCESSOS AUTUADOS	2012	2013	2014
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais (AA)	13	00	00
Ação Rescisória (AR)	263	01	00
Agravo (AG)	68	155	247
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	142	153	130
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	14.108	14.143	18.760
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	459	513	460
Agravo de Petição (AP)	9.274	8.701	7.468
Agravo de Petição/Reexame Necessário (AP/REENEC)	01	00	00
Agravo Regimental (AGR)	324	88	88
Arresto (ARREST)	01	00	00
Atentado (ATENT)	00	00	00
Busca e Apreensão (BUSAPR)	00	00	00
Carta de Ordem (CARTORD)	00	01	00
Carta Precatória (CARTPREC)	04	08	05
Carta Rogatória (ROGATO)	10	15	06
Caução (CAUÇÃO)	00	00	00
Cautelar Inominada (CAUINOM)	105	132	61
Conflito de Competência (CC)	03	08	03
Consulta (CONS)	24	21	27
Contraprotesto Judicial (CPROT)	00	00	00
Correição Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)	52	56	52
Dissídio Coletivo (DC)	216	00	00
Dissídio Coletivo de Greve (DCG)	07	00	00

PROCESSOS AUTUADOS	2012	2013	2014
Exceção de Impedimento (EXCIMP)	01	00	00
Exceção de Incompetência (EXCINC)	00	00	00
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	10	09	33
Exibição (Exibic)	00	00	00
Habeas Corpus (HC)	01	00	00
Habeas Data (HD)	01	00	00
Impugnação ao Valor da Causa (IVC)	01	00	00
Incidente de Falsidade (INCFAL)	00	00	00
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)	05	01	00
Interpelação (INTER)	00	00	00
Justificação (JUSTIF)	00	00	00
Mandado de Segurança (MS)	543	00	00
Notificação (NOTIF)	00	00	00
Oposição (OPOSIC)	07	01	01
Pedido de Providências (PP) *	00	00	00
Pedido de Revisão do Valor da Causa (PRVC)	00	00	00
Petição (PET)	624	651	637
Precatório (PRECAT)	1.428	1.954	1.654
Processo Administrativo (PA)	20	12	11
Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado (PADMAG)	00	02	00
Produção Antecipada de Provas (PAP)	00	00	00
Protesto (PROTES)	335	00	00
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	14	10	06
Recurso Administrativo (RECADM)	20	29	69
Recurso de Multa (RM)	00	00	00
Recurso Ordinário (RO)*	43.427	47.329	34.920
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	304	495	159
Reexame Necessário (REENEC)	24	27	21
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	249	321	362
Restauração de Autos (RESAUT)	00	00	01
Sequestro (SEQUES)	00	00	00
Sindicância (SIND)	01	01	00
Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT)	01	01	00
TOTAL	72.090	74.838	65.181

CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES	2012	2013	2014
	122	78	73

RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES	2012	2013	2014
	1.734	2.358	2.214

RETORNO DO TST E DO STF	2012	2013	2014
	19.265	17.903	18.876*

** Dos quais, 313 retornaram para novo julgamento no TRT4.*

Seção de Triagem de Processos Arquivados

Em 2014, a Seção de Triagem de Processos Arquivados:

- Recebeu, conferiu, cadastrou e armazenou processos enviados pelas diversas Varas do Trabalho do interior do estado e pelo Arquivo de Porto Alegre/RS;
- Prestou atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do interior do estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos;
- Recebeu os processos devolvidos pelas unidades citadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos.

Processos Cadastrados	2012	2013	2014
	66.806	82.927	347.352

MOVIMENTAÇÃO	2012	2013	2014
Pedidos de Vista	9.407	13.829	13.134
Pedidos de Desarquivamento	3.028	4.310	17.841
Retorno de Vista e Desarquivamento	5.057	10.127	12.341

MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADES DE PROCESSOS
Processos Armazenados	2.202.519
Processos em Trânsito para Vista	22.053
Processos Desarquivados	35.572
TOTAL	2.260.144

COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, operacionaliza o processamento dos recursos de revista, possuindo duas seções: Seção de Controle e Movimentação e Seção de Publicação.

A Seção de Controle e Movimentação efetua a juntada aos autos das petições de recursos de revista, das contrarrazões e de petições diversas, procedendo ao lançamento de custas, com o consequente encaminhamento dos autos a outras Unidades e/ou Seções deste Regional.

Operacionaliza, também, o Projeto Conciliação no 2º Grau, intimando as partes para manifestarem interesse no acordo, juntando as manifestações e remetendo e recebendo os processos do Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios.

Relativamente aos processos eletrônicos no Sistema PJe-JT, a Seção de Controle e Movimentação é também responsável pela verificação do protocolo das petições e por gerar o arquivo que será encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho, bem como pela inserção dos documentos produzidos naquela corte na plataforma do processo eletrônico, monitorando diligências e procedendo à baixa do processo à origem.

A Seção de Publicação é responsável pela intimação das partes dos despachos exarados pela Vice-Presidente do Tribunal nos recursos de revista e, ainda, pela cobrança de custas em alguns processos originários deste Regional.

Relativamente aos processos eletrônicos do Sistema PJe-JT, a Seção de Publicação é também responsável pelo controle de prazo e pelas retificações de autuação e demais diligências determinadas.

A seguir, são apresentados os dados que refletem a movimentação de petições e processos do legado na Unidade:

PETIÇÕES RECEBIDAS NA COORDENADORIA DE RECURSOS	
1. Recursos de Revista (recurso revista + recurso adesivo ao recurso de revista)	32.152
2. Recursos Ordinários	12
3. Recursos Extraordinários	9
4. Contrarrazões (recurso de revista e recurso adesivo – enviadas à Coordenadoria de Cadastramento Processual)	5.475
5. PET3 (petições diversas)	7.267
TOTAIS	44.915

PUBLICAÇÕES	
1. Despachos de Recurso de revista	26.459
2. Projeto Conciliação (ECON)	6.436
3. DESP – Outros despachos	880
TOTAIS	33.775

PROCESSOS REMETIDOS	
À Assessoria de Recurso de Revista	28.969
À Seção de Digitalização	4.465
Às Varas do Trabalho	180
Ao Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios	1.555
Às Turmas	2743
Ao Serviço de Acórdãos, Traslados e Certidões	382
À Seção de Apoio Processual	27.056
Totais	65.350

Relativamente aos processos eletrônicos do Sistema PJe-JT, foram interpostos 2.321 recursos de revista, sendo 2.106 processos encaminhados à conclusão e 1.518 recursos despachados foram encaminhados para intimação e cumprimento de retificações e diligências determinadas, com remessas à origem e ao Tribunal Superior do Trabalho.

COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES

As atividades atinentes à Coordenadoria de Agravos e Certidões sofreram alterações no decorrer do ano de 2014, com a absorção da tarefa de minutar os despachos de agravos de instrumento nos sistemas e-Revista e PJe-JT.

Verificou-se redução no número de agravos de instrumento interpostos, de 12%, em média, com relação ao ano de 2013, praticamente igualando-se à quantidade de agravos interpostos em 2012.

A seguir, estão especificadas as atividades que couberam à Coordenadoria de Agravos e Certidões, seguidas daquelas pertinentes às unidades subordinadas – Seção de Agravos de Instrumento e Seção de Certidões e Conferências.

Em 2014, a Coordenadoria de Agravos e Certidões desempenhou as seguintes atividades:

- Orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento, assim como aquelas relacionadas ao atendimento ao público;
- Receber e organizar os processos físicos com interposição de agravo de instrumento;
- Receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento interpostos em processos físicos;
- Revisar os processos físicos e eletrônicos, para conclusão, certificando quando necessário;
- Minutar despachos (processos físicos e eletrônicos);
- Expedir certidões narratórias.

Seção de Agravos de Instrumento

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- Publicar de imediato os despachos exarados nos processos eletrônicos;

- Imprimir e juntar aos autos os despachos relativos aos processos físicos;
- Publicar de imediato as decisões proferidas em processos físicos que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhar os demais à Seção de Classificação e Autuação, para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1.418/2010, do TST);
- Receber e publicar os processos físicos autuados como agravo de instrumento, advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- Atualizar o cadastro de Procuradores;
- Publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- Expedir intimações;
- Expedir Editais, Cartas de Ordens e Cartas Precatórias;
- Revisar e organizar os autos dos processos físicos com decisões já publicadas, para futura disponibilização aos interessados;
- Receber, organizar, analisar e juntar petições nos autos dos processos físicos com decisões já publicadas.

Seção de Certidões e Conferências

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- Registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- Fornecer certidões negativas/positivas e outras como, por exemplo, de valores devidos em precatório e atuação de advogados;
- Fornecer cópias autenticadas de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos do sistema NovaJus4, assim como aqueles digitalizados e armazenados fora do sistema, em mídia CD;
- Conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT4;
- Disponibilizar os processos físicos publicados pela Seção de Agravos de Instrumento, dando carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;
- Calcular os emolumentos a cobrar no fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- Armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- Juntar petições nos processos físicos;
- Revisar os processos físicos com prazo vencido e remeter à Seção de Digitalização, com certidão a respeito dos recursos interpostos;
- Revisar os processos eletrônicos com prazo vencido e remeter ao TST, com certidão a respeito dos recursos interpostos.

Seguem, por fim, os quadros com os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

ATENDIMENTO

	2013	2014
Valor dos emolumentos recolhidos	R$ 9.062,90	R$ 6.930,55
Autenticações	2.929	2.731
Certidões expedidas	1.220	1.432
Cópias	41	1.175
Cópias autenticadas	299	152
Cargas e empréstimos	8.535	7.313

AGRAVOS DE INSTRUMENTO

	2013	2014
Recebidos (este dado foi obtido no e-Gestão)	19.122 agravos (físicos e eletrônicos)	16788 agravos (físicos e eletrônicos)
Despachados ***	-	15.219 (físicos)
Remetidos à origem (acordos, desistências, diligências etc) ***	21 processos (físicos)	121 processos (físicos)
Remetidos à Seção de Digitalização	15.779 processos (físicos)	15.774 (físicos)
Remetidos ao TST ***	-	Eletrônicos (dado inexistente)

*** *Segundo orientação da Setic, não há como obter dados estatísticos no PJe-JT.*

OUTROS

	2013	2014
Conclusões ***	17.184 processos (físicos)	15.752 processos (físicos)
Publicações de despacho e Intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem, carta precatória) ***	19.664 processos (físicos)	19.187 (físicos)
Apensados (AIRO, CAUINOM, PET e AGR)	37 processos (físicos)	93 processos

*** *Segundo orientação da Setic, não há como obter dados estatísticos no PJe-JT.*

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

A Coordenadoria de Precatórios desenvolveu as seguintes atividades durante o exercício de 2014:

- Análise dos processos recebidos e verificação se as contas homologadas conferem com as decisões exaradas nos processos;
- Inserção de valores nas planilhas de cálculo do sistema de precatórios, com individualização de todos credores e seus respectivos CPFs;
- Correção de valores, conforme diretrizes de cálculos do Provimento TRT4 nº 04/2008. Cabe ressaltar, acerca das correções nos valores históricos, ainda um grande número de precatórios de responsabilidade do Grupo Hospitalar Conceição – GHC formalizados para requisição de inclusão no orçamento de 2015 e nos quais ainda não foram observadas as diretrizes de cálculos de execução contra a Fazenda Pública;
- Expedição de ofícios às Varas do Trabalho, informando retificação de valores;
- Expedição de ofícios requisitórios às entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento dos precatórios;
- Atualização de valores e expedição de guias para pagamento;
- Atualização de valores para fornecer certidão;
- Informações sobre petições e ofícios apresentados pelas partes;
- Cumprimento dos despachos proferidos pela Presidente do Tribunal e pelo Juiz Auxiliar da Presidência;
- Fornecimento de informações sobre precatórios, requisições de pequeno valor e requisições de pagamento de honorários periciais, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, aos procuradores, aos juízos de 1º grau, ao Juízo Auxiliar de Conciliação e a outros órgãos;
- Repasse de recursos financeiros às unidades judiciárias dos valores devidos em precatórios e Requisição de Pequeno Valor da esfera federal;
- Pedidos financeiros e suplementações junto ao CSJT e administração das verbas para pagamento de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor – RPVs da esfera federal;
- Emissão de relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, em atendimento de solicitação das entidades devedoras;
- Acrescentar, na planilha que contém todas as Requisições de Pagamento Honorários Periciais – RPHP pagas, informação acerca da data do arbitramento dos valores dos honorários periciais visando a contribuir com a apuração de diferença a ser paga a cada um dos peritos.

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Precatórios recebidos	1.656
RPVs recebidas	362
Precatórios formalizados	1.333
RPVs formalizadas	339
Precatórios irregulares	50

RPVs iregulares	10
Precatórios requisitados para 2015	1.580
Ofícios expedidos	723
Precatórios devolvidos à origem por pagamento	1.927
Petições/ofícios protocolizados e juntados nos autos	2.407
Informações e conclusões à Presidência do TRT	8
Cargas concedidas	949
Requisições de Pequeno Valor pagas	324
Valor total pago dos PREs esfera federal	R$ 55.660.197,41
Valor total pago para RPVs federais	R$ 18.089.166,99

QUADRO COMPARATIVO DOS DADOS DE 2013 E 2014

ATIVIDADES	ANO 2013	ANO 2014	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Precatórios recebidos	2.015	1.656	(-) 17,8164
Precatórios formalizados	1.929	1.333	(-) 30,8968
RPVs recebidas	335	362	(+) 8,0597
RPVs formalizadas	311	339	(+) 9,0597
PRE irregulares/cancelados	51	50	(-) 1,9608
PRE requisitados	1.821	1.580	(-) 13,2345
PRE devolvidos à origem por pagamento	1.300	1.927	(+) 48,2308
Informações e conclusões à Presidência do TRT4	40	8	(-) 80,0000
Petições e ofícios juntados nos processos	2.855	2.407	(-) 15,6918
Ofícios expedidos	1.270	723	(-) 43,0709

Análise Comparativa dos Dados

Comparando-se os resultados relativos ao ano de 2014 com os do ano de 2013, verifica-se que houve um acréscimo nos números de Requisições de Pequeno Valor recebidas; Requisições de Pequeno Valor formalizadas; Precatórios devolvidos à origem por pagamento.

Cabe mencionar que, em meados de abril, ocorreu a mudança da Unidade para o 6º andar do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre, junto ao Juízo Auxiliar de Conciliação, com o objetivo de concentrar todos os processos de precatórios em um único lugar, e a unificação das tarefas desenvolvidas pelos dois setores. Contudo, até o momento, ainda não foi implementado o mapeamento de todas atividades desenvolvidas.

Seção de Perícias

A Seção de Perícias encerrou o ano de 2014 com 179 processos aguardando pela concretização dos correspondentes exames periciais. Em 2014, foram recebidos 1.095 processos e devolvidos às Varas do Trabalho da Capital e do interior do estado ou ao Tribunal 1.104 processos, acompanhados do respectivo laudo ou parecer técnico, alcançando um total de 25.796 análises de cunho técnico-científico – 11.074 exames grafoscópicos (de escritas), 14.717 exames documentoscópicos (de documentos) e 5 exames datiloscópicos (de impressões digitais).

Seção de Expedição

Correspondências Expedidas pelo TRT e pelas 30 Varas do Trabalho Porto Alegre/RS (Simples e Remessa Local)	154.326
Correspondência Registrada Expedida ao/pelo e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	21.066
Malotes Enviados para o interior do estado	14.409
Malotes Enviados para o STJ	20
Malotes Enviados para o TRT da 2ª Região	40
Malotes Enviados para o TST	95
Processos Expedidos interior	22.973
Processos Expedidos às 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS	13.367
Processos Expedidos ao/pelo interior do estado e às/pelas 30 Varas do Trabalho de Porto Alegre/RS (REM2)	21.588
Processos Expedidos à Procuradoria	557

Seção de Digitalização

Em 2014, a Seção de Digitalização executou as seguintes atividades:

- Recebimento de autos;
- Triagem, certidão;
- Digitalização dos autos;
- Conferência dos arquivos digitais;
- Remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- Remessa dos arquivos eletrônicos ao TST (via Gabinete Virtual/e-remessa).
- Envio/devolução de autos físicos à Origem.

DADOS EXTRAÍDOS DO SISTEMA NOVA JUS4: PERÍODO DE 07.01.2014 A 19.12.2014

REM2 – à Seção de Digitalização – 24.979 autos
RETS – remessa eletrônica ao TST – 26.105 autos

No ano 2014, foram digitalizadas 18.824.546 páginas (frente e verso dos originais) aproximadamente.

Importante referir que o serviço de digitalização dos autos é terceirizado. Conforme contrato TRT nº 61/2011 com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis. O serviço é prestado por uma intérprete e 18 digitalizadores (Aditivo nº 61/2011-03).

A Seção de Digitalização conta, também, com 6 (seis) servidores e dois estagiários de Direito.

Seção de Cálculos Trabalhistas

Em 2014, competiu à Seção de Cálculos Trabalhistas:

- Elaboração dos cálculos para publicação de 67 sentenças líquidas;
- Realização de cálculos e/ou análise e conferência de cálculos de 54 processos provindos de Gabinetes de Desembargadores;
- Análise/retificação e lançamento no sistema de 627 Precatórios;
- Manipulação mensal de 12 índices e replicação nos sistemas Precat e InFOR para as unidades judiciárias do TRT da 4ª Região;
- Elaboração mensal da planilha de Dissídios Coletivos destinada ao Tribunal Pleno;
- Elaboração do índice FACDT/INPC para atendimento à OJ nº 49, da SEEx;
- Apoio à elaboração de programas para a sistematização de índices junto à Seção de Desenvolvimento de Sistemas de Segundo Grau (Setic);
- Instrutoria para utilização do programa de cálculo Juriscalc no total de 42 horas-aula;
- Suporte aos Magistrados e Servidores das Varas do Trabalho da Capital e do interior do estado para a realização de cálculos;
- Atendimentos ao público interno relacionados ao programa InFOR e aos sistemas de cálculos;
- Atendimento ao público interno e externo referente a cálculos e índices;
- Atendimento e esclarecimento das questões encaminhadas à Seção de Cálculos Trabalhistas, aos usuários do site e da Ouvidoria do TRT4;
- Realização de testes de validação no programa PJe-Calc, módulo de cálculos em desenvolvimento que comporá a plataforma do PJe-JT;
- (em 2015 – Validação) Colaboração com a equipe da Gerência de Fundo de Garantia da Caixa Econômica Federal de Porto Alegre para desenvolvimento de aplicativo para atualização do FGTS de acordo com as regras utilizadas no TRT4.

DIRETORIA-GERAL

No âmbito de atuação da Diretoria-Geral, o ano de 2014 foi marcado por ações contínuas, objetivando a ampliação, a modernização e a adequação estrutural das condições materiais do Tribunal, buscando-se o nível de excelência na prestação jurisdicional.

Na Secretaria de Administração, foi iniciado um trabalho de acompanhamento sistemático dos saldos de empenho, visando ao aperfeiçoamento da gestão do orçamento do Tribunal. Para tanto, foram criados fluxos de trabalho que propõem o contato periódico com as unidades requisitantes do Tribunal para acompanhamento da execução de empenhos que porventura estejam com sua execução paralisada, de forma a evitar a perda do recurso quando a inexecução ou a ausência de interesse no recurso é verificada tempestivamente.

Em 2014, também houve um grande envolvimento de todas as Coordenadorias da Secretaria de Administração em torno do Sistema Integrado da Justiça do Trabalho – Siga, projeto de âmbito nacional que pretende unificar todos os sistemas utilizados pelo Judiciário Trabalhista. O projeto é composto a partir da conjugação de cinco módulos: RH e Folha, Material e Patrimônio, Protocolo, Orçamento e Finanças e Licitações e Contratos. Dos cinco módulos citados, a Secretaria de Administração está diretamente envolvida em três deles, quais sejam, Material e Patrimônio, Orçamento e Finanças e Licitações e Contratos. Com relação aos dois primeiros, o Tribunal atua como multiplicador do sistema e, em relação ao último módulo, é responsável pelo próprio desenvolvimento da ferramenta, com o apoio de outros três Tribunais Regionais do Trabalho (13ª, 14ª e 15ª Regiões). Durante o ano de 2014 foram mapeadas e especificadas as funcionalidades do módulo de Licitações e Contratos, atividade que envolveu as unidades que atuam em alguma parte do fluxo de aquisições de bens e serviços.

Na área de Material e Logística, foram efetivadas diversas ações voltadas à continuidade do processo de modernização do mobiliário, conforme padrão instituído pela Resolução CSJT nº 54/2008, visando à melhoria das condições nos ambientes de trabalho nas diversas unidades.

Merecem destaque as ações de gestão de alguns serviços contratados, entre os quais o transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal, o fornecimento de bilhetes de passagens aéreas, o fornecimento de água mineral para todas as unidades do TRT e de lanches durante os intervalos dos cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras) promovidos pelo Tribunal.

Na área de Licitações e Contratos, salienta-se a preponderância das contratações decorrentes de pregões eletrônicos. Em 2014, o referido setor foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de R$ 31,62 milhões, aproximadamente 67,89 % dos valores aplicados nas licitações do Tribunal. Destaca-se ainda a utilização do Sistema de Registro de Preços, por meio do qual é possível efetuar contratações em decorrência de licitações praticadas por outros órgãos ou mesmo implementar contratações compartilhadas a partir da participação de vários órgãos em um mesmo Registro de Preços. No exercício de 2014, o Sistema de Registro de Preços adotado pelo TRT4 possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de R$ 20,06 de reais, sendo 43,43% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Na área de Engenharia e Arquitetura, destacaram-se as ações voltadas à elaboração de projetos, orçamentos e especificações técnicas para execução de serviços especializados de adaptação, ampliação, reforma, alteração de *layout* e construção de prédios no interior e na Capital do estado. Merecem ênfase as seguintes ações: construção dos novos prédios para os Foros Trabalhistas de Uruguaiana, Erechim e Estrela, todos em andamento; adequação do sistema hidráulico do prédio do Arquivo e do Memorial; troca do telhado do Foro Trabalhista de Rio Grande para sanar as infiltrações recorrentes; fiscalização do gradeamento do prédio da JT de Nova Prata, reformas gerais no saguão do prédio-sede, reforma para melhorias de

acessibilidade universal no Foro Trabalhista de Bagé; ampliação das secretarias das Varas do Trabalho do Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre; fiscalização de contratação de empresas para elaboração de Planos de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCIs) para os prédios de Guaíba, Montenegro, Caxias, Farroupilha e Bento Gonçalves; conclusão das reformas de acessibilidade universal dos prédios de Caxias, Farroupilha e Vacaria; elaboração de peças técnicas dos editais para contratação de escritórios de projetos de arquitetura, estrutural, fundações e PPCI para a construção de novos Foros e para reformas; fiscalização dos contratos dos escritórios de projetos de estruturas, fundações e PPCI; elaboração de peças técnicas para a contratação de reformas de médio e grande porte por sistema de registro de preços; fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos, executivos e complementares (estruturais, fundações, hidrossanitários e PPCI) com apoio da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais - COMIP para as áreas especializadas de mecânica e elétrica para os novos prédios de Viamão, Santo Ângelo, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Lajeado; elaboração das peças técnicas e fiscalização para as obras do 11º pavimento do prédio-sede do TRT; contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado; contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos e lógicos; fiscalização dos serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva, com visitas mensais, englobando todos os Foros Trabalhistas; fiscalização dos serviços de manutenção em cabeamento estruturado programada preventiva e corretiva; instalação de pontos lógicos e *access points* de rede sem fio, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – Setic; reformas gerais de manutenção no Prédio-Sede, tais como pintura e recomposições na área do subsolo, pinturas e serviços gerais em vários gabinetes, conserto geral das portas corta-fogo, manutenção no passeio público e serviços de gesso; ações de manutenção nos elevadores do prédio I do Foro de Porto Alegre, com substituição de todo o sistema de cabos e ações de reforma de médio e grande porte, visando a minimizar os problemas de indisponibilidade; reformas gerais e manutenção do Foro Trabalhista de Porto Alegre, tais como reforma do Restaurante e da Central de Mandados, visando a eliminar problemas de infiltração, manutenção no passeio público, pinturas nas áreas dos saguões, pinturas nas portas das unidades, reformas no sistema de pisos Paviflex no Prédio II, pinturas de piso de estacionamento, serviços de gesso, recomposições em azulejos, conserto da calçada, colocação de mastro para bandeira, pintura do Protocolo e da sala da Segurança.

Na área de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Segurança Institucional, responsável pela coordenação das unidades a ela subordinadas (Setor de Operações, Setor de Inteligência e Monitoramento, Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro Trabalhista de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas) planejou e organizou as demandas ligadas à segurança pessoal e patrimonial, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para a execução dos serviços. Dentre as atividades desempenhadas pelo Setor de Inteligência e Tecnologia, destacaram-se o monitoramento por Circuito Fechado de Televisão – CFTV do prédio-sede e do Plenário do TRT4, o monitoramento por CFTV remoto dos prédios do Arquivo e Memorial, do Depósito Centralizado, do depósito da Seção de Cadastramento de Bens e da Seção de Almoxarifado, assim como de diversas unidades judiciárias do interior do estado. Destacaram-se, ainda, o monitoramento de alarmes de intrusão em sete unidades administrativas e 62 unidades judiciárias monitoradas 24 horas por dia, sete dias por semana, bem como a instalação e substituição de sistemas de alarme de intrusão em diversos Foros Trabalhistas do interior do estado. Importante referir, ainda, a instalação e configuração dos sistemas de CFTV em diversos prédios, bem como a instalação e manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e a instalação de portal detector de metais em unidades judiciárias, totalizando 11 equipamentos instalados e 73 em funcionamento.

Na área de Gestão de Pessoas, destacaram-se o Programa de Ambientação – Integrar-te, destinado a servidores recém-ingressos no quadro de pessoal do Tribunal. O programa tem por objetivo proporcionar formação inicial aos novos servidores, sensibilizando-os para o cumprimento da missão e da visão previstas no Plano Estratégico, bem como incentivando-os à prática dos valores institucionais. O referido projeto busca, ainda, contribuir para a qualificação dos servidores ingressantes para a efetividade e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Além disso, o

Integrar-te tem como conteúdo informações sobre a estrutura organizacional e a cultura da Instituição, além de treinamento técnico básico para o desempenho das atribuições dos servidores nas diferentes unidades, abrangendo o fluxo do processo trabalhista e as principais atividades desenvolvidas nas Varas do Trabalho. Merece registro, também, que o número de servidores que participaram de ações de capacitação presenciais totalizou 3.350 (considerando mais de uma participação por servidor), bem como que o número total de horas de treinamento na modalidade presencial foi de 42.629 (12,72 horas/servidor), ao passo que, na modalidade a distância, foi de 66.514 (15,97 horas/servidor). Incumbiu, ainda, à referida área, o controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União; a implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012, em especial na parte que trata do recadastramento dos atuais ocupantes dos cargos em comissão ou função comissionada; a administração do programa de estágios para estudantes (1 processo seletivo realizado), que teve média mensal de 225 estudantes; a administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores (169 novos servidores e 60 desligamentos – vacâncias e exonerações); e a divulgação, na página eletrônica do TRT4 e no Portal VOX, dos dados referentes aos concursos públicos e aos processos seletivos internos.

Para finalizar, atendendo ao disposto no artigo 39, inciso XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2014.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2014

AÇÃO		DOTAÇÃO	EMPENHADO	*EMP/DOT*
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		**1.166.314.845,00**	**1.160.718.867,84**	***99,5%***
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		**628.147.976,00**	**628.147.976,00**	***100,0%***
3190 07	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	17.079,38	17.079,38	*100,0%*
3190 11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	619.218.865,99	619.218.865,99	*100,0%*
3190 16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.011.511,11	3.011.511,11	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.870.718,50	5.870.718,50	*100,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	29.801,02	29.801,02	*100,0%*
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		**122.685.475,00**	**117.703.060,55**	***95,9%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	4.982.414,45	0,00	*0,0%*
3191 13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	117.703.060,55	117.703.060,55	*100,0%*
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		**341.632.026,00**	**341.632.026,00**	***100,0%***
3190 01	APOSENTADORIAS E REFORMAS	270.479.292,30	270.479.292,30	*100,0%*
3190 03	PENSÕES	69.598.374,22	69.598.374,22	*100,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	748.350,20	748.350,20	*100,0%*
3190 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	806.009,28	806.009,28	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)		**51.809.519,00**	**51.809.516,44**	***100,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	2,56	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	51.809.516,44	51.809.516,44	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS) NO RS		**3.850.682,00**	**3.850.680,97**	***100,0%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	1,03	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	3.850.680,97	3.850.680,97	*100,0%*
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)		**18.189.167,00**	**17.575.607,88**	***96,6%***
3190 00	APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	613.559,12	0,00	*0,0%*
3190 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	17.575.607,88	17.575.607,88	*100,0%*
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		**174.722.046,33**	**172.006.253,19**	***98,4%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		**77.646.834,00**	**75.556.919,57**	***97,3%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	2.089.914,43	0,00	*0,0%*
3390 14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.900.491,31	1.900.491,31	*100,0%*
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	3.745.929,86	3.745.929,86	*100,0%*
3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	669.392,61	669.392,61	*100,0%*
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	671.896,89	671.896,89	*100,0%*
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	2.256.935,71	2.256.935,71	*100,0%*
3390 37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	20.302.398,05	20.302.398,05	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	31.902.322,14	31.902.322,14	*100,0%*
3390 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	78.033,55	78.033,55	*100,0%*
3390 91	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.223.260,51	4.223.260,51	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.614.692,10	1.614.692,10	*100,0%*
3390 93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.435.358,24	5.435.358,24	*100,0%*

3391 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	13.818,00	13.818,00	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.742.390,60	2.742.390,60	*100,0%*
PENSÕES DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISÕES JUDICIAIS		**4.786.435,00**	**4.786.435,00**	***100,0%***
3390 59	PENSÕES ESPECIAIS	4.786.435,00	4.786.435,00	*100,0%*
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA		**18.902.100,00**	**18.687.313,90**	***98,9%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	214.786,10	0,00	*0,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	18.687.313,90	18.687.313,90	*100,0%*
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		**40.100.113,00**	**40.036.032,50**	***99,8%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	64.080,50	0,00	*0,0%*
3390 46	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	33.616.387,25	33.616.387,25	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.419.645,25	6.419.645,25	*100,0%*
AUXÍLIO-TRANSPORTE		**656.000,00**	**609.642,92**	***92,9%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	46.357,08	0,00	*0,0%*
3390 49	AUXÍLIO TRANSPORTE	609.642,92	609.642,92	*100,0%*
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		**4.705.333,00**	**4.680.538,48**	***99,5%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	24.794,52	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.675.134,24	4.675.134,24	*100,0%*
3390 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.404,24	5.404,24	*100,0%*
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE		**595.980,00**	**320.119,49**	***53,7%***
3390 00	APLICAÇÕES DIRETAS - DESPESAS CORRENTES	275.860,51	0,00	*0,0%*
3390 08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	320.119,49	320.119,49	*100,0%*
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		**400.000,00**	**400.000,00**	***100,0%***
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	8.450,00	8.450,00	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	244.759,58	244.759,58	*100,0%*
3391 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	130.739,52	130.739,52	*100,0%*
3391 92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.050,90	16.050,90	*100,0%*
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES		**23.020.587,00**	**23.020.587,00**	***100,0%***
3390 36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	18.997.673,92	18.997.673,92	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	263.281,30	263.281,30	*100,0%*
3391 47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.759.631,78	3.759.631,78	*100,0%*
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		**1.463.874,57**	**1.463.874,57**	***100,0%***
3390 35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	209.950,00	209.950,00	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.253.924,57	1.253.924,57	*100,0%*
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		**2.340.489,13**	**2.340.489,13**	***100,0%***
3390 30	MATERIAL DE CONSUMO	1.266.942,78	1.266.942,78	*100,0%*
3390 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.073.546,35	1.073.546,35	*100,0%*
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS		**104.300,63**	**104.300,63**	***100,0%***
3390 14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	51.112,08	51.112,08	*100,0%*
3390 33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	53.188,55	53.188,55	*100,0%*

AÇÃO		*DOTAÇÃO*	*EMPENHADO*	*EMP/DOT*
GND 4 - INVESTIMENTOS		**30.036.799,04**	**27.732.008,72**	***92,3%***
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO		**11.676.572,00**	**11.590.580,67**	***99,3%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	85.991,33	0,00	*0,0%*
4490 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	681.238,30	681.238,30	*100,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.000,00	44.000,00	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.865.342,37	10.865.342,37	*100,0%*
MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		**1.655.729,97**	**1.655.729,97**	***100,0%***
4490 39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	392.034,97	392.034,97	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.263.695,00	1.263.695,00	*100,0%*
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO		**3.654.497,07**	**3.654.497,07**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.885.387,51	1.885.387,51	*100,0%*
4490 52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.769.109,56	1.769.109,56	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ALEGRETE		**400.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ARROIO GRANDE		**400.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	*0,0%*
AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE CAXIAS DO SUL		**100.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM		**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.000.000,00	2.000.000,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA		**1.500.000,00**	**1.500.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	*100,0%*
AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE LAJEADO		**600.000,00**	**600.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	600.000,00	600.000,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE NOVO HAMBURGO		**200.000,00**	**31.201,01**	***15,6%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	168.798,99	0,00	*0,0%*
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	31.201,01	31.201,01	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE PASSO FUNDO		**150.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	150.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EFIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE RIO GRANDE		**100.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTO ÂNGELO		**1.500.000,00**	**1.500.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.500.000,00	1.500.000,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE SÃO LEOPOLDO		**2.500.000,00**	**2.500.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.500.000,00	2.500.000,00	*100,0%*

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SÃO BORJA		**200.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE TRIUNFO		**200.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	200.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE URUGUAIANA		**2.700.000,00**	**2.700.000,00**	***100,0%***
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.700.000,00	2.700.000,00	*100,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE VACARIA		**400.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	*0,0%*
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE VIAMÃO		**100.000,00**	**0,00**	***0,0%***
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	*0,0%*
TOTAIS:		**1.371.073.690,37**	**1.360.457.129,75**	**99,2%**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Incumbe à Secretaria de Administração, em conformidade com as diretrizes da Diretoria-Geral, planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de Planejamento Orçamentário, Material e Logística, Licitações e Contratos e Contabilidade. Além disso, o diretor da unidade, por delegação da Presidência, exerce a função de Ordenador de Despesas, a quem incumbe processar a movimentação dos créditos orçamentários do Tribunal, a fim de concretizar as metas e os objetivos traçados pela Administração.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenadoria de Contabilidade é composta pela Seção de Análise Contábil e Patrimonial, pela Seção de Liquidação e pela Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos.

No ano de 2014, a unidade realizou o controle e a análise dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, visando à Conformidade Contábil (certificação dos demonstrativos contábeis). Com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, buscou a maior integração entre os sistemas corporativos e o Siafi, aprimorando e expandindo o compartilhamento de arquivos pelo processo *batch*, bem como implementando melhorias nos sistemas próprios para otimização das rotinas realizadas pela Coordenadoria e outras áreas do Tribunal.

Também em 2014, foram finalizados os procedimentos contábeis necessários à implementação da nova Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – CPASP, com início no ano de 2015.

Seção de Análise Contábil e Patrimonial

A Seção de Tomada de Contas e Balancetes teve sua denominação alterada, pela Portaria nº 2.009/2014, para Seção de Análise Contábil e Patrimonial. No exercício de 2014, foram desempenhadas as seguintes atividades:

- Análise e lançamento no Siafi de despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos pela utilização exclusiva do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- Publicação bimestral na internet (Contas Públicas) do quadro de despesa pelos Suprimentos de Fundos, conforme exigência do artigo 12 do Ato CSJT.GP.SE nº 8/2009;
- Controle complementar do limite de despesas levadas a efeito por meio de saque com o CPGF (de até 30% do valor total, segundo a Resolução CSJT nº 49/2008), com prioridade para a utilização da modalidade fatura, de forma a atingir o percentual de 5,62%;
- Organização e guarda de documentação e processos comprobatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial conforme prazos determinados pelo Tribunal de Contas da União;
- Inclusão de informações no Siafi pertinentes ao Rol de Responsáveis;
- Análise dos processos de desfazimento de bens, com a verificação das relações de bens, termos e classificações, efetuando-se o registro da baixa de bens móveis no Siafi, totalizando, em 2014, 245 termos de desfazimento;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Almoxarifado com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi dos recebimentos e das saídas de materiais de consumo;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Patrimônio com as apropriações da despesa, e registros contábeis no sistema Siafi das aquisições de bens móveis (entradas) e dos desfazimentos de bens (saídas);
- Cálculo dos valores referentes à depreciação dos bens móveis do Tribunal, representados pela redução do valor dos bens pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, e o consequente registro no Siafi, de acordo com a Macrofunção 02.03.30 da STN, totalizando o montante de R$ 21.807.060,93 no final do exercício;
- Reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como a mensuração e contabilização da amortização e das perdas de tais ativos, totalizando R$ 2.595.539,36;
- Conferência e apropriação das despesas antecipadas, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas;
- Inscrição e baixa de dívida ativa, conforme o Manual Siafi 02.11.12 e Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564/2004;
- Controle e registro contábil no SIAFI das garantias prestadas nas modalidades de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Caução, bem como atualização das cauções por meio de solicitação mensal dos valores atualizados à Caixa Econômica Federal – CEF;
- Certificação da regularidade dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial e da existência de documentos hábeis que comprovaram tais operações por meio da Conformidade de Registros de Gestão no sistema Siafi;
- Acompanhamento da avaliação dos bens móveis de acordo com o cronograma da macrofunção 02.03.30 da STN;
- Análise de dados e elaboração de informações para atender às solicitações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e do TCU;
- Acompanhamento do registro dos imóveis, por meio do Sistema de Patrimônio da União – Spiunet;

- Colaboração com a Coordenadoria de Planejamento – Coordplan na organização dos processos de Tomada e de Prestação de Contas dos atos e fatos da gestão do exercício anterior;
- Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo de Restos a Pagar para compor o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre/2014;
- Análise das despesas com diárias e passagens, por meio da verificação do registro no Siafi e controle, de forma a distinguir nas contas de escrituração os valores pagos a servidores, membros de poder e a colaboradores eventuais, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça – Nota de Auditoria/TST nº 24/2009;
- Conciliação das contas de contratos de aluguéis, bens e serviços, por meio da análise dos pagamentos de despesas e de controles auxiliares;
- Registro no Siafi dos valores referentes a precatórios de acordo com o Processo Administrativo nº 0000240-36.2012.5.04.0000;
- Análise dos processos de folhas de pagamento de pessoal, folhas de pagamento de aluguéis, portarias de atribuição de diárias, pagamento de requisições de honorários periciais, precatórios e restituições de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- Análise dos eventos gerados pela Seção de Liquidação, por meio do registro no Siafi das Notas de Sistema, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is) e GRU para pagamento a órgãos públicos federais, totalizando, em 2014, 4.739 processos de liquidação.

Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos

A Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos desempenhou as seguintes atividades no exercício de 2014:

- Análise da documentação GFIP/Sefip, de documentos de arrecadação das obrigações previdenciárias (GPS e GRF), folhas de pagamento e seus respectivos comprovantes, referentes a 27 contratos;
- Disponibilização de documentos requeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornecendo, entre outros, os comprovantes de recolhimento do FGTS e relação Sefip, além de esclarecimentos úteis, totalizando o atendimento de 44 reclamatórias trabalhistas;
- Inclusão, no Sistema Compras, de informações de 2.234 certidões de regularidade fiscal e previdenciária, e de 633 certidões de regularidade com as obrigações trabalhistas dos fornecedores do Tribunal;
- Informações às Varas do Trabalho, no momento do pagamento da despesa, sobre créditos disponíveis para penhora, quando verificada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas;
- Assessoramento aos fiscais de contratos nas questões relativas à GFIP/Sefip;
- Apoio à Seção de Liquidação, com a emissão de 1.985 guias para o recolhimento de ISSQN de diversos municípios;
- Apoio à Seção de Contratos, com o lançamento de 6 contratos e 165 termos aditivos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, módulo Sicon;

- Informação à Secretaria de Manutenções e Projetos – Sempro acerca da base de cálculo e alíquota de ISS incidente sobre as obras e serviços para composição de BDI; e
- Apoio à Seção de Liquidação realizando o lançamento de 184 liquidações no Sistema Compras.

Seção de Liquidação

A Seção de Liquidação executou, no decorrer do exercício de 2014, a liquidação das despesas de custeio e de capital, exceto folha de pagamento e suprimento de fundos. Essa atividade envolveu os seguintes procedimentos:

- Exame dos processos administrativos recebidos de outras áreas do TRT, protocolo dos documentos fiscais neles contidos;
- Conferência do documento fiscal quanto aos dados do fornecedor e quanto à descrição do serviço e/ou material especificados no empenho e em planilha de medição, entre outros;
- Identificação e análise do atestado de prestação do serviço ou da Nota de Entrada, quando for material;
- Análise da despesa para enquadramento na legislação fiscal e identificação dos impostos e contribuições que devem ser retidos na fonte;
- Identificação, conferência e análise dos documentos acessórios exigíveis para a liquidação, tais como declaração de opção pelo Simples, declaração de entidade sem fins lucrativos, declaração de isenção de impostos municipais, comprovação de recolhimento de INSS sobre o teto da previdência, declaração de não incidência de INSS, GFIP, GPS e GRF de empresas que prestam serviços continuados mediante cessão de mão de obra;
- Preenchimento de formulário eletrônico no sistema Compras, com resumo das informações necessárias à liquidação, que incluem dados do fornecedor, da nota de empenho, do documento fiscal entregue pelo fornecedor e das retenções cabíveis;
- Geração e transferência de arquivo para o Siafi, contendo os dados relativos às liquidações a serem realizadas no dia posterior;
- Conferência e ajuste, no Siafi, das informações contidas no arquivo gerado no dia anterior, o que envolve a complementação de informações e eventualmente o preenchimento de diferentes formulários eletrônicos, que podem incluir a Ordem Bancária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária e DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is);
- Elaboração de planilhas de despesas com fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto e encaminhamento dessas planilhas ao fornecedor, como forma de garantir a quitação do débito;
- Acompanhamento de repactuações e aditivos a contratos, envolvendo construção e reformas, bem como elaboração de planilha de controle de saldos dos empenhos e dos contratos, especificando valores de material e mão de obra e discriminando verbas de orçamento e de convênios;
- Acompanhamento de prazos de validade, repactuações e aditivos a contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores,

transporte de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros. Essas atividades acessórias conferem à Seção de Liquidação a responsabilidade de controle da execução da despesa, o que contribui para reduzir a incidência de equívocos quanto aos prazos contratuais e aos valores a serem pagos aos fornecedores;

- Prestação de informações aos fornecedores sobre andamento de processos, prazos, datas de liquidação, pendências documentais, alíquotas de recolhimento aplicadas, entre outras.

Dados estatísticos referentes ao exercício de 2014:

Documentos fiscais recebidos	7.163
Processos de liquidação	4.739
Valores liquidados	R$ 132.756.560,70

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento em 2014 foram:

- Acompanhamento da execução orçamentária de “outras despesas correntes e de capital”;
- Elaboração de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2015 e nos pedidos de suplementação no exercício de 2014, bem como na revisão e no acompanhamento dos objetivos traçados no Plano Plurianual;
- Elaboração do Relatório de Gestão 2013, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;
- Elaboração de estimativas para manter o equilíbrio das contas orçamentárias, monitorando permanentemente o saldo orçamentário e adotando as medidas necessárias a equalizar receitas e despesas;
- Subsídio à Administração do Tribunal com informações pertinentes à adoção de medidas estratégicas para melhor execução do orçamento e das metas objetivadas;
- Fiscalização de contratos de Cooperação Técnica e Financeira firmados pelo Tribunal e o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, mediante o acompanhamento dos saldos e das solicitações de recolhimentos à Conta Única da União;
- Informação de dados orçamentários nos processos de Prestação de Contas e Tomadas de Contas;
- Elaboração do documento “Comprovação de Dotação Orçamentária” exigido pela Secretaria de Patrimônio da União para análise de processos de aquisição de imóveis pelo Tribunal.

A Coordenadoria de Planejamento é composta pela Seção de Controle Orçamentário, pela Seção de Empenhos e pela Seção de Proposições e Análise.

Seção de Controle Orçamentário

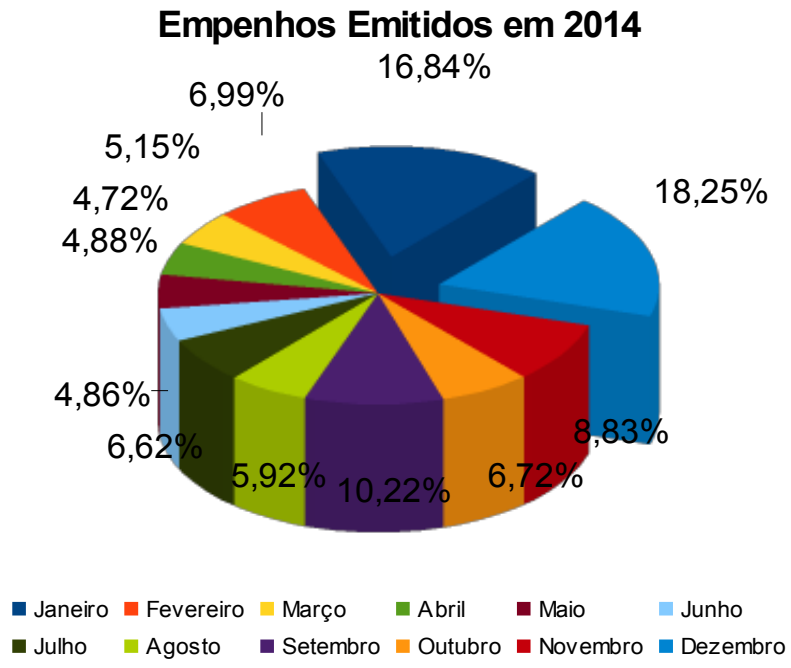
As atividades desenvolvidas pela Seção de Controle Orçamentário em 2014 foram:

- Acompanhamento diário da execução orçamentária por meio do saldo obtido da Siafi e geração de relatórios com informações atualizadas aos gestores do órgão;
- Atualização diária de planilhas de controle orçamentário que fornecem subsídios às decisões estratégicas das áreas interessadas (Segesp, Escola Judicial, Secof, Setic e Seção de Liquidação);
- Elaboração do Demonstrativo de Impacto Orçamentário das despesas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à comprovação do equilíbrio das contas públicas;
- Prestação de contas ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT da aplicação de recursos descentralizados pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, em ações orçamentárias como Modernização das Instalações Físicas, Implantação de Varas, Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação, Trabalho Seguro, Gestão Documental e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enamat);
- Alimentação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – Siop, com informações acerca da movimentação orçamentária do TRT4, criação e edição de Cadastros de Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários, captação, edição, verificação e envio de valores físicos e financeiros de Planos Plurianuais, Propostas Orçamentárias Anuais, Créditos Adicionais, Acompanhamentos Orçamentários Semestrais e Anuais;
- Acompanhamento e conferência da transferência, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos sub-repasses de recursos financeiros nas ações orçamentárias, observando a utilização correta das respectivas fontes de receita;
- Encaminhamento, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, das informações necessárias à transferência dos recursos financeiros das ações orçamentárias de Projetos, conferindo o seu atendimento e o correto balanceamento das fontes;
- Conferência da execução do saldo de Restos a Pagar, providenciando o desbloqueio dos empenhos e o cancelamento de saldos não utilizados;
- Devolução dos recursos financeiros de Restos a Pagar não utilizados;
- Atualização das planilhas de controle de Suprimento de Fundos, quando do lançamento de novos empenhos, disponibilizando as informações aos supridos;
- Identificação e corrição de possíveis diferenças entre os saldos dos empenhos no Sistema de Compras e os saldos no Siafi;
- Transferência, ao Tesouro Nacional, de recursos financeiros recebidos indevidamente por erro no preenchimento de GRS;
- Gerenciamento dos dados orçamentários na página de Transparência do Portal TRT4 e na página do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Seção de Empenhos

No decorrer de 2014, a Seção de Empenhos desempenhou as seguintes atividades:

- Análise do preenchimento do empenho, classificação da despesa, referência da dispensa e consulta ao credor no Siafi (Cadin), cadastrando quando necessário;
- Emissão das notas de empenho no Siafi, relativas a aquisições feitas pelo Tribunal, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPVs;
- Análise prévia do saldo orçamentário disponível por fonte de receita, promovendo o balanceamento mais adequado na emissão dos empenhos;
- Gerenciamento e remanejamento do crédito orçamentário conforme as necessidades entre os elementos de despesas, por meio de Notas de Dotação – NDs;
- Lançamento dos valores relativos a contratos no Siafi, por meio de notas de lançamento;
- Encaminhamento dos empenhos (recibo) às empresas contratadas e às áreas interessadas nas contratações;
- Cobrança do aceite do empenho junto às empresas contratadas, para contagem de prazo para a entrega do material ou conclusão do serviço;
- Registro dos empenhos no Banco de Compras e controle desses saldos;
- Elaboração de relatórios relativos a execução mensal dos empenhos para viabilizar as liquidações e os pagamentos, confrontando os saldos orçamentários, de contrato e financeiro;
- Manutenção, atualização e controle dos saldos das notas de empenho relativas à Folha de Pagamento do Tribunal, atinentes a vencimentos, proventos, pensões, benefícios, diárias e outros assuntos correlatos.



QUADRO DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2014		
MÊS	**EMPENHOS EMITIDOS**	**%**
Janeiro	631	11,63%
Fevereiro	262	6,11%
Março	193	7,21%
Abril	177	6,76%
Maio	183	7,83%
Junho	182	6,43%
Julho	248	6,89%
Agosto	222	6,52%
Setembro	383	7,20%
Outubro	252	7,62%
Novembro	331	8,18%
Dezembro	684	17,62%
Total	3.748	100,00%

Seção de Proposições e Análise

A Seção de Proposições e Análise executou, no decorrer do exercício de 2014, a elaboração de proposições para compra de material de consumo, material permanente e prestação de serviços diversos, totalizando 1.074 proposições.

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Material e Logística – CLOG, no ano de 2014, deu continuidade às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução CSJT nº 54/2008, e visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal.

A Seção de Cadastramento de Bens, que compõe a Coordenadoria, efetua também o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciárias e administrativas do TRT, tanto quando da criação de novas unidades como nas situações onde há mudança de sede ou sala, na Capital e no interior do estado, casos em que acompanha a entrega do mobiliário e a organização final do *layout*.

A CLOG, por meio da Seção de Bens Imóveis, atua como fiscal dos contratos de locação de 43 imóveis, dos quais 25 também contemplam o pagamento de despesas acessórias (condomínio, IPTU, água e energia elétrica).

Merecem ênfase, ainda, as ações de gestão de serviços contratados, dentre os quais destacaram-se os seguintes:

- Transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal;
- Fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- Fornecimento de água mineral;

- Fornecimento de lanches durante os intervalos dos cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras);
- Carregamento de mobiliário e afins.

A CLOG, no decorrer do exercício de 2014, também atuou no desenvolvimento das atividades rotineiras pertinentes às suas atribuições, dentre as quais se elencam:

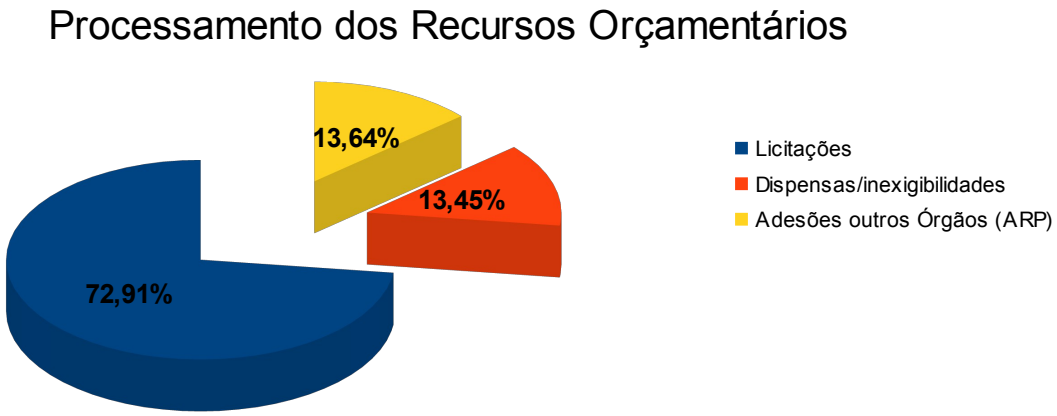
- Previsão, especificação e controle de estoque e provisão de materiais de consumo e bens permanentes destinados a todas as unidades do Tribunal;
- Elaboração dos relatórios físicos e estatísticos mensais dos materiais estocados na Seção de Almoxarifado;
- Recebimento, conferência, registro e distribuição de todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, bem como o controle do prazo de garantia;
- Tramitação dos processos de desfazimento de bens, até a fase final, que culmina com a sua baixa no Sistema de Patrimônio do TRT4;
- Inspeções para conferência de inventários das unidades judiciárias;
- Acompanhamento e registro de imóveis doados ao TRT4 junto à Superintendência do Patrimônio da União no estado do Rio Grande do Sul – SPU;
- Controles especiais sobre as faturas de diversos serviços, como energia elétrica, água e esgoto, bem como transporte de carga e de mobiliário para todas unidades judiciárias e administrativas, os quais visam a acompanhar a evolução das despesas e impedir que os serviços sofram descontinuidade, sempre buscando atender com eficiência às necessidades dos usuários;
- Fornecimento de subsídios e informações para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- Aperfeiçoamento constante das rotinas de trabalho nas Seções subordinadas à Coordenação de Material e Logística, em função da progressiva informatização das atividades e do crescente aumento do número de unidades a serem atendidas, tendo como objetivo aumentar a agilidade na sua execução.

Em termos quantitativos, no exercício de 2014, foram gerados os documentos e atividades sintetizados no quadro a seguir:

ATIVIDADES / DOCUMENTOS GERADOS	QUANTIDADE
Termos de Referência/Projetos Básicos (para licitação/adesão a RP)	62
Notas de entrada de materiais de consumo e permanentes	1.082
Pedidos de materiais de consumo atendidos pelo Almoxarifado	4.110
Bens permanentes incluídos no patrimônio do TRT	10.164
Bens permanentes tombados (distribuídos e/ou realocados)	44.499
Termos de Responsabilidade sobre bens permanentes emitidos	5.494
Número de unidades mobiliadas (instalação ou mudança)	14
Bens permanentes doados para outros órgãos/entidades	5.629
Entidades beneficiadas com doações de bens pelo TRT	172

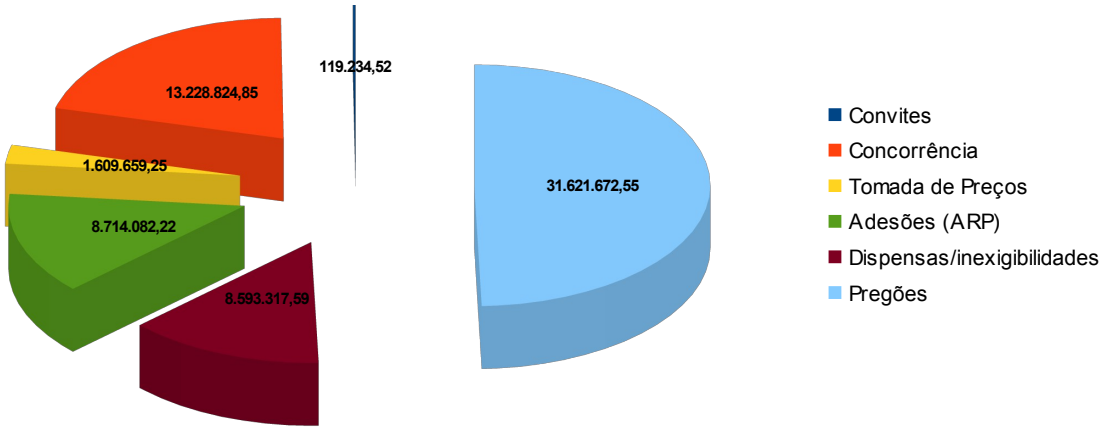
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC é responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou compras diretas (hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação). Relativamente ao orçamento de 2014, o volume de recursos aplicados totalizou 63,88 milhões de reais, dos quais 46,58 milhões de reais decorreram de licitações, 8,59 milhões de reais foram utilizados mediante dispensas ou inexigibilidades de licitação e 8,71 milhões de reais em adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.



Por força legal, as licitações destinadas à aquisição de bens e serviços comuns obrigatoriamente ocorrem por Pregão, sendo preferencialmente na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, mediante justificativa expressa pela autoridade competente.

Em última análise, a utilização da internet para as contratações é uma realidade no âmbito da Administração Pública, o que se verifica na preponderância das contratações decorrentes da realização de Pregão Eletrônico. A condução dos procedimentos ocorre sob a responsabilidade do Pregoeiro, devidamente assessorado pela Equipe da Apoio, a qual é composta por servidores lotados na Coordenadoria de Licitações e Contratos. Essa modalidade foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de R$ 31,62 milhões, aproximadamente 67,89 % dos valores aplicados nas licitações do Tribunal.



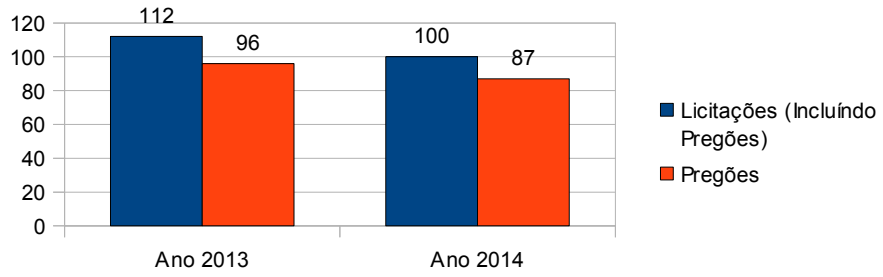
As vantagens da utilização do Pregão Eletrônico aparecem, principalmente, sob dois aspectos: na economia gerada aos cofres públicos em virtude da ampliação da competitividade (universalidade do acesso por parte das licitantes); e na transparência do procedimento, uma vez que as licitações do Tribunal podem ser acompanhadas por qualquer interessado, bastando acessar o sistema eletrônico por meio do qual se processa a licitação.

Nesse aspecto, merece destacar que o Tribunal migrou suas contratações eletrônicas, anteriormente feitas por meio do sistema eletrônico do Banco do Brasil, para o sistema de compras do Governo Federal, denominado Comprasnet. Tal migração representa, em certa medida, a antecipação do Tribunal frente à tendência de padronização do Judiciário Trabalhista mediante implantação e adoção de um único sistema. Ademais, tendo em vista a ausência da qualquer custo para os usuários, tanto para os Órgãos Públicos quanto para os fornecedores, o sistema Comprasnet amplia o universo de licitantes, em benefício da competitividade e da transparência dos Pregões Eletrônicos.

Destaca-se, ainda, a utilização do Sistema de Registro de Preços, por meio do qual é possível efetuar contratações em decorrência de licitações feitas por outros órgãos ou mesmo implementar contratações compartilhadas a partir da participação de vários órgãos em um mesmo Registro de Preços. No exercício de 2014, o Sistema de Registro de Preços utilizado pelo Tribunal possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de R$ 20,06, sendo 43,43% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros órgãos. Foram feitos também quatro Registros de Preços que contaram com a participação de Tribunais Regionais do Trabalho de outras regiões. O Registro de Preços figura como importante ferramenta de gestão, na medida em que permite contratações frequentes de itens com relação aos quais há incerteza quanto à quantidade ou tempo de surgimento da demanda. O resultado prático é a redução do número de licitações e a celeridade do processo.

Nesse contexto, as demais modalidades licitatórias, como o Convite, Tomada de Preços e Concorrência permaneceram em uso, porém restritas às contratações de obras e determinados serviços de engenharia de natureza mais complexa. Essas modalidades licitatórias são conduzidas pela Comissão Permanente de Licitações, composta por três membros efetivos e três substitutos.

O gráfico abaixo apresenta um comparativo do número de licitações ao longo dos anos de 2013 e 2014.



Ainda, cumpre mencionar que a CLC tem se empenhado na padronização dos fluxos referentes às contratações, no intuito de facilitar a atividade da área requisitante. Nessa senda, foram criados dois formulários específicos para a requisição de bens e serviços, ambos disponíveis na intranet, na aba *solicitações/formulários CLC*.

A estrutura da CLC é composta por quatro Seções: Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções, Seção de Apoio a Licitações, Seção de Compras e Seção de Contratos, cuja síntese das atribuições são relatadas a seguir.

Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções

A Seção de Apoio Jurídico e Análise de Sanções, criada pela Portaria nº 2.009/2014, instrui os procedimentos referentes à apuração de penalidades por descumprimentos contratuais, análise de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos, análise de impugnações aos editais, estudos para padronização de rotinas e desenvolvimentos de formulários, pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência na área de licitações e contratos.

Além do registro no Sistema de Compras, as sanções também estão sendo publicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), o qual permite a visualização dos lançamentos por toda a Administração Pública.

Em 2014, foram aplicadas as seguintes punições:

- Advertência: 13 empresas;
- Proibição de licitar e contratar com o Tribunal: 5 empresas;
- Proibição de licitar e contratar com a União: 3 empresas;
- Multa: 55 empresas, no montante total de R$ 1.532.906,12.

As pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência visam a elucidar dúvidas e apresentar soluções para questões da própria Coordenadoria e de outras unidades do TRT4, contribuindo significativamente para o planejamento das áreas requisitantes. No ano de 2014, foram elaboradas 31 pesquisas.

Seção de Apoio a Licitações

A Seção de Apoio a Licitações executa as diversas tarefas relativas à preparação e ao processamento das licitações, desde a elaboração dos editais, sua publicação e divulgação e o esclarecimento de dúvidas quanto a seus termos, o preparo das atas de registro de preços e a publicação dessa ata, a elaboração de minutas de contrato, etc.

No ano de 2014, foram elaborados quatro editais de Convite, quatro de Tomada de Preços, cinco de Concorrência, quatro de Pregão Presencial e 84 de Pregão Eletrônico.

Quanto aos Registros de Preços, cabe à Seção de Apoio a Licitações o controle das Atas de Registro de Preços do Tribunal, que, em 2014, alcançaram o número de 47, bem assim as adesões a Registros de Preços de outros órgãos, que totalizaram 36 no mesmo período. A Seção também foi responsável pelo processamento dos pedidos de adesão formulados por outros órgãos da Administração Pública, no período de janeiro a março de 2014, sendo que, nesse período, foram concedidas oito adesões a Atas de Registro de Preços do Tribunal.

O registro e a guarda dos documentos referentes aos assentamentos cadastrais das empresas que intentam fornecer materiais ou prestar serviços ao Tribunal também são atribuições da Seção. Além do registro e da guarda de documentos, a Seção de Apoio também emite Certificados de Registro Cadastral relativos à documentação depositada na Seção, a qual objetiva a inscrição ou renovação do cadastro de empresas interessadas em participar de licitações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência.

Cabe ressaltar, ainda, que a Seção é responsável pela emissão de atestados de capacidade técnica referentes às contratações estabelecidas com o Tribunal, os quais atingiram o número de 55 em 2014.

Seção de Compras

Na Seção de Compras são feitos todos os procedimentos necessários às aquisições e contratações de serviços nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação.

As dispensas e inexigibilidades de licitação ocorrem em virtude do valor da contratação, das particularidades do objeto a ser contratado, de características específicas por parte do prestador do serviço, ou, ainda, nos casos de fornecedor exclusivo.

Entre as atividades desenvolvidas pela Seção de Compras pode-se citar a solicitação de orçamentos aos fornecedores, classificação e lançamento das propostas apresentadas no Banco de Compras, elaboração de informações necessárias à instrução de processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, negociação com fornecedores e pesquisas de mercado em apoio às unidades requisitantes.

No ano de 2013, a Seção de Compras passou a utilizar formulários padronizados para a tramitação de informações, e em 2014 esses formulários foram aprimorados para conferir ainda mais celeridade e eficiência aos processos de aquisição. Iniciou-se, ainda em 2013, a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, que permite o recebimento de propostas de fornecedores de todo o país e garante maior transparência e agilidade aos processos de aquisição, além de possibilitar significativa economia devido à ampliação da concorrência. Em 2014, o sistema passou a ser utilizado de forma mais ampla, totalizando 64 Cotações Eletrônicas, sendo que, em 16 destas (25%), houve resultado positivo, ou seja, economicamente vantajoso para o Tribunal.

Relativamente aos dados estatísticos, foram processadas 748 compras diretas, sendo 514 dispensas de licitação e 234 processos de inexigibilidade de licitação ou outros, cujo valor aplicado alcançou R$ 8.593.317,59.

Em 2014, a partir de abril, a Seção de Compras tornou-se responsável por duas novas atribuições: a elaboração de apostilas de reajuste de locações, que totalizaram 26 instrumentos entre os meses de abril e dezembro; e o processamento dos pedidos de adesão a Atas de Registro de Preços formulados por outros órgãos da Administração Pública, em um total de 46 pedidos.

Seção de Contratos

A Seção de Contratos é responsável pela gestão administrativa dos contratos celebrados pelo TRT4. Dentre as principais atividades executadas, destacaram-se:

- Formalizar convênios de colaboração com outros órgãos públicos,
- Elaborar minutas de termos aditivos;
- Analisar a possibilidade de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas nos contratos;
- Elaborar apostilas com vistas à atualização de valores nos contratos em que há previsão de reajuste com base em índices oficiais do governo;
- Efetuar os lançamentos no Banco de Compras de todas as contratações e os aditamentos formalizados;
- Prestar as informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União relativas às reclamatórias trabalhistas oriundas dos contratos celebrados com o Tribunal;
- Analisar as planilhas de repactuação solicitadas pelas contratadas em função de homologação de convenção coletiva de trabalho;
- Negociar com os locadores eventuais valores requeridos acima dos índices oficiais como condição à prorrogação dos contratos de locação de imóvel;
- Lançar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG todos os convênios e contratos onerosos celebrados, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União;
- Instruir pedidos de prorrogação de prazo de execução formulados pelos fornecedores.
- Encaminhar o contrato para assinatura das partes;
- Acompanhar a prestação da garantia contratual, quando for o caso.

Relativamente aos dados estatísticos da unidade, em 2014 foram celebrados 119 contratos. No mesmo período, foram firmados 221 termos aditivos, o que representa uma diminuição de 3,91% em relação ao ano de 2013, quando foram formalizados 230.

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS – SEMPRO

A Secretaria de Manutenção e Projetos – Sempro é responsável pela criação, materialização e manutenção das edificações do TRT4, e visa à provisão de espaços adequados para as atividades desenvolvidas, atentando-se à sustentabilidade ambiental.

O fluxo do desenvolvimento dos serviços de engenharia e arquitetura desenvolvidos pela Secretaria de Manutenção e Projetos, que envolve a criação, materialização e manutenção dos espaços edificados, reflete a estrutura organizacional. Dessa forma, o Relatório de Atividades da Secretaria de Manutenção e Projetos é apresentado de acordo com sua estrutura, discriminando as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção de Planejamento; da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex e suas respectivas Seções; e da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip.

Seção de Planejamento

As ações da Seção de Planejamento englobam a implantação e coordenação do Sistema de Gerenciamento de Projetos e do Banco de Dados da Secretaria de Manutenção e Projetos, auxiliando a Direção da Secretaria no gerenciamento e no controle das ações desenvolvidas, e no planejamento de metodologias de trabalho eficientes, eficazes e efetivas.

Compete, também, à Seção de Planejamento, a implantação do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, que propiciou uma avaliação criteriosa e minuciosa das condições físicas de todos os prédios, gerando a verificação das situações mais críticas a serem resolvidas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

As ações estratégicas desenvolvidas em 2014 pela Seção de Planejamento foram as seguintes:

- **Implantação do *software* Trace-GP**: Dando continuidade às ações de anos anteriores, foi efetuado o cadastramento de obras e reformas no Trace-GP, com ênfase no acompanhamento de cronograma, em especial as obras de Uruguaiana, Erechim, Estrela, Gravataí, e Canoas, cujos cronogramas foram atualizados durante sua execução;
- **Criação do Banco de Dados da Sempro**: Na área de gestão documental, o Banco de Dados da Sempro constitui o primeiro elemento a elevar o nível de precisão e facilidade de busca das informações a respeito dos imóveis ocupados pelo Tribunal. Inicialmente, com consulta restrita à Secretaria de Manutenção e Projetos, o Banco de Dados reúne informações sobre os imóveis e suas benfeitorias, como área do terreno, área construída, data de ocupação, imagens de satélite do imóvel e fotos das fachadas. Em 2014, foram realizadas as devidas atualizações dos dados cadastrados anteriormente;
- **Manutenção dos sistemas de orçamento e medição de obras**: Em apoio às Coordenadorias vinculadas à Sempro, foram desenvolvidas automações para planilhas de orçamento e medição em anos anteriores. Em 2014 foram feitas as devidas manutenções

e correções das automações já desenvolvidas e as planilhas foram atualizadas para a última versão do Microsoft Excel.

AÇÕES DE APOIO TÉCNICO

A Seção de Planejamento desenvolveu atividades rotineiras, que buscaram complementar as atividades das Coordenadorias e das demais Seções vinculadas à Sempro, destacando-se:

- **Elaboração de Planejamento de Licitação, Projetos Básicos e Termos de Referência**: Documentos elaborados para encaminhar à Administração do Tribunal os projetos e especificações de arquitetura e engenharia e, eventualmente, a especificação de produtos ou serviços comuns, com vistas à contratação ou aquisição do objeto especificado. Em 2014, foram desenvolvidos planejamentos de licitação e projetos básicos para nove certames.
- **Análise de minutas de edital**: A maioria das aquisições encaminhadas pela Sempro, notadamente pela Copex, que necessitem de realização de um procedimento licitatório, são encaminhadas para a Seção de Planejamento para uma análise técnica da minuta do Edital. Tal análise visa a adequar e corrigir quaisquer aspectos técnicos relevantes para a realização do certame e, quando for o caso, para a celebração de contrato. No ano de 2014, foram analisadas 13 minutas de edital.
- **Análise de propostas**: As propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia passam por análise técnica, a fim de verificar pontos específicos do edital, como o atendimento de atestados de capacidade técnica, a assinatura de profissional legalmente habilitado no orçamento, entre outras. Em 2014, foram analisadas propostas para 13 certames.

AÇÕES DIVERSAS

A Seção de Planejamento, desenvolveu, também, ações como:

- Proposição de aquisições de Normas da ABNT, de *softwares* de arquitetura e engenharia;
- Renovação de assinaturas de revistas, do Sinapi e do PLEO (serviços de cotação eletrônica para construção civil);
- Envio de informações a diversas unidades e setores do Tribunal;
- Coleta de indicadores de desempenho de demandas de infraestrutura predial para a Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e estudo para metas de redução de consumo de energia elétrica dos imóveis ocupados por unidades do Tribunal;
- Digitalização de pranchas de desenho em papel vegetal, para constituição de banco de dados eletrônico dos projetos de edificações do Tribunal;
- Elaboração de 11 laudos de avaliação de imóveis da União para fins contábeis da SPU;
- Especificação para compra e fiscalização da contratação de 14 laudos de avaliação de imóveis locados para fins de repactuação do contrato de locação;

- Especificação e coleta de orçamentos para compra de suportes de monitores para implantação do PJe-JT, conforme modelo escolhido pela Administração do Tribunal;
- Avaliações dos imóveis locados de Erechim e Passo Fundo, para fins de repactuação do contrato de locação.

COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS – COPEX

As ações da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex englobam o desenvolvimento e acompanhamento das obras de engenharia, desde adaptações e reformas de espaços existentes, sejam eles próprios, locados ou cedidos, até a construção de novas sedes para abrigar unidades judiciárias de todo o Tribunal, tanto na Capital e na Região Metropolitana como no interior do estado. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras – 2011/2015 e do Plano Permanente de Modernização das Instalações.

A Copex atua na elaboração de projetos de arquitetura e outras intervenções civis, na elaboração de orçamentos técnicos discriminados e estudos, em vistorias e avaliações técnicas relativas a edificações e às atividades técnicas de coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Os contratos de engenharia geridos e fiscalizados pela Copex compreendem a elaboração de projetos executivos e complementares e, principalmente, a execução das obras de diversos portes.

A Copex é composta por três Seções: Seção de Fiscalização de Obras e Serviços, Seção de Orçamentos de Obras e Serviços e Seção de Projetos de Edificações.

AÇÕES GERAIS

Como principais ações gerais voltadas à construção e ao uso das edificações, destacaram-se:

- Estudo de ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade;
- Elaboração de peças técnicas dos editais para contratação de escritórios de projetos de arquitetura, estrutural, fundações e PPCI para a construção de novos Foros Trabalhistas e para reformas;
- Fiscalização dos contratos dos escritórios de projetos de estruturas, fundações e PPCI;
- Elaboração de peças técnicas para a contratação de reformas de médio e grande porte por sistema de registro de preços;
- Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos, executivos e complementares (estruturais, fundações, hidrossanitários e PPCI) com apoio da Comip para as áreas especializadas de mecânica e elétrica para os novos prédios de Viamão, Santo Ângelo, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Lajeado;
- Elaboração do orçamento das obras;

- Acompanhamento da aprovação das obras junto aos órgãos competentes;
- Elaboração das peças técnicas e fiscalização para as obras do 11º pavimento do prédio-sede do TRT;
- Atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT4 e encaminhamento às respectivas Seções para providências;
- Elaboração, integrada às outras Seções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas e redução de tempo dispendido;
- Autuação de cerca de 50 processos administrativos, em diversos assuntos, destacando-se: “Serviço”, “Fiscalização de contratos”, “Liquidação”, “Orçamento”, “Compra de material” e “Sanção”;
- Inclusão e ateste do recebimento de materiais e serviços de notas fiscais e documentos em compras originadas de procedimentos licitatórios ou por dispensa (compra direta), para fins de liquidação e pagamento, com elaboração de planilhas periódicas de medição de serviços.

Seção de Fiscalização de Obras e Serviços

A Seção de Fiscalização de Obras e Serviços atuou na fiscalização de contratos essenciais para a execução do Plano de Obras do Tribunal e de seu Planejamento Estratégico.

Dentre as principais atuações da Fiscalização, destacaram-se: construção dos novos prédios para os Foros Trabalhistas de Uruguaiana, Erechim e Estrela, todos ainda em andamento; adequação do sistema hidráulico do prédio do Arquivo e do Memorial; troca do telhado do Foro Trabalhista de Rio Grande visando a sanar as infiltrações recorrentes; fiscalização do gradeamento do prédio da Justiça do Trabalho em Nova Prata; reformas gerais no saguão do prédio-sede, reforma para melhorias de acessibilidade universal no Foro Trabalhista de Bagé; reforma de ampliação vertical dos prédios de Gravataí e Lajeado (este último não teve início em 2014, mas as tratativas com a empresa iniciaram no mês de dezembro); reforma de ampliação das secretarias das Varas do Trabalho do Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre; fiscalização de contratação de empresas para elaboração de Planos de Prevenção e Combate a incêndio (PPCIs) para os prédios de Guaíba e Montenegro (ambos já entregues), bem como de Caxias, Farroupilha e Bento Gonçalves (ainda não entregues); conclusão das reformas de acessibilidade universal dos prédios de Caxias, Farroupilha e Vacaria.

Além das ações de fiscalização, a Seção é responsável pelo pós-obra, recebendo e demandando ações que envolvam garantia das obras entregues.

A fiscalização exercida pela Seção redundou na apropriação de milhões de reais em serviços e alguns milhares de metros quadrados de área construída ou reformadas.

Lista das principais demandas fiscalizadas, por modalidade de licitação:

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	**Objeto**
TP 0014/12-2	Adequação dos Foros Trabalhistas de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria – acessibilidade universal
TP 0006/13-2	Contratação de empresa para a execução de serviços civis no subsolo, 6º e 11º pavimentos do prédio-sede do TRT4

TP 0005/13-2	Ampliação das secretarias das Varas do Trabalho do Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre

CONVITE	
Nº Processo	**Objeto**
0007/13-1	Isolamento acústico para as salas de audiência do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre
0011/13-1	Contratação de empresa de engenharia para adequação do sistema hidráulico do prédio do Arquivo e Memorial
0010/13-1	Contratação de serviços para reforma da cobertura do prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande
0003/13-1	Serviços diversos no saguão do Prédio-Sede
0002/14-1	Contratação de empresa para executar gradeamento no prédio do PAJT de de Nova Prata
0001/14-1	Reforma de adequação do Foro Trabalhista de Bagé quanto à acessibilidade universal, atendendo notificação do Ministério Público Federal

CONCORRÊNCIA	
Nº Processo	**Objeto**
01/2013	Contratação de empresa para a construção do Foro Trabalhista de Uruguaiana
0004/13-3	Contratação da obra do novo Foro Trabalhista de Estrela
0005/13-3	Contratação de empresa para a construção do Foro Trabalhista de Erechim
0001/14-3	Reformas gerais e construção da ampliação do 3º pavimento do Foro Trabalhista de Gravataí

COMPRA DIRETA	
Nº Processo	**Objeto**
0681/13-4	Contratação de escritório de Engenharia e Arquitetura para elaboração de PPCI para as Varas do Trabalho de Farroupilha, Guaíba e Montenegro
0746/13-4	Contratação de escritório de Engenharia e Arquitetura para elaboração do PPCI para o Foro Trabalhista de Caxias do Sul
0872/13-4	Contratação de escritório de Engenharia/Arquitetura para elaboração do PPCI para o Foro Trabalhista de Bento Gonçalves

PREGÃO ELETRÔNICO	
Nº Processo	**Objeto**
0039/13-8	Divisórias acústicas móveis para o térreo do prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre

Seção de Orçamentos de Obras e Serviços

A Seção de Orçamentos de Obras e Serviços elaborou mais de 35 peças técnicas de orçamento discriminado, totalizando mais de 42 milhões de reais em quantificações e definições de custo, atendendo não só a necessidade de agregar peças técnicas aos editais de licitação, mas também a análise de preços de propostas de aditivos dos contratos em execução.

Lista das demandas orçadas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Bagé	Aditivo – Reformas para complementação da Acessibilidade
Canoas	Aditivo 1 – Reforma e ampliação do Foro Trabalhista de Canoas
	Aditivo 2 – Reforma e ampliação do Foro Trabalhista de Canoas
	Aditivo 3 – Reforma e ampliação do Foro Trabalhista de Canoas
Erechim	Aditivo 1 – Construção do novo prédio – fundações
	Aditivo 2 – Construção do novo prédio
	Aditivo 3 – Construção do novo prédio
	Aditivo – Viga metálica, fossa e filtro anaeróbio
	Laudo de Avaliação do imóvel locado em Erechim
Estância Velha	Reforma e ampliação da Vara do Trabalho de Estância Velha
Estrela	Aditivo 1 – Construção do novo prédio da Vara do Trabalho de Estrela
Gravataí	Aditivo 1 – Ampliação e reforma do Foro Trabalhista de Gravataí
Ijuí	Programa de Acessibilidade – aditivos
Lajeado	Ampliação do Foro Trabalhista de Lajeado
	Aditivo – Ampliação e reforma
Novo Hamburgo	Construção do prédio novo do Foro de Novo Hamburgo
	Aditivo – Contratação dos Projetos
Porto Alegre	Aditivo 1 – Ampliação das Varas do Trabalho do prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Fiscalização da execução de serviços civis no subsolo, 6º e 11º pavimentos do prédio-sede do TRT4 (TP 0006/13-2)
	Aditivo 1 – Climatização do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Aditivo 2 – Ampliação das Varas do Trabalho do prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Aditivo 1 – João Telles (Bombas)
	Prédio II – Remoção do terraço e impermeabilização
	Reforma no depósito da Provenzano
	Reforma do 11º pavimento do prédio-sede do TRT
Rio Grande	Aditivo 1 – Telhado e calha
Santo Ângelo	Construção do Foro Trabalhista de Santo Ângelo (retomada para redução de custo)
	Readequação após parecer negativo do CSJT
Taquara	Instalação de porta de vidro no Foro Trabalhista de Taquara
Todas	Pregão para reformas em geral

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Uruguaiana	Aditivo 1 – Construção do novo prédio
	Aditivo 2 – Construção do novo prédio
	Aditivo 5 – Gesso acartonado e isolamento acústico
Viamão	Construção do Foro Trabalhista de Viamão (retomada para redução de custo)
	Cercamento do terreno de Viamão – Estimativa
Diversas	Análise de orçamentos de obras de outros TRTs
Diversas	Orçamento – Acessibilidade de Santana do Livramento, São Gabriel, Soledade, Canoas e Panambi

Seção de Projetos de Edificações

A Seção de Projetos e Edificações executou atividades técnicas de projeto e desenvolvimentos acessórios para essa atividade para cerca de 34 localidades. Em especial, foram executados projetos de adequações de acessibilidade, tramitações legais de projetos, avaliações de imóveis, alterações de *layout*. Muitas demandas foram atendidas ou estão sendo atendidas pelo Escritório de Arquitetura contratado em meados de 2014, o qual tem sido fiscalizado pela Seção de Projetos de Edificações e tem desenvolvido, além das atividades mencionadas acima, projetos para prédios novos e para reformas de pequeno, médio e grande porte. Essas ações têm contemplado mais da metade do total de localidades citadas.

Em 2014, a Seção de Projetos e Edificações foi responsável pelo atendimento de mais de 60 demandas, além de cerca de 10 ações que iniciaram seu atendimento no ano de 2013, ou anteriormente, e que ainda estão em andamento.

Além das ações citadas acima, essa Seção também desenvolveu projetos para as Centrais de Atendimento ao Público (CAPs) para mais de 30 localidades, incorporando novos *layouts* nessas áreas de atendimento, incluindo o encaminhamento para a aquisição dos adesivos de identificação dessas CAPs.

Também desenvolveu projetos novos e adequações de mobiliário para as salas de audiência, como nova estante para juiz, base para monitores das salas de audiências, mobiliários específicos para gabinetes e outros locais, além de colaborar na indicação de mobiliário para aquisição em situações específicas.

A Seção também trabalhou na aquisição de elementos para decoração, tais como os suportes para quadros de exposição do saguão do prédio-sede e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, plantas e respectivos vasos para áreas especiais do TRT4 e decoração especial de natal e de outras festividades.

Lista de demandas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDAS
Alegrete	Projeto para o novo prédio – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Arroio Grande	Projeto para o novo prédio – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Canoas	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de

LOCALIDADE	DEMANDAS
	arquitetura contratado
Carazinho	Contratação e fiscalização de elaboração de PPCI até obtenção de alvará
Caxias do Sul	Estudo de *layout* para ampliação da sala de assessores da 1ª Vara do Trabalho
Cruz Alta	Reforma para instalação de uma sala de perícias – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Dom Pedrito	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Encantado	Estudo de *layout* para ampliação da sala da diretora
Estância Velha	Projeto de reformas gerais (calçada, pintura, fossa e rede pública), sala de capacitação (com sala de segurança e depósito de materiais de limpeza)
Esteio	Projeto para adaptação de gradil para lixeira, copa para Central de Mandados, troca de piso da área da Distribuição
Gravataí	Regularização e aprovação de projeto na Prefeitura Municipal
Ijuí	Projeto de ampliação da sala de audiências
Lajeado	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Marau	Reforma para construção de um banheiro e adequações de acessibilidade – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Novo Hamburgo	Em andamento a fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
	Reorganização das vagas de estacionamento no Foro Trabalhista atual
Palmeira das Missões	Reforma para construção de dois vestiários e adequações de acessibilidade – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Panambi	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Passo Fundo	Projeto para ampliação do prédio próprio – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Rio Grande	Avaliação de terreno para possível doação
Rosário do Sul	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Santa Cruz do Sul	Reforma para otimização das áreas do foro e adequações de acessibilidade – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Santana do Livramento	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Santa Rosa	Avaliação de terreno para possível doação
Santo Ângelo	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes

LOCALIDADE	DEMANDAS
	Montagem e organização das peças técnicas para a contratação da obra
	Encaminhamento do projeto para análise do CSJT
São Borja	Projeto para o novo prédio – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
São Gabriel	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
São Jerônimo	Reforma para otimização das áreas do Foro Trabalhista de São Jerônimo e adequações de acessibilidade – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
São Leopoldo	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Soledade	Projeto de acessibilidade – projeto desenvolvido pelo escritório de arquitetura contratado
Triunfo	Projeto para o novo prédio – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Taquara	Contratação de laudo de patologias do Foro Trabalhista de Taquara
Viamão	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares (com apoio das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Foro Trabalhista de Porto Alegre e outras localidades em Porto Alegre	Estudos de ampliação do Foro Trabalhista de Porto Alegre, com vistas à solicitação de índice construtivo à Prefeitura Municipal. Previsão de construção de duas torres com estacionamento e ampliação do prédio II
	Reorganização de diversas unidades – espaço para terceirizados, redução do espaço do xerox, Cadastramento de Bens; redução da área da informática, adequação do espaço da Central de Mandados, Juízo Auxiliar de Conciliação e Zeladoria
	Prédio II – projeto para retirada de parte do telhado, execução de impermeabilização para a instalação das futuras máquinas de ar-condicionado.
	Prédio II – estudo para ampliação da sala do CPD
	Adequações na sala de conciliação
	Em desenvolvimento – propostas para adequação de *layout* para as Varas do Trabalho do Prédio II que tiveram ampliação das suas secretarias
	Layout para adequação do gabinete da 8ª e 10ª Varas do Trabalho
	Layout para adequação da Central de Atendimento ao Público
	Layout para a secretaria da 18ª Vara do Trabalho
	Layout para a Seção de Portaria
	Layout para criação do espaço de leitura nos saguões de espera das Varas do Trabalho
	Restaurante das Varas do Trabalho – estudo de nova localização – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado

LOCALIDADE	DEMANDAS
	Depósito da Provenzano – *layout* de estantes para aproveitamento de espaço lateral dos pavilhões
	Depósito da Provenzano – reforma e adequação para a utilização de espaço aos fundos dos pavilhões para estantes
	Depósito da Aureliano – estudos para utilização daquele espaço – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
	João Telles – *layout* para a Seção de Digitalização
Porto Alegre – Prédio Administrativo	3º andar – *layout* para a ala sul (Informática)
	7º andar – *layout* para Segesp
	Auditório – análise quanto a especificações de revestimentos utilizados
	Projeto de acessibilidade – em desenvolvimento pelo escritório de arquitetura contratado
Porto Alegre – prédio-sede	Diversos *layouts*: Sala 308 (Distribuição); Sala 411 (Secretaria Processual); Sala 605; Gabinete 705; Gabinete 207; Vice-Presidência; Sala Multiúso
	Projeto para reforma do gabinete 505
	Projeto de reforma de copa do gabinete 501
	Reforma para criação de nova sala e reorganização de mesas
	Montagem de peças técnicas para reforma do 11º pavimento

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS – COMIP

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip englobam a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, a coordenação e fiscalização dos contratos de manutenção das instalações mecânicas e de climatização, a implementação do Plano Permanente de Modernização das Instalações Prediais, o projeto, o orçamento e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas de todos os prédios do Tribunal (Capital e interior do estado), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial, às instalações eletrológicas e mecânicas. A Comip é composta por cinco Seções: Seção de Manutenção; Seção de Instalações Eletrológicas; Seção de Instalações Mecânicas; Seção de Marcenaria e Carpintaria e Seção de Metalurgia.

AÇÕES GERAIS DE MAIOR RELEVÂNCIA, POR LOCALIDADE

LOCALIDADE	AÇÃO
Diversas	Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva, e outros serviços de climatização, para todo o estado
	Contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos e lógicos para todo o estado

LOCALIDADE	AÇÃO
	Fiscalização dos serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva em todo o estado, que englobou visitas mensais em todos os Foros Trabalhistas, com inúmeras ações de manutenção predial, incluindo equipamentos, de caráter preventivo e corretivo
	Fiscalização dos serviços de manutenção em cabeamento estruturado programada preventiva e corretiva em todo o estado
	Construção de móvel protótipo pela área de Marcenaria para sala de audiência PJe-JT
	Instalação de pontos lógicos e *access points* de rede sem fio em todo o estado, em parceria com a Setic
Prédio-sede do TRT	Troca de carpete no saguão da sala SEEx
	Serviços de demolição no 11º andar, relativos ao Retrofit, complementar aos serviços contratados à parte
	Reformas gerais de manutenção do prédio, tais como pintura e recomposições na área do subsolo, pinturas e serviços gerais em vários gabinetes, conserto geral das portas corta-fogo, manutenção no passeio público e serviços de gesso
	Ações de reforma na sala multiúso, incluindo pintura, ações de marcenaria, alvenaria, infiltrações no telhado, pastilhas, elétrica, iluminação e aberturas
	Serviços de funilaria e algeroz na garagem
	Especificação e fiscalização da instalação e reposicionamento de *splits* em diversos setores
	Conserto geral no sistema de exaustão do prédio, com conserto de motores e dutos
	Reforma geral na sala 308
	Fiscalização da instalação de pontos eletrológicos em diversos setores
	Conserto geral das portas de vidro
	Hidrojateamento nas tubulações de saída de esgoto, visando a corrigir e prevenir entupimentos
Prédio Administrativo e Plenário do TRT4	Construção de sala com isolamento acústico na Diretoria-Geral
	Instalação de plataforma para PPNEs no plenário do TRT4
	Ação de reforma de pequeno porte a partir de definições da Presidência
	Colocação de tela solar no Foyer
	Conserto geral das portas corta-fogo
	Conserto geral nas portas de vidro
Foro Trabalhista de Porto Alegre	Ações de manutenção nos elevadores do prédio I, com substituição de todo o sistema de cabos e ações de reforma de médio e grande porte, visando a minimizar os problemas de indisponibilidade
	Projetos e fiscalização das obras de ampliação das Varas do Trabalho do prédio II

LOCALIDADE	AÇÃO
	Reformas gerais e manutenção, tais como: reforma do Restaurante e Central de Mandados, visando a eliminar problemas de infiltração; manutenção no passeio público; pinturas nas áreas dos saguões; pinturas nas portas das unidades, reformas no sistema de pisos Paviflex no prédio II (especialmente), pinturas de piso de estacionamento; serviços de gesso; recomposições em azulejos; conserto da calçada; colocação de mais um mastro para bandeira; pintura do Protocolo; pintura da sala da segurança
	Reforma na área da antiga Setic, no prédio II, para instalação da Central de Mandados
	Reforma na área da antiga Central de Mandados para instalação do Jacep e Coordenadoria de Precatórios
	Reforma na rede eletrológica na 29ª Vara do Trabalho
	Substituição dos balcões de atendimento e colocação de nova porta de acesso à Secretaria
	Ações de manutenção predial na área do restaurante, visando a sanar problemas de infiltração e melhorar as condições da cozinha
	Ações de pintura geral no prédio III
	Ações de grande porte visando a sanar graves problemas de infiltração no prédio III (Biblioteca)
	Fiscalização da implantação do novo sistema de climatização, com sistema tipo VRF
	Construção e instalação de novos móveis para os consultórios odontológicos da Coordenadoria de Saúde
	Contratação de nova plataforma elevatória para o restaurante
	Substituição da iluminação fluorescente do prédio I por iluminação LED
	Reforma do Espaço B, com pintura e troca do carpete
	Montagem de painel de comando das bombas de recalque e incêndio
Arquivo – Rua João Telles	Fechamento em divisórias nos pilotis do estacionamento, com ações de engenharia civil, para área de arquivo
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do prédio, incluindo pintura geral, consertos no telhado e na calçada, pinturas no estacionamento
Sempro/Comip – Rua André Belo	Ações de pinturas e reformas internas
Seção de Triagem de Processos Arquivados – Rua Provenzano	Ações de reforma de médio porte, incluindo pinturas, serviços de alvenaria, piso e impermeabilizações
	Avaliação e substituição de colunas do sistema porta-*pallet* do arquivo, haja vista avarias importantes
	Execução de nova entrada de energia elétrica
	Execução de nova entrada de água

LOCALIDADE	AÇÃO
Transportes (as duas sedes na Rua Marcílio Dias)	Execução de nova entrada de energia elétrica nas duas sedes
Alegrete	Substituição dos ares-condicionados de janela por *split*
	Reforma completa da rede eletrológica
Arroio Grande	Ações de manutenção predial de médio porte
	Substituição dos ares-condicionados de janela por *split*
	Reforma completa da rede eletrológica
Bagé	Reforma nas grades externas
Cachoeirinha	Ações de adequação do PPCI
	Reforma do sistema de SPDA
	Reforma de médio e grande porte, com reforma do telhado, sanando graves problemas de infiltração, pinturas, pisos e grades externas
Camaquã	Ações de manutenção predial no telhado para combatar infiltrações
Alvorada	Modernização do portão eletrônico
	Colocação de lixeira metálica em abertura feita na grade
Canoas	Serviços de algeroz junto ao prédio vizinho
	Pinturas de gabinetes
	Construção de banheiro para a sala da OAB
	Consertos na calçada
Carazinho	Ações de adequação do PPCI
Cachoeira do Sul	Reforma, com troca, das esquadrias
Caxias do Sul	Reforma completa na rede eletrológica
	Execução de sala de perícias
	Serviços de gesso em várias áreas do Foro
	Tratamento com impermeabilizante no telhado e serviços de calha de grande porte
	Fechamento do poço de luz com telhado de ventilação, para conter infiltrações
	Suporte de guia metálico para acesso adequado às instalações do telhado
	Consertos gerais de piso Paviflex
	Pinturas internas e reparos de alvenaria
	Instalações de piso laminado na 2ª Vara do Trabalho
	Recomposição de toda a calçada do prédio
	Conserto emergencial de portão e grades em virtude de acidente com carro

LOCALIDADE	AÇÃO
Cruz Alta	Remanejamento de *splits*
Dom Pedrito	Pinturas externas e pequenas reformas
Encantado	Colocação de insulfilme nas janelas
Erechim	Substituição dos ares-condicionados de janela por *split*
	Fiscalização das áreas de eletrológica e mecânica da construção da nova sede
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização da reforma de ampliação
Esteio	Substituição dos *splits* (apenas frio) por aparelhos com ciclo reverso (quente e frio)
	Ações de adequação do PPCI
	Reforma de porte médio, com mudança de *layout* e criação de salas novas
Estrela	Fiscalização das áreas de eletrológica e mecânica da construção da nova sede
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização da reforma de ampliação
Gravataí	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização da reforma de ampliação
	Fiscalização das áreas de eletrológica e mecânica da reforma de ampliação do Foro
Guaíba	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro Trabalhista, incluindo pintura geral, ações na alvenaria, infiltrações no telhado, recuperação de gradeamento
	Ação de “salvamento do gato”, com demolições e posterior recomposição de alvenaria e tubulações
Itaqui	Substituição dos ares-condicionados de janela por *split*
Lagoa Vermelha	Fechamento do CPD
Lajeado	Reformas gerais de médio porte no Foro Trabalhista, incluindo pinturas, construção de sala de audiências em gesso acartonado, infiltrações e ações de hidráulica
Montenegro	Ações de manutenção predial de médio porte, em várias áreas do prédio
Nova Prata	Especificação e fiscalização dos projetos elétricos e mecânicos na nova sede
	Fiscalização da instalação da rede eletrológica e do sistema de climatização da nova sede
Novo Hamburgo	Reforma parcial da rede eletrológica, em preparação à implantação do PJe-JT
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização da construção do novo prédio

LOCALIDADE	AÇÃO
	Reformas de médio porte, englobando pinturas de estacionamento, reforma na calçada, pinturas gerais, serviços de gesso, piso Paviflex e azulejos e hidráulica.
	Reforma no telhado para evitar graves problemas de infiltração e nas paredes externas, em especial na 5ª Vara do Trabalho
Osório	Reforma completa da rede eletrológica
	Reforma geral de médio porte, incluindo pintura interna geral, serviços de alvenaria, calhas e elétrica
Passo Fundo	Revisão geral e instalação de novos aparelhos de climatização, a partir de solicitações do Foro Trabalhista de Passo Fundo
	Ações de manutenção predial de médio porte, em várias áreas do prédio, incluindo, pinturas, abertura de janelas e gesso
Rio Grande	Montagem de 32 estantes metálicas
Santa Maria	Reinstalações de vários aparelhos de climatização no prédio, haja vista problemas crônicos de funcionamento
	Reformas gerais de médio/grande porte, incluindo consertos no telhado, gesso, caixas de piso externas, grades, pisos e *breeze soleil*
Pelotas	Reparo de pastilhas na fachada
Santa Vitória do Palmar	Reformas gerais de médio porte, incluindo serviços de alvenaria, pinturas e pisos
Montenegro	Ações de reforma geral, incluindo pinturas, recuperação e lavagem de *fulget*, conserto e colocação de calhas, substituição de porta, conserto de parquet, colocação de piso flutuante no gabinete
São Leopoldo	Ações de funilaria no telhado, acabando com graves problemas de infiltração
	Ações de reforma geral, incluindo revestimento da platibanda, pintura de grades, porta de entrada, recuperação da escada interna, com colocações de proteções extras, pisos Paviflex e portão de entrada
	Consertos emergenciais de grade e portão após acidente de carro
Sapiranga	Reformas gerais no prédio, incluindo pinturas gerais e alvenaria
Santa Rosa	Aplicação de manta asfáltica na sacada
São Gabriel	Reforma na churrasqueira, reforma no telhado (calhas) e reforma no portão de entrada
Pelotas	Colocação de insulfilme nas fechadas
Sapucaia do Sul	Pinturas gerais do prédio
Santo Ângelo	Reforma e pintura das grades externas
Taquara	Reformas gerais no prédio, incluindo: pinturas gerais, pisos Paviflex, pinturas de grades, muros, gesso, divisórias e *shafts*

LOCALIDADE	AÇÃO
Viamão	Serviços de reforma de médio porte, incluindo, pinturas, alvenaria, grades e algerozes
Triunfo	Ações de reforma geral, incluindo colocação de piso emborrachado para deficiente físico, conserto de piso cerâmico e recuperação de alvenaria
Bento Gonçalves	Pinturas internas e consertos de piso
	Colocação de piso flutuante em gabinetes e Salas de Audiência
Tramandaí	Fechamento em gesso das janelas do CPD
Torres	Instalação de temporizador no portão
Vacaria	Conserto de grave infiltração no banheiro superior, com reforma

Seção de Manutenção

Durante o exercício de 2014, a Seção de Manutenção, que dispõe de cinco servidores lotados, executou uma série de atividades, visando ao efetivo atendimento das demandas encaminhadas à Seção:

- Supervisão da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios do Tribunal, bem como dos consertos das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes;
- Atendimento ao público usuário, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT, e encaminhamento às respectivas Seções, para providências, do mesmo modo que o acompanhamento das demandas relativas a esta Seção até sua completa execução;
- Elaboração de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas; supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, além da compra de materiais no valor de R$ 57.860,13, que resultaram na autuação de 25 processos administrativos; gestão e fiscalização dos contratos celebrados com as empresas terceirizadas;
- Inclusão de notas fiscais e documentos em processos licitados e/ou processos contratados por compra direta, para fins de liquidação e pagamento; administração do suprimento de fundos, relativo às compras de materiais e serviços diversos do TRT, totalizando R$ 6.990,00 em materiais e serviços, cujo pagamento foi realizado com a utilização do cartão corporativo.

Destacou-se a fiscalização da execução do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios), feita por esta Seção, visando à sua adequação às exigências dos órgãos competentes, o que gerou um número significativo de diferentes atividades executadas. Entre os serviços contratados estão a recarga de extintores, que foi estendida a todas as unidades da 4ª Região, a instalação de placas de sinalização de saídas, de luminárias de emergência, de dutos e eletrodutos, cabos de cobre, conduletes, canaletas, tomadas, esguichos de jato regulável, e outros serviços necessários à adequação ao referido Plano. Salienta-se, também, uma série de serviços relacionados à manutenção de persianas, instalação de películas, serviços de vidraçaria (janelas, portas), serviços de chaveiro, poda, corte e remoção de árvores em diversas unidades do TRT.

Ressalta-se, ainda, o acompanhamento da execução de serviços, em 61 unidades no interior do estado, além da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme relação abaixo:

Alegrete	Gravataí	São Sebastião do Caí
Alvorada	Guaíba	Santa Cruz do Sul
Arroio Grande	Ijuí	Santa Maria
Bagé	Itaqui	Santa Rosa
Bento Gonçalves	Lagoa Vermelha	Santa Vitória do Palmar
Cachoeira do Sul	Lajeado	Santana do Livramento
Cachoeirinha	Marau	Santiago
Camaquã	Montenegro	Santo Ângelo
Canoas	Nova Prata	Sapiranga
Capão da Canoa	Novo Hamburgo	Sapucaia
Carazinho	Osório	Soledade
Caxias do Sul	Palmeira das Missões	Taquara
Cruz Alta	Panambi	Taquari
Dom Pedrito	Passo Fundo	Torres
Encantado	Pelotas	Três Passos
Erechim	Rio Grande	Tramandaí
Esteio	Rosário	Triunfo
Estrela	São Borja	Uruguaiana
Farroupilha	São Gabriel	Viamão
Frederico Westphalen	São Leopoldo	
Gramado	São Lourenço do Sul	

A Seção de Manutenção, no ano de 2014, recebeu 88 demandas pelo sistema informatizado Trace-GP, além de pedidos telefônicos e via e-mail e, nas visitas programadas das equipes às unidades, os quais ocasionaram as seguintes atividades executadas pelas empresas terceirizadas Epacom Engenharia & Sistemas e Engeporto Engenharia Ltda:

ATIVIDADES EXECUTADAS PELAS EMPRESAS CONTRATADAS – EPACOM/ENGEPORTO	QUANTIDADE
Revisão e conserto de portão de ferro	1 unidade
Instalação de lixeira/gradil de ferro	7,1 m²
Grade de ferro em barra chata (portão)	7,5 m²
Regulagem de mecanismo de porta de vidro temperado	1 unidade
Vidro liso (fantasia, miniboreal), espessura 4mm	65,05 m²

Vidro temperado espessura 10mm	127 m²
Vidro laminado fumê e = 12 mm	1,2 m²
Espelho cristal com moldura em alumínio	3,1 m²
Porta vidro temperado 90x210	1 unidade
Fixação de borrachas de vidro	5 m.
Película para vidro (fumê e leitoso)	1.314,63 m²
Retirada de esquadrias de ferro e grades	130 m²
Persianas (instalação) m²	2.510,16 m²
Persianas (manutenção) m	1.365,52 m.
Persianas (manutenção) m²	211,10 m²
Persianas (manutenção) un.	52,6 unidades
Persianas Rolô – Tela solar (instalação) unidade	39,51 unidades
Troca de segredo fechadura simples/tetra com duas cópias de chave	23 unidades
Cópia chave (tetra/simples)	168 unidades
Controle remoto de portão eletrônico	49 unidades
Cadeados Fixação e remoção de placas e letreiros	4 unidades 61 unidades
Carpete	5,5 m²
Cobertura com policarbonato compacto cristal (toldo) 6 mm	9,3 m²
Contêiner (carga e transporte de entulho em contêiner v = 5 m³)	2 unidades
Mastro para bandeira	7 unidades
Regulagem de mecanismo de abertura de caixilho maxim-ar	12 m²
Pintura esmalte sintético 2 demãos em estrutura metal com revestimento incluindo fundo	15 m²
Limpeza de superfície com jato alta pressão de ar e água	102 m²
Forro mineral, placas 625x1250x16mm, inclusive perfilaria	9,3 m²
Instalação de luminárias de emergências – PPCI	12 unidades
Teste nível 2 – recargas de extintores – PPCI	448 unidades
Instalação de esguichos reguláveis – PPCI	14 unidades
Instalação de eletrodutos de aço e duto alumínio – PPCI	9 unidades
Confecção de placas - PPCI	3 unidades
Porta equip. para duto de alimínio p/3 tomada e Condulete 3/4" alumínio PPCI	11 unidades
Tomada elétrica 2p/plugue fêmea/macho 3p – PPCI	18 unidades
Cabo de cobre isolado resistente à chama 2,5mm² / 35 mm2 – PPCI	104 m.
Desentupimento de rede de esgoto	98 unidades

A seguir, é apresentado o quadro de atendimento de serviços executados via contratação pelo sistema AdmEletrônico ou pela própria Seção:

ATIVIDADES	OUTRAS EMPRESAS	PRÓPRIA SEÇÃO	QUANTIDADE
Manutenção de Persianas	X	X	9
Recarga de extintores, cilindros	X		1
Montagem de exposição (quadros, *banners*, etiquetas)		X	201
Montagem de eventos	X	X	8
Conserto de fechaduras	X	X	4
Poda/supressão total de árvores	X		17
Plantio/fornecimento de mudas nativas	X		19
Confecção e instalação de placas	X	X	6
Compra de material para CA (Manifold)	X		2
Abertura de portão interno	X		1
Desentupimento de rede pluvial e de esgoto	X		2
TOTAL			**336**

Seção de Instalações Eletrológicas

Foram executados diversos projetos, orçamentos, fiscalizações e execuções de redes elétricas e lógicas, tais como a nova rede lógica de categoria 6 em Caxias do Sul, reformulações das redes em Alegrete, Novo Hamburgo e Viamão. Trabalhou-se na ampliação de pontos lógicos nas salas de audiência e instalação dos rádios da Rede Sem Fio (*Access Points*) como parte da preparação das unidades judiciárias à chegada do PJe-JT.

A grande inovação de 2014 ficou por conta do projeto e execução da nova iluminação de LEDs no Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre, projeto que será estendido para outros prédios e localidades em 2015. Também foi inaugurado novo sistema de som para os Prédios I e II daquele Foro.

Em 2014, a Seção de Instalações Eletrológicas atendeu a 2.640 demandas de manutenção elétrica geral, incluindo iluminação, tomadas e quadros elétricos.

Também atendeu a 1.314 demandas de lógica e telecomunicações, incluindo pontos de rede para informática, pontos de telefonia, som, imagem, organização de *racks*, infraestrutura para CFTV, entre outros.

Foram mais de 50 eventos de sonorização atendidos, incluindo inaugurações, posses, sessões, cursos, palestras e reuniões na Região Metropolitana e interior do estado.

Dentre os diversos itens de elétrica e telecomunicações que foram reparados ou instalados, destacaram-se:

ITEM	QUANTIDADE
Cabos Elétricos	15.464 metros
Cabos de Telecomunicações	31.537 metros
Disjuntores e dispositivos de Proteção	598 unidades
Lâmpadas	7.963 unidades
Luminárias	1.157 unidades
Reatores	1.525 unidades
Inspeção e Manutenção de Pontos Lógicos	1.917 unidades
Certificação de Pontos Lógicos	621 unidades

Seção de Instalações Mecânicas

A Seção de Instalações Mecânicas elabora projetos e orçamentos, acompanha a execução e a manutenção de obras e serviços que envolvem condicionadores de ar e elevadores.

Dentre as principais ações da área em 2014, destacam-se:

- Elaboração de projeto básico para contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de todos condicionadores de ar do TRT da 4ª Região;
- Fiscalização da obra de climatização do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Fiscalização da obra de climatização para as novas instalações do PAJT de Panambi;
- Fiscalização das obras de Uruguaiana, Erechim e Estrela, no tocante às instalações mecânicas;
- Instalação e remanejamento de condicionadores de ar tipo *split* para o interior do estado, em especial as cidades de Alegrete, Arroio Grande, Erechim, Itaqui, Santo Ângelo, Uruguaiana e Viamão, onde foram trocados os antigos aparelhos de janela por *splits*;
- Substituição dos *splits* do Foro Trabalhista de Esteio por aparelhos com as funções quente e frio;
- Projeto básico para contratação de empresa para substituição do elevador do prédio do Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul, adequando-o às normas de acessibilidade;
- Contratação e fiscalização de empresa para substituição de plataforma elevatória para acesso ao restaurante do Foro Trabalhista de Porto Alegre, adequando-a às normas de acessibilidade;
- Fiscalização de dois contratos de instalação e remanejamento de *splits*;

- Fiscalização de quatro contratos de manutenção de condicionadores de ar, sendo atendidos 1.111 chamados de manutenção corretiva;
- Gestão de 27 contratos de manutenção de elevadores.

Seção de Edificações e Metalurgia

A Seção de Edificações e Metalurgia, no ano de 2014, executou projetos, orçamentos e fiscalização de obras e serviços, concluindo 1.825 ordens de serviço.

Dentre as várias obras fiscalizadas pela Seção, destacam-se as seguintes: Foros de Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Guaíba, Lajeado, Montenegro, Nova Prata, Osório, Porto Alegre, Santa Maria, Sapiranga, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Taquara, Triunfo e Viamão; TRT (André Belo, Provenzano, João Telles).

Quanto aos diversos itens fiscalizados pela Seção de Edificações e Metalurgia, destacaram-se como sendo de maior volume:

ITEM	QUANTIDADE
Calhas, rufos e algerozes	900 m2
Pintura acrílica	18.000 m2
Pintura PVA	1.200 m2
Pintura esmalte	1.000 m2
Massa corrida	1.800 m2
Isolamento de janelas	200 unidades
Troca de reparo de válvulas de descarga	344 unidades
Instalação de bebedouros elétricos	102 unidades
Desentupimento de rede de esgoto	460 m2
Telhado	150 m2

Seção de Marcenaria e Carpintaria

A Seção de Marcenaria e Carpintaria concluiu 747 ordens de serviço em 2014, período que contou com 238 dias úteis, perfazendo uma média de 3,13 ordens diárias, com a execução das seguintes atividades:

- Confecção de atris;
- Confecção e instalação de cabideiros, bem como eventuais trocas de local;
- Confecção, instalação e remoção de divisórias comuns (AL1, AL2 e AL3);
- Conserto, instalação e substituição de fechaduras de portas e de móveis;
- Confecção, conserto, montagem, desmontagem, instalação e restauração de móveis;

- Conserto, instalação e remoção de portas, bem como instalação e substituição de dobradiças;
- Confecção, instalação e remoção de prateleiras;
- Confecção e instalação de murais;
- Confecção de molduras para organogramas;
- Colocação e troca de local de quadros e espelhos;
- Colocação de biombos;
- Colocação de ganchos para bolsas, em banheiros e em estações de trabalho;
- Confecção de supedâneos;
- Confecção de suportes de monitor;
- Confecção de base para placas de inaugurações diversas;
- Outras, como abertura de gaveteiros, colocação de porta-toalhas e saboneteiras, confecção de rampa para acesso de carrinho de processos, e conserto de portas de *shaft*, entre outros.

Dentre os serviços executados, destacaram-se:

- Instalação de divisórias para criação de salas de perícia e outras acomodações, como executado no PAJT de Marau, por exemplo;
- Fechamento de espaços para acomodação e climatização de CPDs a pedido da Setic;
- Mudança no *layout* da Corregedoria, com divisórias de compensado em louro-feijó e acabamento em goma-laca;
- Execução de serviços variados nas Varas do Trabalho da região metropolitana, bem como em Varas do Trabalho e Postos Avançados da JT do interior do estado (Bento Gonçalves, Triunfo, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Gramado, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Cruz Alta, Santa Maria, Taquara, Torres, Tramandaí e Torres), notadamente a revisão, a remoção e a instalação de divisórias, portas e fechaduras;
- Confecção dos móveis de dois consultórios dentários da Coordenadoria de saúde em MDF;
- Restauração de oito móveis para os gabinetes de Desembargadores.

Entre os meses de janeiro e junho, 65 ordens de serviço foram concluídas pela empresa Epacom, em Varas do Trabalho e outras Unidades de Porto Alegre, da Região Metropolitana e em cidades do interior do estado. Entre os meses de julho e dezembro, 30 ordens de serviço foram concluídas pela empresa Engeporto, abrangendo os mesmos locais supracitados, visto que foi a licitante vencedora do contrato de manutenção no Tribunal.

Houve também a autuação de quatro processos administrativos para compra de materiais diversos, madeiras, portas, perfis de alumínio e chapas de divisórias, bem como de uma furadeira de bancada para substituir a antiga que não pode ser consertada.

No ano de 2014, os servidores da Seção tiveram participação no “Curso Meio Ambiente – Conscientização e Prática” e no 17º Encontro Anual de Gestores.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENADORIA DE PAGAMENTO

A Coordenadoria de Pagamento elaborou as folhas de pagamento mensais, suplementares, de férias e de gratificação de natal. Das atividades exercidas, destacaram-se as seguintes:

- Elaboração de controles e planilhas eletrônicas;
- Acompanhamento da legislação sobre pagamento de pessoal;
- Preparo de informações em processos administrativos;
- Emissão de certidões;
- Prestação de informações à Advocacia-Geral da União, Juízes Federais e Estaduais e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Controle e encaminhamento de débitos existentes na folha de pagamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Manutenção da parte de cálculo da folha, como criação, exclusão e associação de rubricas, bem como desenvolvimento e atualização das tabelas de dados e outros indicadores;
- Transmissão dos arquivos para crédito da folha de pagamento na rede bancária;
- Controle e elaboração da DIRF, Informe de Rendimentos do IRRF, RAIS, SEFIP e PASEP;
- Utilização de programas de busca de informações no banco de dados (*Access* e *Discoverer*);
- Automatização dos procedimentos mensais de concessão de progressões e promoções, adicional de qualificação por ações de treinamento, por meio da manipulação direta do banco de dados da Folha de Pagamento via utilização do Microsoft Access; automatização dos procedimentos de indenização das dispensas de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão ocorridas durante o ano e do cômputo da média das substituições dos Juízes no cálculo da parcela final da gratificação natalina;
- Inclusão no banco de dados do Sistema de Compras dos pagamentos dos honorários periciais via utilização do Microsoft Access, a partir de planilha eletrônica elaborada pela Coordenadoria de Precatórios;
- Emissão e envio, via Malote Digital, dos contracheques dos servidores cedidos a outros Tribunais;
- Criação e manutenção da página na intranet, com as informações referentes aos pagamentos feitos e a serem feitos;
- Criação e manutenção dos dados no menu “Transparência” do site do Tribunal na internet;
- Encaminhamento, a partir da competência novembro de 2010, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Detalhamento da folha de pagamento de pessoal – Anexo VIII e da Estrutura Remuneratória – Anexo III, da Resolução CNJ nº 102/2009;

- Validação e envio de arquivos de dados no formato XML ao Ministério da Previdência Social para Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União para o exercício de 2013;
- Administração e renovação dos contratos regulados pela Portaria TRT4 nº 108/2005;
- Análise dos lançamentos e pagamentos efetuados pela folha de pagamento, mediante o uso de técnicas de auditoria, visando a detectar possíveis incorreções no sistema, fortalecendo a segurança das operações;
- Verificação, mediante controles diversos, da adequação e legalidade das operações efetivadas no sistema de folha de pagamento e respectivos efeitos.

Principais alterações e pagamentos extraordinários efetuados no exercício de 2014:

JANEIRO	• pagamento das férias e adiantamentos de Gratificação Natalina do exercício de 2014; • pagamento parcial aos magistrados que ingressaram após dezembro de 1997 da correção monetária e dos juros sobre o Auxílio-Moradia de janeiro de 1998 a agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/2002, conforme critérios do Ofício Circular 19/2013 – CSJT.GP.SG.CFIN. Nos meses de março, abril e junho de 2014 ocorreram novos pagamentos parciais; • pagamento de Restos a Pagar referente a diferenças do benefício da Assistência Pré-Escolar do período de março a dezembro de 2013, decorrentes da aplicação do Ato Conjunto TST.CSJT 03/2013; • pagamento do adiantamento de 50% da Gratificação Natalina do exercício de 2014 aos servidores inativos e pensionistas substituídos pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS na Ação Ordinária nº 5069969-88.2012.404.7100/RS e que haviam optado no Sistema de Folha de Pagamento pela percepção no mês de janeiro de 2014 (Processo Administrativo nº 0000042-62.2013.5.04.0000). Pagamentos idênticos nos meses de fevereiro a maio de 2014; • pagamento de Restos a Pagar aos magistrados ativos referente às diferenças de Auxílio-Alimentação de R$ 590,00 para R$ 630,00 por mês, do período de agosto a dezembro de 2010, com correção monetária e juros; • pagamento de Restos a Pagar referente a passivos diversos; • pagamento das substituições de janeiro de 2014 aos magistrados; • implementação de reajustes assegurados pelas Leis nº 12.771/2012 e 12.774/2012. Em relação à Lei nº 12.774/2012 houve alteração da Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ de 62% para 75,2%, a partir de 1º de janeiro de 2014. Quanto à Lei nº 12.771/2012, houve o reajuste de 5%, conforme valores indicados na Resolução STF nº 515/2014, e • reajuste dos proventos e pensões, no percentual de 5,56%, de acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 19/2014 (DOU 13.01.2014), a partir de 1º de janeiro de 2014.
MARÇO	• pagamento parcial aos classistas que ingressaram após dezembro de 1997 da correção monetária e dos juros sobre o Auxílio-Moradia de janeiro de 1998 a agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/2002, conforme critérios do Ofício Circular 19/2013 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 19.12.2013. No mês de junho de 2014 ocorreu novo pagamento parcial. Igualmente em setembro/2014 (2), para

	os que prestaram declaração até 31.8.2014 e 23.9.2014; • pagamento das diferenças das vantagens dos artigos 184, II, da Lei nº 1.711/1952 e 192, II, da Lei nº 8.112/1990, relativas ao mês de março de 2014, conforme determinações nos respectivos processos administrativos; • pagamento a cinco servidores/pensionistas Chefes de Secretaria – Pjs, de pensão judicial, da diferença de correção monetária e juros sobre o pagamento do decréscimo remuneratório referente ao enquadramento da Lei nº 10.475/2002 efetuado na folha suplementar 25/2014, de 27.03.2014, Mandado de Segurança nº 2003.71.00.056889-7 (RS) – processo nº 0056889-60.2003.404.7100 - 3ª Vara Federal de Porto Alegre, e • pagamento da quarta parcela da diferença da URV de servidores e de sucessores de servidores, conforme saldo final existente e atendendo aos critérios do Acórdão 2306/2013 – TCU – Plenário. Abarcou os beneficiários que prestaram declaração entre 27.12.2013 e 18.03.2014, servidores, e entre 27.12.2013 e 21.03.2014, sucessores de servidores. Novo pagamento em abril de 2014 aos beneficiários que prestaram declaração entre 19.03 e 15.04.2014, servidores, e entre 22.03 e 15.04.2014, sucessores de servidores. Igualmente em junho de 2014, aos que prestaram declaração até 26.06.2014. Em setembro de 2014, aos que prestaram declaração até 17.09.2014. Em dezembro de 2014, declarações até 12.12.2014.
ABRIL	• pagamento aos servidores inativos e instituidores de pensão, bem como aos exonerados, do reposicionamento disposto na Portaria Conjunta STF nº 42013, que regulamenta o dispositivo da Lei nº 12.774/2012, que trata do reposicionamento dos servidores de carreira, com efeitos financeiros retroativos a 31.12.2012. Este pagamento abrangeu o período de 31.12.2012 a 31.12.2013; • pagamento de Restos a Pagar referente a passivos diversos; • implementação de reajustes, a contar de 1º de janeiro de 2014, dos benefícios de Auxílio-Alimentação (R$751,96) e Assistência Pré-Escolar (R$594,15), em atenção ao Ofício Circular 005/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 31.03.2014; • pagamento de diferenças de Retribuição por Treinamento, inscritas em Restos a Pagar, e • pagamento da quarta parcela do passivo da diferença do recálculo da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE aos magistrados, conforme saldo final existente, conforme critérios do Acórdão TCU 2306/2013 – Plenário. Declarações recebidas até o dia 25.4.2014. Ocorreram novos pagamentos em junho - para os que prestaram declaração até 23.6.2014; em agosto - declaração até 31.7.2014; em setembro, declaração até 23.9.2014; e em outubro, declaração até 09.10.2014.
MAIO	• pagamento complementar aos servidores exonerados, do reposicionamento disposto na Portaria Conjunta STF nº 4/2013, que regulamenta o dispositivo da Lei nº 12.774/2012, que trata do reposicionamento dos servidores de carreira, em despesas de exercícios anteriores.
JUNHO	• pagamento do adiantamento de 50% da gratificação natalina do exercício de 2014 aos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas que não o haviam recebido e recálculo para 50% da remuneração àqueles que já haviam recebido; • pagamento parcial do Auxílio-Alimentação aos magistrados ativos do período de 19.05.2004 a abril de 2010, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT 48/2010, com a redação do Ato CSJT 432/2012, relativo

	às declarações recebidas até o dia 10.06.2014 e outro pagamento para declarações apresentadas até 26.06.2014. Novo pagamento em outubro de 2014, para os que prestaram declaração até 13.10.2014; • pagamento da 4ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE aos classistas, conforme saldo final existente, conforme critérios do Acórdão TCU 2.306/2013 – Plenário. Declarações recebidas até o dia 23.06.2014. Novo pagamento em setembro, para os que prestaram declaração até 31.08.2014; • pagamento em restituição dos valores recolhidos a título de Montepio Civil da União a dois magistrados, conforme processo CCAUD: 0002541-82.2014.5.04.0000, e • inclusão em folha de pagamento do direito ao valor do Auxílio-Moradia no cálculo da PAE, incidente sobre os proventos e pensões dos Juízes Classistas de primeira Instância, no período de 1992 a 1998, a partir de 14.05.2014, data da comunicação oficial da decisão ao CSJT.
JULHO	• pagamento em despesas de exercícios anteriores decorrentes de atos de gestão ocorridas no último trimestre de 2013, conforme artigo 17 da Resolução CSJT nº 137/2014, referente a passivos diversos.
AGOSTO	• processamento de desconto nos proventos e pensões dos juízes classistas de primeiro grau inativos e pensionistas beneficiários das diferenças da inclusão do Auxílio-Moradia na Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, determinada pelo STF no RMS 25.841-DF, no valor de duas parcelas de R$ 500,00, a título de honorários advocatícios, conforme Processo Administrativo 0003270-11.2014.5.04.0000, em favor da Associação Nacional dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho – Anajucla, e • pagamento das despesas de exercícios anteriores de diferenças de progressões ou promoções, licença por motivo de tratamento de saúde em pessoa da família, adicional de qualificação e adicional por tempo de serviço - ATS em valores iguais ou abaixo de R$ 1.000,00 (mil reais), conforme autorização Processo Administrativo nº 0005999-49.2010.5.04.0000, conforme artigo 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
SETEMBRO	• pagamento das despesas de exercícios anteriores de diferenças de vencimentos, proventos e pensões, diferenças de substituição e de Abono de Permanência em valores iguais ou abaixo de R$ 6.957,41, nos termos do artigo 12 da Resolução CSJT nº 137/2014, conforme autorização processo nº 0005999-49.2010.5.04.0000; • pagamento aos estagiários da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do estado do Rio Grande do Sul – Fase/RS, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 0005463-33.2013.5.04.0000. Pagamentos idênticos nos meses seguintes; • pagamento das despesas de exercícios anteriores de diferenças de progressões ou promoções, licença por motivo de tratamento de saúde em pessoa da família, adicional de qualificação e adicional por tempo de serviço – ATS em valores iguais ou abaixo de R$ 6.957,41, conforme artigo 12 da Resolução CSJT nº 137/2014, autorizado no processo nº 0005999-49.2010.5.04.0000;
OUTUBRO	• pagamento das diferenças de ajuda de custo para moradia concedida na medida cautelar na ação cível originária 2.511 DF, que acolheu o pedido liminar da Anamatra em favor dos magistrados do trabalho (ativos), nos mesmos termos que o da decisão proferida na medida cautelar na Ação Cível Originária 1.773 DF, relativa ao direito assegurado pelo artigo 65,

	inciso II, da Loman, correspondente ao período de 15.09 a 31.10.2014. Houve novo pagamento em novembro de 2014; • devolução do valor descontado em outubro de 2014, em face dos termos do OF.LIQ/FED nº 755/2014, de 09 de outubro de 2014, no qual as empresas Federal de Seguros S/A e a Federal Vida e Previdência S/A comunicaram a este Tribunal que fora decretada a liquidação extrajudicial das duas entidades, e • pagamento das despesas de exercícios anteriores de adicional de qualificação em valores iguais ou abaixo de R$ 6.957,41, conforme artigo 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.
NOVEMBRO	• implementação da inclusão em folha de pagamento da ajuda de custo para moradia concedida na medida cautelar na ação cível originária 2.511 DF.
DEZEMBRO	• pagamento de folha suplementar com as diferenças remuneratórias decorrentes de concessões encaminhadas após o fechamento da folha normal de dezembro de 2014; • pagamento das despesas de exercícios anteriores de abono de Permanência, adicional de insalubridade, adicional de qualificação, adicional por tempo de serviço, progressões e promoções (Resolução TST nº 680/2000) e de vencimentos/ proventos/pensões em atendimento à suplementação orçamentária, nos termos do Ofício Circular nº 36/2014 – CSJT.GP.SG.CFIN, de 16.12.2014, e • pagamento das despesas de exercícios anteriores de abono de permanência, conforme sobra orçamentária do exercício financeiro.

Integram a folha de pagamento do Tribunal os seguintes quantitativos de pessoal:

NÚMERO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS		
Ativos	Servidores	3.489
	Magistrados	286
Inativos	Servidores	1.097
	Magistrados	119
	Juízes Classistas	102
Pensionistas	Pensionistas Civis	471
TOTAL		**5.564**

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2014, dentre as atividades relacionadas à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, destacaram-se:

- Elaboração da Proposta Orçamentária Prévia 2015 de pessoal, encargos sociais e benefícios, com projeção da folha normal de pessoal e incrementos não previstos na folha base, bem como levantamento atualizado dos passivos devidos pelo Tribunal. Inclusão da Proposta Orçamentária 2015 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop;

- Elaboração da proposta para abertura de créditos suplementares no decorrer do exercício para atender a despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios. Inclusão do Pedido de Suplementação Orçamentária 2014 no Siop; lançamento de dados no Siop de acompanhamento e informações relativas ao desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT;
- Projeções e acompanhamento dos saldos orçamentários e financeiros do Orçamento de 2014, referentes a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, com demonstrativos de previsão da despesa e cálculos de acréscimos à despesa, tais como projeções de aposentadorias, pensões civis e preenchimento de novos cargos e funções, criados pelas Leis nº 11.436/2006, 12.421/2011 e 12.475/2011, e outras diversas variáveis;
- Alteração de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, em nível de Modalidades de Aplicação e Elemento de Despesas nos grupos de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios, precatórios, Requisições de Pequeno Valor – RPV, e assistência jurídica a pessoas carentes;
- Execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de pessoal, sendo feita no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI a apropriação da despesa, documentos de descontos, encargos e emissão de ordens bancárias, viabilizada por meio da emissão de documentos de movimentação financeira com o acompanhamento e controle da execução;
- Atualização de dados no SIAFI e pagamento de valores referentes a Precatórios da Administração Direta, Indireta e RPVs;
- Pagamento de honorários periciais – registro e pagamento no SIAFI do Programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e consequente disponibilização dessas informações em meio eletrônico;
- Emissão de Ordens Bancárias de Pagamento de fornecedores e respectivas retenções;
- Emissão de Ordens Bancárias de Folha de Pagamento de magistrados, servidores e pensionistas;
- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e eventuais, e disponibilização em meio eletrônico dessas informações;
- Transmissão de informações à Previdência Social, por meio do aplicativo Sefip, dos trabalhadores vinculados ao RGPS que prestaram serviço ao Tribunal;
- Análise da documentação referida no artigo 11, §1º, da Resolução CNJ n º 98/2009, para fins da liberação a que se refere;
- Restituição aos contribuintes de valores arrecadados por meio de GRU, no caso de pagamentos a maior ou indevidas;
- Regularização, junto à Receita Federal do Brasil, de pendências relativas a recolhimentos de tributos (Redarf e Certidão Negativa de Débitos);
- Elaboração de Relatórios Gerenciais para acompanhamento da execução do Orçamento, tais como: 1. Variação Mensal da Despesa Orçamentária; 2. Controle do Saldo Orçamentário; 3. Projeções da Folha de Pagamento; e 4. Comparativo do Sub-repasse das Categorias de Pessoal e Outros Custeios com a Despesa Executada;
- Declarações para empresas do imposto referente à Lei nº 9.430/1996;
- Elaboração da Declaração de Imposto e Contribuições Retidas em meio magnético, discriminando mensalmente o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte

e por código de recolhimento, nos termos das especificações aprovadas pela Secretaria da Receita Federal;

- Elaboração, publicação no Diário Oficial da União – DOU e disponibilização em meio eletrônico do Relatório de Gestão Fiscal – RGF nos três quadrimestres do ano. Lançamento e disponibilização do RGF no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios – SISTN;
- Conciliação e composição de contas contábeis de adiantamentos e provisão de férias e gratificação de natal;
- Elaboração do Cronograma Anual de Desembolso;
- Lançamento no Siafi e encaminhamento dos Pedidos de Programação Financeira – PPF de pessoal e benefícios;
- Atendimento, controle e acompanhamento das mensagens da CFIN/CSJT, contendo informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Em 2014, a Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa promoveu e coordenou os serviços de apoio necessários às diversas atividades desenvolvidas no prédio-sede do TRT4, tais como manutenção predial, segurança, transportes, serviços gráficos, portaria, coordenação dos meirinhos, reprografia, zeladoria, limpeza, manutenção de viaturas, telefonia e transporte de processos, documentos e cargas.

Na Capital e no interior do estado, a Seapa atuou como gestora dos contratos nos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda, coordenou a gestão de contratos com empresas terceirizadas que executaram serviços de copeiragem, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Coordena ainda a Central de Recebimento de Demandas Administrativas – Credem, que visa à eficácia na solicitação e no atendimento das demandas administrativas, por meio de um sistema informatizado de recepção e processamento das solicitações, resultando na agilização dos trâmites internos e na melhoria da comunicação. A Credem objetiva também atender ao Plano Estratégico do Tribunal, no que tange à inovação, integração e atualização dos sistemas de informação. Durante o ano de 2014, foram recebidas 104 demandas, as quais foram imediatamente respondidas e encaminhadas às unidades competentes.

Além da gestão das atividades acima citadas, a Secretaria de Apoio Administrativo ainda efetuaou as seguintes ações:

- Controle dos vencimentos dos contratos de serviços terceirizados vinculados às suas diversas Seções;
- Recebimento, arquivamento e controle da documentação e registros dos funcionários das empresas terceirizadas das áreas da limpeza e transporte de processos;
- Prestação de informações e documentação para a Advocacia-Geral da União quanto às ações trabalhistas movidas contra o TRT da 4ª Região, relativas às empresas terceirizadas, cuja gestão de contratos incumbe à Seapa;

- Encaminhamento de prorrogações dos contratos de serviços terceirizados;
- análise das minutas de contratos e pregões eletrônicos referentes a contratações de serviços terceirizados;
- elaboração de projetos básicos para contratações de serviços terceirizados;
- elaboração de relatórios, ofícios e demais documentos atinentes à Seapa;
- autuação de processos eletrônicos e elaboração de minutas de despachos;
- atualização do guia telefônico na intranet, encaminhamento para impressão gráfica e distribuição às diversas unidades da Capital e do interior do estado;
- divulgação no site do Tribunal, na internet, da relação dos veículos da frota da instituição;
- distribuição do calendário do Tribunal para as unidades administrativas e judiciárias da Capital e interior do estado;
- atualização contínua do Portal Transparência;
- gestão do contrato mantido com a empresa Claro para o serviço de telefonia móvel para voz e dados em aparelhos *smartphones*;
- gestão do contrato mantido com a empresa Vivo para fornecimento de chips instalados nas interfaces do PABX do prédio-sede do TRT;
- distribuição, organização, e controle dos celulares funcionais de desembargadores, juízes e servidores da administração, incluindo orientações quanto ao uso, reparos e/ou trocas, visando a seu perfeito funcionamento e utilização.

Seção de Conservação Predial

A Seção de Conservação Predial coordenou os serviços necessários à conservação predial por meio das Seções de Zeladoria e Limpeza. Atendeu também, na Região Metropolitana e no interior do estado as demandas de limpeza, jardinagem e dedetização, tendo realizado, em 2014, as seguintes atividades:

- Coordenação e supervisão das Seções de Zeladoria e Limpeza;
- Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência;
- Gestão dos contratos com empresas terceirizadas de limpeza que atuam em todo Tribunal;
- Efetuação da proposição de Termos Aditivos e Supressões aos contratos de limpeza;
- Efetuação da proposição de renovação do contrato de limpeza, com pesquisa dos custos junto a diversos órgãos públicos;
- Análise de documentos fiscais e trabalhistas fornecidos pelas empresas contratadas;
- Elaboração de despachos em processos e expedientes administrativos;
- Efetuação da proposição de contratação de serviços de jardinagem e dedetização para todo o TRT;
- Encaminhamento de informações para a AGU, relativamente aos empregados terceirizados do contrato de limpeza que ingressaram com ações judiciais trabalhistas;
- Elaboração de relatórios, memorandos, ofícios e mensagens eletrônicas;

- Encaminhamento de Notas Fiscais dos contratos de limpeza para a Seção de Liquidação.

Seção de Limpeza e Conservação

A Seção de Limpeza e Conservação desempenhou, em 2014, as seguintes atividades:

- Supervisão e fiscalização dos serviços terceirizados de limpeza das áreas internas e externas dos prédios do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do interior do estado;
- Controle do recolhimento do lixo orgânico e seco (reciclável), no Prédio-Sede e no Prédio Administrativo, bem como nos prédios do Foro Trabalhista da Capital;
- Controle de pragas (desinsetização e desratização) dos prédios do TRT em Porto Alegre e de várias unidades do interior, entre as quais: Gravataí, Bagé, Viamão, Marau, Canoas, Santa Rosa, Santa Maria, Guaíba e as Seções de Almoxarifado, Arquivo, Depósito do Cadastramento de Bens e Triagem;
- Conferência e ateste das Notas Fiscais dos contratos sob fiscalização da Seção;
- Aprimoramento do controle da documentação dos funcionários da atual empresa terceirizada, ACN – Serviços de Limpeza e Portaria Ltda., destacando-se a criação de tabelas e pastas individuais para a otimização desse processo, para acompanhamento dos documentos recebidos, tais como: cartões-ponto, recibos de salários, entrega de equipamentos de proteção individual, vales-transporte e alimentação;
- Acompanhamento, junto à empresa terceirizada, dos pleitos e necessidades de todas as unidades do Tribunal, seja em razão de materiais, equipamentos ou de funcionários para os serviços;
- Fiscalização diária do suprimento de materiais, em especial os de higiene (papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, álcool gel, aromatizador ambiental, etc.), nas dependências do Tribunal, do Foro Trabalhista de Porto Alegre e das unidades do interior, bem como atendimento das solicitações dos servidores;
- Representação do Tribunal, como preposto, na Capital, em audiências trabalhistas ajuizadas contra o TRT e a União Federal, envolvendo empresas terceirizadas de limpeza, pelo Assistente-Chefe da Seção e pelo Fiscal das Varas do Trabalho, e no interior, representado pelos Diretores das Coordenadorias de Distribuição dos Feitos nos respectivos Foros;
- Disponibilização, na intranet, de formulário para lavação de pisos, bem como sistema de avaliação para receber sugestões sobre o trabalho desenvolvido em todas as unidades;
- Acompanhamento *in loco* das inaugurações ocorridas no ano de 2014, coordenando a limpeza e colocação de funcionários terceirizados, bem como nas mudanças de prédio, das seguintes unidades: Nova Prata, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Santiago, Uruguaiana, Itaqui, Capão da Canoa, São Leopoldo, Alegrete e Bagé;
- Acompanhamento de serviços de capina e retirada de lixo no terreno da Rua Jacob Vontobel, nº 100, com frequência semanal;
- Acompanhamento de limpeza geral ocorrida no Depósito da Av. Aureliano de Figueiredo Pinto;
- Capina na Seção de Triagem de Processos Arquivados;

- Fiscalização e acompanhamento detalhado da limpeza em eventos de grande porte.

Seção de Oficinas Gráficas

A Seção de Oficinas Gráficas desempenhou, em 2014, as seguintes atividades:

- Impressão de documentos e formulários em geral, bem como reprodução de convites diversos, informativos, cartazes, apostilas, cartões timbrados com envelopes, *folders*;
- Confecção de carimbos;
- Serviços de encadernação;
- Confecção do guia telefônico interno;
- Confecção de blocos para rascunho com papel reciclado.

Quadro comparativo das atividades de 2013 e 2014:

	ANO DE 2013	ANO DE 2014
Confecção de carimbos	7.340	3.051
Encadernações	4.350	1.207
Impressos em geral	3.771.000	1.768.000

Seção de Portaria

A Seção de Portaria desenvolveu, em 2014, as atividades de recepção, transporte e entrega de correspondências e processos entre os prédios da Capital, conforme descrito no quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS

	ANO DE 2013	ANO DE 2014
Correspondências registradas (via correio)	6.097	6.051
Correspondências simples (via correio)	3.953	8.124
Processos (via malote)	40.940	30.572
Correspondências (via malote)	16.440	6.898
Processos Capital (Varas)	5.192	3.493
Processos MP	416	329
Correspondências Capital (Varas)	4.493	3.021
Correspondências MP	246	200

	ANO DE 2013	ANO DE 2014
TOTAL	**77.777**	**58.688**
MÉDIA MENSAL	**6.481**	**4.891**

Seção de Recepção de Gabinetes

A Seção de Recepção de Gabinetes desempenhou, em 2014, as seguintes atividades:

- Coordenação do serviço de xerox, que fez 185.908 cópias reprográficas e 26.893 digitalizações em 2014;
- Atendimento aos gabinetes de Desembargadores e de Juízes Convocados, às Turmas, à Secretaria de Comunicação Social, à Seção de Portaria, à Coordenadoria de Segurança Institucional, à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria Regional, à Secretaria de Apoio aos Magistrados, à Vice-Corregedoria, à Ouvidoria, à Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, à 1ª e à 2ª SDI, à Seção de Dissídios Coletivos, a todas as Seções da Gestão de Pessoas, à Diretoria-Geral, a todas as Seções do Serviço de Material e Logística, à Assessoria de Recurso de Revista, à Secretaria de Orçamento e Finanças, à Secretaria Judiciária, à Coordenadoria de Recursos, à Assessoria de Recurso de Revista, à Assessoria Jurídica, à Coordenadoria de Precatórios, a todas as Coordenadorias e Seções da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, à Assessoria de Gestão de Mudanças, à Secretaria de Controle Interno, a todas as Seções do Protocolo, à Seção de Apoio Processual, à Distribuição do Pleno, à Coordenadoria de Acórdãos, Agravos e Certidões, à Seção de Portaria, à Seção de Expedição (disponibilização diária de um trabalhador terceirizado para a movimentação de documentos e processos para a Procuradoria), à Seção de Digitalização (envio e retorno diário de processos, com a utilização de um trabalhador terceirizado fixo para a movimentação interna diária na Seção de Digitalização), à Procuradoria (duas vezes na semana, dois envios e um retorno de processos), malotes do correio (duas vezes ao dia), à Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa, ao Arquivo-Geral (há um trabalhador terceirizado fixo para a movimentação interna diária), à Biblioteca, à Escola Judicial, às Varas do Trabalho (atendimento a todas as unidades que solicitam o apoio terceirizado) e apoio dos Meirinhos (até agosto de 2014) nos dias de sessão (duas vezes na semana);
- Tais atividades foram exercidas por 43 trabalhadores terceirizados da Empresa JOB, contratada pelo TRT;
- Movimentação aproximada de processos: dois milhões, sendo 73.500 de publicações de processos da Seção de Apoio Processual e o restante movimentados entre as unidades acima citadas, com média diária de movimentação de 9.600 processos;
- A partir de meados de 2014, os meirinhos passaram a ser vinculados diretamente à SEAPA.

Seção de Telefonia

A atividade principal da Seção de Telefonia é o atendimento e a transferência de ligações telefônicas na Capital – Prédio-Sede e Foro Trabalhista de Porto Alegre.

Ligações telefônicas atendidas pela Seção de Telefonia (via telefonista) em 2014:

TIPOS DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	2013	2014
Ligações de entrada*	134.485	140.964
Ligações de saída*	9.924	9.959
Ligações internas	6.620	9.773
Total de ligações	151.029	160.696
Média mensal	12.586	13.391

Fonte: Tarifador Sumus for web

Em 2014, a Seção de Telefonia desempenhou as seguintes atividades:

- Elaboração e encaminhamento de relatórios com as ligações telefônicas, interurbanas e celulares locais, às unidades judiciárias e administrativas da Capital e do interior do estado para identificação de ligações particulares (ressarcimento) e ateste daquelas realizadas por motivo de serviço;
- Ressarcimento do custo de ligações particulares da Capital, totalizando R$ 5.478,61, com média mensal de R$ 456,55.

VALORES TARIFADOS				
CAPITAL	2013 (R$)	MÉDIA MENSAL 2013 (R$)	2014 (R$)	MÉDIA MENSAL 2014 (R$)
Valor total cobrado	92.909,13	7.742,00	64.062,69	5.338,56
Valores ressarcidos	13.220,99	1.101,75	5.478,61	456,55

Obs.: Os valores referem-se aos meses de novembro a outubro (12 meses). Dados: tarifador Sumus for web

- ressarcimento do custo de ligações particulares do interior, totalizando R$ 6.036,07 anuais, com média mensal de R$ 503,00:

INTERIOR	OUT/2012 A SET/2013	MÉDIA MENSAL	OUT/2013 A SET/2014	MÉDIA MENSAL
Valor total cobrado*	R$ 134.400,90	R$ 11.200,07	R$ 117.112,23	R$ 9.759,35
Valores ressarcidos	R$ 6.691,78	R$ 557,00	R$ 6.036,07	R$ 503,00

Os valores referem-se aos meses de outubro a setembro (12 meses). A tarifação é realizada a partir dos dados fornecidos pela operadora Oi/SA.

- elaboração de termos de referência para a contratação (licitação) de serviços e equipamentos de telefonia e juntada de documentos para embasar aditivos de prorrogação, conforme segue:

  a) solicitação e/ou contratação de linhas telefônicas, conforme demanda de alguns Foros Trabalhistas em 2014 (aditamento Contratos 94/2011 e 94/2013);

  b) solicitação de prorrogação dos Contratos 88/2010, 84/2012 e 94/2013;

  c) conferência e ateste de faturas dos serviços contratados de telefonia e inclusão dos documentos nos respectivos processos administrativos;

  d) contato com as operadoras de telefonia para solicitar reparos, correções de faturamento, emissão de segunda via de faturas, reuniões, etc.;

  e) controle da distribuição dos celulares institucionais para os plantões judiciários e administrativos.

Seção de Zeladoria

Em 2014, a Seção de Zeladoria desempenhou as seguintes atividades:

- Zelo pelo patrimônio público, constatando danos e situações irregulares, relatando-os à Secretaria de Apoio Administrativo ou solicitando providências diretamente à repartição competente (434 solicitações via Trace-GP);
- Controle e acompanhamento do consumo de água, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo, incluindo inspeções periódicas para detectar vazamentos;
- Fiscalização do contrato de manutenção de elevadores do Prédio-Sede e Prédio Administrativo (a cargo da empresa Atlas Schindler), com acionamento de técnicos para a resolução de panes (90 acionamentos);
- Fiscalização da equipe do Prédio-Sede responsável pelo transporte de materiais, por meio de mão de obra terceirizada - a cargo da empresa CCS a partir de 21.02.2014, com utilização dos funcionários para atendimento de atividades como o descarte de lixo, transporte de móveis, mudanças internas, transporte de equipamentos para outras unidades, reposição de água nos bebedouros, etc. Efetuadas nove mudanças de unidades.
- Fiscalização do contrato de entrega de cartuchos de toner vazios à empresa Lexmark, a qual fornece uma unidade carregada para cada 25 unidades vazias (em 2014, foram disponibilizadas 550 carcaças);
- Acompanhamento e fiscalização do fornecimento de materiais inservíveis para a empresa Embapel, para posterior permuta (recolhidos 535 kg de papel branco, 5.051 kg de papel misto, 288 kg de alumínio, 3.533 kg de ferro e 560 kg de baterias, o que resultou no fornecimento de 99 resmas de papel A4 reciclado);
- Fiscalização do contrato de copeiragem, a cargo da empresa Uniserv, desde 02.05.2014, que fornece chá (72 caixas) e café (104 caixas de 500g) para as sessões de julgamento e eventos (415 sessões ordinárias de julgamento das 11 Turmas Recursais, 11 sessões da 1ª SDI, 10 sessões da 2ª SDI, 13 sessões da SDC, 20 sessões do Tribunal Pleno e do

Órgão Especial e 147 reuniões diversas) realizados no âmbito do TRT, bem como o atendimento direto à Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria da Corregedoria Regional e Escola Judicial;

- afixação de cartazes em murais e elevadores;
- disponibilização de utensílios para confraternizações no espaço multiúso (63 confraternizações);
- confecção de chaves e consertos de fechaduras (serviços executados por terceiros: 234 cópias de chaves simples; quatro de chaves tetra; quatro trocas de segredos de fechadura; três consertos de fechaduras simples, uma abertura de armário, uma abertura de gaveta e uma abertura de porta chave tetra – somente prédio-sede e Prédio Administrativo);
- disponibilização de chaves diariamente aos servidores e funcionários terceirizados que realizam serviços em finais de semana e feriados.

COMPARATIVO DE CONSUMO DE ÁGUA E PRINCIPAIS SERVIÇOS REALIZADOS

	2013	2014
Consumo de água – prédio-sede	13.000m³	12.700m³
Eventos – fornecimento de café/chá		616
Eventos na sala multiúso	68	77
Encaminhamento confecção de chaves	386	238
Acionamento de técnico para os elevadores	158	90
Recolhimento e entrega de carcaças de toner Lexmark	225	550

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2014, a Coordenadoria de Segurança Institucional desempenhou as seguintes atividades:

- Planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços;
- Coordenação das unidades subordinadas: Setor de Operações, Setor de Inteligência e Monitoramento, Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas;
- Planejamento e execução da segurança em eventos externos, tais como: inauguração das novas Unidades; 17º Encontro de Gestores em Bento Gonçalves; 9º Encontro Institucional da Magistratura, em Canela/RS; 17º Conamat em Gramado; Visita da Ministra Carmem Lúcia à Escola Judicial; Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico PJe-JT em unidades do interior do estado; Integração do Sistema PJe-JT com o sistema e-Jus2;
- Controle interno e manutenção dos sistemas de segurança ligados ao Ministério da Justiça (Infoseg) e à Secretaria da Segurança Pública do estado (consultas integradas);
- Informações prestadas pela área aos oficiais de justiça, em atendimento ao contido no Provimento nº 233/2009, da Corregedoria Regional;

- Gestão do contrato de vigilância armada;
- Traslados de dignitários que visitaram o TRT;
- Reforço na segurança em unidades do interior em situações especiais, como: audiência com informação de risco em Taquara; audiência com informação de risco em Guaíba;
- Seminário sobre Direito Portuário;
- Memojutra;
- Participação no Projeto de Auditoria e Apoio Administrativos;
- Coordenação da Reciclagem 2014.

Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica

A Seção foi criada em maio de 2014 com a divisão do Setor de Inteligência e Tecnologia. Em 2014, a Seção de Tecnologia de Segurança Eletrônica desempenhou as seguintes atividades:

- Manutenção de alarmes de intrusão: sete unidades administrativas e 62 unidades judiciárias;
- Manutenção de CFTV das unidades administrativas da Capital: prédio-sede, Prédio Administrativo, Foro Trabalhista de Porto Alegre, Arquivo e Memorial, Depósito Centralizado, Depósito da Seção de Cadastramento de Bens e Seção de Almoxarifado;
- Manutenção de CFTV das unidades judiciárias do interior: Foros Trabalhistas de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Bagé e Sapiranga;
- Instalação de novos portais detectores de metais e balizadores de tráfego;
- Conserto de portais detectores de metais na Capital e no interior;
- Substituição de portais detectores de metais na Capital e no interior;
- Instalação e manutenção corretiva e preventiva de alarmes na Capital e no interior;
- Instalação e substituição de sistemas de alarme de intrusão nas seguintes unidades: Vacaria, Torres, Frederico Westphalen, Taquara, Capão da Canoa, Tramandaí, Panambi, Itaqui, Estrela, Passo Fundo, Farroupilha e Palmeira das Missões;
- Iniciado o contrato com a empresa HSH – Security para serviços de manutenção corretiva, preventiva e novas instalação dos sistemas de alarme e CFTV.

DADOS ESTATÍSTICOS (A partir de MAIO de 2014)		
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**	**OBSERVAÇÕES**
Total de ordens de serviço abertas para equipamentos de segurança eletrônica	244	Desde janeiro de 2014 – via Trace-GP
Total de portais instalados	11	73 portais em funcionamento
Total de portais substituídos	08	

Instalação e substituições de novos balizadores	41	
Manutenção corretiva de portais	03	
Acesso remoto em todos os alarmes horário verão	68	
Sistemas de alarme de intrusão instalados, substituídos e ampliados	04	
Consertos de sistemas de alarme de intrusão	08	
Troca e configuração de máquinas para acesso *winload*	02	
Instalação de novas máquinas para sistemas de CFTV	18	13 na Capital e 5 no interior
Suporte técnico e administrativo das manutenções preventivas da terceirizada – empresa HSH	33	Unidades do interior
Elaboração de projeto de instalação de alarme novo	01	Santa Maria

Setor de Inteligência e Monitoramento

Em 2014, o Setor de Inteligência e Monitoramento desempenhou as seguintes atividades:

- Monitoramento de alarmes de intrusão: sete unidades administrativas e 62 unidades judiciárias, monitoradas 24 horas por dia, sete dias por semana;
- Monitoramento por CFTV: prédio-sede, Prédio Administrativo e Plenário;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades administrativas): Arquivo e Memorial, Depósito Centralizado, Depósito da Seção de Cadastramento de Bens e Seção de Almoxarifado;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades judiciárias do interior): Foros de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Bagé e Sapiranga;
- Relatórios de inteligência, subsidiando a Coordenadoria com informações relativas à segurança da instituição;
- Monitoramento das atividades de risco potencial à atividade de segurança do Tribunal (manifestações sociais, movimentações sindicais e protestos em função de negociações trabalhistas, audiências trabalhistas com potencial de risco à segurança, atividades diversas);
- Cadastramento de servidores e prestadores de serviço que acessam o Prédio-Sede e o Prédio Administrativo, com pesquisa nos sistemas de informações de segurança; suporte nas operações de segurança em eventos, situações emergenciais e segurança de autoridades.

DADOS ESTATÍSTICOS		
Atividade	**Quantidade**	**OBSERVAÇÕES**
Total de ordens de serviço abertas	254	
Monitoramento de alarmes de intrusão		Unidades administrativas

DADOS ESTATÍSTICOS		
Atividade	**Quantidade**	**OBSERVAÇÕES**
	66	e judiciárias (24h/dia)
Monitoramento de CFTV	16	
Cadastro de pessoas no sistema de acesso – inclusão	20	
Cadastro de pessoas no sistema de acesso – alteração	21	
Relatórios de Inteligência	06	
Quantidade de servidores autorizados/desautorizados no controle de acesso	737	
Solicitações de cadastro de prestadores de serviço no controle de acesso	620	

Setor de Segurança Especializada

1. PRIMEIROS SOCORROS

- Atendimentos e/ou orientações a servidores, trabalhadores terceirizados e usuários da Justiça;
- Suporte, com pessoal e equipamentos, nos grandes eventos promovidos pelo TRT.

2. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

- Controle de manutenção do número mínimo de servidores com curso RT-14 nas unidades do Tribunal, e proposição de novos cursos à Segesp.

3. CONTRATO DE VIGILÂNCIA TERCEIRIZADA

- Fiscalização do serviço de vigilância nas unidades do TRT em todo o estado;
- Reorganização das planilhas e arquivos referentes ao controle dos vigilantes da empresa de vigilância terceirizada;
- Melhoramento do sistema de fiscalização do contrato de serviço terceirizado de vigilância armada no TRT (nº 59/2012);
- Participações, como prepostos, em audiências de ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa Seltec Vigilância Especializada Ltda., em que o TRT integra o polo passivo.

4. COMPRAS E LICITAÇÕES

- Proposição de compra de trajes para os agentes de segurança e meirinhos lotados no prédio-sede do TRT4;

- Fiscalização das Atas de Registro de Preços 33/2014-A e 33/2014-B para fornecimento de uniformes operacionais para os agentes de segurança do Tribunal.

Setor de Operações

Em 2014, o Setor de Operações atuou nas seguintes atividades:

- Segurança preventiva e ostensiva nas Salas de Sessões, Presidência, Corregedoria Regional e demais postos do Prédio-Sede;
- Segurança preventiva dos servidores, patrimônio e prédios: presença de agente de segurança plantonista durante as Eleições Presidenciais de 2014, nos dois turnos das eleições;
- Reforço nas sessões de audiência de mediação entre Rodoviários e o Sindicato dos Rodoviários, entre o Banrisul e a Fetrafi/RS, e os Trabalhadores da Empresa IESA;
- Recepção, proteção e acompanhamento de autoridades;
- Traslado de autoridades: deslocamento de servidores para traslado de magistrados para o IX Encontro da Magistratura Trabalhista do RS e para o traslado de palestrantes para o 17º Encontro Anual de Gestores;
- Monitoramento da circulação de pessoas nos prédios por câmeras de vídeo;
- Segurança em eventos internos e externos do TRT: Posses de Juízes Substitutos e Titulares, Posse de Membros da Diretoria e Conselho Fiscal da Amatra IV (27.06.2014), Ratificação de Posse de Desembargadores, Solenidade Alusiva ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil (03.06.2014), Premiação anual de servidores por tempo de serviço 13ª Edição (04.11.2014), Homenagem aos Desembargadores Aposentados (05.12.2014);
- Reforço de segurança nas Varas do Trabalho do interior, quando necessário;
- Plantões nos feriados e finais de semana;
- Controle e proteção dos estacionamentos;
- Operação dos sistemas detectores de metais;
- Atendimento aos botões de pânico;
- Atendimento a ramal telefônico exclusivo para emergências;
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- Registro de ocorrências (furto, perda de objetos, etc.);
- Coibição do ingresso ou da permanência de pessoas portando qualquer espécie de armamento nas unidades judiciárias e administrativas – 21 retenções de armamento durante o ano de 2014;
- Controle de acesso de pessoas ao Prédio-Sede do TRT; cadastro de visitantes em sistema informatizado, controle de vestimenta;
- Organização dos serviços realizados pela empresa de vigilância terceirizada.

ORGANIZAÇÃO E CONTROLE

- Supervisão e orientação dos serviços executados pelas trabalhadoras recepcionistas terceirizadas: identificação de visitantes, cadastro de novos visitantes, fornecimento de informações gerais, encaminhamento de visitantes ao destino correto e localização de funcionários para atendimento de entregas;
- Acompanhamento de ingresso de funcionários terceirizados: verificação de cadastro atualizado e válido, verificação de uniforme e identificação;
- Controle dos acessos ao prédio-sede feitos pela guarita localizada na Rua Marcílio Dias: observação do trânsito de veículos e pessoas pelo acesso, bem como na frente da guarita;
- Identificação de acessos indevidos de estagiários e funcionários de empresas terceirizadas, informação sobre o procedimento correto e registro da ocorrência;
- Registro de ocorrências no prédio-sede e no Prédio Administrativo (furto, perda de objetos, etc.);
- Gerenciamento do uso de boxes dos estacionamentos;
- Controle da saída de materiais.

OUTRAS ATIVIDADES

- Recepção de acadêmicos em visita ao TRT4: 11 visitas guiadas de acadêmicos durante o ano de 2014;
- Recepção de autoridades e encaminhamento ao seu destino;
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- Auxílio às pessoas com deficiência;
- Encaminhamento de solicitações de manutenção predial (por exemplo: portas de entrada e saída do saguão do prédio-sede, portões de acesso da guarita, etc.);
- Qualificação dos servidores Agentes de Segurança: participação de todos os agentes de segurança em Curso de Reciclagem Anual (realizada durante o ano de 2014) e participação dos servidores em Palestra sobre Segurança com o GATE (em 10.12.2014);
- Registro e guarda de objetos achados e perdidos dentro do Prédio-Sede e Prédio Administrativo: foram feitos 55 registros de objetos encontrados e 14 de objetos perdidos;
- Encaminhamento aos Correios (ECT) dos documentos encontrados nos prédios Sede e Administrativo, que não foram retirados pelos proprietários.

Seção de Segurança das Varas de Porto Alegre

O Setor de Segurança das Varas do Trabalho de Porto Alegre desempenhou as seguintes atividades em 2014:

- Audiências, em geral na sala de segurança, envolvendo apenados, podendo também, a cargo da autoridade, ser feita nas salas de audiências das Varas do Trabalho;

- Atendimentos a chamados nas secretarias das Varas do Trabalho, nas salas de audiências e nas demais dependências do Foro Trabalhista da Capital, para ocorrências como agressões, desentendimentos, desacatos, barulho e socorro de saúde. Os chamados são feitos por telefone, via alarme de pânico ou pessoalmente;
- Videomonitoramento, para acompanhamento da circulação de pessoas nas dependências do Foro por meio de 58 câmeras de vídeo, sendo 56 fixas e duas móveis. As imagens são gravadas no sistema e ficam disponíveis para recuperação por aproximadamente 10 dias, conforme o volume de gravação;
- Acompanhamento rotineiro do sistema de combate a incêndio, caixas de hidrantes e mangueiras, chuveiros *sprinklers* e extintores, fazendo os encaminhamentos necessários ao setor competente para manutenção;
- Controle de acesso de veículos de Juízes Titulares, Diretores de Secretaria e Chefes de Setores. Utilizam vagas fixas os Juízes Substitutos, Oficiais de Justiça, Viaturas Oficiais do Tribunal, outros órgãos públicos e idosos;
- Controle de achados e perdidos: diariamente, são recebidos objetos e documentos que foram perdidos nas dependências do Foro Trabalhista de Porto Alegre. É providenciada a guarda e devolução dos objetos procurados. Caso não sejam solicitados, os documentos são encaminhados ao Correio.

PORTAIS DETECTORES DE METAIS E RAIOS-X

Contando com dois aparelhos detectores de metais e um equipamento de raios-X nos acessos principais do prédio, a equipe de segurança reteve os objetos elencados a seguir:

RETENÇÃO DE OBJETOS 2014

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Arma de fogo	9	14	26	36	28	22	29	21	34	15	19	12	265
Arma branca	10	9	15	31	36	30	37	44	54	53	57	54	430
Bastão, algemas, gás, choque, estrela e soqueira	1	2	2	9	10	1	4	1	7	4	0	0	41
Ferramentas	4	6	9	14	4	0	4	3	2	3	13	13	75
Total	24	31	52	90	78	53	74	69	97	75	89	79	811

Seção de Transportes

A Seção tem como missão organizacional atender ao público interno do Tribunal nas necessidades de transportes de magistrados e servidores, conforme Resolução CSJT nº 68/2010 e Portaria nº 7.465/2012, e desempenhou as seguintes atividades em 2014:

- Controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético;
- Controle do seguro contra terceiros para toda a frota;
- Controle da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, na Capital e no interior do estado, bem como transporte de móveis e equipamentos;
- Realização de despesas e prestação de contas do suprimento de fundos;
- Fiscalização do serviço de lavagem e limpeza geral dos veículos da frota;
- Licenciamento da frota junto ao Detran/RS;
- Controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram;
- Indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço, renovação e fiscalização do contrato, além do pagamento mensal;
- Controle da escala diária de motoristas para demandas locais e viagens;
- Controle do equipamento de auxílio à orientação (GPS), para uso em atendimentos de demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga em planilha de controle própria;
- Controle do sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a intranet do TRT4), o qual apropria dados – por cada demanda solicitada – da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante;
- Controle diário do uso de uniforme, conforme previsto na Portaria nº 2.815/2012 e em consonância com a disponibilidade de vestimentas pela Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI;
- Implantação, em conjunto com a CSI, de sistema de rastreamento veicular em todas as viaturas da frota do TRT;
- Controle dos vencimentos das Carteiras de Habilitação, com expedição de ofício ao Detran/RS, encaminhando os respectivos motoristas para as renovações.

ALTERAÇÕES NOS VEÍCULOS

- Ao longo do ano, não houve o desfazimento de viaturas e foi adquirida uma nova.

TOTAL DE ATENDIMENTOS

TOTAL DE ATENDIMENTOS	ANO DE 2013	ANO DE 2014
Atendimentos a Desembargadores	2.920	2.346
Atendimentos a servidores	3.307	5.857
Total	6.227	8.203

Quadro comparativo de consumo de combustíveis e de quilometragem total percorrida

Nº VEÍCULOS			TIPO DE COMBUS-TÍVEL	CONSUMO TOTAL (EM LITROS)		QUILOMETRA-GEM TOTAL PERCORRIDA		MÉDIA DE CONSUMO (KM/LITRO)	
				2013	2014	2013	2014	2013	2014
2012	2013	2014	gasolina	31.791	29.814	328.962	322.951	10,35	10,83
			álcool	44		337		7,66	
			diesel	10.327	7.037	84.115	71.857	9,8	10,2
40	**37**	**38**	**TOTAL**	**42.162**	**36.851**	**413.41**	**394.808**	**7,09**	**10,7**

Seção de Manutenção de Viaturas

A Seção de Manutenção de Viaturas desempenhou as seguintes atividades em 2014:

- Manutenção geral dos veículos, com ações preventivas e corretivas dos veículos da frota do Tribunal;
- Regulagem dos motores;
- Testes de diagnósticos de falhas;
- Substituição do óleo de motores e das caixas de câmbio;
- Manuseio de pneus;
- Manuseio de baterias;
- Revisão dos itens básicos (níveis de óleo lubrificante e de líquido de freio);
- Arrefecimento, tensão das correias, tensão de bateria, calibragem de pneus e parte elétrica.

	2013	2014
Quantidade média de veículos atendidos	40	37
Total de atendimentos efetuados nos veículos	290	334
Valor total do custo de peças e serviços	R$ 58.657,01	R$ 78.045,79
Média mensal do custo de manutenção da frota	R$ 4.888,08	R$ 7.079,50
Média mensal do custo de manutenção por veículo	R$ 122,20	R$ 191,34

	2013	2014
Valor de peças ou serviços (por empenho)	R$ 46.670,75	R$ 73.372,05
Valor de peças ou serviços (por suprimento de fundos)	R$ 11.986,26	R$ 4.673,74

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4 tem a seguinte estrutura:

Seção de Conferência Interna
Seção de Legislação de Pessoal

Coordenadoria de Informações Funcionais
Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço
Seção de Apoio Administrativo
Seção de Aposentadorias e Pensões
Seção de Assuntos da Magistratura
Seção de Benefícios
Seção de Frequência e Férias
Seção de Publicações e Registros
Seção de Vantagens

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
Seção de Acompanhamento Funcional
Seção de Assuntos Disciplinares
Seção de Avaliação de Desempenho
Seção de Capacitação
Seção de Educação a Distância
Seção de Funções Comissionadas
Seção de Ingresso e Remoção

Seção de Conferência Interna

Em 2014, a Seção de Conferência Interna desempenhou as seguintes atividades:

- Acompanhamento e atualização da planilha de controle orçamentário da verba de capacitação de servidores;
- Elaboração de controles diversos sobre o sistema de Recursos Humanos, tais como planilhas e relatórios;
- Auxílio na elaboração de relatórios como o de gestão do TCU e Siprev;
- Análise dos processos de trabalho da Segesp;
- Acompanhamento e implantação do SGRH;
- Conferência dos valores pagos aos estagiários;
- Controle do mapeamento, validação e avaliação por competência dos servidores com função gerencial;
- Gerenciar as demandas para a Setic.

Seção de Legislação de Pessoal

A Seção de Legislação de Pessoal desempenha importante papel de suporte legal e jurisprudencial relacionado à área de pessoas, com ênfase para as matérias constantes na Lei nº 8.112/1990.

Dentre as atividades desempenhadas pela Unidade, merecem destaque a elaboração de pareceres em processos administrativos, a elaboração e atualização de normas internas, a revisão e a conferência de informações para subsidiar a defesa da União em processos judiciais, a prestação de informações em consultas formuladas pelas demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, por servidores, bem como por outros setores, como outros órgãos da Justiça do Trabalho e Conselhos Superiores.

No decorrer do ano de 2014, foram elaborados os seguintes tipos de trabalho com manifestação formal da Seção de Legislação de Pessoal:

TIPO/QUANTIDADE							
AGU	**Consultas escritas**	**Consultas verbais**	**Informa-ções (ADME)**	**Normatiza-ção**	**Parecer**	**Revisão de informa-ções**	**Outros**
35	37	13	3	1	21	7	0

Alguns dos principais assuntos abordados no período foram: estágio de estudantes; ajuda de custo e ressarcimento com despesas com transporte pessoal, mobiliário e bagagem; aposentadoria; posse; remoção; gratificação por encargo de curso; plano de saúde – Unimed; licenças e afastamentos; Gratificação de Atividade de Segurança – GAS; jornada de trabalho e horário especial; frequência e férias; diárias; acumulação de cargo público; pensão; união estável; auxílio-natalidade; nepotismo; teletrabalho; concurso público; estágio probatório; redistribuição; contribuição sindical; acompanhamento funcional; licença-prêmio magistrados; assistência pré-escolar; recondução; desvio de função; adicional de qualificação; regime previdenciário e assistência farmacêutica.

Dentre as atividades, destacaram-se a elaboração de minuta de portaria de férias e do Código de Ética dos Servidores, instituído pela Portaria nº 4.794/2014.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

TEMPO DE SERVIÇO	
Averbação de Tempo de Serviço	212
Conversão de tempo especial (deferimento ou indeferimento)	08
Concessão e revisão de adicional por tempo de serviço	15
Certidões de Tempo de Serviço (ex-servidores)	82
Reconhecimento e revisão (LPA)	06
Desentranhamento de Certidões	25
Desaverbação	07
Declarações para o INSS	40
Diligência de regularização da documentação e averbação	112
TOTAL	**507**

LICENÇAS	
Licença para tratar de Interesses Particulares	14
Licença para tratar de Interesses Particulares (vinculada a Mandato Sindical)	00
Licença para o Desempenho de Mandato Classista	00
Concessão de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	06
Indeferimento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Alteração de lotação de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Cancelamento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	03
Recadastramento de servidores em Licença para Acompanhamento de Cônjuge	18
Concessão de Licença-prêmio por Assiduidade	05
Indeferimento de Licença-prêmio por Assiduidade	00
Concessão de Licença para Atividade Política	00

LICENÇAS	
Cálculo quinquênio para Licença para Capacitação	01
TOTAL	**51**

AFASTAMENTOS, REQUISIÇÕES e LOTAÇÕES PROVISÓRIAS	
Afastamento para frequentar programas de formação	04
Afastamento para trabalhar em outros TRTs (cedência e renovação)	15
Afastamento para trabalhar em outros órgãos (cedência e renovação)	08
Requisitados de outros TRTs pelo Tribunal (requisição e renovação)	02
Requisitados de outros Órgãos pelo Tribunal (requisição e renovação)	00
Cancelamento de requisições	01
Requisições indeferidas	00
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com lotação provisória no Tribunal	00
TOTAL	**30**

DIVERSOS	
Pedido de reconsideração e recurso	01
Informações prestadas à AGU	03
Adicional de insalubridade/periculosidade	03
Atendimento ingressantes (informações sobre o Funpresp)	68
Enquadramento de Regime Previdenciário	68
TOTAL	**143**

Seção de Apoio Administrativo

A Seção de Apoio Administrativo desempenhou as seguintes atividades em 2014, nos quantitativos abaixo:

ATIVIDADES	
Espécie	**Quantidade**
Autuações no Protocolo Eletrônico	2.246

Carteiras funcionais expedidas	354
Crachás funcionais expedidos	484
Registros de andamentos de expedientes no sistema NovaJus4	109
Registros no livro de protocolos externos	1.823
Registros no sistema informatizado da Segesp de protocolos internos	3.432

Além dessas, outras atividades desenvolvidas pela Seção em 2014 foram:

- Atendimento ao público e às ligações telefônicas;
- Recebimento e encaminhamento de documentos e correspondências;
- Controle do relatório de ligações telefônicas, do inventário da Segesp, da comunicação de ausências dos servidores da Secretaria e das numerações de portarias;
- Controle do estoque de material de expediente e dos empréstimos dos equipamentos da Segesp para uso da Seção de Capacitação e de outras unidades do Tribunal;
- Gerenciamento do correio eletrônico, do sistema Malote Digital e da caixa do ADM Eletrônico da Secretaria;
- Participação no processo de recadastramento anual de aposentados e pensionistas;
- Participação na organização do 17º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, ocorrido na cidade de Bento Gonçalves/RS;
- Operacionalização da premiação anual de servidores por tempo de serviço;
- Consolidação dos relatórios gerenciais e levantamentos estatísticos da Segesp.

Seção de Aposentadorias e Pensões

APOSENTADORIAS	
Tipos	**Quantidade**
Invalidez	06
Proporcional ao Tempo de Contribuição	03
Tempo de Contribuição	61
Cancelamento de Aposentadoria	28
Indeferimento de revisão	03
Revisão	08

AUXÍLIO-FUNERAL, DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO (A), UNIÃO ESTÁVEL, ISENÇÕES, ABONO, DILIGÊNCIAS, RECADASTRAMENTOS E OUTROS	
Tipos	**Quantidade**
Abono de Permanência	95
Auxílio-funeral	21
Cancelamento da isenção da Contribuição Previdenciária	08
Cancelamento da isenção do IRRF	08
Cancelamento de designação de companheiro (a)	03

AUXÍLIO-FUNERAL, DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO (A), UNIÃO ESTÁVEL, ISENÇÕES, ABONO, DILIGÊNCIAS, RECADASTRAMENTOS E OUTROS	
Tipos	**Quantidade**
Cancelamento do Abono de Permanência	09
Concessões de licença-prêmio em pecúnia	32
Contagens de tempo de contribuição	241
Designação de companheiro (a)	17
Designação de filho (a) inválido (a), irmão, mãe e neto	05
Diligências do TCU	08
Diligências da Seconti	07
Inclusão/exclusão de dependentes para fins de IRRF/CSAÚDE	37
Indeferimento da isenção do IRRF	12
Indeferimento do Abono de Permanência	04
Indenização de férias	01
Indenização de funeral	05
Informações prestadas à AGU	07
Isenção da Contribuição Previdenciária	36
Isenção do desconto do IRRF	36
Manutenção da isenção do IRRF após reavaliação	06
Pedidos de reconsideração	01
Revisão do Abono de Permanência	03
Recadastramento de aposentados	1.262
Recadastramento de pensionistas	445
União estável	05
Outras informações	13

Seção de Assuntos da Magistratura

ASSUNTO	EXPEDIENTES
Averbação de tempo de serviço ou de contribuição	15
Ajuda de custo (1), indenização de transporte de pessoal e ressarcimento de transporte de mobiliário, bagagem e automóvel	21
Licenças (afastamento, casamento, paternidade, luto, para frequência a curso)	162
Férias	274
Nomeação, promoção, remoção e permuta de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos (2)	23
Diárias de Desembargadores, de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos (3)	268
Boletim de Substituição (4)	12

ASSUNTO	EXPEDIENTES
Quadro de Antiguidade de Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos (5)	20
Certidões diversas para magistrados e ex-representantes classistas	51
Outros (alteração de nome, cadastro de dependentes, reconhecimento união estável)	9

(1) A ajuda de custo compreende a análise e instrução do processo e a elaboração da portaria correspondente;
(2) A nomeação/promoção/remoção/permuta de Juiz compreende, conforme o caso, a instrução do processo, a elaboração de portaria e do termo de posse e o lançamento ou atualização cadastral no Sistema de Recursos Humanos e no sistema SISAC/TCU;
(3) As portarias de concessão de diárias elaboradas pela Seção aos Juízes Titulares e Substitutos são referentes à participação na condição de instrutores ou à participação em cursos ou eventos fora do estado;
(4) Elaborado pela Seção apenas o boletim de substituição dos Juízes convocados para atuar no Tribunal e os designados para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação;
(5) Anualmente, é instruído expediente com os quadros de antiguidade dos Desembargadores, Juízes Titulares e Substitutos e submetido à apreciação do Órgão Especial na sessão do mês de março, e a cada alteração no Quadro de Juízes Titulares e Substitutos é elaborado novo quadro de antiguidade, com posterior disponibilização na internet.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO

- Inclusão e exclusão de dependentes de Desembargadores e Juízes de 1º grau ativos, para fins de imposto de renda e assistência médico-odontológica;
- Reconhecimento de união estável;
- Elaboração de termos de posse de Desembargadores e Juízes do Trabalho Substitutos;
- Controle das vagas existentes de Desembargadores e Juízes de 1º grau;
- Elaboração de edital para concurso nacional de remoção para Juiz do Trabalho Substituto;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos cursos realizados pelos Desembargadores e Juízes de primeiro grau, cujos diplomas foram encaminhados à Seção, para registro em seus assentamentos funcionais;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos tempos de serviço averbados pelos Desembargadores e Juízes de 1º grau;
- Atendimento às diligências propostas pelo TCU, CNJ, CSJT, TST e outros Tribunais, como, por exemplo, número de vagas existentes, cargos ocupados, questionamentos sobre férias e diárias;
- Controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União;
- Controle e recebimento de documentos para posse (nomeação, remoção e permuta) de Juiz do Trabalho Substituto;
- Registro das admissões no sistema TCU-SISAC.

Seção de Benefícios

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		
Nº DE MAGISTRADOS E DE SERVIDORES BENEFICIADOS	Nº DE DEPENDENTES BENEFICIADOS	CUSTO ANUAL
594	687	R$ 4.578.263,16

INCLUSÕES PROCESSADAS		EXCLUSÕES PROCESSADAS		TOTAL DE OPERAÇÕES
Magistrados e servidores	Dependentes	Magistrados e servidores	Dependentes	
133	137	121	127	518

DEPENDENTES PARA FINS DE IRRF E ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA (Servidores Ativos)	
FINALIDADE	QUANTIDADE
IRRF	3.165
Assistência Médico-Odontológica	3.686

INCLUSÕES PROCESSADAS		EXCLUSÕES PROCESSADAS		TOTAL DE OPERAÇÕES
IRRF	Assistência Médico-Odontológica	IRRF	Assistência Médico-Odontológica	
179	164	128	140	611

UNIMED									
TITULARES				DEPENDENTES				TOTAL	
Coletivo		Individual		Coletivo		Individual			
4.229		576		6.696		635		12.136	
INCLUSÕES PROCESSADAS		EXCLUSÕES PROCESSADAS		ALTERAÇÕES DE PLANO PROCESSADAS		ALTERAÇÕES DE NOME PROCESSADAS		Nº SEGUNDAS VIAS SOLICITADAS	TOTAL GERAL
Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	Coletivo	Individual		
610	103	327	45	48	70	29	3	293	1.528

PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL	PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES	CUSTO ANUAL TOTAL
R$ 19.026.017,83	R$ 28.753.258,26	R$ 47.779.276,09

AUXÍLIO-NATALIDADE	
Nº de concessões no ano	Custo anual
89	R$ 59.606,88

AUXÍLIO-TRANSPORTE			
Nº DE SERVIDORES BENEFICIADOS		CUSTO ANUAL	
277		R$ 606.859,20	
INCLUSÕES PROCESSADAS	EXCLUSÕES PROCESSADAS	RECADASTRAMENTOS PROCESSADOS (MARÇO)	TOTAL DE OPERAÇÕES
85	83	236	404

Seção de Frequência e Férias

FÉRIAS DE SERVIDORES	
Cálculo do saldo de férias em virtude de falecimento	2
Cálculo do saldo de férias em virtude de exoneração de cargo em comissão	56
Cálculo do saldo de férias em virtude de pedido de vacância	51
Cálculo do saldo de férias não fruídas por ocasião da aposentadoria	59
Lançamentos no Sistema de Pessoal das alterações de férias	1.204
TOTAL	**1.372**

LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES PROCESSADAS	
Afastamentos para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei	38
Afastamento integral do servidor por convocação	142
Casamento	52
Afastamentos por motivo de doação de sangue	42
Afastamentos por motivo de falecimento de pessoa da família	89
Certidões	17
Comparecimento na Segesp, por convocação	16
Concessões de dispensa de ponto	61
Concessões de horário especial de estudante	2
Registros à disposição da Justiça Eleitoral – Lei nº 8.868/1994	591
Registros de fruição dos dias trabalhados nas eleições	276
Licença adotante	2
Licença paternidade	49
Plantão – Atuação em regime de plantão	3
Teletrabalho	37

LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES PROCESSADAS	
Férias – Período averbado e não indenizado no cargo anterior	8
TOTAL	**1.425**

FREQUÊNCIA	
Boletins de frequência conferidos	694
Frequência de servidores requisitados e em licença para acompanhar cônjuge	310
Frequência servidores cedidos e em licença para acompanhar cônjuge	1.147
Investigações e registros de faltas injustificadas	12
TOTAL	**1.469**

Seção de Publicações e Registros

ATIVIDADES	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Abertura de pastas funcionais de servidores nomeados em 2014	169
Certidões coletivas solicitadas por unidades do TRT para fins de certificação digital	47
Certidões solicitadas por servidores para fins diversos	550
Elaboração de Boletins de Serviço, disponibilizados na intranet do TRT	221
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DEJT	219
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DOU	56
Cadastramento dos processos administrativos de alteração de nome e de registro de União Estável dos servidores ativos	87

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO

- Manutenção das pastas funcionais dos servidores ativos;
- Manutenção e atualização dos dados cadastrais de todos os servidores ativos no sistema informatizado da Segesp, incluindo alteração de conta bancária, de endereço residencial, de lotação, de exercício de função comissionada, etc.;
- Levantamentos estatísticos solicitados pelo CNJ, relativos ao quadro de pessoal.

Seção de Vantagens

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Diárias inteiras lançadas	2.766
Meias diárias lançadas	2.112

Total de diárias lançadas (diárias inteiras + meia diárias)	4.878
Servidores atendidos	1.450
Portarias expedidas	652
Processos administrativos	378
Diárias concedidas a instrutores externos	15,5

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Ressarcimentos lançados	1.975
Servidores e magistrados atendidos	1.115
Processos administrativos	276

Servidores com Adicional Noturno	4
Servidores com Adicional de Penosidade	0
Servidores com Adicional de Horas Extras	0

CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Servidores atendidos	53
Pedidos indeferidos	11

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTE PESSOAL, MOBILIÁRIA E BAGAGEM	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Servidores atendidos	25

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Seção de Acompanhamento Funcional

ACOMPANHAMENTOS INDIVIDUAIS	
Acompanhamentos iniciados	12

Acompanhamentos retomados	2
Acompanhamentos em andamento	14
Acompanhamentos encerrados	16
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	275
Total de registros	218

ACOMPANHAMENTOS AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
Acompanhamentos iniciados	18
Acompanhamentos em andamento	21
Acompanhamentos encerrados	15
Total de contatos (pessoal, telefone e e-mail)	163
Total de registros	234

AÇÕES PARALELAS

PROJETO INTEGRAR-TE	
Participação na programação (Boas-vindas)	4 participações

ACOLHIMENTO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA	
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	197
Total de registros	170

TRABALHO INDIVIDUAL COM SERVIDORES DE VARAS DO TRABALHO	
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	15
Total de registros	17

Seção de Assuntos Disciplinares

A Seção de Assuntos Disciplinares – Seadis, vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, possui atribuições relacionadas ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, constantes na Lei nº 8.112/1990.

Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque:

- A análise de fatos relatados em Processos Administrativos, com elaboração de informações acerca da necessidade de instauração de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares;

- A elaboração de atos para a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, tais como indicação de membros para compor as respectivas comissões, portarias de instauração, autuação e formação de expedientes no sistema NovaJus4 e controle dos prazos de trabalho das comissões;
- Acompanhamento do trabalho das comissões, orientando e mantendo atualizados os arquivos em planilha do Microsoft Excel, com controle dos andamentos dos trabalhos;
- Orientação para o encaminhamento dos autos à autoridade competente, nos prazos estabelecidos;
- Manutenção dos registros no sistema RH e em planilhas do Microsoft Excel, com a prestação de esclarecimentos relativos a assuntos disciplinares para as Seções de Aposentadorias e Pensões, Ingresso e Remoção e Capacitação;
- Controle do cancelamento do registro das penalidades pelo decurso dos prazos previstos no artigo 131 da Lei nº 8.112/1990, nos termos do artigo 170 do mesmo diploma legal.

PROCESSOS AUTUADOS EM 2013	
ESPÉCIE	**QUANTIDADE**
Processos administrativos (PA)	16
Processos Administrativos Disciplinares (PADSERV)	10
Sindicâncias investigativas	0
Sindicâncias acusatórias	0

Seção de Avaliação de Desempenho

AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO					
PERÍODO	**AVALIAÇÕES**			**PROGRESSÕES/ PROMOÇÕES**	**FINAL DE CARREIRA**
	Nº AVALIAÇÕES	**ENCAMINHADAS À SAF**	**RECURSOS**		
Janeiro	94	-	-	79	15
Fevereiro	302	1	-	66	236
Março	213	-	-	124	89
Abril	800	-	1	164	636
Maio	180	1	-	150	30
Junho	198	2	-	162	36
Julho	240	2	-	132	108
Agosto	116	1	-	93	23
Setembro	101	2	2	64	37
Outubro	443	2	2	110	333
Novembro	96	2	3	67	29
Dezembro	127	2	1	105	22

Total	**2.910**	**15**	**9**	**1.181**	**1.622**

ESTÁGIO PROBATÓRIO								
PERÍODO	**AVALIAÇÕES**			**1ª NOTA**	**PROGRESSÃO 2ª NOTA**	**3ª NOTA**	**PROGRESSÃO 4ª NOTA**	**5ª NOTA**
	Nº Avaliações	**Encaminhado à SAF**	**Recursos**					
Janeiro	55		-	8	8	4	26	9
Fevereiro	61	-		18	-	21	7	19
Março	45	-		15	11	3	14	2
Abril	49		-	8	-	20	5	16
Maio	73			19	21	10	7	16
Junho	106			6	18	33	22	27
Julho	69	1		23	8	8	4	26
Agosto	53	1		7	18	-	21	7
Setembro	62			19	15	11	3	14
Outubro	49			16	8	-	20	5
Novembro	82	1	1	25	19	21	10	7
Dezembro	86	1	-	7	6	18	33	22
Total	**790**	**4**	**1**	**171**	**132**	**139**	**172**	**170**

Dentre as atividades realizadas pela Seção, destacaram-se as abaixo relacionadas:

- Gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional;
- Conferência dos documentos elaborados pela Seção;
- Exame e instrução de processos administrativos relativos a estágio probatório, progressão funcional, promoção funcional e servidores em final de carreira;
- Verificação das situações de insuficiência de desempenho individual e seus reflexos no desempenho organizacional;
- Encaminhamento dos casos de notas inferiores a 70 pontos para acompanhamento funcional;
- Lançamento e atualização da evolução funcional de todos os servidores;
- Informação aos servidores das pendências relativas ao processo avaliativo;
- Organização, acompanhamento e operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, procedendo à progressão dos servidores aprovados juntamente com a declaração de estabilidade e o encaminhamento para exoneração dos reprovados;
- Operacionalização do processo de avaliação de desempenho para promoção/progressão dos servidores estáveis;

- Organização e acompanhamento do processo de avaliação de desempenho dos servidores à disposição de outros órgãos;
- Recepção e andamento dos recursos interpostos às avaliações de desempenho;
- Participação no Curso Gestão de Desempenho na Prática, promovido pela Escola Judicial;
- Participação no Programa de Ambientação – Integrar-te;
- Lançamento, no Sistema de Gestão do Desempenho Funcional, das competências gerenciais mapeadas.

Seção de Capacitação

Servidores que participaram de ações de capacitação, por área (não considerando mais de uma participação por servidor):

	GERAL		MODALIDADE PRESENCIAL	
	NÚMERO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES DA ÁREA	NÚMERO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SERVIDORES DA ÁREA
1º Grau	1.545	78,23%	1.202	60,86%
2º Grau	558	72,66%	464	60,41%
Administrativa	440	74,70%	348	59,08%
Total de treinados / Percentual geral	**2.543**	**76,32%**	**2.202**	**60,44%**

Total de participantes em ações de Capacitação presenciais (considerando mais de uma participação por servidor):

MODALIDADE PRESENCIAL	
Número de participantes	3.350

NÚMERO DE HORAS DE CAPACITAÇÃO

MODALIDADE PRESENCIAL	
NÚMERO TOTAL DE HORAS DE TREINAMENTO	HORAS / SERVIDOR
42.629	12,72

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR AÇÕES DE TREINAMENTO	
Cursos averbados com proposta de deferimento	1.475
Cursos averbados com proposta de indeferimento	293
Recursos interpostos	4

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR PÓS-GRADUAÇÃO	
Concessões	176
Recursos interpostos	1

Seção de Educação a Distância

Total de participantes em ações de Capacitação a Distância (considerando mais de uma participação por servidor):

MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Número de participantes	4.164

NÚMERO DE HORAS DE CAPACITAÇÃO

MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Número Total de Horas de Treinamento	**Horas / Servidor**
66.514	15,97

Seção de Funções Comissionadas

No quadro a seguir, estão relacionadas as movimentações ocorridas no Quadro de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas no ano de 2014:

CJ/FC	QUANTITATIVO EXISTENTE	EXONERAÇÕES E DISPENSAS PROCESSADAS	NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES PROCESSADAS	PORTARIAS
Cargos em comissão	319	63	74	137
Funções comissionadas	1.775	831	866	1.697

OUTRAS PORTARIAS EXPEDIDAS	
Colocar à disposição	29
Tornar sem efeito e designação de substituto	446
Remoções	547
Vinculações	68
Concessão e cancelamento da Gratificação Atividade Segurança – GAS	8
Expedição Tabela Funções/Cargos Comissão	1

PROCESSOS/ESTATÍSTICAS/RELATÓRIOS	
Indicação para desempenho de atribuições de Oficial de Justiça *ad hoc*	1
Transformações de funções comissionadas, cargos em comissão, extinção e criação de unidades	13
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU	16
Relatórios de composição de funções comissionadas e cargos em comissão para outras unidades	46

QUINTOS	
Concessão de Quintos Residuais	1
Pedidos de atrasados	0
Certidões de quintos incorporados	3
Averbação de quintos incorporados em outros órgãos	0

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Funções Comissionadas no ano de 2014:

- Conferência e envio das informações à Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento aos substitutos designados, para fins de inclusão em folha de pagamento, totalizando em torno de 2.160 registros;
- Implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012. A partir da publicação ocorrida em 09.08.2012, para todos os servidores indicados para o exercício de função comissionada/cargos em comissão, são expedidas certidões negativas das Justiças: Federal, Eleitoral, Estadual, Militar, do TCU e do CNJ. Estima-se que tenham sido expedidas em torno de 6.600 certidões;
- Conferência e recebimento dos documentos necessários à designação e à nomeação dos servidores indicados para exercerem cargos em comissão ou funções comissionadas, tais como Termo de Opção, Declaração para Provimento em Cargo em Comissão ou Função Comissionada e escolaridade exigida (quando for o caso);
- Informação e instrução sobre a situação dos servidores envolvidos nas indicações para cargos e funções comissionadas, bem como para as funções de substitutos e, ainda, em todas as situações que envolvam os controles das funções e cargos comissionados (em torno de 1.100 informações no ano).

Seção de Ingresso e Remoção

PROCESSOS	
Cartão de Identificação – elaboração e envio à FCC	206
Colocar à disposição	18
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU, Asseplan, Secof, DG	48
Exoneração de cargo efetivo	5
Informação sobre lotação para Corregedoria Regional	9
Informações à AGU	2
Nomeações	223
Posse e exercício de servidores	169
Lotação de servidores	175
Quadro de Pessoal da 4ª Região – levantamento mensal	12
Redistribuição	10
Relatórios diversos (lotações, consultas)	96
Remoção	358
Tornar sem efeito	64
Vacâncias	55

REMOÇÕES	
Remoções	358
Remoções por permuta na 4ª Região	8
Remoção por motivo de saúde	4
Remoções por permuta nacional	18

Remoções de ofício	3

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (NÚMERO DE PROCESSOS)	
Concurso Interno de Remoção	4

ESTÁGIOS	
Contratações	164
Avaliações de desempenho e acompanhamento	232
Certidões para estagiários	22
Controle de frequência e estágios envolvidos	2.702
Desligamentos	164
Folhas de pagamento e estagiários envolvidos	12 / 2.702
Folhas suplementares e estagiários envolvidos	12 / 54

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Ingresso e Remoção em 2014:

- Acompanhamento do processo seletivo para servidores
- Administração do processo de estágios para estudantes: realização de um processo seletivo e administração do programa, que teve média mensal de 225 estudantes; procedimentos relativos à contratação de seguro de acidentes pessoais para os estagiários;
- Administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores: 169 novos servidores e 60 desligamentos (vacâncias e exonerações);
- Administração, controle e atualização do quadro efetivo de pessoal; transformação e extinção de cargos;
- Levantamento das vagas existentes nas unidades e controle e processamento da movimentação de pessoal;
- Controle da lotação dos servidores que percebem a Gratificação Especial de Localidade;
- Registro dos atos de admissão e desligamento de servidores no Sisac;
- Resposta às mensagens eletrônicas encaminhadas pela Ouvidoria e pelo “Fale Conosco” disponível no site do Tribunal na internet;
- Elaboração, divulgação e acompanhamento do processo seletivo para formação de cadastro de reserva para remoção de servidores no âmbito do TRT da 4ª Região;
- Divulgação, na página do TRT4 na internet e no Portal de Comunicação Interna VOX, dos dados referentes aos Concursos Públicos e Processo Seletivo Interno;
- Atendimento ao público interno e externo (candidatos, servidores e gestores).

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2014, a Secretaria de Comunicação Social – Secom desenvolveu as seguintes atividades:

- Notícias no site institucional: foram publicadas 761 notícias no site do TRT. As matérias trataram de acontecimentos institucionais, das decisões de primeiro e segundo graus, e de outros assuntos.
- Cobertura de eventos: A equipe da Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no site e na intranet/VOX.
- Cobertura da agenda da Administração: Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no site sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.
- Redes Sociais: Foi dada continuidade às páginas do TRT no Facebook e no Twitter, alimentando-as com as notícias e informações veiculadas no site. As redes sociais contribuem para ampliar a visibilidade das notícias do Tribunal, além de permitir a interatividade com os cidadãos. Também foi aprimorada a página do Tribunal no FlickR, rede social que armazena os álbuns fotográficos de todos os eventos institucionais, possibilitando aos usuários acesso e download das imagens.
- TRT4 Notícias: A Secom produziu seis edições do TRT4 Notícias, informativo bimestral, de oito páginas, que reúne as principais notícias da Justiça do Trabalho do RS. O informativo pode ser acessado pelo site do Tribunal, em versões PDF e *Flip* (folheável). O jornal também é enviado, impresso, a um *mailing* de destinatários externos (entidades associativas, sindicatos, deputados, senadores da bancada gaúcha, ministros do TST, procuradores do Trabalho, conselheiros do CNJ, presidentes e corregedores de TRTs, dentre outros públicos-alvo).
- Portal VOX: Em 2014, a Secretaria de Comunicação Social deu continuidade à administração do conteúdo do VOX, portal interno lançado em 2013. Ao longo do ano, foram publicadas 919 matérias no portal, distribuídas entre suas diversas editorias. Em junho de 2014, mês de aniversário de 1 ano do VOX, a Secom promoveu uma pesquisa de satisfação sobre o portal junto a magistrados e servidores, atingindo índice superior a 90% de aprovação.
- Informativo Innovare: Em julho de 2014, a Secretaria de Comunicação Social produziu, de ordem da Presidência, uma publicação especial sobre os dois projetos do TRT-RS inscritos no Prêmio Innovare, para encaminhamento aos consultores e à comissão julgadora do Prêmio.
- *Clipping*: A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos sites do TRT, TST, CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e acompanhada pela equipe da Secom.
- Criação e produção de peças gráficas: A Secom criou e produziu grande variedade de peças gráficas para o TRT, como cartazes, banners, faixas, folders, cartões, convites, fundos de palco, material de apoio a eventos, placas, cartões via e-mail em datas comemorativas, dentre outros.

- Coluna de artigos (Jornal O Sul): Coluna semanal, publicada aos domingos, com artigos de magistrados do TRT, aprovados previamente pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. A Secretaria de Comunicação Social recebeu os artigos por e-mail, buscou a aprovação dos textos junto à Comissão e encaminhou os artigos ao jornal.
- Atualização dos perfis dos Desembargadores no site: A Secom efetuou as atualizações necessárias nos arquivos PDF com as fotos e os currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado pelo site.
- Monitores nos elevadores e saguões: Ao longo de 2014, a Secom atualizou diariamente o conteúdo dos monitores nos elevadores e saguões do Prédio-Sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, composto por notícias, informações de utilidade pública, peças de campanhas, agenda de eventos, dentre outros tópicos.
- Arquivo fotográfico: A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.
- Atualização da foto oficial: Em 2014, a Secom produziu e publicou no site uma nova foto oficial do quadro de desembargadores do Tribunal.
- Álbuns fotográficos dos desembargadores aposentados: Produção dos álbuns fotográficos de sete desembargadores aposentados do Tribunal, homenageados em solenidade ocorrida em 5 de dezembro de 2014. Os álbuns trazem fotos dos magistrados ao longo de suas carreiras na Instituição.
- Avisos internos: Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas.
- *Blog* Sentença Líquida: Criação, em setembro de 2014, do *blog* da Sentença Líquida, acessado pelo Portal VOX. São publicadas, no *blog*, matérias sobre sentença líquida, com a participação de magistrados e servidores. Também traz informações sobre o Projeto Sentença Líquida, do Plano Estratégico do Tribunal.
- Calendário 2015: Produção do Calendário 2015 do Tribunal, que tem como tema o combate ao trabalho infantil. O calendário é ilustrado com fotos de autoria de magistrados e servidores, selecionadas por meio de um concurso interno. O concurso foi divulgado e conduzido pela Secom. O tema do calendário foi idealizado pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.
- Vídeo institucional da Ouvidoria: Produção de vídeo sobre o funcionamento da Ouvidoria. A peça aborda os tipos de manifestações que a Ouvidoria recebe e responde, as formas de contato, os assuntos que não competem à unidade, entre outros temas. Está disponibilizado na seção da Ouvidoria, no site do Tribunal
- Vídeo institucional do Memorial: Produção de vídeo sobre o trabalho desenvolvido pelo Memorial para a preservação de processos trabalhistas. Vídeo produzido por ocasião do recebimento do selo do Programa Memória do Mundo, da Unesco, que reconhece o acervo do Memorial como patrimônio da humanidade.
- WebTV: Lançamento, em dezembro de 2014, de canal de WebTV do Tribunal, para veiculação de matérias jornalísticas. O canal é acessado via Youtube e disponibiliza matérias sobre direitos e deveres dos trabalhadores, o funcionamento da Justiça do Trabalho, as fases do processo trabalhista, decisões judiciais, além dos serviços, projetos e eventos institucionais do Tribunal. Também são veiculadas entrevistas sobre temas ligados ao Direito e à Justiça do Trabalho. O objetivo do WebCanal é informar trabalhadores e empregadores a respeito dos seus direitos e deveres, bem como sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho, por meio de uma linguagem acessível.

- Alteração do *layout* do site institucional: Implantação, em parceria com a Setic, de novo *layout* na página principal do site do Tribunal. Foram incluídas uma área destinada à WebTV e uma seção exclusiva para notícias jurídicas, relacionadas a decisões judiciais.

COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2014, a Coordenadoria de Saúde prestou os seguintes serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

Consultas médicas	10.952
Laudos de licenças para tratamento de saúde	3.202
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	640
Laudos de licença à gestante	50
Laudos de licença por acidente em serviço	3
Laudos de perícia médica	130
Laudos de licença de magistrados	98
Laudos de assunção	175
Atendimento ambulatorial	1.669
Eletrocardiograma	131
Atendimentos fisioterapêuticos	7
Avaliações ergonômicas individuais	87
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raios-X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.408

Outras atividades desenvolvidas no ano de 2014:

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO): foram emitidos 1875 Atestados de Saúde Ocupacional;
- Disponibilização do Programa Ginástica Laboral Virtual para todos os servidores até 31.12.2014;
- Participação na Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Sipat com oficina sobre ginástica laboral;
- Acompanhamento de servidores com necessidades especiais;
- Programa de Controle de Saúde dos Trabalhadores Expostos a Riscos Ambientais;
- Orientações aos servidores com relação à ergonomia dos postos de trabalho, posturas, exercícios e alongamentos;

- Ações em saúde ocupacional: avaliação das condições ambientais e dos servidores quanto à aptidão ao trabalho; controle dos casos de LER/DORT; ergonomia;
- Parceria com a Segesp no acompanhamento funcional, individualmente e com alguns setores, bem como colaboração no recadastramento dos servidores inativos;
- *Workshop* Saúde Bucal da Gestante e do Bebê, promovido pela Seção de Assistência Odontológica, com 11 participantes;
- Projeto Malote de Saúde Bucal, contendo livros infantis com tema voltado para prevenção da saúde bucal infantil que circulou entre 26 unidades judiciárias do interior do estado;
- Atuação no Projeto Integrar-te, promovido pela Segesp, realizando palestras com informações sobre a Coordenadoria de Saúde e ergonomia;
- Atuação da equipe de enfermagem nos Encontros de Gestores e de Magistrados, realizando medição da pressão arterial, glicose e colesterol;
- *Click* Saúde: circulação mensal de informativo sobre saúde;
- Publicação no VOX – Dia Nacional de Saúde Bucal – cuidados e dicas de prevenção higiene bucal aos servidores;
- Publicação no VOX – Desenhos infantis feitos pelos filhos dos servidores no projeto Malote de Saúde Bucal – Dia Nacional de Saúde Bucal;
- Campanha do Agasalho com a arrecadação de aproximadamente 500 peças de roupas e calçados entre servidores e magistrados, distribuídos aos 70 funcionários terceirizados da limpeza que prestam serviço ao TRT em Porto Alegre/RS, sendo doado o saldo das roupas à Defesa Civil, para distribuição às vítimas das enchentes no interior do estado;
- *Workshop*: Ser feliz faz sentido? (Projeto Melhoria da qualidade de vida);
- Atendimentos/ação de saúde mental – número de atendimentos: 90;
- Acompanhamento psicossocial dos estagiários do programa de estágio socioeducativo com a Fase – 10 encontros.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 2º GRAU

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2014, foram recebidos 58.706 processos, distribuídos 59.303 e julgados 72.154. Ficaram pendentes de julgamento 13.172 processos.

2º GRAU		
Processos	Recebidos	**58.706**
	Distribuídos	**59.303**
	Julgados	**72.154 ***
	Pendentes de julgamento em 31.12.2014	**13.172 ****

** Destes, 12.757 são Embargos Declaratórios.*
*** Saldo na Seção de Distribuição, PRT, processos em estudo, em diligência, aguardando pauta e pedidos de vista.*

Processos Recebidos, Distribuídos, Julgados – Últimos 10 anos

ANO	RECEBIDOS	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
2005	40.959	40.705	49.326
2006	37.618	38.143	44.069
2007	50.032	50.489	57.981
2008	65.914	66.872	71.508
2009	53.620	54.543	74.501
2010	47.350	48.039	62.262
2011	51.736	52.027	63.857
2012	56.481	55.907	65.102
2013	59.169	59.789	65.102
2014	58.706	59.303	72.154

TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	0	11
	Extraordinárias	11	
Processos recebidos por distribuição			1
Processos recebidos por redistribuição			0
Processos solucionados	Julgamento em sessão	5	5
	Decisão monocrática	0	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	0	0
	Em diligência	0	
	Aguardando pauta	0	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*	
	IUJ	TOTAL
Maria Helena Lisot	1	1
Maria Madalena Telesca	1	1
Ricardo Carvalho Fraga	3	3
TOTAL	5	5

Em 2014, o Tribunal Pleno editou a Resolução Administrativa nº 17/2014, que aprovou o Assento Regimental nº 01/2014 (altera o § 5º do artigo 51-A, o *caput* do artigo 96 e os §§ 1º e 2º do artigo 102 do Regimento Interno).

* *IUJ: Incidente de Uniformização de Jurisprudência.*

ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	11	18
	Extraordinárias	7	
Processos recebidos por distribuição			154
Processos recebidos por redistribuição			16
Processos solucionados	Julgamento em sessão	111	174
	Decisão monocrática	63	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	2	18
	Em diligência	2	
	Aguardando pauta	5	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*							
	AGR	ED	MS	REC ADM	PA	PAD MAG	RECL DISC	TOTAL
Ana Luiza Heineck Kruse	4	3	0	21	10	0	0	38
Beatriz Renck	14	5	1	0	0	0	1	21
Berenice Messias Corrêa	3	0	1	2	0	0	0	6
Carmen Izabel Centena Gonzalez	2	0	0	0	0	0	0	2
Cleusa Regina Halfen	7	0	0	0	0	0	0	7
Denise Pacheco	1	2	0	1	0	0	0	4
João Alfredo Borges A. de Miranda	9	5	1	0	0	1	0	16
Juraci Galvão Júnior	3	2	2	3	0	0	0	10
Luiz Alberto de Vargas	0	0	0	1	0	0	0	1
Marcelo Gonçalves de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	1
Maria Helena Mallmann	0	0	0	0	0	0	0	0
Raul Zoratto Sanvicente	1	1	0	1	0	0	0	3
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	0	0	1	0	0	0	1
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	46	18	5	30	10	1	1	111

**AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); ED – Embargos Declaratórios; MS: Mandado de Segurança; REC ADM: Recurso Administrativo; PA: Processo Administrativo; PADMAG: Processo Administrativo Disciplinar de Magistrado; RECLDISC: Reclamação Disciplinar.*

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL

Resolução Administrativa nº 01/2014 – Convoca o Exmo. Juiz Fernando Luiz de Moura Cassal para atuar no Tribunal, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Exmo. Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho.

Resolução Administrativa nº 02/2014 – Convoca a Exma. Juíza Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi para atuar no Tribunal na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Exmo. Desembargador Ricardo Luiz Tavares Gehling.

Resolução Administrativa nº 03/2014 – Convoca a Exma. Juíza Angela Rosi Almeida Chapper para atuar no Tribunal, na cadeira do Exmo. Desembargador Leonardo Meurer Brasil.

Resolução Administrativa nº 04/2014 – Institui a Comissão de Vitaliciamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 05/2014 – Altera a Resolução Administrativa nº 25/2008, que estabelece as regras gerais de procedimento de vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 06/2014 – Afasta da jurisdição o Exmo. Desembargador José Felipe Ledur, no período de 17.03.2014 a 19.12.2014, e convoca o Exmo. Juiz Roberto Carvalho Zonta para atuar na cadeira de Sua Excelência.

Resolução Administrativa nº 07/2014 – Altera a Resolução Administrativa nº 24/2011, a qual instituiu o Núcleo de Apoio à Execução do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 08/2014 – Dispõe sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus da 4ª Região durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

Resolução Administrativa nº 09/2014 – Dispõe sobre a convocação do Exmo. Juiz José Cesário Figueiredo Teixeira, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuar no Tribunal, na cadeira do Exmo. Desembargador João Ghisleni Filho.

Resolução Administrativa nº 10/2014 – Dispõe sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus da 4ª Região durante a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

Resolução Administrativa nº 11/2014 – Dispõe sobre a convocação do Exmo. Juiz José Cesário Figueiredo Teixeira, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para atuar no Tribunal, na cadeira vaga em virtude da aposentadoria do Exmo. Desembargador João Ghisleni Filho.

Resolução Administrativa nº 12/2014 – Suspende, de 17.07.2014 a 15.08.2014, a designação do Exmo. Desembargador Cláudio Antonio Cassou Barbosa.

Resolução Administrativa nº 13/2014 – Altera o termo final previsto no caput do artigo 1º da RA nº 12/2014, que trata da suspensão da designação do Exmo. Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa para atuar, em regime de dedicação exclusiva, no recebimento, gestão e encaminhamento das demandas relativas à implementação do PJe-JT nas unidades de 1º e 2º graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 14/2014 – Dispõe sobre a convocação do Exmo. Juiz Luis Carlos Pinto Gastal, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Pelotas para atuar no Tribunal, na cadeira da Exma. Desa. Maria Helena Mallmann.

Resolução Administrativa nº 15/2014 – Revoga as Resoluções Administrativas nº 24/2009 e 03/2012, que dispõem sobre o Programa de Assistência Pré-escolar no âmbito do TRT da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 16/2014 – Dispõe sobre a alteração da área de jurisdição das Varas do Trabalho de Cachoeira do Sul, Lagoa Vermelha, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Montenegro e Santo Ângelo.

Resolução Administrativa nº 18/2014 – Altera o Anexo I da Resolução Administrativa nº 11/2013, o qual estabelece os valores das diárias de magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 19/2014 – Altera a área de jurisdição do Foro Trabalhista de Gramado, retirando-lhe o Município de Jaquirana, que passa a integrar a área da jurisdição da Vara do Trabalho de Vacaria.

Resolução Administrativa nº 20/2014 – Dispõe sobre a suspensão do prazo para recolhimento e comprovação dos depósitos recursais e custas processuais, em virtude da greve dos bancários.

Resolução Administrativa nº 21/2014 – Regulamenta, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, o gozo de férias dos Desembargadores e Juízes Convocados para o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e a respectiva distribuição dos processos.

Resolução Administrativa nº 22/2014 – Extingue o regime de dedicação exclusiva do Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Resolução Administrativa nº 23/2014 – Fixa o horário de atendimento ao público externo nas unidades judiciárias de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no período de 7 a 20 de janeiro de 2015.

Resolução Administrativa nº 24/2014 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Luis Carlos Pinto Gastal para atuar, a partir de 07 de janeiro de 2015, no Tribunal, na cadeira da Exma. Desembargadora Maria Helena Mallmann.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	10	12
	Extraordinárias	2	
Processos recebidos por distribuição			142
Processos recebidos por redistribuição			85
Processos recebidos pela Vice-Presidência por distribuição			509
Processos solucionados	Julgamento em sessão	117	455
	Decisão monocrática	338	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	2	433
	Em diligência	427	
	Aguardando pauta	3	
	Saldo no MP	1	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*						
	AACC	DC	DCG	ED	AGR	PET	TOTAL
Ângela Rosi Almeida Chapper	0	0	0	1	0	0	1
Berenice Messias Corrêa	0	12	0	2	0	0	14
Denise Pacheco	0	6	0	0	0	0	6
Emílio Papaléo Zin	2	7	0	1	0	0	10
Flávia Lorena Pacheco	2	6	0	1	0	1	10
Francisco Rossal de Araújo	2	12	0	2	0	0	16
João Batista de Matos Danda	0	13	0	1	0	0	14
João Ghisleni Filho	0	0	0	1	0	0	1
Juraci Galvão Júnior	2	6	1	3	0	0	12
Marcos Fagundes Salomão	0	5	0	1	0	0	6
Maria Madalena Telesca	1	3	0	3	0	0	7
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	6	9	3	1	1	0	20
TOTAL	15	79	4	17	1	1	117

* *AACC: Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; DC: Dissídio Coletivo; DCG: Dissídio Coletivo de Greve; ED: Embargos Declaratórios; AGR: Agravo Regimental; PET: Petição.*

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	11	11
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos			955
Processos solucionados	Julgamento em sessão	503	995
	Decisão monocrática	492	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	5	24
	Em diligência	3	
	Aguardando pauta	7	
	Saldo no MP	9	
Conflitos de competência recebidos por distribuição (processos físicos)			5
Aguardando decisão no TST (processos físicos)			13
Aguardam retirada de alvará (processos físicos)			3
Aguardam pagamento de custas (processos físicos)			16
Conflitos de Competência julgados (processos físicos)			3

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	CAUINOM	CC	ED	MS	TOTAL
Alexandre Corrêa da Cruz	16	0	1	5	31	53
Ana Luiza Heineck Kruse	0	0	0	1	1	2
André Reverbel Fernandes	17	0	0	1	21	39
Brígida J.C. Barcelos Toschi	33	0	0	4	36	73
Denise Pacheco	2	0	0	0	6	8
Emílio Papaléo Zin	0	0	0	0	5	5
Fernando Luiz de Moura Cassal	12	0	2	0	14	28
Gilberto Souza dos Santos	9	0	1	2	13	25
Herbert Paulo Beck	20	0	1	1	33	55
João Paulo Lucena	9	0	0	1	17	27
José Cesário Figueiredo Teixeira	25	0	0	2	10	41
Laís Helena Jaeger Nicotti	24	0	1	2	26	53
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	10	0	0	4	33	47
Maria Cristina Schaan Ferreira	24	0	0	5	34	63
Maria Madalena Telesca	0	0	0	0	1	1
Raul Zoratto Sanvicente	16	1	0	1	14	32
Tânia Regina Silva Reckziegel	11	0	0	1	26	38
TOTAL	**229**	**1**	**6**	**30**	**321**	**590**

* *AGR: Agravo Regimental; CAUINOM: Cautelar Inominada; CC: Conflito de Competência; ED: Embargos Declaratórios; MS: Mandado de Segurança.*

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	10	10
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			192
Processos recebidos por redistribuição			12
Processos solucionados	Julgamento em sessão	201	248
	Decisão monocrática	47	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	48	160
	Em diligência	101	
	Aguardando pauta	8	
	Saldo no MP	2	
	Sobrestado	1	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*				
	AR	AGR	ED	CAUINOM	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chapper	3	2	6	0	11
Carmen Gonzalez	0	0	1	0	1
Clóvis Fernando Schuch Santos	17	2	2	0	21
George Achutti	5	0	1	0	6
Iris Lima de Moraes	17	1	7	0	25
Leonardo Meurer Brasil	8	0	1	0	9
Manuel Cid Jardon	3	1	1	0	5
Marçal Henri dos Santos Figueiredo	15	2	5	0	22
Marcelo Gonçalves de Oliveira	5	1	5	2	13
Maria Helena Lisot	15	3	6	0	24
Ricardo Carvalho Fraga	11	6	1	0	18
Ricardo H. de Almeida Martins Costa	13	1	4	2	20
Roberto Antonio Carvalho Zonta	11	2	7	0	20
Rosane Serafini Casa Nova	1	1	2	0	4
Wilson Carvalho Dias	2	0	0	0	2
TOTAL	**126**	**22**	**49**	**4**	**201**

* *AR: Ação Rescisória; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); ED: Embargos Declaratórios; CAUINOM: Cautelar Inominada.*

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	26	28
	Extraordinárias	2	
Processos recebidos por distribuição			8.419
Processos recebidos por redistribuição			390
Processos restituídos pelo Relator por incompetência ou suspeição			52
Processos solucionados	Julgamento em sessão	8.303	9.411
	Decisão monocrática	1.108	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2014	Com os relatores	928	1.890
	Em diligência	82	
	Aguardando pauta	879	
	Saldo no MP	1	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AG	AGR	AIAP	AP	CAU INOM	ED	PET	RO	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	9	0	21	797	1	62	2	0	892
Beatriz Renck	0	0	1	32	0	33	0	0	66
George Achutti	1	0	1	127	0	28	0	1	158
João Alfredo B. A. de Miranda	4	2	28	1.041	1	119	0	0	1.195
João Ghisleni Filho	1	0	0	17	0	10	0	0	28
José Cesário F. Teixeira	0	0	0	8	0	3	0	0	11
Lucia Ehrenbrink	19	0	22	1.426	1	161	2	0	1.631
Luís Carlos Pinto Gastal	9	0	11	290	0	25	0	1	336
Luiz Alberto De Vargas	10	1	23	1.067	3	148	1	0	1.253
Marcelo José Ferlin D'ambroso	15	0	1	34	0	26	0	0	76
Maria da Graça Ribeiro Centeno	20	1	20	1.074	0	106	1	0	1.222
Maria Helena Mallmann	3	1	10	589	0	28	0	0	631
Rejane Souza Pedra	22	1	16	934	1	104	0	1	1.079
Vania Cunha Mattos	58	1	23	938	1	126	8	1	1.156
Wilson Carvalho Dias	1	0	2	138	0	29	0	0	170
TOTAL	**172**	**7**	**179**	**8.512**	**8**	**1.008**	**14**	**4**	**9.904**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; PET: Petição; RO: Recurso Ordinário.*

TURMAS

NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	36	0	36
2ª	23	3	26
3ª	33	0	33
4ª	35	0	35
5ª	36	2	38
6ª	40	0	40
7ª	38	0	38
8ª	33	0	33
9ª	26	0	26
10ª	26	0	26
11º	31	0	31

MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	PROCESSOS RECEBIDOS*	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
		JULGAMENTO EM SESSÃO	DECISÃO MONOCRÁTICA	TOTAL
1ª	4.905	6.101	03	6.104
2ª	5.700	6.758	260	7.018
3ª	4.847	6.052	8	6.060
4ª	5.072	5.681	4	5.685
5ª	4.993	6.057	0	6.057
6ª	5.403	6.334	1	6.335
7ª	4.745	5.797	6	5.803
8ª	4.816	6.481	8	6.489
9ª	2.682	3.694	2	3.696
10ª	2.966	4.308	104	4.412
11ª	4.676	5.079	3	5.082

* *Por distribuição, redistribuição e vinculação*

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

1ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	Total
Ana Luiza Heineck Kruse	0	0	1	0	139	0	0	4	297	0	441
Iris Lima de Moraes	0	2	16	5	370	2	1	7	1.184	21	1.608
Laís Helena Jaeger Nicotti	0	1	11	0	293	1	1	5	1.084	13	1.409
Marçal H. dos S. Figueiredo	0	1	14	1	235	3	1	3	1.015	20	1.293
Marcelo José F. D'ambroso	3	0	0	0	64	0	0	1	108	0	176
Rosane Serafini Casa Nova	0	0	11	0	217	0	1	5	930	13	1.177
TOTAL	**3**	**4**	**53**	**6**	**1.318**	**6**	**4**	**25**	**4.618**	**67**	**6.104**

2ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Alexandre Corrêa da Cruz	0	2	12	2	379	0	0	6	1.334	1	1.736
João Batista de Matos Danda	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2
Marcelo José Ferlin D'Ambroso	53	1	15	0	292	0	0	8	1.331	3	1.703
Raul Zoratto Sanvicente	0	0	0	0	51	0	0	0	12	0	63
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	0	9	0	264	1	0	4	1.229	2	1.509
Tânia Rosa Maciel de Oliveira	0	0	15	1	332	0	1	6	1.400	0	1.755
Vania Maria Cunha Mattos	0	0	0	0	56	0	0	3	191	0	250
TOTAL	**53**	**3**	**51**	**3**	**1.375**	**1**	**1**	**27**	**5.498**	**6**	**7.018**

3ª TURMA									
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS								
	AG	AIRO	CAU INOM	ED	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Cláudio Antônio Cassou Barbosa	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Gilberto Souza dos Santos	0	13	1	201	1	4	1.069	0	1.289
Luiz Alberto de Vargas	0	1	0	63	0	2	37	0	103
Marcos Fagundes Salomão	0	17	0	401	0	9	1.308	0	1.735
Maria Madalena Telesca	1	21	1	299	0	7	1.238	1	1.568
Ricardo Carvalho Fraga	0	20	0	450	1	5	1.234	1	1.711
TOTAL	**1**	**72**	**2**	**1.414**	**2**	**27**	**4.890**	**2**	**6.410**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo.*

4ª TURMA												
DESEMBARGADORES/ JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*											
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
André Reverbel Fernandes	0	0	10	1	180	0	0	0	8	993	2	1.194
Brígida J. C. Barcelos Toschi	0	0	0	0	121	0	0	0	2	226	0	349
George Achutti	0	0	11	1	207	0	0	0	8	1.013	2	1.242
Gilberto Souza dos Santos	0	0	2	0	122	0	0	0	2	301	0	427
João Batista de Matos Danda	0	1	8	1	370	0	0	1	5	1.109	4	1.499
Marcelo G. de Oliveira	1	0	10	2	262	2	1	3	2	1.135	4	1.422
TOTAL	**1**	**1**	**41**	**5**	**1.262**	**2**	**1**	**4**	**27**	**4.777**	**12**	**6.133**

5ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REENEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
André Reverbel Fernandes	0	1	0	19	0	0	0	95	0	115
Angela Rosi Almeida Chapper	0	3	0	118	0	0	3	437	0	561
Berenice Messias Corrêa	1	11	3	264	0	1	4	1.100	2	1.386
Brígida Joaquina C. B. Toschi	0	13	2	419	29	2	4	1.236	1	1.706
Clóvis Fernando Schuch Santos	1	10	1	335	0	0	6	1.190	0	1.543
Leonardo Meurer Brasil	1	10	1	84	0	0	3	614	1	714
Rejane Souza Pedra	0	0	0	56	0	0	0	99	0	155
TOTAL	**3**	**48**	**7**	**1.295**	**29**	**3**	**20**	**4.771**	**4**	**6.180**

6ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AGR	AIRO	AP	CAU INOM	ED	EXC SUSP	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Beatriz Renck	0	1	0	0	89	0	4	250	0	344
José Cesário Figueiredo Teixeira	0	6	0	0	106	0	2	530	1	645
José Felipe Ledur	0	1	0	0	54	0	0	112	0	167
Maria Cristina Schaan Ferreira	1	14	0	1	303	0	2	1.216	1	1.538
Maria Helena Lisot	0	6	0	1	270	0	5	957	0	1.239
Raul Zoratto Sanvicente	1	13	1	1	289	1	6	1.141	3	1.456
Roberto Antonio Carvalho Zonta	2	8	0	0	286	0	10	1.107	2	1.415
TOTAL	**4**	**49**	**1**	**3**	**1.397**	**1**	**29**	**5.313**	**7**	**6.804**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

7ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	PET	REENEC/ RO	RO	ROPS	TOTAL
Denise Pacheco	0	14	0	197	0	6	1.085	4	1.306
Emílio Papaléo Zin	1	16	1	157	0	5	1.114	0	1.294
Manuel Cid Jardón	0	9	0	306	1	10	1.434	1	1.761
Marcelo Gonçalves de Oliveira	1	0	0	60	0	0	10	0	71
Maria da Graça Ribeiro Centeno	0	0	1	33	0	0	5	0	39
Tânia Regina Silva Reckziegel	0	1	0	110	0	0	59	0	170
Wilson Carvalho Dias	0	17	2	109	0	9	1.023	2	1.162
TOTAL	**2**	**57**	**4**	**972**	**1**	**30**	**4.730**	**7**	**5.803**

8ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	PET	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Angela Rosi Almeida Chapper	0	0	0	55	0	0	69	0	124
Denis Marcelo de L. Molarinho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fernando Luiz de Moura Cassal	0	12	5	234	2	5	1.155	1	1.414
Francisco Rossal de Araújo	5	18	2	358	0	5	1.352	0	1.740
João Paulo Lucena	0	13	2	219	0	7	1.244	1	1.486
Juraci Galvão Júnior	0	15	1	272	1	6	1.306	0	1.601
Lucia Ehrenbrink	0	0	0	58	0	2	63	1	124
TOTAL	**5**	**58**	**10**	**1.196**	**3**	**25**	**5.189**	**3**	**6.489**

9ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAU INOM	ED	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	11	1	100	0	0	5	643	3	763
André Reverbel Fernandes	0	0	76	0	0	1	54	0	131
Carmen Izabel C. Gonzalez	0	0	147	0	0	5	284	0	436
João Alfredo B. A. de Miranda	11	1	199	1	1	19	763	0	995
Lucia Ehrenbrink	13	0	136	0	0	6	563	4	722
Marçal Henri dos S. Figueiredo	0	0	84	0	0	1	117	0	202
Maria da Graça Ribeiro Centeno	11	2	102	0	1	6	671	0	793
TOTAL	**46**	**4**	**844**	**1**	**2**	**43**	**3.095**	**7**	**4.042**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC:– Recurso Ordinário em Reexame Necessário.*

10ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AG	AGR	AIRO	CAU INOM	ED	PET	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Denise Pacheco	0	0	0	0	128	0	0	243	0	371
Emílio Papaléo Zin	0	0	0	0	86	0	3	236	0	325
Fernando Luiz de M. Cassal	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
João Paulo Lucena	1	0	1	0	104	0	0	364	0	470
Luis Carlos Pinto Gastal	0	0	3	1	62	0	2	172	1	241
Luiz Alberto de Vargas	2	1	10	1	184	0	2	717	0	917
Maria Helena Mallmann	1	0	8	1	46	0	3	444	1	504
Rejane Souza Pedra	5	1	9	1	148	2	6	694	0	866
Vania Maria Cunha Mattos	22	1	12	1	149	2	5	820	4	1.016
Wilson Carvalho Dias	0	0	0	0	61	0	0	200	0	261
TOTAL	**31**	**3**	**43**	**5**	**971**	**4**	**21**	**3.890**	**6**	**4.974**

11ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AIRO	CAUINOM	ED	EXC SUSP	PET	REE NEC	REE NEC/RO	RO	ROPS	TOTAL
Flávia Lorena Pacheco	12	1	315	0	1	1	6	1.223	1	1560
Herbert Paulo Beck	14	1	213	1	0	0	6	1.126	20	1381
João Ghisleni Filho	3	0	70	0	0	0	1	345	0	419
José Cesário F. Teixeira	2	0	99	0	0	0	2	175	0	278
Maria Helena Lisot	10	0	53	0	0	0	1	465	13	542
Ricardo H. de A. Martins Costa	17	0	227	0	0	0	6	1.069	23	1.342
TOTAL	**58**	**2**	**977**	**1**	**1**	**1**	**22**	**4.403**	**57**	**5.522**

**AG: Agravo Regimental; AGR: Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP: Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO: Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP: Agravo de Petição; CAUINOM: Cautelar Inominada; ED: Embargos Declaratórios; EXCSUSP: Exceção de Suspeição; PET: Petição; REENEC: Reexame Necessário; RO: Recurso Ordinário; RO/REENEC: Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ROPS: Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo.*

MOVIMENTO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU

VARAS DO TRABALHO

Fase de Conhecimento – Casos Novos

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Alegrete	537	0	537	1	538
Alvorada	1.065	4	1.069	10	1.079
Arroio Grande	360	0	360	0	360
Bagé - 1ª Vara	1.210	4	1.214	21	1.235
Bagé - 2ª Vara	1.208	15	1.223	5	1.228
Bento Gonçalves – 1ª Vara	1.824	51	1.875	18	1.893
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.832	48	1.880	15	1.895
Cachoeira do Sul	1.068	2	1.070	13	1.083
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.355	17	1.372	9	1.381
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.359	20	1.379	7	1.386
Camaquã	949	0	949	4	953
Canoas – 1ª Vara	1.412	51	1.463	16	1.479
Canoas – 2ª Vara	1.432	64	1.496	1	1.497
Canoas – 3ª Vara	1.403	28	1.431	28	1.459
Canoas – 4ª Vara	1.447	50	1.497	6	1.503
Canoas – 5ª Vara	1.459	53	1.512	24	1.536
Capão da Canoa – Posto Avançado	1.027	0	1.027	0	1.027
Carazinho	1.518	2	1.520	5	1.525
Caxias do Sul – 1ª Vara	1.820	44	1.864	20	1.884
Caxias do Sul – 2ª Vara	1.832	38	1.870	11	1.881
Caxias do Sul – 3ª Vara	1.809	74	1.883	7	1.890
Caxias do Sul – 4ª Vara	1.838	23	1.861	9	1.870
Caxias do Sul – 5ª Vara	1.820	26	1.846	7	1.853
Caxias do Sul – 6ª Vara	1.386	37	1.423	1	1.424
Cruz Alta	1.160	0	1.160	3	1.163
Dom Pedrito – Posto Avançado	277	2	279	0	279
Encantado	585	8	593	0	593
Erechim – 1ª Vara	895	9	904	4	908
Erechim – 2ª Vara	908	6	914	1	915
Erechim – 3ª Vara	902	6	908	2	910
Estância Velha	2.499	2	2.501	5	2.506
Esteio – 1ª Vara	768	11	779	3	782

Esteio – 2ª Vara	762	20	782	0	782
Estrela – 1ª Vara	781	22	803	2	805
Estrela – 2ª Vara	788	11	799	2	801
Farroupilha	1.113	5	1.118	4	1.122
Frederico Westphalen	959	0	959	6	965
Gramado – 1ª Vara	1.043	4	1.047	6	1.053
Gramado – 2ª Vara	1.040	3	1.043	4	1.047
Gravataí – 1ª Vara	1.361	12	1.373	4	1.377
Gravataí – 2ª Vara	1.325	23	1.348	18	1.366
Gravataí – 3ª Vara	1.336	23	1.359	5	1.364
Gravataí – 4ª Vara	1.317	26	1.343	14	1.357
Guaíba	1.399	15	1.414	1	1.415
Ijuí	1.202	0	1.202	12	1.214
Itaqui – Posto Avançado	228	0	228	4	232
Lagoa Vermelha	620	0	620	2	622
Lajeado – 1ª Vara	1.351	11	1.362	3	1.365
Lajeado – 2ª Vara	1.338	21	1.359	7	1.366
Marau – Posto Avançado	664	314	978	8	986
Montenegro	1.309	5	1.314	5	1.319
Nova Prata – Posto Avançado	661	262	923	6	929
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.247	16	1.263	1	1.264
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.273	13	1.286	1	1.287
Novo Hamburgo – 3ª Vara	1.122	205	1.327	7	1.334
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.273	19	1.292	9	1.301
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.287	18	1.305	38	1.343
Osório	1.402	3	1.405	8	1.413
Palmeira das Missões	649	0	649	7	656
Panambi	364	0	364	0	364
Passo Fundo – 1ª Vara	1.121	24	1.145	11	1.156
Passo Fundo – 2ª Vara	1.111	15	1.126	0	1.126
Passo Fundo – 3ª Vara	1.102	16	1.118	8	1.126
Passo Fundo – 4ª Vara	1.076	25	1.101	8	1.109
Pelotas – 1ª Vara	1.157	7	1.164	1	1.165
Pelotas – 2ª Vara	1.160	8	1.168	13	1.181
Pelotas – 3ª Vara	1.144	11	1.155	0	1.155
Pelotas – 4ª Vara	1.161	10	1.171	10	1.181
Porto Alegre – 1ª Vara	1.587	40	1.627	11	1.638
Porto Alegre – 2ª Vara	1.567	44	1.611	0	1.611
Porto Alegre – 3ª Vara	1.549	46	1.595	27	1.622
Porto Alegre – 4ª Vara	1.531	27	1.558	5	1.563
Porto Alegre – 5ª Vara	1.583	35	1.618	43	1.661
Porto Alegre – 6ª Vara	1.566	36	1.602	10	1.612
Porto Alegre – 7ª Vara	1.537	30	1.567	14	1.581
Porto Alegre – 8ª Vara	1.545	29	1.574	11	1.585
Porto Alegre – 9ª Vara	1.550	39	1.589	20	1.609

Porto Alegre – 10ª Vara	1.589	36	1.625	21	1.646
Porto Alegre – 11ª Vara	1.650	38	1.688	14	1.702
Porto Alegre – 12ª Vara	1.550	44	1.594	14	1.608
Porto Alegre – 13ª Vara	1.569	28	1.597	1	1.598
Porto Alegre – 14ª Vara	1.546	38	1.584	13	1.597
Porto Alegre – 15ª Vara	1.587	56	1.643	11	1.654
Porto Alegre – 16ª Vara	1.591	44	1.635	17	1.652
Porto Alegre – 17ª Vara	1.553	44	1.597	12	1.609
Porto Alegre – 18ª Vara	1.058	53	1.111	17	1.128
Porto Alegre – 19ª Vara	1.571	27	1.598	5	1.603
Porto Alegre – 20ª Vara	1.499	93	1.592	21	1.613
Porto Alegre – 21ª Vara	1.624	34	1.658	20	1.678
Porto Alegre – 22ª Vara	1.520	48	1.568	20	1.588
Porto Alegre – 23ª Vara	1.593	73	1.666	14	1.680
Porto Alegre – 24ª Vara	1.550	49	1.599	15	1.614
Porto Alegre – 25ª Vara	1.575	37	1.612	2	1.614
Porto Alegre – 26ª Vara	1.549	43	1.592	17	1.609
Porto Alegre – 27ª Vara	1.549	44	1.593	15	1.608
Porto Alegre – 28ª Vara	1.553	33	1.586	4	1.590
Porto Alegre – 29ª Vara	1.614	91	1.705	8	1.713
Porto Alegre – 30ª Vara	2.128	128	2.256	30	2.286
Rio Grande – 1ª Vara	778	24	802	8	810
Rio Grande – 2ª Vara	836	22	858	7	865
Rio Grande – 3ª Vara	767	53	820	4	824
Rio Grande – 4ª Vara	812	56	868	5	873
Rosário do Sul	361	0	361	4	365
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	1.172	14	1.186	7	1.193
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	1.183	19	1.202	4	1.206
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	1.186	37	1.223	8	1.231
Santa Maria – 1ª Vara	1.167	30	1.197	8	1.205
Santa Maria – 2ª Vara	1.171	24	1.195	28	1.223
Santana do Livramento	812	0	812	12	824
Santa Rosa – 1ª Vara	716	11	727	3	730
Santa Rosa – 2ª Vara	647	47	694	9	703
Santa Vitória do Palmar	455	0	455	5	460
Santiago	429	0	429	2	431
Santo Ângelo	1.330	0	1.330	0	1.330
São Borja	559	0	559	0	559
São Gabriel	671	0	671	6	677
São Jerônimo	1.103	1	1.104	2	1.106
São Leopoldo – 1ª Vara	1.906	29	1.935	2	1.937
São Leopoldo – 2ª Vara	1.891	34	1.925	3	1.928
São Leopoldo – 3ª Vara	1.916	33	1.949	2	1.951
São Leopoldo – 4ª Vara	1.937	37	1.974	2	1.976
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	290	0	290	1	291

São Sebastião do Caí – Posto Avançado	40	1.075	1.115	1	1.116
Sapiranga – 1ª Vara	1.487	22	1.509	2	1.511
Sapiranga – 2ª Vara	1.410	37	1.447	13	1.460
Sapiranga – 3ª Vara	1.399	48	1.447	2	1.449
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	965	14	979	7	986
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	954	15	969	22	991
Soledade	937	0	937	4	941
Taquara – 1ª Vara	1.366	13	1.379	11	1.390
Taquara – 2ª Vara	1.327	15	1.342	18	1.360
Taquara – 3ª Vara	1.304	43	1.347	15	1.362
Taquara – 4ª Vara	1.307	24	1.331	3	1.334
Taquari – Posto Avançado	488	26	514	1	515
Torres	725	0	725	8	733
Tramandaí – Posto Avançado	1.341	0	1.341	33	1.374
Três Passos – 1ª Vara	731	1	732	3	735
Triunfo – 1ª Vara	980	5	985	19	1.004
Uruguaiana – 1ª Vara	1.268	5	1.273	16	1.289
Uruguaiana – 2ª Vara	1.239	15	1.254	2	1.256
Vacaria	970	0	970	5	975
Viamão	1.577	0	1.577	5	1.582
Total	**172.153**	**5.098**	**177.251**	**1.245**	**178.496**

OBSERVAÇÃO: No item *Casos Novos por Distribuição*, exclusivamente com relação aos Foros Trabalhistas em que há Posto Avançado e em que implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico, estão incluídos nos dados das Varas do Trabalho os processos eletrônicos do Posto vinculado. Os Foros Trabalhistas com Posto e PJe-JT são os seguintes:

- Bento Gonçalves (Posto de Nova Prata) – implantado o PJe-JT em 05.09.2014;
- Passo Fundo (Posto de Marau) – implantado o PJe-JT em 17.09.2014;
- São Leopoldo (Posto de São Sebastião do Caí) – implantado o PJe-JT em 06.12.2012;
- Triunfo (Posto de Taquari) – implantado o PJe-JT em 14.11.2014.

Fase de Conhecimento – Processos Solucionados

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	COM EXAME DE MÉRITO	SEM EXAME DE MÉRITO	TOTAL
Alegrete	467	43	510
Alvorada	721	84	805
Arroio Grande	281	32	313

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	COM EXAME DE MÉRITO	SEM EXAME DE MÉRITO	TOTAL
Bagé – 1ª Vara	1.083	89	1.172
Bagé – 2ª Vara	1.151	79	1.230
Bento Gonçalves – 1ª Vara	1.517	159	1.676
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.502	137	1.639
Cachoeira do Sul	805	126	931
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.203	118	1.321
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.120	122	1.242
Camaquã	461	70	531
Canoas – 1ª Vara	900	182	1.082
Canoas – 2ª Vara	791	101	892
Canoas – 3ª Vara	1.073	149	1.222
Canoas – 4ª Vara	1.092	156	1.248
Canoas – 5ª Vara	1.242	201	1.443
Capão da Canoa – Posto Avançado	713	134	847
Carazinho	1.127	133	1.260
Caxias do Sul – 1ª Vara	1.394	288	1.682
Caxias do Sul – 2ª Vara	1.542	155	1.697
Caxias do Sul – 3ª Vara	1.384	226	1.610
Caxias do Sul – 4ª Vara	1.551	195	1.746
Caxias do Sul – 5ª Vara	1.513	233	1.746
Caxias do Sul – 6ª Vara	1.072	117	1.189
Cruz Alta	863	75	938
Dom Pedrito – Posto Avançado	220	20	240
Encantado	442	97	539
Erechim – 1ª Vara	702	58	760
Erechim – 2ª Vara	597	48	645
Erechim – 3ª Vara	711	42	753
Estância Velha	2.116	258	2.374
Esteio – 1ª Vara	668	116	784
Esteio – 2ª Vara	643	129	772
Estrela – 1ª Vara	765	67	832
Estrela – 2ª Vara	783	78	861
Farroupilha	1.001	88	1.089
Frederico Westphalen	582	100	682
Gramado – 1ª Vara	878	96	974

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	COM EXAME DE MÉRITO	SEM EXAME DE MÉRITO	TOTAL
Gramado – 2ª Vara	841	84	925
Gravataí – 1ª Vara	737	172	909
Gravataí – 2ª Vara	840	153	993
Gravataí – 3ª Vara	727	108	835
Gravataí – 4ª Vara	741	146	887
Guaíba	1.206	191	1.397
Ijuí	1.013	124	1.137
Itaqui – Posto Avançado	200	17	217
Lagoa Vermelha	480	43	523
Lajeado – 1ª Vara	1.122	101	1.223
Lajeado – 2ª Vara	986	91	1.077
Marau – Posto Avançado	787	88	875
Montenegro	1.063	130	1.193
Nova Prata – Posto Avançado	758	84	842
Novo Hamburgo – 1ª Vara	976	172	1.148
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.017	172	1.189
Novo Hamburgo – 3ª Vara	732	134	866
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.216	154	1.370
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.197	168	1.365
Osório	1.084	142	1.226
Palmeira das Missões	586	55	641
Panambi – Posto Avançado	369	41	410
Passo Fundo – 1ª Vara	901	94	995
Passo Fundo – 2ª Vara	866	80	946
Passo Fundo – 3ª Vara	1.059	84	1.143
Passo Fundo – 4ª Vara	727	76	803
Pelotas – 1ª Vara	1.023	108	1.131
Pelotas – 2ª Vara	1.060	132	1.192
Pelotas – 3ª Vara	990	114	1.104
Pelotas – 4ª Vara	1.061	132	1.193
Porto Alegre – 1ª Vara	1.139	235	1.374
Porto Alegre – 2ª Vara	1.143	168	1.311
Porto Alegre – 3ª Vara	1.220	260	1.480
Porto Alegre – 4ª Vara	1.259	188	1.447
Porto Alegre – 5ª Vara	1.179	284	1.463

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	COM EXAME DE MÉRITO	SEM EXAME DE MÉRITO	TOTAL
Porto Alegre – 6ª Vara	1.123	217	1.340
Porto Alegre – 7ª Vara	1.208	236	1.444
Porto Alegre – 8ª Vara	1.167	228	1.395
Porto Alegre – 9ª Vara	943	232	1.175
Porto Alegre – 10ª Vara	1.280	155	1.435
Porto Alegre – 11ª Vara	1.011	158	1.169
Porto Alegre – 12ª Vara	925	227	1.152
Porto Alegre – 13ª Vara	937	209	1.146
Porto Alegre – 14ª Vara	1.169	216	1.385
Porto Alegre – 15ª Vara	984	219	1.203
Porto Alegre – 16ª Vara	1.200	264	1.464
Porto Alegre – 17ª Vara	1.107	263	1.370
Porto Alegre – 18ª Vara	970	153	1.123
Porto Alegre – 19ª Vara	1.000	265	1.265
Porto Alegre – 20ª Vara	1.068	181	1.249
Porto Alegre – 21ª Vara	1.259	253	1.512
Porto Alegre – 22ª Vara	884	177	1.061
Porto Alegre – 23ª Vara	1.063	247	1.310
Porto Alegre – 24ª Vara	1.141	259	1.400
Porto Alegre – 25ª Vara	1.141	185	1.326
Porto Alegre – 26ª Vara	1.113	224	1.337
Porto Alegre – 27ª Vara	1.018	229	1.247
Porto Alegre – 28ª Vara	1.129	198	1.327
Porto Alegre – 29ª Vara	1.243	234	1.477
Porto Alegre – 30ª Vara	1.594	343	1.937
Rio Grande – 1ª Vara	648	136	784
Rio Grande – 2ª Vara	517	130	647
Rio Grande – 3ª Vara	628	146	774
Rio Grande – 4ª Vara	634	146	780
Rosário do Sul	304	33	337
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	1.050	90	1.140
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	995	60	1.055
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	838	97	935
Santa Maria – 1ª Vara	1.039	161	1.200
Santa Maria – 2ª Vara	818	127	945

VARA DO TRABALHO	SOLUCIONADOS		
	COM EXAME DE MÉRITO	SEM EXAME DE MÉRITO	TOTAL
Santana do Livramento	552	79	631
Santa Rosa – 1ª Vara	651	67	718
Santa Rosa – 2ª Vara	633	39	672
Santa Vitória do Palmar	369	49	418
Santiago	351	26	377
Santo Ângelo	1.064	100	1.164
São Borja	503	72	575
São Gabriel	659	45	704
São Jerônimo	763	84	847
São Leopoldo – 1ª Vara	1.171	137	1.308
São Leopoldo – 2ª Vara	1.356	141	1.497
São Leopoldo – 3ª Vara	1.484	158	1.642
São Leopoldo – 4ª Vara	1.510	173	1.683
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	236	30	266
São Sebastião do Caí – Posto Avançado	821	135	956
Sapiranga – 1ª Vara	1.115	134	1.249
Sapiranga – 2ª Vara	1.352	88	1.440
Sapiranga – 3ª Vara	1.279	132	1.411
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	717	90	807
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	972	57	1.029
Soledade	661	166	827
Taquara – 1ª Vara	1.067	117	1.184
Taquara – 2ª Vara	1.076	134	1.210
Taquara – 3ª Vara	1.185	129	1.314
Taquara – 4ª Vara	1.177	131	1.308
Taquari – Posto Avançado	313	84	397
Torres	492	92	584
Tramandaí – Posto Avançado	1.068	153	1.221
Três Passos	556	63	619
Triunfo	586	79	665
Uruguaiana – 1ª Vara	1.066	117	1.183
Uruguaiana – 2ª Vara	1.214	118	1.332
Vacaria	765	99	864
Viamão	1.314	115	1.429
Total	**134.227**	**19.257**	**153.484**

Fase de Conhecimento – Processos Pendentes de Solução

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDANDO 1ª SEÇÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDANDO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS COM INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA AGUARDANDO PROLAÇÃO DA SENTENÇA			TOTAL
			DENTRO DO PRAZO	PRAZO VENCIDO	TOTAL	
Alegrete	109	158	10	5	15	282
Alvorada	252	511	77	150	227	990
Arroio Grande	96	96	0	0	0	192
Bagé – 1ª Vara	107	484	87	21	108	699
Bagé – 2ª Vara	94	387	54	28	82	563
Bento Gonçalves – 1ª Vara	344	1.114	20	4	24	1.482
Bento Gonçalves – 2ª Vara	277	751	94	11	105	1.133
Cachoeira do Sul	71	820	65	3	68	959
Cachoeirinha – 1ª Vara	185	686	95	0	95	966
Cachoeirinha – 2ª Vara	205	692	98	71	169	1.066
Camaquã	302	332	32	21	53	687
Canoas – 1ª Vara	389	708	48	21	69	1.166
Canoas – 2ª Vara	288	679	120	94	214	1.181
Canoas – 3ª Vara	200	799	73	14	87	1.086
Canoas – 4ª Vara	357	561	80	182	262	1.180
Canoas – 5ª Vara	266	628	96	143	239	1.133
Capão da Canoa – Posto Avançado	188	476	22	0	22	686
Carazinho	240	350	74	15	89	679
Caxias do Sul – 1ª Vara	302	576	57	43	100	978
Caxias do Sul – 2ª Vara	218	348	70	48	118	684
Caxias do Sul – 3ª Vara	408	579	62	58	120	1.107
Caxias do Sul – 4ª Vara	601	354	52	92	144	1.099
Caxias do Sul – 5ª Vara	378	741	94	25	119	1.238
Caxias do Sul – 6ª Vara	173	701	141	93	234	1.108
Cruz Alta	298	431	75	27	102	831
Dom Pedrito – Posto Avançado	21	99	9	1	10	130
Encantado	78	95	35	6	41	214
Erechim – 1ª Vara	160	377	71	0	71	608
Erechim – 2ª Vara	140	358	43	133	176	674
Erechim – 3ª Vara	160	300	55	5	60	520
Estância Velha	265	409	19	1	20	694
Esteio – 1ª Vara	121	325	15	17	32	478
Esteio – 2ª Vara	64	308	50	73	123	495
Estrela – 1ª Vara	107	200	27	10	37	344
Estrela – 2ª Vara	60	207	40	3	43	310

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDAN-DO 1ª SEÇÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDAN-DO ENCERRA-MENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS COM INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA AGUARDANDO PROLAÇÃO DA SENTENÇA			TOTAL
			DENTRO DO PRAZO	PRAZO VENCI-DO	TOTAL	
Farroupilha	127	374	58	0	58	559
Frederico Westphalen	93	476	47	54	101	670
Gramado – 1ª Vara	51	188	0	1	1	240
Gramado – 2ª Vara	106	246	29	11	40	392
Gravataí – 1ª Vara	463	820	69	10	79	1.362
Gravataí – 2ª Vara	364	873	123	0	123	1.360
Gravataí – 3ª Vara	454	985	102	52	154	1.593
Gravataí – 4ª Vara	459	908	98	104	202	1.569
Guaíba	386	747	96	23	119	1.252
Ijuí	99	448	78	8	86	633
Itaqui – Posto Avançado	52	63	14	17	31	146
Lagoa Vermelha	103	129	15	0	15	247
Lajeado – 1ª Vara	155	286	10	1	11	452
Lajeado – 2ª Vara	145	440	64	32	96	681
Marau – Posto Avançado	162	434	61	3	64	660
Montenegro	244	537	53	78	131	912
Nova Prata – Posto Avançado	186	365	47	0	47	598
Novo Hamburgo – 1ª Vara	283	757	158	178	336	1.376
Novo Hamburgo – 2ª Vara	147	398	48	16	64	609
Novo Hamburgo – 3ª Vara	395	625	78	120	198	1.218
Novo Hamburgo – 4ª Vara	123	257	76	17	93	473
Novo Hamburgo – 5ª Vara	152	516	32	1	33	701
Osório	193	681	0	2	2	876
Palmeira das Missões	43	196	27	0	27	266
Panambi – Posto Avançado	28	171	29	0	29	228
Passo Fundo – 1ª Vara	162	467	61	0	61	690
Passo Fundo – 2ª Vara	120	384	47	17	64	568
Passo Fundo – 3ª Vara	95	427	55	78	133	655
Passo Fundo – 4ª Vara	143	543	84	37	121	807
Pelotas – 1ª Vara	226	327	35	0	35	588
Pelotas – 2ª Vara	257	338	4	0	4	599
Pelotas – 3ª Vara	168	227	4	0	4	399
Pelotas – 4ª Vara	122	184	0	0	0	306
Porto Alegre – 1ª Vara	251	813	98	58	156	1.220
Porto Alegre – 2ª Vara	375	727	103	50	153	1.255
Porto Alegre – 3ª Vara	331	671	134	116	250	1.252
Porto Alegre – 4ª Vara	192	664	67	72	139	995
Porto Alegre – 5ª Vara	367	470	37	3	40	877
Porto Alegre – 6ª Vara	361	770	125	98	223	1.354

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDAN-DO 1ª SEÇÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDAN-DO O ENCERRA-MENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS COM INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA AGUARDANDO PROLAÇÃO DA SENTENÇA			TOTAL
			DENTRO DO PRAZO	PRAZO VENCI-DO	TOTAL	
Porto Alegre – 7ª Vara	284	732	107	135	242	1.258
Porto Alegre – 8ª Vara	250	657	114	73	187	1.094
Porto Alegre – 9ª Vara	517	804	76	80	156	1.477
Porto Alegre – 10ª Vara	189	620	82	7	89	898
Porto Alegre – 11ª Vara	362	703	74	142	216	1.281
Porto Alegre – 12ª Vara	277	755	105	140	245	1.277
Porto Alegre – 13ª Vara	363	847	86	134	220	1.430
Porto Alegre – 14ª Vara	328	509	66	52	118	955
Porto Alegre – 15ª Vara	330	755	115	201	316	1.401
Porto Alegre – 16ª Vara	238	434	140	186	326	998
Porto Alegre – 17ª Vara	263	757	89	10	99	1.119
Porto Alegre – 18ª Vara	699	76	110	106	216	991
Porto Alegre – 19ª Vara	471	789	126	176	302	1.562
Porto Alegre – 20ª Vara	617	727	115	18	133	1.477
Porto Alegre – 21ª Vara	329	370	92	88	180	879
Porto Alegre – 22ª Vara	596	719	93	162	255	1.570
Porto Alegre – 23ª Vara	204	758	90	113	203	1.165
Porto Alegre – 24ª Vara	283	521	80	113	193	997
Porto Alegre – 25ª Vara	268	670	109	215	324	1.262
Porto Alegre – 26ª Vara	388	662	53	81	134	1.184
Porto Alegre – 27ª Vara	254	924	105	49	154	1.332
Porto Alegre – 28ª Vara	355	835	108	80	188	1.378
Porto Alegre – 29ª Vara	280	613	21	1	22	915
Porto Alegre – 30ª Vara	357	1.988	271	87	358	2.703
Rio Grande – 1ªVara	209	259	79	62	141	609
Rio Grande – 2ª Vara	266	292	31	75	106	664
Rio Grande – 3ª Vara	221	300	43	151	194	715
Rio Grande – 4ª Vara	162	389	71	12	83	634
Rosário do Sul	20	60	17	1	18	98
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	462	272	3	7	10	744
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	227	507	21	0	21	755
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	247	536	50	77	127	910
Santa Maria – 1ª Vara	188	415	120	55	175	778
Santa Maria – 2ª Vara	327	749	106	83	189	1.265
Santana do Livramento	103	199	78	28	106	408
Santa Rosa – 1ª Vara	83	161	32	67	99	343
Santa Rosa – 2ª Vara	78	203	45	1	46	327
Santa Vitória do Palmar	41	65	0	0	0	106
Santiago	23	116	8	0	8	147

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDAN-DO 1ª SEÇÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDAN-DO O ENCERRA-MENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS COM INSTRUÇÃO PROCESSUAL ENCERRADA AGUARDANDO PROLAÇÃO DA SENTENÇA			TOTAL
			DENTRO DO PRAZO	PRAZO VENCI-DO	TOTAL	
Santo Ângelo	229	282	106	6	112	623
São Borja	52	172	27	17	44	268
São Gabriel	32	219	61	61	122	373
São Jerônimo	392	807	57	139	196	1.395
São Leopoldo – 1ª Vara	281	333	59	170	229	843
São Leopoldo – 2ª Vara	285	346	51	45	96	727
São Leopoldo – 3ª Vara	166	288	23	69	92	546
São Leopoldo – 4ª Vara	206	418	29	1	30	654
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	27	50	31	3	34	111
São Sebastião do Caí – Posto Avançado	197	185	22	24	46	428
Sapiranga – 1ª Vara	212	468	2	0	2	682
Sapiranga – 2ª Vara	147	425	40	27	67	639
Sapiranga – 3ª Vara	153	368	91	65	156	677
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	239	437	31	48	79	755
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	108	148	23	1	24	280
Soledade	89	308	46	11	57	454
Taquara – 1ª Vara	166	616	22	11	33	815
Taquara – 2ª Vara	207	551	73	27	100	858
Taquara – 3ª Vara	166	455	35	1	36	657
Taquara – 4ª Vara	136	502	111	93	204	842
Taquari – Posto Avançado	55	138	37	8	45	238
Torres	77	305	32	1	33	415
Tramandaí – Posto Avançado	249	316	27	0	27	592
Três Passos	60	213	73	0	73	346
Triunfo	100	568	105	72	177	845
Uruguaiana – 1ª Vara	216	133	0	0	0	349
Uruguaiana – 2ª Vara	266	134	0	0	0	400
Vacaria	163	245	33	0	33	441
Viamão	230	448	20	23	43	721
Total	**31.772**	**67.198**	**8.724**	**6.666**	**15.390**	**114.360**

Fase de Execução – Processos Pendentes

VARA DO TRABALHO	EXECUÇÕES PENDENTES			SALDO DE PROCESSOS NO ARQUIVO PROVISÓRIO
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Alegrete	7	564	571	538
Alvorada	28	409	437	918
Arroio Grande	7	390	397	402
Bagé – 1ª Vara	32	950	982	752
Bagé – 2ª Vara	60	1.110	1.170	325
Bento Gonçalves – 1ª Vara	8	915	923	543
Bento Gonçalves – 2ª Vara	6	1.322	1.328	480
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	15	1.077	1.092	1.542
Cachoeirinha – 1ª Vara	36	1.159	1.195	845
Cachoeirinha – 2ª Vara	58	1.018	1.076	635
Camaquã	2	679	681	1.126
Canoas – 1ª Vara	8	897	905	1.335
Canoas – 2ª Vara	23	1.169	1.192	1.173
Canoas – 3ª Vara	26	1.046	1.072	1.652
Canoas – 4ª Vara	15	864	879	131
Canoas – 5ª Vara	11	760	771	185
Capão da Canoa – Posto Avançado	19	686	705	589
Carazinho	103	853	956	706
Caxias do Sul – 1ª Vara	2	705	707	1.257
Caxias do Sul – 2ª Vara	39	785	824	1.123
Caxias do Sul – 3ª Vara	5	668	673	1.162
Caxias do Sul – 4ª Vara	21	715	736	846
Caxias do Sul – 5ª Vara	4	662	666	35
Caxias do Sul – 6ª Vara	0	20	20	0
Cruz Alta	25	769	794	728
Dom Pedrito – Posto Avançado	7	245	252	225
Encantado	11	273	284	119
Erechim – 1ª Vara	6	482	488	520
Erechim – 2ª Vara	15	431	446	243
Erechim – 3ª Vara	2	410	412	60
Estância Velha	25	879	904	1.273
Esteio – 1ª Vara	9	453	462	949
Esteio – 2ª Vara	5	493	498	140
Estrela – 1ª Vara	20	619	639	331
Estrela – 2ª Vara	2	531	533	38
Farroupilha	9	490	499	681
Frederico Westphalen – 1ª Vara	32	333	365	625

VARA DO TRABALHO	EXECUÇÕES PENDENTES			SALDO DE PROCESSOS NO ARQUIVO PROVISÓRIO
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Gramado – 1ª Vara	6	473	479	1.432
Gramado – 2ª Vara	11	328	339	612
Gravataí – 1ª Vara	1	758	759	1.331
Gravataí – 2ª Vara	3	886	889	500
Gravataí – 3ª Vara	2	734	736	135
Gravataí – 4ª Vara	9	487	496	148
Guaíba	20	1.699	1.719	1.700
Ijuí	28	439	467	564
Itaqui - Posto Avançado	3	163	166	410
Lagoa Vermelha	3	487	490	236
Lajeado – 1ª Vara	73	451	524	1.192
Lajeado – 2ª Vara	16	301	317	184
Marau – Posto Avançado	34	476	510	42
Montenegro	22	817	839	449
Nova Prata – Posto Avançado	16	473	489	304
Novo Hamburgo – 1ª Vara	218	1.221	1.439	1.787
Novo Hamburgo – 2ª Vara	40	891	931	1.093
Novo Hamburgo – 3ª Vara	52	1.258	1.310	1.535
Novo Hamburgo – 4ª Vara	70	974	1.044	1.016
Novo Hamburgo – 5ª Vara	11	954	965	1.194
Osório	6	988	994	1.707
Palmeira das Missões	1	404	405	323
Panambi – Posto Avançado	0	278	278	95
Passo Fundo – 1ª Vara	50	476	526	969
Passo Fundo – 2ª Vara	18	559	577	1.180
Passo Fundo – 3ª Vara	49	526	575	53
Passo Fundo – 4ª Vara	45	298	343	106
Pelotas – 1ª Vara	41	2.173	2.214	949
Pelotas – 2ª Vara	39	1.376	1.415	845
Pelotas – 3ª Vara	19	1.610	1.629	967
Pelotas – 4ª Vara	75	1.001	1.076	481
Porto Alegre – 1ª Vara	13	1.132	1.145	990
Porto Alegre – 2ª Vara	6	1.287	1.293	943
Porto Alegre – 3ª Vara	7	1.127	1.134	1.015
Porto Alegre – 4ª Vara	36	683	719	1.261
Porto Alegre – 5ª Vara	9	882	891	1.452
Porto Alegre – 6ª Vara	53	789	842	1.371
Porto Alegre – 7ª Vara	43	1.623	1.666	776
Porto Alegre – 8ª Vara	64	1.198	1.262	995
Porto Alegre – 9ª Vara	30	1.202	1.232	1.119

VARA DO TRABALHO	EXECUÇÕES PENDENTES			SALDO DE PROCESSOS NO ARQUIVO PROVISÓRIO
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
Porto Alegre – 10ª Vara	8	1.498	1.506	985
Porto Alegre – 11ª Vara	19	705	724	1.404
Porto Alegre – 12ª Vara	43	1.201	1.244	1.230
Porto Alegre – 13ª Vara	33	922	955	1.190
Porto Alegre – 14ª Vara	13	1.055	1.068	1.009
Porto Alegre – 15a Vara	59	1.182	1.241	965
Porto Alegre – 16ª Vara	27	617	644	1.184
Porto Alegre – 17ª Vara	14	994	1.008	716
Porto Alegre – 18ª Vara	2	4.217	4.219	1.531
Porto Alegre – 19ª Vara	55	1.457	1.512	953
Porto Alegre – 20ª Vara	5	1.054	1.059	990
Porto Alegre – 21ª Vara	42	957	999	912
Porto Alegre – 22ª Vara	64	1.332	1.396	709
Porto Alegre – 23ª Vara	7	896	903	748
Porto Alegre – 24ª Vara	20	1.135	1.155	1.018
Porto Alegre – 25ª Vara	18	879	897	1.073
Porto Alegre – 26ª Vara	30	1.430	1.460	878
Porto Alegre – 27ª Vara	25	1.205	1.230	865
Porto Alegre – 28ª Vara	37	1.841	1.878	580
Porto Alegre – 29ª Vara	10	1.413	1.423	1.271
Porto Alegre – 30ª Vara	1	1.398	1.399	307
Rio Grande – 1ª Vara	16	950	966	758
Rio Grande – 2ª Vara	6	781	787	1.106
Rio Grande – 3ª Vara	25	888	913	52
Rio Grande – 4ª Vara	12	935	947	70
Rosário do Sul	9	301	310	424
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	3	853	856	1.173
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	9	949	958	700
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	112	643	755	657
Santa Maria – 1ª Vara	33	1.368	1.401	2.010
Santa Maria – 2ª Vara	0	714	714	2.324
Santana do Livramento	48	652	700	952
Santa Rosa – 1ª Vara	7	513	520	1.247
Santa Rosa – 2ª Vara	3	491	494	159
Santa Vitória do Palmar	8	530	538	661
Santiago	1	486	487	453
Santo Ângelo	8	1.459	1.467	1.388
São Borja	6	645	651	893
São Gabriel	3	235	238	522
São Jerônimo – 1ª Vara	10	1.013	1.023	1.422

VARA DO TRABALHO	EXECUÇÕES PENDENTES			SALDO DE PROCESSOS NO ARQUIVO PROVISÓRIO
	Exclusivamente Previdenciária	Outras	Total	
São Leopoldo – 1ª Vara	22	643	665	1.180
São Leopoldo – 2ª Vara	14	567	581	1.133
São Leopoldo – 3ª Vara	3	643	646	1.065
São Leopoldo – 4ª Vara	7	471	478	192
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	19	294	313	337
São Sebastião do Caí – Posto Avançado	8	205	213	148
Sapiranga – 1ª Vara	10	1.000	1.010	1.061
Sapiranga – 2ª Vara	23	387	410	1.257
Sapiranga – 3ª Vara	6	758	764	839
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	4	440	444	789
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	4	620	624	458
Soledade	14	437	451	364
Taquara – 1ª Vara	4	632	636	740
Taquara – 2ª Vara	7	420	427	604
Taquara – 3ª Vara	1	573	574	608
Taquara – 4ª Vara	3	486	489	125
Taquari – Posto Avançado	0	342	342	154
Torres	5	531	536	270
Tramandaí – Posto Avançado	15	673	688	731
Três Passos	9	323	332	610
Triunfo	2	571	573	403
Uruguaiana – 1ª Vara	9	1.549	1.558	1.154
Uruguaiana – 2ª Vara	10	1.666	1.676	877
Vacaria	17	430	447	421
Viamão	19	1.125	1.144	1.306
Total	**3.031**	**117.293**	**120.324**	**112.008**

VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Item		Valor *
Valores arrecadados	Custas Processuais	33.494.192,31
	Emolumentos	324.906,76
	Contribuições previdenciárias	196.127.724,39
	Imposto de Renda	52.784.114,32
	Total	**282.730.937,78**
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgãos de fiscalização das relações de trabalho		72.157,95
Custas processuais dispensadas		38.138.181,17

** Valores em Reais.*

DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU

Juízes Titulares de Vara do Trabalho

JUÍZES TITULARES	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE CONHECIMENTO	CONCILIAÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Adair João Magnaguagno	1.413	825	395	402	64
Adriana Freires	2.053	1178	419	723	24
Adriana Moura Fontoura	1.286	778	375	370	71
Adriano Santos Wilhelms	1.542	1062	446	537	79
Alcides Otto Flinkerbusch	1.290	733	244	419	42
Alexandre Schuh Lunardi	1.380	485	66	335	35
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.183	801	333	398	29
Ana Julia Fazenda Nunes	1.332	834	301	462	51
Andrea Saint Pastous Nocchi	6	119	117	2	12
André Ibaños Pereira	1.346	679	346	265	110
André Luiz da Silva Schech	985	538	212	244	29
André Vasconcellos Vieira	1.336	908	627	276	56
Angela Rosi Almeida Chapper	410	237	127	114	17
Anita Job Lübbe	1.045	546	283	170	108
Artur Peixoto San Martin	2.008	922	351	500	84
Ary Faria Marimon Filho	1.446	693	323	285	77
Ben-Hur Silveira Claus	1.650	877	266	572	59
Bernarda Nubia Toldo	971	594	296	273	27
Cacilda Ribeiro Isaacsson	360	296	182	118	15
Candice Von Reisswitz	1.398	791	360	350	47
Carla Sanvicente Vieira	1.215	571	330	176	27
Carlos Alberto May	1.373	623	265	317	19
Carlos Henrique Selbach	1.660	832	297	490	40
Carolina Santos Costa de Moraes	1.220	540	240	238	100
Celso Fernando Karsburg	623	993	602	366	52
Ceres Batista da Rosa Paiva	568	302	125	121	38
Cinara Rosa Figueiró	1.341	811	304	446	28
Cintia Edler Bitencourt	1.651	882	406	394	68
Cláudio Roberto Ost	910	659	400	246	122
Claudio Scandolara	610	252	95	142	41
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	1.525	918	311	538	25
Clocemar Lemes Silva	1.317	824	231	600	122
Cristiane Bueno Marinho	1.264	784	415	318	112
Cristina Bastiani	1.445	827	225	562	21
Daniel de Sousa Voltan	594	425	215	184	16
Daniel Souza de Nonohay	532	360	196	130	49
Déborah Madruga Costa Lunardi	910	465	188	245	19

JUÍZES TITULARES	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE CONHECIMENTO	CONCILIAÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Deise Anne Herold	1.531	812	324	448	45
Diogo Souza	1.213	645	292	276	69
Edson Moreira Rodrigues	923	616	348	268	75
Edson Pecis Lerrer	982	499	228	197	49
Eduardo de Camargo	1.814	918	221	632	24
Eduardo Duarte Elyseu	1.141	677	276	386	41
Elisabete Santos Marques	1.325	679	452	223	110
Elson Rodrigues da Silva Junior	1.502	751	415	269	121
Eny Ondina Costa da Silva	1.163	550	274	195	106
Fabiana Gallon	879	860	442	402	141
Fabiane Rodrigues da Silveira Trindade Emery	1.103	570	310	192	117
Fernando Formolo	598	381	159	224	27
Flávia Cristina Padilha Vilande	583	352	187	146	76
Frederico Russomano	1.330	713	423	236	51
Gilberto Destro	1.467	688	290	318	94
Glória Valério Bangel	1.239	701	297	341	18
Graciela Maffei	1.311	799	259	484	108
Gustavo Fontoura Vieira	1.070	750	449	245	78
Horismar Carvalho Dias	1.385	697	374	220	81
Ingrid Loureiro Irion	1.114	545	268	226	36
Ivanildo Vian	1.047	606	248	341	42
Janaína Saraiva da Silva	1.307	927	350	494	23
Janney Camargo Bina	1.990	741	181	504	23
Jarbas Marcelo Reinicke	1.447	887	269	539	31
João Batista S. Martins Vianna	142	434	390	4	30
João Carlos Franckini	510	190	99	71	43
Joe Ernando Deszuta	1.554	874	235	592	44
Jorge Alberto Araujo	1.032	605	260	264	115
José Carlos dal Ri	949	511	314	163	31
José Cesário Figueiredo Teixeira	346	157	84	62	30
José Luiz Dibe Vescovi	1.608	859	170	600	81
José Renato Stangler	1.212	775	286	351	40
Julieta Pinheiro Neta	1.195	642	336	277	56
Karina Saraiva Cunha	1.204	652	255	301	28
Laura Antunes de Souza	909	779	501	267	218
Leandro Krebs Gonçalves	1.105	559	267	225	54
Lila Paula Flores França	1.607	691	384	266	21
Lina Gorczevski	1.160	707	235	393	36
Luciana Böhm Stahnke	1.098	638	282	366	41
Luciane Cardoso Barzotto	1.288	731	462	179	129
Luciano Ricardo Cembranel	391	185	106	60	3
Luis Antônio Mecca	1.241	624	335	260	29
Luis Carlos Pinto Gastal	1.161	488	300	166	11

JUÍZES TITULARES	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE CONHECIMENTO	CONCILIAÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.496	936	311	587	32
Luis Fettermann Bosak	1.480	918	234	626	36
Luís Henrique Bisso Tatsch	1.327	820	256	512	25
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.411	833	557	266	69
Luiz Antonio Colussi	1.455	600	373	179	51
Luiz Fernando Bonn Henzel	1.313	599	358	190	83
Marcelo Caon Pereira	854	527	149	364	68
Marcelo Papaléo de Souza	1.191	800	243	507	23
Marcelo Silva Porto	1.298	731	456	232	3
Márcia Carvalho Barrili	1.638	733	335	331	47
Márcio Lima do Amaral	1.256	736	385	299	31
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	873	479	257	193	22
Marcos Fagundes Salomão	0	12	12	0	7
Maria Silvana Rotta Tedesco	1.265	595	263	238	52
Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira	1.469	663	334	238	55
Marilene Sobrosa Friedl	1.476	871	275	497	20
Maristela Bertei Zanetti	1.315	721	308	361	55
Maurício Machado Marca	1.431	873	266	554	32
Mauricio Schmidt Bastos	4	109	109	0	49
Neuri Gabe	1.710	1.021	314	645	33
Neusa Líbera Lodi	1.535	958	546	396	67
Noêmia Saltz Gensas	1.184	634	178	356	40
Patrícia Dornelles Peressutti	2.135	811	449	308	33
Patrícia Helena Alves de Souza	1.230	594	173	394	22
Patricia Heringer	995	610	322	222	65
Paulo André de França Cordovil	1.248	760	207	487	41
Rachel de Souza Carneiro	979	485	264	187	38
Rafael da Silva Marques	1.430	1.133	504	578	45
Raquel Nenê Santos	1.024	618	307	324	87
Renato Barros Fagundes	1.513	795	252	464	59
Ricardo Fioreze	0	1	1	0	1
Rita de Cássia da Rocha Adão	567	336	156	183	17
Roberto Antonio Carvalho Zonta	0	4	4	0	7
Roberto Teixeira Siegmann	551	216	81	97	20
Rogério Donizete Fernandes	1.252	798	184	592	44
Rosane Marlene de Lemos	1.410	900	203	675	22
Rosâne Marly Silveira Assmann	1.114	844	378	458	39
Rosemarie Teixeira Siegmann	221	124	83	27	2
Rosiul de Freitas Azambuja	1.420	934	335	532	27
Rubens Fernando Clamer dos S. Júnior	516	418	131	263	38
Rui Ferreira dos Santos	1.477	695	323	306	51
Silvana Martinez de Medeiros	1.921	970	206	718	122
Silvionei do Carmo	1.324	776	242	476	102

JUÍZES TITULARES	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOL-VIDOS	SENTENÇAS DE CONHE-CIMENTO	CONCILIA-ÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Simone Maria Nunes Kunrath	1.545	792	265	461	37
Simone Oliveira Paese	1.387	498	378	101	91
Simone Silva Ruas	885	657	435	144	23
Sônia Maria Fraga da Silva	637	247	149	67	33
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1.225	684	311	300	28
Themis Pereira de Abreu	1.302	595	238	232	52
Valdete Souto Severo	0	106	106	2	0
Valeria Heinicke do Nascimento	1.087	552	292	203	77
Vanda Iara Maia Müller	1.216	588	320	209	84
Volnei de Oliveira Mayer	3.000	2.133	369	1.687	29

Juízes do Trabalho Substitutos

JUÍZES SUBSTITUTOS	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOL-VIDOS	SENTENÇAS DE CONHE-CIMENTO	CONCILI-AÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Adriana Kunrath	1.295	624	326	228	91
Adriana Ledur	724	383	178	185	6
Adriana Seelig Gonçalves	1.195	625	311	245	30
Alessandra Casaril	1.375	753	338	320	21
Aline Doral Stefani Fagundes	1.152	629	277	297	39
Aline Veiga Borges	1.183	668	327	285	22
Almiro Eduardo de Almeida	1.343	730	447	197	116
Ana Carolina Schild Crespo	1.411	850	302	521	52
Ana Luiza Barros de Oliveira	521	329	213	74	69
Ana Paula Keppeler Fraga	1.274	601	326	228	43
Ana Paula Kotlinsky Severino	447	258	169	69	22
André Sessim Parisenti	1.408	687	252	376	28
Átila da Rold Roesler	1.094	649	303	317	36
Bárbara Fagundes	1.451	704	366	300	45
Bárbara Schönhofen Garcia	1.509	769	318	382	44
Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha	931	464	252	162	21
Braulio Affonso Costa	0	28	28	0	0
Bruno Marcos Guarnieri	1.403	752	206	477	32
Carlos Alberto Zogbi Lontra	0	3	0	10	0
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	1.215	814	288	483	8
Carolina Cauduro Dias de Paiva	1.071	710	373	284	12
Carolina Hostyn Gralha Beck	536	449	293	113	47

JUÍZES SUBSTITUTOS	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOL-VIDOS	SENTENÇAS DE CONHE-CIMENTO	CONCILI-AÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	969	601	352	198	70
Cesar Zucatti Pritsch	6	1	0	1	2
Charles Lopes Kuhn	1.070	598	263	305	12
Cínthia Machado de Oliveira	289	120	12	89	3
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	1.154	720	405	253	28
Daniela Elisa Pastório	1.300	733	121	558	42
Daniela Floss	1.399	805	308	428	33
Daniela Meister Pereira	1.075	622	321	272	28
Denilson da Silva Mroginski	844	557	290	255	61
Edenilson Ordoque Amaral	1.128	723	426	233	30
Edenir Barbosa Domingos	1.211	683	353	282	20
Eduardo Batista Vargas	1.326	818	357	364	83
Eduardo Vianna Xavier	1.252	855	396	305	157
Eliane Covolo Melgarejo	1.302	614	327	215	81
Eliseu Cardozo Barcellos	1.231	651	304	290	32
Elizabeth Bacin Hermes	1.016	721	500	170	77
Evandro Luís Urnau	1.260	859	478	346	92
Fabiane Martins	1.397	617	318	208	36
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	1.376	701	318	317	60
Felipe Jakobson Lerrer	421	166	74	81	1
Felipe Lopes Soares	1.225	696	355	306	39
Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead	989	451	190	211	22
Fernanda Probst Marca	1.134	616	258	304	17
Fernando Reichenbach	380	148	52	79	2
Gabriela Lenz de Lacerda	1.065	535	295	221	25
Giani Gabriel Cardozo	1.248	647	305	273	35
Giovani Martins de Oliveira	1.146	650	359	232	84
Glória Mariana da Silva Mota	1.242	681	371	241	59
Guilherme da Rocha Zambrano	1.160	677	317	253	68
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.999	978	397	553	44
Gustavo Jaques	1.088	620	255	280	44
Gustavo Pusch	1.129	681	363	268	37
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1.152	700	264	389	29
Jaqueline Maria Menta	1.407	803	217	552	56
Jefferson Luiz Gaya de Goes	1.133	449	231	139	75
Jorge Fernando Xavier de Lima	590	352	182	133	36
José Frederico Sanches Schulte	1.302	870	323	491	20
Juliana Oliveira	1.091	600	268	329	18
Juliane Penteado de Carvalho Bernardi	294	260	170	76	14
Kelen Patrícia Bagetti	1.326	672	261	359	33
Laura Balbuena Valente Gabriel	1.044	465	224	233	25

JUÍZES SUBSTITUTOS	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOL-VIDOS	SENTENÇAS DE CONHE-CIMENTO	CONCILI-AÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Lenara Aita Bozzetto	1.071	568	280	204	54
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.138	721	326	328	93
Luciana Caringi Xavier	1.420	573	333	152	30
Luciana Kruse	1.065	544	302	188	78
Lúcia Rodrigues de Matos	1.144	616	231	351	4
Luísa Rumi Steinbruch	1.120	554	238	257	35
Luís Fernando da Costa Bressan	1.237	686	228	409	27
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	596	347	201	135	29
Marcelo Bergmann Hentschke	14	3	3	1	5
Marcia Padula Mucenic	1.310	742	404	286	82
Marcos Rafael Pereira Piscino	871	856	558	293	210
Maria Cristina Santos Perez	1.232	626	280	275	203
Mariana Roehe Flores Arancibia	656	248	109	90	21
Mateus Crocoli Lionzo	859	501	181	290	25
Matheus Brandão Moraes	1.130	648	389	165	59
Maurício de Moura Peçanha	2.017	1.219	483	608	164
Mauricio Joel Zanotelli	1.226	621	323	255	48
Max Carrion Brueckner	1.200	602	308	234	36
Milena Ody	1.127	673	291	327	16
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.409	837	307	475	33
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	1.302	742	378	318	48
Nivaldo de Souza Junior	1.391	780	422	302	36
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	1.177	632	174	397	17
Patrícia Bley Heim	124	53	22	30	0
Patricia Iannini dos Santos	1.194	460	319	78	36
Patricia Zeilmann Costa	1.449	783	382	357	47
Paula Silva Rovani Weiler	1.148	692	255	385	42
Paulo Ernesto Dorn	68	660	647	6	145
Rachel Albuquerque de Medeiros Mello	1.294	628	324	233	51
Rafaela Duarte Costa	1.244	490	243	196	40
Rafael Moreira de Abreu	1.294	702	341	316	23
Raquel Gonçalves Seara	576	287	148	112	39
Raquel Hochmann de Freitas	919	578	329	196	112
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	954	524	254	203	77
Rita Volpato Bischoff	1.220	698	344	286	77
Rodrigo de Almeida Tonon	1.118	520	240	217	80
Rodrigo Machado Jahn	1.083	449	245	167	103
Rodrigo Trindade de Souza	1.299	624	289	255	109
Rozi Engelke	1.274	814	389	343	91
Rubiane Solange Gassen Assis	805	504	263	228	31
Sérgio Giacomini	1.393	1.020	421	521	28
Sheila Spode	600	239	60	165	21
Sofia Fontes Regueira	430	196	123	60	28

JUÍZES SUBSTITUTOS	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOL-VIDOS	SENTENÇAS DE CONHE-CIMENTO	CONCILI-AÇÕES	DECISÕES EM INCIDENTES DE EXECUÇÃO
Sonia Maria Pozzer	1.276	599	321	202	119
Thiago Boldt de Souza	1.316	761	315	371	32
Tiago Mallmann Sulzbach	1.368	751	241	415	41
Valtair Noschang	1.416	924	421	417	89
Vinícius Daniel Petry	1.170	623	254	255	31

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Janeiro

Dia 12: Solenidade de posse do Juiz do Trabalho Substituto Átila da Rold Roesler, no Salão Nobre da Presidência

Dia 22: Visita da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos ao Depósito Centralizado do TRT4

Dia 28: Reunião de mediação sobre a greve dos rodoviários de Porto Alegre/RS, com a participação representantes dos sindicatos patronal e dos rodoviários, da EPTC e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Dia 24: Solenidade de posse da Juíza do Trabalho Substituta Bárbara Fagundes, no Salão Nobre da Presidência

Fevereiro

Dia 3: Solenidade de posse da nova Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul - TJ/RS, no plenário Ministro Pedro Soares Muñoz, em Porto Alegre/RS

Dia 7: Reunião do Conselho Consultivo do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, na sede do Memorial.

Dia 10: 5ª Reunião de mediação sobre a greve dos rodoviários de Porto Alegre, com a participação dos sindicatos dos rodoviários e das empresas de ônibus de Porto Alegre/RS

Fevereiro

Dia 17: Sessão de julgamento da Seção de Dissídios Coletivos - SDC que decidiu questões envolvendo a greve dos rodoviários de Porto Alegre/RS

Dias 20 e 21: Encontro sobre nova versão do Sistema PJe-JT, no Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS, destinado a gestores e representantes da unidades judiciárias do 1º grau de jurisdição

Março

Dia 10: Solenidade de adesão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao Programa Trabalho Seguro

Dia 20: Reunião de mediação sobre a despedida em massa da IESA Óleo & Gás

Dia 21: Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na sede da Amatra IV

Dia 27: Aula inaugural de 2014 da Escola Judicial, com o Juiz Roberto Caldas, Vice-Presidente da Corte Interamericana dos Direitos Humanos

Dia 27: Processos preservados no Memorial do TRT-RS receberam da Unesco o certificado de Patrimônio da Humanidade. A coleção possui cerca de 2 milhões de processos, datados de 1935 a 2000.

Abril

Dia 3: Reunião de mediação sobre a greve no Grupo Hospitalar Conceição

Dia 4: Solenidade de posse das Juízas Adriana Moura Fontoura e Rachel de Souza Carneiro no cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, no Salão Nobre da Presidência

Dia 4: Reunião do Fórum de Relações Institucionais, no Salão Nobre da Presidência

Dia 7: 1ª Reunião de Análise da Estratégia, no Salão Nobre da Presidência

Dia 10: Fim de Tarde da Escola Judicial sobre a Terceirização de Serviços e a Precarização do Trabalho

Dia 9: Reunião de mediação entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e o Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul

Dia 29: Solenidade de Abertura do XVII Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Conamat, em Gramado/RS.

Dia 28: Solenidade de Renovação do Protocolo de Cooperação Técnica do Programa Trabalho Seguro

Maio

Dia 8: Reunião com o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, para solicitar apoio à nomeação da Desembargadora Maria Helena Mallmann ao cargo do Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

Dia 7: Treinamento para gestores do 1º grau sobre o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT

Dia 23: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Cachoeirinha/RS

Dia 15: Lançamento e sessão de autógrafos do Caderno nº 8 da Escola Judicial

Dia 23: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Alvorada/RS

Dia 23: Palestra da Ministra do STF Cármen Lúcia na Escola Judicial sobre efetividade dos direitos sociais

Junho

Dia 1º: Ação no Parque da Redenção pelo combate ao trabalho infantil

Dia 3: Abertura da 2ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Dia 3: Ação no saguão do prédio-sede do TRT4 pelo combate ao trabalho infantil

Junho

Dia 3: Sessão da Seção Especializada em Execução - SEEx para edição de orientações jurisprudenciais

Dia 5: Solenidade de posse em gabinete dos Desembargadores Brígida Joaquina Charão Barcellos Toschi e Fernando Luiz de Moura Cassal

Dia 5: Palestra da Presidente, Cleusa Regina Halfen, sobre o PJe-JT em reunião-almoço do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul - IARGS

Dia 6: Solenidade de posse da Juíza do Trabalho Titular Patrícia Helena Alves de Souza

Dia 6: Solenidade de posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Adriana Ledur e Mateus Crocoli Lionzo

Dia 5: Reunião sobre a abusividade da greve dos rodoviários de Porto Alegre/RS

Dia 11: Apoio de São Leopoldo à nomeação da Desembargadora Maria Helena Mallmann ao cargo de Ministro do TST

Dia 9: Sessão de Julgamento da Seção de Dissídios Coletivos - SDC decide sobre o dissídio da greve dos rodoviários de Porto Alegre/RS

Dia 13: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT em Novo Hamburgo/RS

Junho

Dia 13: Reunião do Fórum de Relações Institucionais, no Salão Nobre da Presidência

Dia 16: Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, no plenário do TRT4

Dia 26: Aposição de selo histórico em processos trabalhistas

Dia 27: Solenidade de posse da nova Diretoria da Amatra IV, no Plenário do TRT4

Dia 5: Solenidade de implantação do Sistema PJe-JT em Sapucaia do Sul/RS

Julho

Dia 2: 2ª Turma Julgadora inicia projeto de conciliação

Dia 4: Reunião de mediação sobre a greve de funcionários da IESA Óleo & Gás

Dia 11: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Montenegro/RS

Julho

Dia 11: Solenidade de implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Lajeado/RS

Dia 14: Inauguração das instalações do Posto Avançado da Justiça do Trabalho - PAJT em Nova Prata/RS

Dia 25: Reunião de mediação sobre dissídio dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS

Agosto

Dia 1º: Solenidade de implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Gravataí/RS

Dia 4: 2ª Reunião de Análise da Estratégia

Dia 4: Solenidade de posse das Juízas do Trabalho Substitutas Sheila Spode e Cínthia Machado de Oliveira

Dia 7: Comitiva do TRT5 visita o TRT4 para conhecer o sistema e-Jus²

Dia 8: Coral da Caixa de Assistência dos Advogados em apresentação no prédio-sede durante solenidade alusiva ao Dia do Magistrado e do Advogado

Dia 14: Ministro Gilson Dipp em palestra na Escola Judicial

Dia 18: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapiranga/RS

Dia 18: Solenidade de Implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Taquara/RS

Dia 19: Solenidade de posse do Juiz do Trabalho Substituto Jorge Fernando Xavier de Lima

Agosto

Dia 25: Seminário sobre a Lei nº 11.419/2006, que trata das alterações processuais em virtude da implantação do PJe-JT. Repercussões no processo do Trabalho

Dia 27: 8ª Turma Julgadora promove sessão de julgamentos didática na Urcamp, em Alegrete/RS. Foto: Marco Santierri

Dia 29: Dunga participa de campanha para doação de medula óssea organizada pelo Sintrajufe/RS e sediada pelo TRT-RS

Setembro

Dia 5: Solenidade de Implantação do PJe-JT na Vara do Trabalho de Farroupilha/RS

Dia 5: Jurista alemão Bodo Pieroth palestra na Escola Judicial

Dia 5: Solenidade de Implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Bento Gonçalves/RS

Dia 12: Solenidade de Implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Santa Cruz do Sul/RS

Dia 11: 2ª Turma Julgadora promove sessão de julgamento em homenagem à Semana Farroupilha

Setembro

Dia 12: Ministro do TST Ives Gandra Martins Filho em visita ao TRT4

Dia 17: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Carazinho/RS

Dia 17: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Passo Fundo/RS

Dia 19: Solenidade de ratificação de posse dos Desembargadores Fernando Luiz de Moura Cassal e Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi

Dia 24: Sessão de julgamento externa da 7ª Turma Julgadora na Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP

Dia 24: Reunião de mediação sobre greve dos funcionários da Procergs

Dia 30: Solenidade de posse dos Juízes do Trabalho Titulares Carolina Santos Costa de Moraes, Deise Anne Herold, Luís Henrique Bisso Tatsch, Diogo Souza e Graciela Maffei

Dia 30: Solenidade de posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer

Outubro

Dias 1º a 4: IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, em Canela/RS

Dia 1º a 4: Palestra do Desembargador Carlos Henrique Bezerra Leite, do TRT-ES, no IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul

Dias 1º a 4: IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul

Dias 1 a 4º: Grupo de discussão no IX Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul

Dia 10: Reunião de mediação sobre a greve dos bancários do Banrisul

Dia 12: Programa de Combate ao Trabalho Infantil promoveu ação durante partida do Sport Club Internacional

Dia 16 e 17: Manifestação da Presidente do TRT4, Desembargadora Cleusa Regina Halfen, no 17º Encontro Anual de Gestores, em Bento Gonçalves/RS

Dias 16 e 17: Palestra do Diretor-Geral do TRT4, Luiz Fernando Taborda Celestino, no 17º Encontro Anual de Gestores

Outubro

Dia 22: Reunião de mediação sobre a despedida em massa na John Deere

Dia 24: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Santa Maria/RS

Dia 24: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Cachoeira do Sul/RS

Novembro

Dia 4: Público presente na 9ª Homenagem por Tempo de Serviço promovida em homenagem aos servidores da Instituição

Dia 4: Desembargadoras da Administração entregam distintivos por 10, 20 e 30 anos de serviço prestados pelos servidores do TRT4 durante a 9ª Homenagem por Tempo de Serviço, realizada no saguão do prédio-sede do TRT4

Dia 6: Fim de Tarde da Escola Judicial sobre o 'Golpe Militar de 1964 e seu Impacto no Mundo do Trabalho', com o advogado Carlos Araújo e o Magistrado aposentado Renan Kurtz

Dia 14: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de Triunfo/RS

Dia 17: Solenidade de Posse da Juíza do Trabalho Substituta Patrícia Bley Heim, no Salão Nobre da Presidência

Dia 14: Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT na Vara do Trabalho de São Jerônimo/RS

Novembro

Dia 19: Assinatura de convênio para integração dos sistemas e-Jus² e PJe-JT, na sede do TST

Dia 24: Reunião do Fórum de Relações Institucionais, no Salão Nobre da Presidência

Dia 28: Solenidade de posse dos Juízes do Trabalho Titulares Adair João Magnaguagno e Elson Rodrigues da Silva Junior, no Salão Nobre da Presidência

Dezembro

Dia 5: Desembargadores aposentados Carlos Alberto Robinson, João Ghisleni Filho, Ione Salin Gonçalves, Ricardo Tavares Gehling, Maria Inês Cunha Dornelles, Denis Marcelo de Lima Molarinho e Fabiano de Castilhos Bertolucci (ordem da foto) homenageados pelo TRT4 em solenidade ocorrida no Plenário do TRT4

Dia 5: Sessão Solene do Tribunal Pleno em homenagem aos Desembargadores aposentados

Dia 3: Audiência de mediação no Juízo Auxiliar de Conciliação (atual Jacep) envolvendo dispensa em massa na IESA Óleo & Gás

Dia 9: Solenidade de Adesão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ao Programa Trabalho Seguro

Dia 12: Reunião do Fórum de Relações Administrativas, na sede da Amatra IV

Dezembro

Dia 17: 3ª Reunião de Análise da Estratégia, no Salão Nobre da Presidência

Dia 18: Solenidade de doação de terreno para a nova sede da Vara do Trabalho de Osório/RS

Dia 19: Reunião na Prefeitura Municipal de Porto Alegre para debate sobre a ampliação do Foro Trabalhista da Capital

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO:

RELATÓRIO ANUAL

PROC. TRT PA Nº 0002942-47.2015.5.04.0000

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, tomou conhecimento e, por unanimidade, aprovou o relatório de atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2014, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, "*in fine*", do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores Juraci Galvão Júnior, Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Ana Luiza Heineck Kruse, Beatriz Renck, Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Denise Pacheco, Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Tânia Regina Silva Reckziegel, Raul Zoratto Sanvicente, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, José Felipe Ledur, Marcelo Gonçalves de Oliveira e Iris Lima de Moraes, sob a presidência da Exma. Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Fabiano Holz Beserra. Porto Alegre, 18 de maio de 2015.-.-.-.-.-.-.-.-.-

Cláudia Regina Schröder
Secretária do Tribunal Pleno,
do Órgão Especial e da SDC

Documento digitalmente assinado em 21/05/2015, nos termos da Lei 11.419/06. Processo 0002942-47.2015.5.04.0000-(PA)
Confira a autenticidade em www.trt4.jus.br. Identificador: ADME.80781.02143.22341.12918-5